

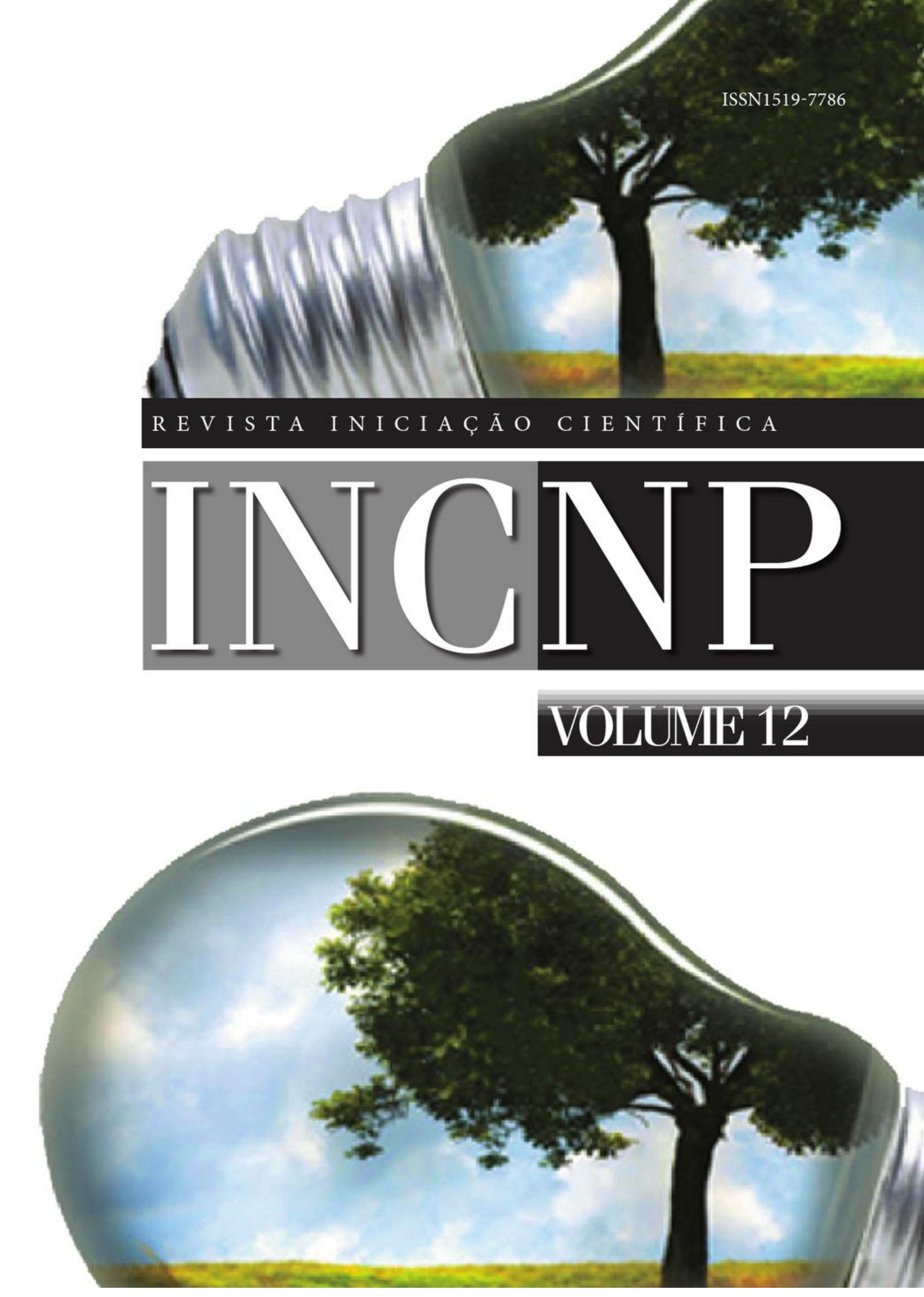
ISSN1519-7786

REVISTA INICIAÇÃO CIENTÍFICA

# INCNP

VOLUME 12





ISSN1519-7786

REVISTA INICIAÇÃO CIENTÍFICA

# INCNP

VOLUME 12

CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA  
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA  
REVISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Faculdade de Ciências Biológicas e de Saúde - FACIBIS

Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas - FACET

Faculdade de Ciências Humanas e Letras - FAHL

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FACISA

Iniciação Científica Newton Paiva 2011/2012 / Organizado por  
Cinthia Mara da Fonseca Pacheco. – Belo Horizonte:  
Centro Universitário Newton Paiva, 2012.  
v. 12.

Anual  
ISSN 1519-7786

1. Pesquisa Científica. 2. Iniciação Científica. 3. Conhecimento  
Teórico. I. Pacheco, Cinthia Mara da

CDU 001.8

(Ficha catalográfica elaborada pelo Núcleo de Bibliotecas do Centro Universitário Newton Paiva)

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, para qualquer finalidade,  
sem permissão expressa do autor (Lei no 9.610, de 04/02/98).  
Todo conteúdo é de inteira responsabilidade de seus autores.

## **EXPEDIENTE**

### **EDITORA**

Dra. Cinthia Mara da Fonseca Pacheco

### **CONSELHO EDITORIAL – CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA**

Dr. Carlos Augusto Teixeira Magalhães (Sociologia)  
Dra. Carla Mendonça (Jornalismo)  
Dra. Diele Carine Barreto Arantes (Odontologia)  
Dra. Jane Noronha Carvalhais (Economia)  
Dr. José Francisco Vilela Rosa (Engenharia Agrícola)  
Dra. Lidiane Aparecida Pereira de Sousa (Fisioterapia)  
Dra. Marta Marques Gontijo Aguiar (Farmácia)  
Tatiana Ribeiro de Souza (Direito)  
Dra. Sordaini Maria Caligiorne (Biologia)

### **CONSELHO CONSULTIVO**

Dra. Carla de Oliveira Barbosa Rosa ( Nutrição - UFV)  
Dra. Milene Aparecida Torres Saar Martins (Odontologia)  
Dr. Francisco Vianna (Psicologia – Universidade FUMEC)  
Dr. Jean Carlos Fernandes (Direito)  
Dra. Laila Hamdan (Letras)  
Dra. Adriana Cristina Soares de Souza (Farmácia – UFSJ)  
Dra. Graziela Valadares Gomes de Mello Vianna (Comunicação – UFMG)  
Dr. Guilherme Augusto Silva Pereira (Engenharia Elétrica – UFMG)  
Dra. Helcira Maria Rodrigues de Lima (Letras – UFMG)  
Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy (História – USP)  
Dr. Marcelo Loures dos Santos (Educação/Psicologia – UFV)  
Dr. Orlando Aragão (Direito – UEMG)  
Dra. Valeria Barbosa Magalhães (Sociologia – USP)  
Dr. Valmir Martins Oliveira (Relações Internacionais – Universidad de Santiago de Chile)

### **REVISÃO**

Shirley Maria de Jesus

### **PROJETO GRÁFICO**

Wagner Correa

### **APOIO**

Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular - FUNADESP

### **EDIÇÃO**

**NÚCLEO DE PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA**

<http://npa.newtonpaiva.br/npa>

### **EDITORA DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO**

Helô Costa - Registro Profissional 127/MG

## **ESTRUTURA FORMAL DA INSTITUIÇÃO**

PRESIDENTE DO GRUPO SPLICE

Antônio Roberto Beldi

REITOR

João Paulo Beldi

VICE-REITORA

Juliana Salvador Ferreira de Mello

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Marcelo Vinicius Santos Chaves

SECRETÁRIA GERAL

Dorian Gray Rodrigues Alves

COORDENADORA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Cinthia Mara da Fonseca Pacheco

### **REITORIA**

Rua José Cláudio Rezende, 420 - Bairro Estoril

Belo Horizonte - Minas Gerais

[www.newtonpaiva.br/pesquisa](http://www.newtonpaiva.br/pesquisa)

[inc@newtonpaiva.br](mailto:inc@newtonpaiva.br)

## APRESENTAÇÃO

“Introduzir os alunos de graduação no universo da investigação científica, despertando neles a vocação científica, desenvolvendo seu senso crítico e sua capacidade de interferir criativa e positivamente na realidade” é, talvez, o mais importante objetivo do Programa de Iniciação Científica da Newton.

O Brasil passa por um momento único em sua história, onde o incentivo para a formação de profissionais altamente qualificados assume uma posição estratégica para o desenvolvimento do país. Essa qualificação não deve ser entendida apenas como o simples domínio de técnicas sofisticadas, mas como a capacidade constante do profissional de aprender o novo e de lidar com diferentes situações, desenvolvendo ferramentas inovadoras para resolução de problemas. Um profissional que seja empreendedor da própria carreira.

Portanto, a inserção do aluno de graduação em projetos de pesquisa torna-se uma importante forma de aprimorar qualidades desejadas em um profissional de nível superior, pois durante o desenvolvimento dos projetos o aluno é obrigado a enfrentar novos problemas, lidar com o desconhecido e precisa formular ideias na busca por novos conhecimentos.

Por isso, temos o orgulho de apresentar mais um volume da Revista de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva. Nela estão reunidos os resultados de trabalhos desenvolvidos no Programa de Iniciação Científica da Instituição, em todas as áreas do conhecimento. A Revista, que é publicada anualmente, desde a criação do Programa em 1999, mostra mais uma vez o compromisso da Newton de estar sempre em consonância com as demandas do mercado.

Cynthia Mara da Fonseca Pacheco  
Coordenadora do Programa de Iniciação Científica

**SUMÁRIO**

|  |                  |
|--|------------------|
| <b>ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO RESFRIAMENTO ADIABÁTICO EVAPORATIVO POR PAINÉIS COMPOSTOS DE BUCHA VEGETAL (LUFFA CYLINDRICA) PARA ACONDICIONAMENTO TÉRMICO DE AMBIENTES.....</b>  | <b>8 - 14</b>    |
| Leandro de Souza Amancio, Vinícius Avelar Ribeiro Loura, Magno Augusto Motta Macieira Drumond, Ilda de Fátima Ferreira Tinôco, Sérgio Zolnier, José Francisco Vilela Rosa  |                  |
| <b>DEMONSTRAÇÕES CIENTÍFICAS: ENSINANDO QUÍMICA E FÍSICA COM USO DE FENÔMENOS SURPREENDENTES.....</b>  | <b>16 - 21</b>   |
| Leandro Henrique Moura Silva, Bruno da Silva Melo, Luiza Dutra Rodrigues, Natália Cristina da Silva Fonseca, Brício Mares Salles, Kemilly Arielly Oliveira Freitas, Lúcia Maria Batista, Luciano Emerich Faria.  |                  |
| <b>ABORTO LEGAL: DILEMAS E EMOÇÕES NA TOMADA DE DECISÃO.....</b>   | <b>22 - 29</b>   |
| Lais Santos Alves, Natália Guerra Perdigão, Solange Lamacié, Stephany Starlym Soares, Viviane Pires Reis de Melo, Luciana Amorim de Oliveira, Mariana Bernardo de Brito, Francisco José Machado Viana, Mauro Giffoni Carvalho.                                     |                  |
| <b>REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE A PARTIR DA ÓTICA DE JOVENS USUÁRIOS E GESTORES DO PROGRAMA FICA VIVO! .....</b>   | <b>30 - 36</b>   |
| Jordânia Ferreira Vasconcelos, Pedro Antonio Ursine Kretli, Rahiza Maciel Prado, Renata Cezar Loures, Fabrício Ribeiro Junio, Mauro Giffoni de Carvalho, Renata Dumont Flecha.   |                  |
| <b>PROTOCOLO PARA AVALIAÇÃO DE ESTRIAS: UMA PROPOSTA DO CURSO DE ESTÉTICA.....</b>   | <b>38 - 48</b>   |
| Ana Paula Del Bisogno, Carla Pessoa Neves, Cleisiane Dornelas Santiago, Fátima Maria Kfuri Pereira, Karine Dumbá, Camila Taveira Fávero, Isabella Gomes de Paula, Izabela Cristina Sobral, Natalia Sant'anna Passos, Rafaela de Faria Melo, Tatiana Péret Barbosa. |                  |
| <b>CULTIVO IN VITRO DE PINHÃO MANSO (JATROPHA CURCAS L.) .....</b>   | <b>50 - 56</b>   |
| Ana Maria Bento Furtado, Giovana Ferreira D'angelo, Pâmela Carolina Antunes de Souza, Wesley Machado, Anderson Hollerbach Klier, Kelly Moreira GrilloBranco, Gracielle Teodora da Costa Pinto Coelho.  |                  |
| <b>A DANÇA COMO ESTRATÉGIA PARA CONTER O ESTRESSE: UMA ANÁLISE QUALITATIVA DOS RESULTADOS DA IMPLEMENTAÇÃO DESSA ATIVIDADE EM UMA MATERNIDADE.....</b>   | <b>58 - 62</b>   |
| Wesley Ribeiro Soares, Luciene Rodrigues Kattah, George Schayer Sabino.  |                  |
| <b>USO DE MEDICAMENTOS E POLIFARMÁCIA ENTRE PORTADORES DOS VÍRUS DA HEPATITE B E C.....</b>  | <b>64 - 73</b>   |
| Letícia Gonçalves Cruz, Tayane Oliveira dos Santos, Djanane Ramalho de Oliveira, Luciana Diniz Silva, Rosângela Teixeira, Yone de Almeida Nascimento.  |                  |
| <b>FREQÜÊNCIA DE FATORES INTRÍNSECOS E EXTRÍNSECOS RELACIONADOS A QUEDAS EM IDOSOS COMUNITÁRIOS.....</b>   | <b>74 A 78</b>   |
| Ana Clara de Assis, Lorena Lages Gusmão, Vitor Tigre (alunos), Lidiane Aparecida Pereira de Sousa, Aline Cristina de Souza.  |                  |
| <b>CÁRIE DENTÁRIA E MÁ OCLUSÃO: IMPACTO NA QUALIDADE DE VIDA DE ADOLESCENTES COM ANEMIA FALCIFORME.....</b>  | <b>80 - 87</b>   |
| Grace Beatriz Veloso Reis, Joaquim Barbosa Matias Neto, Marielle Martins Alves, Sabrina Seabra Freitas, Viviane C. Procópi, Cristina Machado Silvestre, Maria Luiza da Matta F. Fernandes.   |                  |
| <b>A TUTELA EXTERNA DO CRÉDITO NO ORDENAMENTO CIVIL BRASILEIRO: REPENSANDO OS EFEITOS CONTRATUAIS....</b>  | <b>88 - 103</b>  |
| Gleycon Jonatahn Queiroz, Helbert Leopoldino, Antônio Freitas, Fernanda Paula Diniz, Renata Guimaraes Pompeu.  |                  |
| <b>ESCOLA ALÉM DOS MUROS: OS SITES DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS REVELAM SUA VERDADEIRA IDENTIDADE....</b>   | <b>104 - 117</b> |
| Cátia Aparecida Ramos, Fabíola da Cunha Menezes, Renato Júdice de Andrade.   |                  |
| <b>A COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO COLETIVO NO FÓRUM METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE.....</b>   | <b>118 - 125</b> |
| Bruno Menezes do Carmo, Lídia Carolina Silva Salazar, Daisy Batista Silva, Fernanda Helena Ribeiro, Fernanda Bartolomeu Silva, Cláudia Chaves Fonseca, Juniele Rabelo de Almeida, Marialice Nogueira Emboava, Jaqueline Morelo.                                    |                  |
| <b>ANÁLISE DA DEMANDA TURÍSTICA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER VINCULADOS À FUNDAÇÃO ZOO-BOTÂNICA DE BELO HORIZONTE.....</b>  | <b>126 - 138</b> |
| Alessandra Bomtempo Bresolin, Jaqueline Maria Pio do Carmo, Camila Perazoli Rocha, Cláudia Fidelis Resende, Samantha Damasceno Lopes, Kelly Moreira Grillo Ribeiro Branco, Marcela C.A. Scotti.  |                  |
| <b>OS NOVOS IDOSOS: PERFIS DE COMPORTAMENTO DE CONSUMIDORES DE AGÊNCIAS DE VIAGENS DE BELO HORIZONTE QUE ENTRARÃO NA 3ª IDADE A PARTIR DE 2020.....</b>  | <b>140 - 147</b> |
| Jane Noronha Carvalhais, Eduardo Pimentel, Eduardo B. Machado.   |                  |

|  |                  |
|--|------------------|
| <b>POLÍTICAS PÚBLICAS: A BUSCA DA EFETIVAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA E DOS DIREITOS HUMANO-FUNDAMENTAIS.....</b>   | <b>148 - 162</b> |
| Regiane Monteiro Barbosa de Souza, Roberta Isabel Oliveira Abreu, Victor Vinicius Figueiredo Corrêa, Rosane Monteiro Barbosa de Souza, Camila Mazzinghy da Cunha, Vanessa Meireles Araújo, Júlio César Faria Zini. |                  |
| <b>AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E O JULGAMENTO DAS CONTAS DO PREFEITO PELO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.....</b>  | <b>164 - 183</b> |
| Bianca Alves Ribeiro Bianchi Scaldaferrri, Renata Souza do Espirito Santo, Frederico Barbosa Gomes.  |                  |

# ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO RESFRIAMENTO ADIABÁTICO EVAPORATIVO POR PAINÉIS COMPOSTOS DE BUCHA VEGETAL (*LUFFA CYLINDRICA*) PARA ACONDICIONAMENTO TÉRMICO DE AMBIENTES

Leandro de Souza Amancio<sup>1</sup>  
Vinícius Avelar Ribeiro Loura<sup>2</sup>  
Magno Augusto Motta Macieira Drumond<sup>2</sup>  
Ilda de Fátima Ferreira Tinôco<sup>3</sup>  
Sérgio Zolnier<sup>3</sup>  
José Francisco Vilela Rosa<sup>4</sup>

**Resumo:** A indústria brasileira de criação de animais vem se destacando de forma crescente no cenário mundial, devido ao seu notório índice de exportação de produtos deste segmento. Este mercado exige, para tanto, bastante cuidado em todas as etapas produtivas, sumariamente aquelas que se relacionam com o conforto térmico dos animais durante a maturação para o corte. Na tentativa de minimizarem problemas, os produtores do ramo buscam na tecnologia, uma solução. No Brasil, o mais visto é o sistema de resfriamento evaporativo do ar, no qual são utilizados painéis de material poroso umedecido por gotejamento ou aspersão, que possibilitam o resfriamento e umedecimento do ar ambiente. Hoje, o material de preenchimento mais empregado é a celulose, que apresenta bons resultados de eficiência, porém, este apresenta alguns inconvenientes. Diante disso, muitos estudos mostram que é viável a utilização de materiais alternativos, tal como a *Luffa Cylindrica*, ou mais popularmente conhecida, bucha vegetal. Diante do exposto, o trabalho teve como objetivos: determinar as dimensões de placas de *Luffa Cylindrica* que sejam consideradas equivalentes à celulose em termos de transferência de calor e massa; aplicar os princípios da conservação de massa e energia no dimensionamento de placas evaporativas de *Luffa Cylindrica* e validação através do experimento e comparações com o painel evaporativo comercial de celulose; verificar se a eficiência de resfriamento do ar para bucha vegetal é crescente para espessuras entre 6 e 10 cm. Em resumo, concluiu-se que para todos os painéis evaporativos confeccionados em *Luffa Cylindrica*, os resultados foram compatíveis com os obtidos em painéis de celulose, ou seja, com esses painéis, poderemos alcançar uma eficiência aceitável para um resfriamento adiabático evaporativo de ambientes. A melhor eficiência foi encontrada no painel de 10 cm, com bons resultados também no de 6 cm.

**Palavras chave:** Bucha vegetal. Resfriamento evaporativo. Túnel de vento.

**Abstract:** The Brazilian industry of animal husbandry has been increasing incrementally on the world stage due to its remarkable rate of export of products in this segment. This market, requires, for that, very careful at all stages of production, summarily those that relate to the thermal comfort of the animals during maturation to the court. In an attempt to minimize these problems, the producers of this segment, seek on the technology industry, a solution. In Brazil, the most seen is the evaporative cooling air, in which are used panels of porous material soaked by dripping or spraying, which allows the cooling and moistening of the air. Today, the most commonly used filling material is cellulose, which has good efficiency results, however, this has some

drawbacks. Therefore, many studies show that it is feasible to use alternative materials such as *Luffa cylindrica*, or more commonly known, vegetable sponge. Given the above, the work aimed determine the dimensions of *Luffa Cylindrica* plates that are considered equivalent to cellulose in terms of heat and mass transfer; apply the principles of conservation of mass and energy in the sizing of evaporative plates of *Luffa cylindrica* and validation through experiments and comparisons with the cellulose commercial evaporative panel; verify if the efficiency of cooling air for the vegetable sponge is growing for thicknesses from 6 to 10 cm. In summary, it was concluded that for all evaporative panels made of *Luffa cylindrica*, the results were consistent with those obtained from panels of cellulose, in other words, with this panels, can reach an acceptable efficiency for evaporative cooling of environments. The best efficiency was found in the panel of 10 cm, with good results also in 6 cm.

**Keywords:** Vegetable spongel. Evaporative cooling. Wind tunnel.

## INTRODUÇÃO

A indústria de produção animal brasileira é uma das maiores do mundo, com grandes progressos nas áreas de nutrição, genética, manejo e sanidade. Entretanto, em decorrência das altas temperaturas e baixa umidade relativa do ar em grande parte do ano, associados à tipologia aberta e sem isolamento térmico dos alojamentos, o desempenho produtivo dos animais é limitado com redução da lucratividade das indústrias. Nesse sentido, são adotados métodos para o condicionamento térmico dos recintos como, por exemplo, o sistema de ventilação em modo túnel, associado ao sistema de resfriamento evaporativo.

O sistema de resfriamento adiabático evaporativo visa possibilitar a passagem do ar a ser resfriado (não saturado) por uma superfície umedecida ou aspergida, utilizando-se meios para otimizar esse contato, como ventiladores e exaustores. Como resultado, por troca simultânea de calor e massa entre o ar e a água, ocorre a vaporização da água, o umedecimento e resfriamento do ar.

Outros benefícios do sistema são a melhoria da qualidade do ar, não causar danos ao meio ambiente, baixa manutenção e consumo de energia, a larga aplicação na indústria de produção animal e no condicionamento de grandes espaços.

Usualmente, os painéis de materiais porosos umedecidos mais empregados são compostos de papel celulósico corrugado, que têm desempenho satisfatório, mas apresentam uma série de inconvenientes em sua utilização no Brasil, tais como um alto custo e baixa durabilidade.

Este trabalho estuda a viabilidade de utilizar um material alternativo em substituição à celulose. Nesta pesquisa, foi escolhida a *Luffa Cylindrica*, ou mais popularmente conhecida como bucha vegetal, que possui propriedades e ca-

racterísticas que fazem dela um bom material poroso como: fibras com estabilidade dimensional, isolante térmico e acústico, durabilidade, pouco inflamável, é biodegradável e, além disso, é de fácil aquisição e baixo custo.

Apesar de poucos estudos envolvendo a utilização da *Luffa Cylindrica* no resfriamento evaporativo, Oliveira (2007), Tinôco et al. (2002) apontam que dentre alguns materiais porosos encontrados no Brasil, a *Luffa Cylindrica* poderia substituir, com vantagem econômica, a utilização da celulose no processo de resfriamento evaporativo.

Diante o exposto, o trabalho teve como objetivos: determinar as dimensões de placas de bucha vegetal, que sejam consideradas equivalentes à celulose em termos de transferência de calor e massa; aplicar os princípios da conservação de massa e energia no dimensionamento de placas evaporativas de *Luffa Cylindrica* e validação através do experimento e comparações com o painel evaporativo comercial de celulose; verificar se a eficiência de resfriamento do ar para bucha vegetal é crescente para espessuras entre 6 e 10 cm.

## CONFORTO TÉRMICO

### E A PRODUÇÃO ANIMAL

O ambiente é caracterizado por um conjunto de fatores climáticos, como temperatura, velocidade e umidade relativa do ar, que exercem influência direta no desenvolvimento biológico e potencial produtivo dos animais de maneira favorável ou desfavorável. (CURTIS, 1983)

Para compensar a produção de calor de forma a garantir a homeotermia, causada pela intensa radiação solar e a elevadas temperaturas e umidade relativa do ar, características de regiões com climas tropicais e subtropicais, invo-

luntariamente, os animais perdem o apetite, ingerem menos ração, com consequente redução do ganho médio de peso e aumento da taxa mortalidade dos lotes. (SOUZA, 1996)

Assim, de forma a manter o equilíbrio térmico entre o animal e o ambiente, artifícios são utilizados para se chegar a uma faixa estabelecida como ótima de conforto animal. Entre esses, destaca-se o sistema de resfriamento adiabático evaporativo do ar ambiente em modo túnel. (TINÔCO, 1988, 1996)

## RESFRIAMENTO ADIABÁTICO EVAPORATIVO DO AR

O resfriamento evaporativo do ar se conceitua como um processo natural que ocorre quando a quantidade de energia transferida da superfície de apoio às moléculas de água para as mesmas for superior à necessária para manter as ligações moleculares da fase líquida. Dessa maneira, devido à perda de energia latente no processo de evaporação, ocorre um abaixamento na temperatura da água que, por sua vez, é compensado pelo calor passado do entorno para a superfície do líquido, sob regime permanente. Nessas características, quando o ar ao redor transfere a mesma energia cedida pela água, tem-se que esta atingiu a temperatura de bulbo úmido (TBU), não variando-se a temperatura. Em decorrência do calor cedido, o ar sofrerá um decaimento em sua temperatura. (ROSA, 2009)

A denominação "adiabático" é atribuído ao resfriamento evaporativo quando a água evapora em uma corrente de ar livre, sem suprimento externo de calor, a temperatura de bulbo seco (TBS) do ar é reduzida e seu conteúdo de umidade é elevado, enquanto sua temperatura termodinâmica de bulbo úmido (TBU) permanece constante, ou seja, a quantidade total de calor do ar (sensível e latente) permanece constante. (ROSA, 2009)

### Como o Resfriador Evaporativo funciona

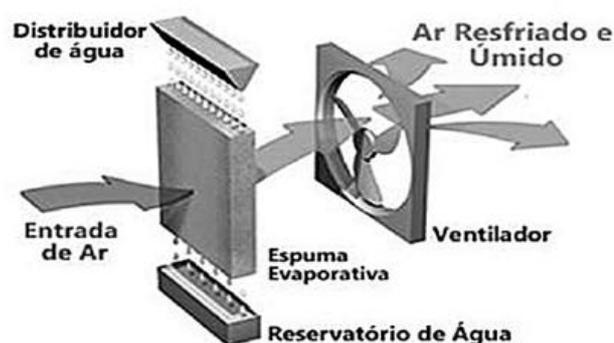


Figura1: Sistema de resfriamento adiabático evaporativo do ar

Fonte: Acervo digital da Empresa Clima Bom.

O processo de resfriamento evaporativo do ar ocorre naturalmente e se caracteriza pela redução da temperatura do ar e elevação de sua umidade relativa a partir da incorporação de água ao ar por meio de mecanismos artificiais ou não, os quais promovem simultânea transferência de calor e massa entre o ar e a água por ele incorporada. (PIMENTA; CASTRO, 2003)

O resfriamento evaporativo é um método bastante utilizado para o condicionamento de ambientes e que tem ganhado muito espaço, principalmente, nas regiões áridas e semi-áridas do mundo, devido à sua eficiência em energia. É considerado um sistema ecologicamente correto, pois não polui, já que utiliza como fluido de trabalho a água. (CASTRO, 2003)

O ar atmosférico é composto pela mistura de ar seco e vapor d'água. A relação entre a quantidade de vapor d'água dentro de um determinado volume de ar atmosférico nos dará a umidade relativa do ar. Se o ar estiver saturado, ou seja, se dentro daquele determinado volume de água só houver vapor, a umidade relativa será igual a 100%. Tal situação pode ser observada durante ou após um período chuvoso. Geralmente, o teor de umidade relativa se apresenta inferior ao de saturação, o que deixa o ar apto a absorver mais vapor d'água. Para que essa absorção seja efetivada, a água deverá passar da fase líquida para vapor, o que demanda uma certa quantidade de energia, que é cedida pelo ar. Em consequência disso, o ar se resfria. (SILVA, 2002)

Teoricamente, a temperatura da água permanece inalterada em contato com o ar. Porém, na prática, a água, geralmente, ganha algum calor sensível em alguma parte do processo. Sendo assim, a maioria dos "comportamentos adiabáticos" em resfriamento evaporativo representa apenas uma aproximação. (WATT; BROWN, 1997)

Givoni (1994) sustenta que os sistemas de resfriamento evaporativo podem ser classificados quanto ao contato da água evaporada com ar a ser resfriado e quanto à energia requerida para promover a evaporação. Segundo o autor supracitado, ocorre o resfriamento direto quando a água evapora com o ar que se deseja resfriar, umidificando-o. Já a configuração indireta faz-se presente quando o ar a ser resfriado mantém-se separado do processo evaporativo e sem receber umidade. Existe também o resfriamento evaporativo em duplo estágio, que utilizam o processo direto e indireto, o resfriamento passivo, que se dá quando a evaporação ocorre naturalmente, sem consumo de energia, e o resfriamento semipassivo, no qual a evaporação é promovida ou intensificada por meio de dispositivos mecânicos.

## RESFRIAMENTO EVAPORATIVO DIRETO

O processo de resfriamento evaporativo direto atua com a conversão de calor sensível em calor latente. A corrente de ar (mistura ar seco e vapor de água) é resfriada por evaporação da água para o ar. A adição de vapor d'água aumenta o calor latente e a umidade relativa do ar. Considerando que as perdas de calor para o ambiente sejam desprezíveis, o processo pode ser considerado adiabático e, dessa forma, o aumento do calor latente é compensado por uma redução do calor sensível e conseqüente diminuição da temperatura de bulbo seco do ar. (CASTRO, 2003)

## RESFRIAMENTO EVAPORATIVO INDIRETO

Nos equipamentos de refrigeração evaporativa indireta, o ar, relativamente seco, é mantido separado do ar do lado molhado, no qual o líquido está evaporando, pela presença de um trocador de calor. Nesse caso, o ar que será utilizado para condicionar o ambiente transfere calor para uma corrente de ar secundária ou para um líquido, em que foram resfriados evaporativamente. Esses equipamentos são mais eficientes em regiões de clima seco e temperado. (CASTRO, 2003)

## MATERIAIS UTILIZADOS NAS CÉLULAS EVAPORATIVAS

Alguns países de clima quente e seco têm aplicado o sistema de resfriamento adiabático evaporativo com eficiência e economia para gerar redução da temperatura em construções agrícolas. Para tanto, o material empregado no preenchimento dos resfriadores evaporativos deve ter características e propriedades para promover a evaporação da água pelo ar e filtrar partículas maiores. Os materiais mais comumente empregados nos painéis são: fibra de vidro, celulose, polipropileno e fibra de madeira. (ROSA, 2009)

Por apresentar uma boa eficiência no arrefecimento do ar, em todo o mundo, a celulose é o material mais utilizado nos painéis evaporativos. Entretanto, alguns problemas associados ao uso desse material no Brasil como, por exemplo, a baixa durabilidade devido à vulnerabilidade a ataque de roedores e microorganismos, dificuldade de aquisição e alto custo, fazem com que seja viável a utilização de materiais alternativos. (ROSA, 2009)

Em estudos realizados por Oliveira, (2007) para a ava-

liação da eficiência do resfriamento evaporativo, entre outras coisas, foi possível concluir que, dentre alguns materiais porosos encontrados no Brasil, a *luffa cylindrica* poderia satisfazer, com vantagem econômica, a utilização da celulose no processo de resfriamento evaporativo.

## LUFFA CYLINDRICA

A *Luffa Cylindrica*, ou mais popularmente conhecida como bucha vegetal, é uma planta subtropical, abundante em países asiáticos e da América do Sul. É amplamente cultivada no Brasil, sendo facilmente encontrada para comercialização em todo o país.

O interesse da *Luffa Cylindrica* como painel evaporativo surgiu da observação de uma favorável disposição fibilar, possibilitando eminente área de contato entre o ar e a água; propriedades físicas estáveis; alto grau de porosidade; facilidade de compactação. (OLIVEIRA, 2007)

Em estudos realizados por Tanobe *et al.* (2005) sobre o comportamento da *luffa cylindrica* em tratamento químico com solução aquosa de NaOH 2%, observou-se que a durabilidade do vegetal aumentou e não causou danos às suas fibras.

## SISTEMA DE VENTILAÇÃO EM MODO TÚNEL

Entende-se por ventilação o processo de renovação do ar em um ambiente. Permite o controle da pureza do ar, eliminando ou reduzindo os níveis de gases nocivos, excesso de umidade e odores. É um artifício utilizado visando ao conforto ambiental.

A ventilação pode ser de dois tipos: natural ou forçada. Esta última, utilizada no modo túnel, pode ser realizada de duas formas: sistema de pressão negativa ou exaustão; e sistema de pressão positiva ou pressurização.

No sistema de ventilação negativa, o ar é succionado para dentro do ambiente por meio de exaustores. A eficiência desse processo depende de uma boa vedação do aviário, evitando perdas de ar. Já no sistema de ventilação positiva, o ar externo é insuflado para dentro da instalação por meio de ventiladores. (ROSA, 2009)

## METODOLOGIA

O experimento foi realizado no Laboratório de Construções Rurais e Ambientais do Departamento de Engenharia Agrícola da Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa – MG, no período de dezembro de 2011 a janeiro de 2012. As condições climáticas do ambiente durante os ensaios não eram favoráveis para realização dos testes, pois com

altos valores de umidade relativa do ar e baixas temperaturas, a eficiência de resfriamento e umedecimento do ar é minimizada.

Para a fase experimental, foi utilizado túnel de vento (figura 1), já construído em pesquisa anterior por Vigoderis (2002), com base no protótipo de Liao e Chiu (2002), permitindo a análise dos dados físicos e térmicos do ambiente, avaliando a eficiência do sistema de resfriamento evaporativo.

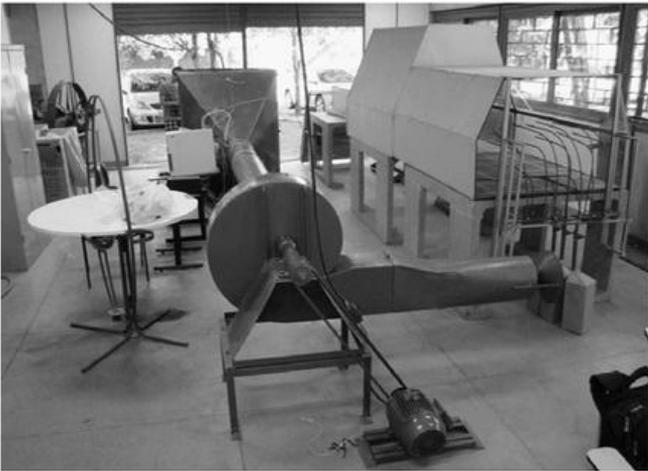


Figura 2: Túnel de vento, vista traseira

Os procedimentos iniciais para a realização do experimento consistiram em construir um painel adaptado às espessuras desejadas, calibrar os aparelhos de medição, restaurar e testar o túnel de vento. Procedeu-se a instalação de cinco termopares no duto do túnel com a função de avaliar a temperatura em pontos diferentes; dois sensores de temperatura e umidade relativa do ar dentro e fora do túnel (HUM50Y, VAISALA, Woburn, MA).

Os termopares e demais sensores foram conectados à placa de aquisição de dados (Placa CYDAS 1620HR, CYBERRESEARCH, Branford, CT). Esta placa converte os sinais analógicos colhidos pelos aparelhos em sinais digitais, que são transferidos para um computador.

Feita a instalação e calibração dos instrumentos medidores e a montagem do sistema de aquisição automática de dados (figura 3), procedeu-se com a colocação das buchas vegetais nos painéis, de modo que as buchas ficaram deitadas em posição longitudinal e levemente compactadas (figura 4). Em seguida, o painel foi fixado na parte frontal do túnel de vento, sendo irrigado pelo sistema de abastecimento para garantir o umedecimento do painel estudado (figura 5).

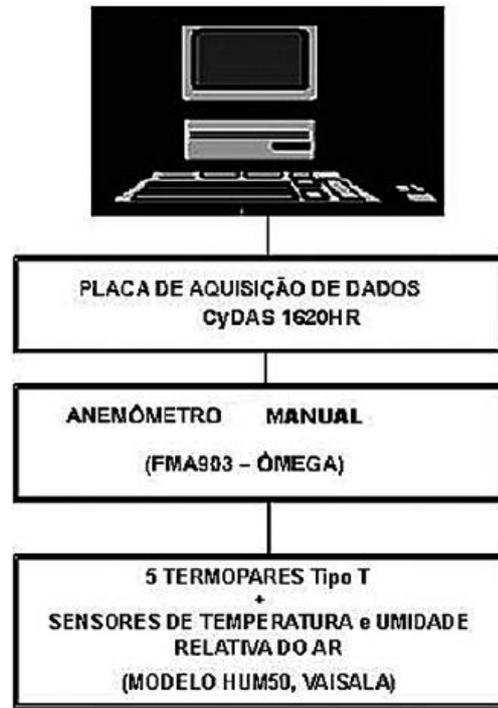


Figura 3: Esquema do sistema de aquisição de dados utilizado na pesquisa

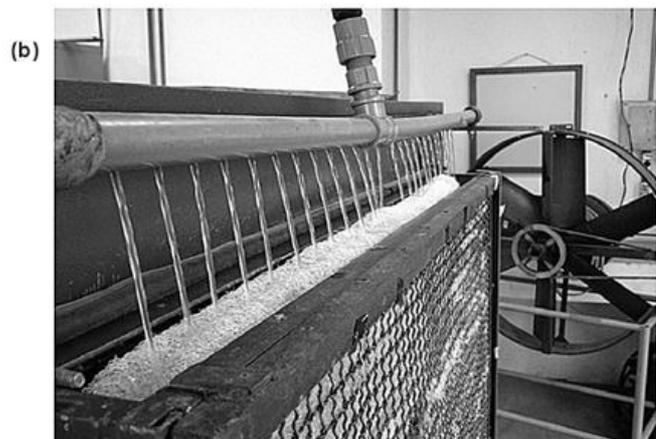
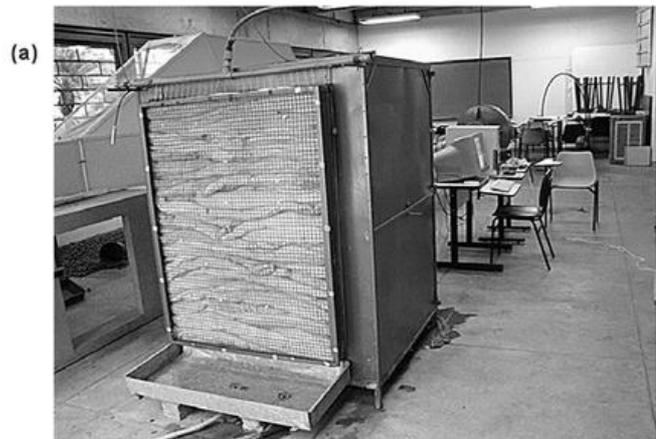


Figura 4: (a) buchas vegetais em posições longitudinal e levemente compactadas; (b) sistema de abastecimento de água

A Velocidade do ar foi medida por meio de um anemômetro manual (modelo FMA-903-I, OMEGA, Stanford). Esse aparelho medidor era posicionado manualmente no centro geográfico de 18 pontos, a aproximadamente 5 cm do painel, determinando-se, assim, a velocidade média do ar por cada repetição, antes de sua passagem pela placa porosa. Entre uma medição e outra, foi considerado um intervalo de tempo de 30 segundos, ou seja, eram cronometrados meio minuto entre a mudança do aparelho de um ponto para outro, sendo assim nos 18 pontos e em cada repetição.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os cálculos de eficiência foram feitos com equações de transferência de calor e massa.

O túnel de vento mostrou-se apto para o desenvolvimento da pesquisa. Obtendo-se resultados semelhantes aos alcançados pelo painel testemunha. Apesar de não se obter um resfriamento satisfatório devido às condições climáticas que não eram favoráveis ao teste. Com altos valores de umidade relativa do ar e baixas temperaturas dispensa-se o uso do resfriamento.

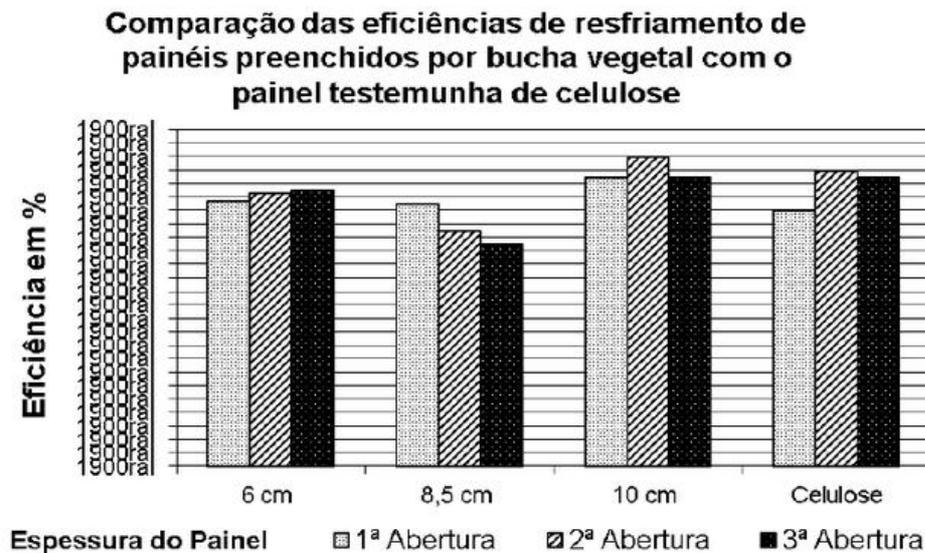


Figura 5: Gráfico dos valores médios das eficiências de cada painel nas espessuras 6 cm, 8,5 cm e 10 cm, em relação ao painel de celulose para cada abertura de vazão

A Figura 5 mostra que o painel com a melhor eficiência de resfriamento, utilizando a bucha vegetal como material de preenchimento, é aquele cuja espessura é de 10 cm. A coleta de dados foi realizada em condições de alta umidade relativa do ar, dia em que, naturalmente, já se tem umidade relativa desejada sem auxílio de aditivo. Consequentemente, não se obtiveram os resultados pretendidos. A eficiência de resfriamento ficou em torno de 40 a 46%, tanto nos painéis de bucha vegetal, quanto no de celulose. Os resultados insatisfatórios no resfriamento com bucha vegetal se equiparam ao apresentado pelo painel testemunha, feito com celulose industrial própria para esta finalidade.

Verificando os resultados, é possível perceber que os valores alcançados nos painéis de 6, 8, 5 e 10 cm são valores próximos dos encontrados no painel de celulose que funciona como testemunha, pelo fato de existirem diversos testes que comprovam sua eficiência. Assim, pode-se deduzir que, em condições climáticas ideais, o experimento com bucha vegetal pode ter eficiência comparável às apresentadas utilizando-se a celulose.

## CONCLUSÕES

A eficiência de resfriamento em torno de 40 a 46%, tanto nos painéis de bucha vegetal, quanto no de celulose, é devido à alta umidade relativa do ar nos dias de coleta de dados – naturalmente, nesses dias, já se tem umidade relativa desejada, consequentemente, não precisa de aditivo – fato comprovado pelo valor da eficiência calculada com o painel testemunha, feito com celulose industrial própria para esta finalidade.

Em resumo, o trabalho comprova que, usando-se bucha vegetal, poderemos alcançar uma eficiência aceitável para um resfriamento adiabático evaporativo de ambientes.

De acordo com os resultados obtidos neste trabalho, pode-se concluir que:

1- Todos os painéis evaporativos confeccionados em *Luffa Cylindrica*, nas espessuras de 6, 8, 5 e 10,0 cm, mostraram resultados de eficiência de resfriamento adiabático evaporativo do ar compatíveis com os obtidos utilizando-se

painéis de celulose.

2- Para os painéis formados com *Luffa Cylindrica*, observou-se que a melhor eficiência foi encontrada no painel de 10 cm. Dessa forma, contempla o objetivo do estudo, que era analisar se o aumento das espessuras aumentaria a eficiência de resfriamento ou não.

3- Este estudo mostra que ainda são necessários mais experimentos, visto que bons valores de eficiência de resfriamento também foram obtidos para a espessura de 6 cm, o que deixa em aberto estudos sobre a inflexão da curva Eficiência x Espessura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMARGO, J.R. **Sistemas de resfriamento evaporativo e evaporativo-absortivo aplicados ao condicionamento de ar**. 2003. 140 f. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) - Universidade Estadual Paulista, Guaratinguetá-SP, 2003.
- CASTRO, W. P. **Projeto de sistemas de climatização por resfriamento evaporativo**. (2003). Disponível em: <[http://www.laar.unb.br/Relatorios\\_PG/Relatorio\\_final\\_Wagner\\_Castro.pdf](http://www.laar.unb.br/Relatorios_PG/Relatorio_final_Wagner_Castro.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2011.
- CURTIS, S. E. **Environmental management in animal agriculture**. Ames: The Iowa State University Press, 1983.
- EMPRESA "Clima Bom". **Climatizador Evaporativo**. (s.d.). Disponível em: <<http://www.climabom.com.br/produtos/3/CLIMATIZADOR%20EVAPORATIVO>> Acesso em: 15/02/2012.
- GEA, M.; HOYOS, D.; IRIARTE, A.; LESINO, G. *Estudio de arcilla expandida como relleno de intercambiadores para esfriamiento evaporativo*. **Avances em Energia Renovables y Medio ambiente**, v.7, n.2, 2003, Argentina, p.8-37 a 8-42. Disponível em: <[www.asades.org.ar/averna/7-2003/art085.pdf](http://www.asades.org.ar/averna/7-2003/art085.pdf)>. Acesso em: 18/02/2012.
- GIVONI, B. **Passive and low energy cooling of buildings**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1994.
- OLIVEIRA, A. M. **Climatização por resfriamento evaporativo: Estudo teórico e experimental de protótipos**. Dissertação (Doutorado em Engenharia Mecânica). Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.
- PIMENTA, J. M. D.; CASTRO, W. P. *Analysis of different applications of evaporative cooling systems*. **Proceedings of the 17th International Congress of Mechanical Engineering**, São Paulo - SP. COBEM2003.
- ROSA, J. F. V. **Avaliação de painéis porosos constituídos de argila expandida em sistemas de resfriamento adiabático evaporativo**. Dissertação (Doutorado em Engenharia Agrícola). Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa, 2009.
- SILVA, J. G. **Introdução à tecnologia da refrigeração e da climatização**. São Paulo: Artliber Editora, 2003.
- SOUZA, J.C. **Conforto ambiental para aves - ponto de vista do produtor (frangos de corte)**. In: SIMPOSIO GOIANO DE AVICULTURA, 2, 1996, Goiânia - GO. Anais..., 1996, p.61-62.
- TANOBE, V. O.; SYDENSTRICKER, T. H. D.; MUNARO, M.; AMICO, S. C., 2005. **A comprehensive characterization of chemically treated brazilian sponge-gourds (*luffa cylindrica*)**. *Polymer Testing* 24, 2005, p. 474-482.
- TINÓCO, I. F. F. **Resfriamento adiabático (evaporativo) na produção de frangos de corte**. Tese (Mestrado em Engenharia Agrícola). Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa, 1988.
- TINÓCO, I. F. F. **Efeitos de diferentes sistemas de acondicionamento de ambiente e níveis de energia metabolizável na dieta sobre o desempenho de matrizes de frangos de corte**. Tese (Doutorado em Ciência Animal). Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.
- VIGODERIS, R. B. **Desenvolvimento de um protótipo para resfriamento adiabático evaporativo, em instalações climatizadas para animais, usando argila expandida**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola). Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa, 2002.
- WATT, J.R.; BROWN, W.K. **Evaporative air conditioning handbook**. 3rd edition. Lilburn, 1997.

## NOTAS

- 1 Discente do curso de Engenharia Civil, aluno voluntário do XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.
- 2 Discentes do curso de Engenharia Civil, alunos bolsistas do XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.
- 3 Professores colaboradores da pesquisa, docentes da Universidade Federal de Viçosa.
- 4 Coordenador da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.



# DEMONSTRAÇÕES CIENTÍFICAS: ENSINANDO QUÍMICA E FÍSICA COM USO DE FENÔMENOS SURPREENDENTES

Leandro Henrique Moura Silva<sup>1</sup>  
Bruno da Silva Melo<sup>2</sup>  
Luiza Dutra Rodrigues<sup>2</sup>  
Natália Cristina da Silva Fonseca<sup>2</sup>  
Brício Mares Salles<sup>3</sup>  
Kemilly Arielly Oliveira Freitas<sup>3</sup>  
Lúcia Maria Batista<sup>4</sup>  
Luciano Emerich Faria<sup>5</sup>

**Resumo:** O ensino básico de ciências sempre foi um grande desafio em nosso país. Taxado como tedioso e descontextualizado, baseado na memorização de conceitos ou na solução mecânica de problemas, o ensino das disciplinas científicas conduzem os estudantes dos níveis Fundamental e Médio ao desinteresse e, muitas vezes, à aversão por física, química e pelas tecnologias a elas ligadas. O projeto Newton na Escola teve como objetivo desenvolver materiais, equipamentos e atividades experimentais em Física e Química, relacionadas ao conhecimento teórico básico. As situações experimentais propostas e desenvolvidas pelos estudantes dos cursos de engenharia do CUNP, foram apresentadas em escolas e eventos institucionais, de forma a promover o interesse pela ciência, pela tecnologia e pelas profissões a elas relacionadas. Os resultados obtidos indicam que o projeto tem, como esperado, um forte potencial de impacto quando levado às escolas de ensino básico.

**Palavras-chave:** Ensino de química e de física. Engenharia. Experimentos. Extensão universitária.

**Abstract:** The teaching of basic science has always been a challenge in Brazil. Regarded as tedious and decontextualized, based on memorization of concepts to solve mechanical problems, the issues of science education are leaving students of primary and secondary levels with disinterest and often with an aversion to such disciplines as physics, chemistry and technology associated with them. The "Newton na Escola" project aimed to develop materials, equipment and experimental activities in Physics and Chemistry, approaching the theoretical knowledge base. The experiments were proposed and developed by engineering students from Centro Universitário Newton Paiva and presented at schools and corporate events, aiming to promote interest in science, technology and the professions related to them. The results indicate that the project has, as expected, a high potential impact when brought to the elementary schools.

**Key-words:** Teaching of basic science. Engineering. Experimentation. University extension program.

## INTRODUÇÃO

É bastante aceito o fato de que o ensino de ciências, em qualquer nível, deve propiciar aos estudantes uma compreensão da descrição científica do mundo natural e dos processos da investigação científica. Ao contrário da simples memorização, a compreensão efetiva de fatos, conceitos, leis e teorias aceitas pela ciência, envolve uma análise crítica dos caminhos através dos quais o conhecimento foi construído e dos motivos que levaram a comunidade científica a considerá-los válidos. Desta forma, Física e Química, que são disciplinas essencialmente experimentais, nem sempre permitem a reprodução ou comprovação de seus fenômenos em sala de aula com experiências que ajudem a formular suas leis e teorias.

Atividades práticas são vistas como essenciais para a melhoria dos Ensinos Fundamental (EF) e Médio (EM) e ajudam a desenvolver nos estudantes as habilidades de formular questões e analisar evidências de forma crítica e a autonomia na tomada de decisões. Assim, o uso de atividades experimentais como estratégia de ensino de Física e de Química pode, não apenas tornar o ensino dessas disciplinas mais significativo, mas também contribuir para a formação de um cidadão mais consciente e atuante, apto a participar de discussões que envolvam conhecimento de ciências.

Entretanto, um olhar crítico sobre o ensino de ciências aponta falhas e deficiências que vão desde as lacunas na formação dos professores até o pouco investimento na infraestrutura escolar, principalmente, no que diz respeito ao uso de atividades experimentais. Dessa forma, o ensino de ciências tem permanecido como uma simples caricatura daquilo que o conhecimento científico poderia significar na formação dos estudantes.

Ações governamentais e da sociedade civil organizada têm apresentado bons resultados na complementação de atividades experimentais em espaços não-formais de ensino. Museus de ciência são realidade em grandes cidades do Brasil, onde alunos podem entrar em contato com prática. É o que afirma Marandino (2005):

Os saberes dos educadores, oriundos da prática pedagógica desenvolvida nos museus bem como das investigações educacionais realizadas fora e dentro do espaço museal, devem ser considerados fundamentais. Tais saberes são necessários, nos museus, não apenas para o desenvolvimento das atividades comumente denominadas 'educativas' - em geral, aquelas dirigidas ao atendimento direto ao público, como monitoria, produção de materiais e atendimento à escola -, mas também para o cumprimento de outros papéis que surgem à medida que a função educativa desses espaços se amplia (Marandino, 2005).

Para ratificar a metodologia de atividades práticas no ensino da química e da física, segundo Mateus (2001, p.12), "para chegar à cabeça, deve antes passar por suas mãos. Este é o caminho mais curto e também o mais rico." Assim, faz-se necessário o uso de demonstrações para enriquecer e dinamizar o ensino destas ciências. Observando, interagindo e realizando experimentos, os alunos podem fixar os áspersos e imaginativos conteúdos teóricos abordados em uma sala de aula comum.

Este estudo teve como objetivos desenvolver o interesse dos estudantes do ensino básico pela ciência em geral e pela física e química em particular, criando oportunidades para que eles possam percebê-las como algo "interessante, estimulante e divertido". Buscou, também, analisar a influência produzida sobre o padrão de interesse de alunos de diferentes instituições de EM, pelas ciências exatas e suas aplicações, a partir da proposta de uma nova perspectiva de aprendizado das disciplinas física e química.

## JUSTIFICATIVA

As dificuldades e problemas que afetam o ensino em geral e, particularmente, o ensino de Ciências, não são recentes e têm levado professores e pesquisadores a refletirem sobre suas causas e consequências (HAMBURGER - 2007). Dentre as propostas que têm sido formuladas com o propósito de encontrar possíveis soluções, destacam-se aquelas que apontam para o desenvolvimento de uma educação que capacite o indivíduo a atuar de modo consciente e responsável nos grupos sociais em que convivem (CARDOSO e COLINVAUX, 1999). Exposto aos apelos para participar e julgar políticas governamentais ou privadas, o cidadão necessita de habilidades e conhecimentos para tomar decisões pessoais ou que envolvam o bem coletivo. Entretanto, o exercício da cidadania só pode alcançado plenamente através do acesso à informação. Para tomar decisões, ser capaz de analisá-las criticamente, o cidadão precisa ter informações, avaliar seus custos e benefícios e buscar alternativas para a decisão. A informação é o ponto de partida para que ele possa atuar de maneira politicamente adequada. Nesse sentido, o entendimento da natureza da Ciência de um modo geral e, da Física e da Química em particular, constitui um elemento fundamental à formação da cidadania. O ensino dessas ciências, não somente nos Ensinos Fundamental (EF) e Médio (EM), mas também no nível superior, tem como característica a prevalência da teoria sobre a prática sendo, por esse motivo, considerado por muitos educandos monótono e pouco acessível.

Abordagens construtivistas enfatizam a importância do conhecimento prévio, do conjunto das experiências vividas pelos estudantes, das múltiplas fontes de informação a que

eles têm acesso, da negociação social de significados e da integração entre novas compreensões e as redes de conhecimento disponíveis. Estudantes constroem conhecimento quando, frente a uma nova informação, prestam atenção a ela, comparam-na com o conhecimento prévio e atribuem novos significados a essa informação, à luz daquilo que já conheciam (OSBORNE e WITTROCK, 1985).

O estudo de Ciências possui uma importância fundamental para o entendimento do ser humano, de si mesmo e do seu meio ambiente, a partir dos fenômenos que constituem o nosso dia-a-dia. Segundo Cardoso e Colinvaux (1999), o estudo de Ciências deve:

... possibilitar ao homem o desenvolvimento de uma visão crítica do mundo que o cerca, podendo analisar, compreender e utilizar este conhecimento no cotidiano, tendo condições de perceber e interferir em situações que contribuem para a deterioração de sua qualidade de vida. (CARDOSO e COLINVAUX, 1999, p. 01)

Trabalhos práticos em ciências são amplamente usados como estratégias de ensino e, geralmente, são vistos como cruciais no desenvolvimento da compreensão dos procedimentos da pesquisa científica. No entanto, a grande maioria das escolas públicas do estado Minas Gerais carece de espaços físicos destinados a atividades experimentais ou, se os possuem, são utilizados como salas de aula comuns ou como depósitos. Por outro lado, experiências e atividades práticas que poderiam ser realizadas dentro das salas de aula são deixadas de lado pelos professores que acreditam necessitar de salas especiais para esse fim (AXT e MOREIRA, 1991).

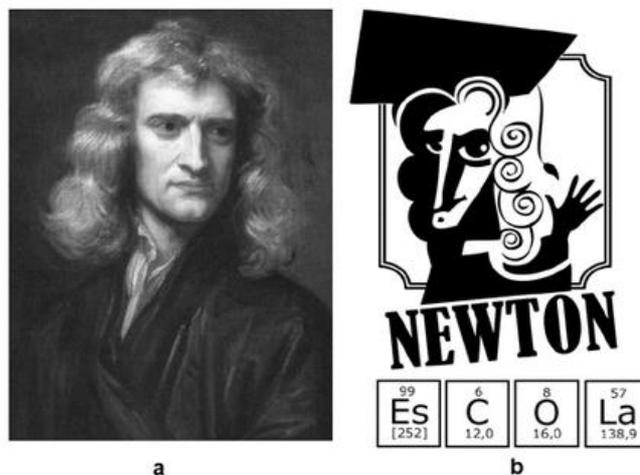
Nas últimas décadas, pesquisadores têm proposto que o professor deve buscar alternativas que possam compensar a ausência de laboratórios bem equipados, através da utilização de material de baixo custo ou de custo algum. Segundo os autores, o uso desses materiais pode permitir a realização de experimentos científicos sem que haja necessidade de laboratórios em salas especiais.

A familiaridade com os materiais utilizados nas montagens e nos experimentos permite ao aluno testar suas hipóteses de forma criativa a partir dos testes realizados e das propriedades que ele conhece ou supõe conhecer. Isso pode ajudá-lo a reconhecer que a ciência está a sua volta e faz parte do mundo real e, dessa maneira, aproximá-lo do conhecimento científico.

## METODOLOGIA

Como primeira medida, professores e alunos dos cursos de Engenharia Química e Civil do Centro Universitário Newton Paiva envolvidos no projeto criaram, juntos, o "Projeto Newton na Escola", em alusão ao nome da instituição proponente mais ainda, ligada à ilustre figura do

físico inglês do século XVII: Isaac Newton (figura 1). Sob a coordenação dos professores, os estudantes bolsistas e voluntários selecionam e desenvolveram materiais, equipamentos e atividades experimentais interativas abordando diferentes fenômenos físicos e químicos.



**Figura 1: Imagem do célebre físico Isaac Newton (a) e logotipo criado para o Projeto Newton na Escola (b)**

O projeto foi constituído de 5 (cinco) etapas: (i) Pesquisa, (ii) Planejamento (iii), Desenvolvimento de equipamentos e materiais (iv), Execução, (v) Avaliação.

Na primeira etapa do projeto, os estudantes tiveram contato com a bibliografia básica sobre divulgação da ciência em projetos similares ao proposto. Visitas a museus de ciências, já implantados e em operação na cidade de Belo Horizonte e proximidades, foram realizadas com o propósito de familiarizar o grupo com materiais, equipamentos e métodos utilizados.

A fase de planejamento teve como objetivo a escolha dos experimentos e do material necessário à elaboração das atividades desenvolvidas. Foram selecionados experimentos que se mostraram capazes de oferecer aos estudantes do ensino básico, uma maneira inusitada e estimulante de conhecer os fenômenos naturais e as relações do homem com o mundo.

A terceira fase consistiu no desenvolvimento dos equipamentos e da montagem efetiva das atividades experimentais a serem realizadas. Uma das propostas do projeto era despertar nos estudantes do ensino básico, a curiosidade e o gosto pelas ciências experimentais, em particular a Física e a Química. Por outro lado, professores de ciências do ensino fundamental e médio, nem sempre tem acesso a laboratórios de qualidade e se ressentem da dificuldade em realizar atividades experimentais que enriqueçam suas aulas. Com o propósito de auxiliar esses professores a elaborarem atividades práticas, os equipamentos e atividades desenvolvidos pelo projeto Newton na Escola, sempre que possível, utilizaram materiais de fácil acesso e de baixo custo.

A quarta etapa consistiu na execução efetiva das ativi-

dades. Elas foram apresentadas em duas ocasiões:

1º vestibular para 2012 do Centro Universitário Newton Paiva, realizado no dia 30 de outubro de 2011, no campus Bunitis, onde estão concentrados os cursos de engenharia da instituição (figura 2). Professores, coordenadores e alunos integrantes do projeto de divulgação científica



Figura 2: Apresentação pública do Projeto Newton na Escola com alunos “uniformizados” com camisas com logotipo durante o Vestibular 2012

Escola Estadual Dr. Aurino Moraes (Rua Domício Gabriel Vasconcelos, 230 - Vale do Jatobá, BH-MG). Monitores apresentaram as atividades para diferentes turmas do ensino médio, incluindo uma turma de EJA. Os vários experimentos foram distribuídos em mesas dispostas de forma a facilitar a aproximação dos estudantes que, assim puderam, não apenas ver a exposição, mas participar dela, tocando, interagindo e experimentando. Essa interatividade teve como propósito estabelecer uma relação de confiança, tornando-os descontraídos e confiantes para externar dúvidas e indagações acerca do experimento, do seu funcionamento e dos fenômenos científicos apresentados. Os monitores atuavam como mediadores, estimulando os estudantes e relacionando os conceitos científicos presentes em cada experimento com fatos do dia a dia, evitando, quando possível, a utilização da terminologia científica. Esses monitores eram alunos dos cursos de graduação em Engenharia, matriculados em diversos períodos.

Foram realizados diversos experimentos, dos quais se podem destacar:

- A invisibilidade do vidro: ao mergulhar um bastão de vidro num recipiente transparente contendo glicerina, não é possível distinguir a parte submersa do bastão do material líquido. Por outro lado, um objeto colorido pode ser perfeitamente visualizado. Isso acontece porque o índice de refração do vidro é igual ao da glicerina, fazendo com que a luz refletida por ambos não sofra desvios quando atravessa a superfície de separação desses materiais.

- Equilibrando uma bolinha no ar: uma bola de pingue-pongue pode flutuar, em equilíbrio quando atingi-

“Newton na Escola”, participaram do evento apresentando ao público, vestibulandos e acompanhantes, algumas das atividades científicas já desenvolvidas. A proposta era, não somente, aliviar a tensão dos vestibulandos e distrair seus acompanhantes, mas também permitir a interação entre eles e diversos fenômenos científicos.

da pelo jato de ar de um secador de cabelo. Esse fenômeno pode ser explicado pelo Princípio de Bernoulli: a pressão tende a ser maior nas regiões em que o fluido se movimenta com menor velocidade. Assim, o jato produzido pelo secador tem maior velocidade que o ar, fazendo com que a pressão na região seja sempre mais baixa, se comparada com a dos outros locais onde o ar se flui mais lentamente. É na periferia do jato de ar que a pressão é mais alta. Por sua vez, a bola é mantida em suspensão porque o jato de ar ascendente é suficiente para vencer o peso da bola de pingue-pongue.

- Força elétrica entre canudinhos atritados: canudos de plásticos, suspensos através de fios de nylon, quando atritados, conseguem ser atraídos pela mão. Isso acontece porque quando atritamos o canudo, eles se tornam eletrizados, em algumas regiões (“bolsões de carga”). A mão, por sua vez, fica com carga oposta. Quando aproximados, mão e canudinhos se atraem, pois possuem cargas elétricas de sinais contrários. Se as cargas forem em número suficientemente, a força elétrica pode ser capaz de manter o canudo grudado na mão. Se não forem, o canudo pode ser atraído e rapidamente afastado.

- Líquido não Newtoniano: grande quantidade de amido de milho em água, juntos em uma bacia dá origem a um fluido com características peculiares. Quando batemos neste sistema com força, a mão não consegue penetrar no mesmo. Isso acontece porque o fluido tem a sua viscosidade aumentada quando submetido a forças externas intensas. Esses fluidos são chamados de não-newtonianos. No caso da mistura coloidal de amido com água, as partículas de amido “se esfregam”

quando tentam se mover e daí vem a sua alta viscosidade. Mas, quando fazemos força externa sobre esse colóide, o atrito de esfregação entre as partículas cresce bastante a ponto de oferecer uma resistência muito maior que a esperada e que faz com que a mistura líquida pareça um sólido.

■ **Térmita:** uma reação altamente exotérmica, onde pó de alumínio e óxido de cobre são misturados; é utilizada pólvora para dar ignição à reação após a queima dos reagentes. O produto final da reação é ferro e óxido de cobre.



■ A quinta e última fase do projeto consistiu em uma avaliação baseada em um questionário (anexo1), cujo objetivo foi estabelecer as possíveis relações entre o impacto causado pela abordagem experimental e o interesse dos estudantes pelas disciplinas científicas, pela tecnologia e pelo estudo da engenharia.

Tabela 1: Percentuais de respostas ao questionário

| Respostas | Q1 | Q2 | Q3 | Q4  | Q5 | Q6  | Q7 | Q8 | Q9  | Q10 |
|-----------|----|----|----|-----|----|-----|----|----|-----|-----|
| % Não     | 2  | 47 | 47 | 0   | 41 | 0   | 6  | 53 | 0   | 71  |
| % Sim     | 88 | 53 | 53 | 100 | 59 | 100 | 94 | 47 | 100 | 29  |

Fonte: Questionário aplicado pelos monitores do projeto

De acordo com o quadro acima, a totalidade dos sujeitos pesquisados considerou que as atividades experimentais nas aulas de Física e Química ajudam a tornar aprendizagem mais agradável e interessante (questões 4 e 6) e podem ser realizadas em qualquer escola (questão 9). Além disso, elas possibilitam maior participação dos estudantes através de perguntas e comentários (questões 7 e 8). As questões 2, 3 e 5 faziam referência às avaliações utilizadas pelos processos de seleção das instituições de ensino superior (os vestibulares) e às aulas tradicionais de Ciências nas escolas de ensino médio. As respostas dadas pelos estudantes entrevistados indicam que os mesmos reconhecem o uso exacerbado da memorização de fórmulas e da solução de problemas numéricos que não conduzem ao raciocínio e à análise e a real compreensão dos fenômenos e dos processos científicos.

Outro ponto que merece destaque é o fato de que 77% dos alunos consideraram relevantes as explicações dadas pelos monitores e 88% deles afirmaram nunca ter tido oportunidade de participar de atividades escolares que abordassem os assuntos apresentados. Embora as atividades experimentais apresentadas pelo projeto não tenham a mesma finalidade pedagógica daquelas realizadas em laboratório, nas quais ocorre uma participação mais efetiva dos alunos, esse tipo de evento pode ser uma alternativa para a falta de laboratórios nas escolas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os primeiros resultados da proposta puderam ser observados durante o 1º Vestibular 2012. As atividades experimentais apresentadas conseguiram atrair o interesse do público presente. Crianças e adultos não apenas observavam os experimentos realizados, mas se admiravam, interagiam com eles, tentavam explicações por conta própria. Permanecendo a dúvida, perguntavam aos participantes do projeto.

As reações do público, particularmente dos jovens e das crianças presentes, indicam que o projeto tem, como esperado, um forte potencial de impacto entre o público leigo.

Na Escola Estadual Doutor Aurino Moraes, 17 estudantes responderam ao questionário. As respostas foram tabuladas e, em seguida, analisadas. Os resultados encontram-se sintetizados no quadro seguinte:

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente a necessidade de atividades demonstrativas no ensino de Ciências, fato pouco comum à realidade da grande maioria de alunos de nossos ensinos fundamental e médio e que pode justificar o baixo interesse pela procura de cursos no ensino superior que estejam aliados a este tipo de conhecimento.

Esperava-se, com o projeto, que estudantes de ensino médio desenvolvessem maior atenção, interesse e curiosidade em relação a fenômenos científicos e suas relações com as diferentes tecnologias, particularmente, aquelas ligadas à engenharia. A avaliação positiva dos estudantes de ensino médio que assistiram à apresentação demonstra que o projeto Newton na Escola conseguiu cumprir seus objetivos e apresenta potencial para continuar contribuindo para aproximar, difundir e divulgar a Ciência nas escolas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AXT, R.; MOREIRA, M.A. O ensino experimental e a questão do equipamento de baixo custo. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, v. 13, n. 4, p. 97-103, 1991

BONADIMAN, Helio; BLUMKE, Roseli Adriana; VICENSI, Giseli. Difusão e popularização da ciência: uma experiência da física que deu certo. In.: XVI

**SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE FÍSICA**, Rio Grande do Sul, p. 1-4, mar. 2003.

HAMBURGER, E. W.; Apontamentos sobre o ensino de Ciências nas séries escolares iniciais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 60, 2007.

CARDOSO, Sheila Presentin & COLINVAUX, Dominique. Explorando a Motivação para Estudar Química. **Química Nova**, v. 23, n. 2, 2000.

LOZADA, Claudia de Oliveira; ARAÚJO, Mauro S. Teixeira; GUZZO, Marcelo Moraes. A aprendizagem em física na nanoaventura e o educar pela pesquisa em museus de ciências. **Pesquisa científica**, Brasília, p.1-10, fev. 2006.

MARANDINO, Martha. A pesquisa educacional e a produção de saberes nos museus de ciência. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 12, p.161-181, 2005.

MATEUS, Alfredo Luis. **Química na cabeça**. 3. ed. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2001. 126 p.

OSBORNE, R. J. & WITTRICK, M. C. *The generative learning model and its implications for science education*. In: **Studies in Science Education**, v.12, p. 59-87, 1985.

## NOTAS

1 Discente do curso de Engenharia Civil, aluno bolsista do XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

2 Discentes do curso de Engenharia Química, alunos bolsistas do XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Discentes do curso de Engenharia Química, alunos voluntários do XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

4 Professora Colaboradora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

5 Coordenador da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

### ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO

Depois de assistir às atividades preparadas pelos monitores do projeto Newton na escola, pedimos sua colaboração, respondendo ao questionário abaixo.

Nas questões de 1 a 10, basta assinalar SIM ou NÃO em cada uma das proposições

1. Quando a escola oferece atividades experimentais com frequência, os alunos aprendem a observar e compreendem melhor os fenômenos que acontecem no seu dia a dia.

SIM ( ) NÃO ( )

2. O vestibular dá muito valor à teoria. Por isso, atividades experimentais são desnecessárias nas aulas de Física e Química.

SIM ( ) NÃO ( )

3. Os alunos estão acostumados com fórmulas e "decoreba". Por isso, eles dão pouca importância às atividades experimentais.

SIM ( ) NÃO ( )

4. Utilizar experimentos nas aulas de Física e Química pode tornar mais agradável e interessante a aprendizagem dessas matérias.

SIM ( ) NÃO ( )

5. Os alunos estão mais acostumados a resolver problemas numéricos de Física e Química. Por isso, mostram pouco interesse pelas atividades práticas.

SIM ( ) NÃO ( )

6. Quando a Física e a Química podem ser usadas em atividades práticas, fica muito mais fácil aprender o conteúdo.

SIM ( ) NÃO ( )

7. A apresentação das atividades experimentais possibilitou que os alunos participassem mais através de perguntas e comentários.

SIM ( ) NÃO ( )

8. A atividade apresentada foi diferente das aulas habituais, mas incentivou pouco a participação dos alunos através de perguntas e comentários.

SIM ( ) NÃO ( )

9. As atividades apresentadas podem ser realizadas em qualquer escola e ajudam a entender melhor os conteúdos de Física e Química.

SIM ( ) NÃO ( )

10. As atividades experimentais são interessantes e divertidas, mas aprendemos menos que nas aulas sem equipamentos de demonstração.

SIM ( ) NÃO ( )

Nas questões 11, 12 e 13, assinale SIM ou NÃO e responda, no espaço, a questão proposta.

11. Algum comentário/questionamento dos monitores ajudou você a entender melhor a demonstração?

SIM ( ) NÃO ( )

Qual? \_\_\_\_\_

12. Algum comentário/questionamento de um dos seus colegas ajudou você a entender melhor a demonstração?

SIM ( ) NÃO ( )

Qual? \_\_\_\_\_

13. Você já havia aprendido na escola algum dos conteúdos abordados na apresentação?

SIM ( ) NÃO ( )

Qual? \_\_\_\_\_

# ABORTO LEGAL: DILEMAS E EMOÇÕES NA TOMADA DE DECISÃO

Lais Santos Alves<sup>1</sup>  
Natália Guerra Perdigão<sup>1</sup>  
Solange Lamacié<sup>1</sup>  
Stephany Starlym Soares<sup>1</sup>  
Viviane Pires Reis de Melo<sup>1</sup>  
Luciana Amorim de Oliveira<sup>2</sup>  
Mariana Bernardo de Brito<sup>2</sup>  
Francisco José Machado Viana<sup>3</sup>  
Mauro Giffoni Carvalho<sup>3</sup>



**Resumo:** O presente artigo visa analisar os sentimentos envolvidos na tomada de decisão para o abortamento legal feito pelas mulheres grávidas, decorrente de violência sexual. Pretende-se investigar as emoções vivenciadas por essas mulheres, após a tomada de decisão pela realização do procedimento de interrupção de gravidez. A pesquisa foi realizada com um grupo de mulheres que fez a opção pela interrupção na Maternidade Odete Valadares, unidade especializada de saúde do SUS-BH.

**Palavras-chave:** Aborto legal. Violência sexual. Emoções. Gênero.

**Abstract:** The present article aims to analyze the feelings involved in the decision to make a legal abortion by women that became pregnant as a consequence of sexual violence. It intended to investigate the emotions deeply lived by these women, after taking the decision to interrupt the pregnancy. The research was carried out with a group of women that made the option for pregnancy interruption after sexual violence, in the Odete Valadares Maternity, a specialized health unit from Brazilian Public Health Care System (SUS).

**Key-words:** Legal abortion. Sexual violence. Emotion. Gender.

## INTRODUÇÃO

A questão da violência contra a mulher tem sido amplamente discutida pelas diversas instâncias da sociedade brasileira. Apesar das grandes conquistas relativas aos direitos das mulheres no Brasil, permanece, ainda, uma herança patriarcal muito marcante que aponta para uma desigualdade nas relações de gênero. A lógica machista continua imperando e as leis vigentes ajudam a perpetuar a desigualdade das relações de poder entre homens e mulheres, o que favorece as situações de violência tanto extra, quanto intrafamiliar. Este fato fica claro quando, de forma discriminatória, a “honestidade” da mulher vítima de agressão, bem como a classe social dos envolvidos, é levada em conta e tem peso nas decisões nos processos do Judiciário.

Uma das maiores conquistas em relação aos direitos das mulheres no Brasil é a criação da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, a qual

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências<sup>1</sup>.

Segundo Ávila (2007), essa Lei é de extrema importância, uma vez que expressa a necessidade de repensar as relações de gênero como uma relação construída sobre uma cultura de poder e dominação masculina. Tal lei se constitui como considerável mecanismo, o qual visa evitar a violência contra as mulheres e penalizar os agressores. Pois, o rigor das punições às agressões aumentou ao acabar com as penas pecuniárias, uma vez que era permitido aos agressores pagar somente multas ou cestas básicas.

Dentre as diversas formas de violência praticadas contra a mulher, a sexual, recentemente, tem merecido destaque nas discussões governamentais e da sociedade, nas suas mais diversas representações. Segundo Ballone e Ortoloni (2003, p. 20)<sup>5</sup>:

A violência sexual pode ser definida, de maneira mais ampla e genérica, como uma violência de gênero que se caracteriza por um abuso de poder no qual a vítima (criança, adolescente e mulher) é usada para a gratificação sexual do agressor sem seu consentimento, sendo induzida ou forçada a práticas sexuais com ou sem violência física.

Um dos crimes sexuais previstos no Código Penal Brasileiro é o estupro, considerado uma das formas mais perversas de violência contra a mulher. Após as modificações feitas na Lei 12.015, em agosto de 2009, o estupro passou a ser definido da seguinte forma: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”<sup>6</sup>. São poucas as denúncias notificadas à Polícia e ao Judiciário e, certamente, o número de casos excede ao número de denúncias. Segundo dados de estudos realizados pelo Departamento de Medicina Legal da UNICAMP<sup>7</sup>, somente de 10% a 20% das vítimas denunciam o estupro. Segundo Villela e Lago (2007), o estupro ocorre em todos os tipos de sociedade, afetando pessoas de qualquer idade, classe social e etnia. Os autores da violência podem ser conhecidos, desconhecidos ou até familiares.

Conforme Faúndes e Barzelatto (2004), as mulheres vítimas de violência sexual apresentam sequelas significativas e se tornam mais vulneráveis à depressão, doenças ginecológicas e sexualmente transmissíveis, assim como a outros tipos de violência, suicídio, abuso de drogas, gravidez indesejada, dentre outras. Esta última pode vir a gerar outro problema que se constitui uma grave questão de saúde pública: o abortamento. A mulher, diante da confirmação de uma gravidez decorrente do estupro, vê-se frente a um dilema: dar ou não continuidade à gestação.

No Brasil, o abortamento provocado é considerado um crime passível de punição pela legislação criminal já que, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil: “a vida é um direito fundamental e inviolável, sendo considerada cláusula pétrea” (art. 5º, caput, c/c art. 60, § 4). Apenas em três casos o abortamento não é passível de punição, a saber: quando não há outro meio de salvar a vida da gestante, quando ocorre gravidez resultante de estupro e em casos de fetos anencéfalos. Nesses casos, o abortamento é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal<sup>8</sup>.

O abortamento representa um problema grave e polêmico no mundo e no Brasil. A despeito da legislação contrária à sua prática e mesmo às proibições religiosas, o abortamento continua sendo praticado de forma clandestina e, portanto, insegura, sendo responsável pelas altas taxas de mortes maternas. Há controvérsias em relação às estatísticas, o que é compreensível já que, como todo ato ilícito, tem a sua identificação dificultada.

É praticamente impossível determinar quantos abortos provocados ocorrem por ano no mundo, porque somente um número relativamente pequeno de países dispõe de dados confiáveis. Uma das análises mais abrangentes da incidência do aborto no mundo, publicada por Henshaw et al. (1999),

identificou somente 28 países com dados considerados “completos” [...] Nesses países, não existem estatísticas oficiais e as estimativas de incidência de aborto se baseiam principalmente no número de mulheres com complicações de aborto que são internadas nos hospitais, ou seja, aquelas que são tratadas pelo sistema público de saúde. (FAÚNDES, BARZELATTO, 2004, p. 61).

De acordo com Oliveira *et. al.* (2005), o atendimento às mulheres vítimas de violência sexual, nos últimos anos, tem recebido atenção de vários setores sociais, o que resultou na criação de serviços que disponibilizam a essas mulheres instrumentos jurídicos e legais bem como dispositivos que garantam o direito sexual e de reprodução como no caso da Norma Técnica *Atenção Humanizada ao Abortamento*.

A Norma Técnica é o reconhecimento do Governo brasileiro à realidade de que o aborto realizado em condições inseguras é importante causa de morte materna; que as mulheres em processo de abortamento, espontâneo ou induzido, que procuram os serviços de saúde devem ser acolhidas, atendidas e tratadas com dignidade; e que a atenção tardia ao abortamento inseguro e às suas complicações pode ameaçar a vida, a saúde física e mental das mulheres.<sup>9</sup>

Para Villela e Lago (2007), a ação pública deve se pausar em três dimensões em relação à violência sexual:

No nível das mentalidades, pela afirmação de que a violência sexual é um crime e que a mulher violentada não é culpada ou responsável pela sua ocorrência, de modo a romper com a banalização e a naturalização deste delito, facilitando que a mulher o reconheça como tal e procure ajuda, sem medo ou vergonha; na organização de sistemas formais de vigilância e notificação de crimes sexuais de modo a acolher e encaminhar as denúncias e dar visibilidade a este agravo; na estruturação de uma rede de assistência articulando serviços de saúde e de segurança pública de modo a garantir atendimento imediato às vítimas e prevenir problemas de saúde a médio e longo prazo. (VILLELA; LAGO, 2007, p. 472).

Há que se considerar que, no Brasil, mesmo tendo seus direitos garantidos por lei desde 1940, a ausência de políticas públicas nesse sentido perdurou durante muito tempo. Essas políticas começaram a ser postas em prática somente no final da década de 90. Isso explica em parte o porquê da falta de informação - tanto por parte das equipes de saúde quanto pelas próprias mulheres afetadas, do preconceito e da falta de preparo das equipes multidisciplinares. Fatores estes, perceptíveis no momento que as envolvidas

necessitam recorrer a tais atendimentos, os quais contribuem para o aumento dos riscos e prejuízos na qualidade de vida dessas mulheres.

A falta de acesso das mulheres com direito ao aborto legal a um abortamento seguro, realizado em condições tecnicamente corretas em hospitais públicos, faz com que mulheres pobres tenham que se expor ao risco de abortamentos clandestinos e inseguros, com as conhecidas consequências danosas para sua saúde. Portanto, a cultura que prevalece e o poder político dos grupos a favor ou contra a criminalização da mulher que aborta, assim como as atitudes dos provedores de serviços de saúde, particularmente dos médicos, podem ser fatores determinantes da gravidade das consequências do abortamento induzido para as mulheres e a sociedade. (FAÚNDES; BARZELATTO, 2004, p. 87).

Pode-se afirmar que, frequentemente, a decisão de abortar é permeada por julgamentos e preconceitos que ainda fazem parte do contexto social. A partir dessa constatação, percebe-se que as emoções e dilemas na decisão pela interrupção da gestação, até o contexto atual de vida da mulher, após a sua realização, são desconsiderados pela sociedade de modo geral. Isso porque não se considera os diversos e complexos aspectos que influenciam na tomada de decisão dessas mulheres, tais como religiosos, sociais, morais e econômicos. Logo, tal situação demonstra a necessidade de se compreender melhor os processos de decisão e vivência do abortamento legal.

A literatura destaca o estudo do aborto legal, decorrente de uma situação de violência sexual, do ponto de vista biológico, psicológico e social.

Segundo a Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes (1998)<sup>10</sup>, o procedimento para a interrupção da gestação é indicado para casos com idade gestacional de até 20 semanas, e deve ser diferenciado, conforme a idade gestacional da mulher. Para os casos com até 12 semanas de gestação, podem ser utilizados dois métodos, quais sejam: dilatação do colo uterino e curetagem; e Aspiração Manual Intra-Uterina (AMIU). Para a realização do primeiro método, recomenda-se a introdução do comprimido Misoprostol 200mcg (conhecido popularmente como Citotec), intravaginal, com no mínimo 12 horas antes do procedimento, para preparar o colo uterino, visando um menor traumatismo durante a dilatação. A mulher deve ser anestesiada, e “a dilatação do colo uterino deverá ser suficiente para a introdução de pinça de Winter, que servirá para a tração das membranas ovulares<sup>11</sup>”. Em seguida, realiza-se a curetagem da cavidade uterina.

Para a realização do segundo método, de acordo com a referida norma, dilata-se o colo do útero até ficar compatível com a idade gestacional, introduz-se uma cânula plástica flexível do tamanho adequado (variando de 4 a 12 mm de diâmetro) e realiza-se a aspiração da cavidade uterina. Para os casos com idade gestacional entre 13 e 20 semanas, a interrupção da gestação deverá ser realizada através da “indução prévia com Misoprostol, na dose de 100 a 200mcg no fundo do saco vaginal, após limpeza local com soro fisiológico, a cada 6 horas<sup>12</sup>”. Em seguida, quando necessário, é realizada a curetagem da cavidade uterina. Ademais, nos casos em que é verificada a necessidade, o uso de Misoprostol oral ou Ocitocina endovenosa também pode ser associado ao procedimento.

Para casos com idade gestacional acima de 20 semanas, de acordo com mesma norma, a interrupção da gestação não é recomendada. O procedimento a ser realizado nesses casos é oferecer assistência psicológica e acompanhamento pré-natal, buscando, caso a genitora assim deseje, facilitar o processo de adoção. Nos casos resultantes de interrupção da gestação, em qualquer método, é recomendado guardar uma amostra congelada do material biológico do feto ou embrionário eliminado. Para tanto, é imprescindível autorização prévia da mulher neste procedimento que visa posterior comprovação de paternidade mediante exame de DNA, o que facilita a apreensão do agressor, caso isto for solicitado pela envolvida.

Em geral, os procedimentos realizados quando se opta por um aborto inseguro tendem a causar maiores prejuízos ao corpo da mulher quando comparados aos procedimentos realizados pelas equipes responsáveis pelo abortamento legal, após decisão da envolvida.

No que diz respeito aos elementos psicológicos, Schein e Novo (1989) afirmam que essencialmente o processo de tomada de decisão causa uma dor psíquica de difícil reparação, identificada pelo vazio e desamparo que a maioria das mulheres relata sentir após o aborto. Costa; Hardy; Osis e Faúndes (1995) complementam ainda que essas mulheres, em tal processo, podem se sentir despreparadas para criar um filho, o que corresponde a um estado emocional ou uma etapa da vida incompatível com a chegada de outro ser humano.

Várias são as emoções e sentimentos envolvidos em um processo de decisão de abortamento, seja ele um procedimento legal ou não. Segundo Costa *et. al.* (1995), em uma pesquisa realizada com funcionárias e alunas de graduação de uma Universidade paulista, 27,9% das mulheres disseram sentir-se bem, tanto emocional quanto fisicamente, após o abortamento. Os sentimentos descritos foram os de alívio, felicidade e disposição. No entanto, 48,8% das mulheres que abortaram relataram ter se sentido mal

emocionalmente e/ou fisicamente após o procedimento. Os sentimentos relatados nesses casos foram os de depressão, culpa e infelicidade.

De acordo com Atkinson *et. al.* (1996) a emoção inclui vários componentes gerais quais sejam: respostas corporais internas, que são aquelas que envolvem o sistema nervoso autônomo; experiência consciente de que um determinado estado positivo ou negativo está ocorrendo; expressão facial; e reações à emoção. Os sentimentos são o resultado de um processo cognitivo afetado por uma crença e a avaliação da cognição, o que leva a diferenciar as emoções. Concluem, então, que as emoções não são geradas por reações fisiológicas e sim afetadas por suas convicções aprendidas ao longo da vida.

Logo, para Atkinson *et. al.* (1996), os sentimentos são uma das tantas reações à emoção. Diante dos relatos das mulheres violentadas, bem como das que se submeteram ao procedimento do abortamento legal, vale ressaltar que o sentimento mais presente nos relatos é o sentimento de culpa. A culpa é considerada uma situação extremamente desagradável, causada pela própria pessoa, no caso em tela, ao sofrer a violência e/ou ao decidir pelo aborto. De acordo com Carvalho *et. al.* (2009),

A mulher, vítima de estupro, ao se supor culpada, depara-se com uma realidade que a faz questionar sua conduta diante das relações interpessoais. Mesmo sendo vítima de um delito, ela se sente, pelo menos em parte, responsável pelo ato. Nessa perspectiva, Abbagnano (1982) comenta que, originariamente, o termo culpa serviu para indicar uma infração de uma norma cometida, involuntariamente, isto é, sem tê-la projetado; em contraposição ao delito, que é uma transgressão projetada. Também Kant (1984), considera a culpa como uma transgressão involuntária, mas imputável. Isso significa que o sentimento de culpa independe da posição real do estupro. O elemento subjetivo aparece, nestes casos, como inevitável, no sentido em que Heidegger situa esse sentimento na própria condição humana.

Já em relação aos elementos sociais, conforme Menezes e Aquino (2009), o abortamento diz respeito a um objeto de aprovação da sociedade mediante a lei social, o que envolve aspectos de cunho moral e religioso. Pode-se dizer que esse processo gera dificuldades por parte das mulheres em relatar o ocorrido, especialmente no Brasil, país no qual o contexto geral é de ilegalidade. Desse modo, a restrição do direito e da assistência para essa prática impõe efeitos mais perversos às mulheres com carência financeira (BRASIL, 2009). Para Faúndes e Barzelatto (2004) foi a partir do século XX, com o aumento da popularidade de métodos abortivos, que os ensinamentos cristãos referen-

tes ao aborto e à contracepção se tornaram gradualmente negativos. O aborto é considerado pecado na perspectiva cristã, devendo ser penalizado. Vale salientar que, do ponto de vista jurídico, o abortamento legal é considerado crime, porém, inimputável, mas mantém-se socialmente como um ato moralmente condenável.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo conhecer as emoções envolvidas na tomada de decisão para o aborto legal, ou seja, realizado pelas mulheres grávidas em função da situação de violência sexual vivida, e àquelas emoções presentes no dia a dia dessas mulheres após a realização do procedimento.

## MATERIAL E MÉTODO

O estudo foi baseado no método clínico de investigação (TRIVINOS, 1995) e é de natureza descritivo/interpretativa. Utilizou-se como instrumento para a coleta de dados a Entrevista Semi-dirigida (FLICK, 2004), o que permitiu conhecer as emoções experimentadas por estas mulheres de modo mais abrangente, desde a sua decisão pela interrupção da gestação até a data da entrevista.

A pesquisa consistiu em duas etapas, sendo elas: a) revisão bibliográfica e levantamento do perfil sócio-demográfico e b) entrevistas semi-dirigidas. Os critérios utilizados para a seleção foram: maioridade na data da entrevista, não ser portadora de sofrimento mental ou déficit cognitivo, e residir em Belo Horizonte ou região metropolitana.

Para a realização da primeira etapa da pesquisa, foram selecionados 63 prontuários de mulheres que passaram pelo procedimento de abortamento legal na Maternidade Odete Valadares – MOV, no período de 2003 a 2009. O levantamento dos dados foi feito a partir de informações registradas nos prontuários e fichas de notificações dessas mulheres.

Para a realização da segunda etapa da pesquisa, foram realizados diversos contatos telefônicos com as 63 mulheres selecionadas, das quais somente quatro se dispuseram a participar deste estudo. Diante da dificuldade de conseguir contato com as mulheres selecionadas e deferimento para comparecer à entrevista, foi solicitado ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/FHEMIG, a inclusão das mulheres atendidas nos anos de 2010 e 2011.

Vale salientar que essas mulheres foram atendidas na MOV, no período de 2004 a 2009, sendo todas solteiras, com idades entre 16 e 34 anos na época do procedimento de interrupção da gestação. Duas das entrevistadas eram estudantes, e duas prestadoras de serviços, duas residiam na cidade de Belo Horizonte - MG, e duas na região metropolitana - Betim e Ribeirão das Neves. Quanto ao nível de escolaridade, duas possuíam ensino médio incompleto, e duas, ensino médio completo. Em apenas um dos casos, o

agressor era uma pessoa conhecida e apenas uma mulher não registrou Boletim de Ocorrência. Em dois dos casos, a violência ocorreu no turno da tarde e nos outros dois, no turno da noite.

As entrevistas foram previamente agendadas e as participantes foram entrevistadas individualmente. Cada entrevista teve duração de aproximadamente 1 hora e todas autorizaram sua participação por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas foram gravadas e transcritas integralmente. Os relatos foram mantidos em sigilo, respeitando-se o anonimato.

A entrevista foi constituída por sete questões, quais sejam:

- Como você se sentiu quando descobriu que estava grávida? Como é que você descobriu?
- O que você pensou, quando se viu grávida e responsável pela decisão do que fazer?
- Quem você procurou para compartilhar o seu problema?
- Você pensou alguma alternativa a não ser pelo aborto? Por que desistiu dela?
- Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas depois da decisão pelo aborto?
- O que aconteceu no seu dia a dia depois do aborto legal?
- Com base na sua experiência, se alguma mulher estiver nesta mesma situação, como você a ajudaria a lidar com esta situação? Como você a aconselharia?

Os conteúdos relatados pelas participantes em suas respostas permitiram sua organização em quatro categorias temáticas: emoção decorrente da descoberta da gravidez; emoção na decisão pelo aborto; pessoas que compartilharam a emoção; e emoção após a realização do aborto.

Os relatos gravados nas entrevistas foram integralmente transcritos e analisados. As entrevistas tiveram como objetivo a obtenção de relatos sobre os dilemas e emoções envolvidos desde a decisão pela interrupção até a atualidade, após a realização.

Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - CEP/FHEMIG, número 046/2011.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os depoimentos transcritos nas entrevistas revelaram que as emoções envolvidas no processo de tomada de decisão do abortamento legal são variadas.

No que diz respeito às emoções decorrentes da descoberta da gravidez - primeira categoria desse estudo -, as entrevistadas relataram o medo, o desespero, a confusão, e a sensação de estranheza. Os relatos abaixo demonstram esses sentimentos.

“Ah eu... Foi a pior coisa da minha vida foi descobrir uma gravidez, e primeiramente indesejada, que é uma coisa que você não conhece. Não sabe... Não tem sentido para, foi muito ruim, muito ruim.”

“[...] No início que eu descobri, me deu um pouquinho de medo”.

“Eu achei muito esquisito, porque eu vi aquele resultado que acima de ‘tanto’ é positivo... eu não tinha sentimento nenhum, foi uma coisa assim que meu corpo produziu, mas que não era minha. Foi uma coisa estranha a mim. Foi um sentimento... é estranho”.

“Nossa, que desespero!... Eu pensei que minha vida tinha acabado... acabou! Eu não conseguia mais estudar, eu não conseguia mais fazer nada! A decisão foi muito difícil, foi muito difícil mesmo. Nossa, foi muito confuso nessa época”.

Constata-se a partir desses depoimentos que tais mulheres, ao descobrirem a gravidez, não souberam como lidar com a situação vivida. Fica ainda evidente a existência de confusão, medo, desespero e dificuldade de expressar-se sobre a decisão pelo aborto, de modo que tais emoções refletem o estado de fragilidade interna vivenciado. A esse respeito, Villela; Oliveira; Silva (2008, p. 48) analisam que esse processo “produz insegurança, reduz a autoestima e assertividade perante o mundo [...] que nem sempre tem possibilidade de tradução/expressão em palavras ou pensamentos”.

Sobre as emoções na decisão pelo aborto - segunda categoria do estudo, os relatos também foram diversificados, com o envolvimento de insegurança, medo, confusão e solidão:

“É... para mim não tinha assim muito mistério, porque, na verdade, *não era meu. Não tinha nenhum sentimento de responsabilidade pela criança, e não era nem criança...* E ficava com aquela insegurança será que vai ser possível ou não, mas eu não tive nenhum sentimento de responsabilidade.”

“...eu não conseguia nem pensar. Eu pensei que minha vida tinha acabado... Nossa, foi muito confuso nessa época.”

“...eu não pensei em nada... Pensei que seria difícil para mim... Eu já tenho uma filha, como você sabe. ... Me deu muito medo, sozinha, com outro filho no braço. Não dá.”

“...eu pensei que a melhor opção era abortar... eu me vi sozinha.”

A partir destes relatos, é possível ponderar que “as razões que a mulher tem para evitar o nascimento do filho estão longe de ser um sentimento egoísta” (FAÚNDES; BARZELATTO, 2004, p. 109), o que se afirma como regra geral presente no discurso moral cotidiano. Já que os motivos são particulares para cada mulher, somente cada en-

volvida consegue reconhecer o limiar de suas capacidades, ou seja, ter noção se é capaz para gerar e deixar nascer um ser humano que ficará sob sua responsabilidade e dependência totais. Ademais, vale refletir em quais condições este ser será submetido após o nascimento, caso a genitora não tenha condições e ou não tenha desejo na criação, de modo a garantir à genitora outras possibilidades e ao recém-nascido o desenvolvimento sadio.

Nesse sentido, é válido reconhecer as emoções diversas que levam estas mulheres a decidir pelo abortamento, ainda que seja “[...] muito mais fácil e até mais confortável condenar do que tentar entender os motivos por trás do aborto...” (FAÚNDES; BARZELATTO, 2004, p. 120). Realmente, considera-se que o que está em jogo é a discussão acerca da vida, seja pela manutenção ou interrupção da formação do ser humano em gestação.

Por conseguinte, é possível atentar como incipiente a restrição de todo o processo de tomada de decisão pelo aborto somente pela vida que está sendo gerada - o ser em formação, pois assim, desconsidera-se a vida que está gerando a genitora que, vale recordar, engravidou devido à violência sexual vivida. Afinal, pode-se considerar igualmente um extermínio da pessoa envolvida a desconsideração das emoções vivenciadas por ela, em uma escolha que gera conflitos internos, os quais ela terá que lidar e somente ela terá que arcar com as consequências da decisão.

Desse modo, no processo de tomada de decisão pelo aborto legal é mister considerar todos os aspectos de modo global de ambos seres humanos envolvidos, isto é, a genitora e o ser em gestação. Talvez assim, a possibilidade de acessar a mulher fragilizada pela violência e em gestação de um ser proveniente de um estupro, se torne real. Considera-se que ao conseguir acessar a mulher em gestação, a sociedade dará um passo adiante nos impasses gerados pela polêmica do aborto. Aparecerá, então, lugar de acolhimento para tal mulher, enquanto pessoa, a ser considerada como um ser humano em processo de difícil escolha, uma escolha que acarretará consequências, seja diante a manutenção ou interrupção da gestação.

Com relação às pessoas que compartilharam a emoção - terceira categoria desse estudo -, todas as entrevistadas disseram ter procurado mais de uma pessoa para compartilhar as emoções vivenciadas. Pessoas com diferentes tipos de vínculo foram escolhidas para participar da questão, tais como patroa, ginecologista e familiares. Em dois relatos, a escolha primordial foi a própria mãe:

“Quem me ajudou ‘foi’ meus tios e minha mãe. Minha mãe me ajudou muito! Ela conversou muito comigo e ela falou se é isso mesmo que você quer, porque fica um peso na consciência e tal, e foi assim, foi mais a minha mãe mesmo que me ajudou, foi conversando comigo,

aconselhando e... foi mãe!”

“[...] eu cheguei ao carro e aí falei com minha mãe que tinha dado o resultado positivo, aí foi um transtorno, a gente não estava esperando isso de forma nenhuma...”

“Eu procurei a patroa. Ela me ajudou muito. Ela falou para ‘mim’ procurar o serviço. Que tinha que fazer a ocorrência. Aí de lá (delegacia) que me falaram sobre o (hospital) Odete Valadares”.

“Procurei minha ginecologista. Era até na Rua Curitiba, só que ela me falou que não podia me ajudar. E perguntei a ela se ela podia me ajudar, ela disse que não podia fazer nada por mim e que eu teria que levar a gravidez até o final. E depois o meu patrão da empresa, pois eu comecei a sentir mal, aí eu comecei a faltar”.

O fato das entrevistadas terem procurado pela própria mãe e familiares, inicialmente, que apoiaram na escolha da realização do aborto, difere do resultado encontrado na pesquisa realizada por Costa *et. al.* (1995). Nesta pesquisa, foi constatada uma relação positiva entre a realização do aborto e a procura por amigos ou companheiros para falar sobre o assunto, e uma relação negativa entre a realização do aborto e a procura por familiares. Essa diferença de resultados pode ter ocorrido devido ao fato de a pesquisa de Costa *et. al.* (1995), ao contrário desta, ter sido realizada com mulheres que realizaram o procedimento de aborto sem especificidade, ou seja, abortos legais e abortos ilegais.

Referente à emoção após o aborto - última categoria do estudo -, apenas uma mulher disse sentir-se tranquila com relação à decisão, apesar de sentir incômodo com todo o processo. Nos outros relatos, observou-se a presença dos sentimentos de culpa, vergonha, arrependimento e peso na consciência:

“Depois... a culpa... Fica um bom tempo na cabeça a culpa, fica assim te martelando: poxa, poderia ter sido a minha mãe e eu não poderia estar aqui hoje”.

“[...] muito incômodo, não sei ... Porque eu não tive assim tanto problema: ah, o aborto é discriminado na minha cultura e na religião ainda é muito forte. Mas não tive esse problema assim cultural, não.”

“Aí, o peso na consciência, acho que a criança não tinha culpa de nada. Eu fiquei com um negócio muito ruim. Carregar isso pelo resto da vida. Tento esquecer, mas eu não consigo.”

“Mais o julgamento das pessoas. O julgamento, a vergonha. Depois me arrependi bastante.”

Segundo Villela *et. al.* (2008), apesar de não haver uma uniformidade de sentimentos e emoções após a realização do abortamento, o alívio é a consequência psicológica mais frequente. Diferentemente do que foi apurado nesse estudo, nos relatos das entrevistadas, o sentimento de culpa foi

o que mais esteve presente. Essa constatação se deve, provavelmente, ao fato de que no Brasil a reflexão desprovida ou de moralismo ou de libertinagem sobre o processo de tomada de decisão pelo aborto legal ainda é muito incipiente. Segundo pesquisa realizada pelo IBOPE/CDD (2005), citada por Cavalcanti e Buglione (2008), a sociedade mostra-se favorável ao uso de contraceptivos e à efetivação de políticas públicas, porém, no que tange à decisão da mulher quanto à interrupção de uma gravidez, não há a mesma aceitação. Isso está presente, inclusive, nos discursos de médicos ginecologistas e obstetras, quando se indaga sobre a questão do aborto, que concordam relativamente com a interrupção da gestação em certos casos previstos em lei, desde que esse não “configure uma decisão da mulher” (CAVALCANTI e BUGLIONE, 2008, p. 132). Ou seja, quando o aborto se configura em uma decisão da lei jurídica, tais profissionais aceitam o ato, o que reflete a dificuldade que possuem de acessarem a mulher em gestação como ser humano, passível de tomar uma decisão consciente.

Por isso, existem dificuldades por parte da equipe nos serviços de atendimento e, inclusive, da sociedade, pois é considerado que a mulher não tem por si só a capacidade de decidir sobre a interrupção ou manutenção de uma gestação proveniente da violência sexual por se encontrar fragilizada. Assim, ela deve ter o direito de decidir e ser aceita pelos profissionais pela via da lei jurídica e não pela via do humano, isto é, o que é aceito é a lei e não a pessoa. Para a sociedade, tal decisão oscila entre aqueles que negam a pessoa enquanto ser capaz de fazer uma escolha consciente e os que em prol da liberdade, apóiam toda e qualquer decisão da pessoa, independentemente se tal escolha é consciente ou não.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos relatos das mulheres entrevistadas e da revisão da literatura, constata-se a manifestação de preconceito da sociedade em relação à decisão pelo abortamento. A sociedade, por não difundir o direito das mulheres, ainda tem um peso muito grande na forma como essas mulheres lidam com o processo de tomada de decisão e com a realização do procedimento, elas se sentem julgadas pela opinião alheia.

O atendimento às mulheres em situação de abortamento legal ainda é um grande desafio em relação à falta de preparo das equipes de saúde e/ou pelo preconceito ao procedimento. No que diz respeito ao atendimento recebido pelas mulheres entrevistadas, constata-se que, durante o processo de acolhimento até a tomada de decisão, elas consideraram positivo o atendimento prestado pelos profissionais da MOV.

Uma das dificuldades enfrentadas pelas mulheres entrevistadas foi como elas lidaram com a situação após o procedimento. Algumas relataram a necessidade de dividir sua vivência com pessoas próximas, mas que enfrentaram dificuldades porque perceberam que os outros indivíduos não estavam dispostos a ouvir. Se sentem angustiadas e com necessidade de compartilhar seu sofrimento, mas ao mesmo tempo se sentem oprimidas para dividir sua experiência.

Pode-se constatar que a tomada de decisão do aborto legal, mesmo garantida por lei, é cercada de sentimentos de culpa e angústia, devido à recordação da violência vivida, bem como a resolução pela interrupção da gestação. Os resultados obtidos podem contribuir para o esclarecimento dos aspectos emocionais relacionados à decisão pelo abortamento legal, bem como favorecer as intervenções das equipes de saúde com pacientes vítimas de violência sexual.

## REFERÊNCIAS

- ATKINSON, RL; ATKINSON, RC et. al. **Introdução à psicologia**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- ÁVILA, Thiago André Pierobom de. **Lei Maria da Penha**. Uma análise dos novos instrumentos de proteção às mulheres. 2007. 27 p. Disponível em: <[http://www.buscalegis.ufsc.br/arquivos/T\\_031207\\_02.pdf](http://www.buscalegis.ufsc.br/arquivos/T_031207_02.pdf)>. Acesso em 20 abr. 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **20 anos de pesquisas sobre aborto no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- CARVALHO, Mauro Giffoni et. al. Gravidez na adolescência: quem somos nós. Belo Horizonte: **Revista Iniciação Científica Newton Paiva**, 2009, p. 148-156.
- CAVALCANTE, Alcilene; BUGLIONE, Samantha. Pluralidade de vozes em democracias laicas: o desafio da alteridade. In: MAIA, Mônica Bara (Org.). **Direito de decidir: múltiplos olhares sobre o aborto**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 105-139.
- COSTA, R.G. HARDY, E. OSIS, M.J.D. FAUNDES, A. A decisão de abortar. Processo e Sentimentos Envolvidos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 97-105, jan/mar, 1995.
- FAUNDES, A. BERZELATTO, J. **O drama do aborto: em busca de um consenso**. Campinas: Komedj, 2004.
- FLICK, Uwe. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)>. Acesso em: 05 abr. 2012.
- Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm)>. Acesso em: 05 abr. 2012.
- MENEZES, Greice; AQUINO, Estela M. L. Pesquisa sobre o aborto no Brasil: avanços e desafios para o campo da saúde coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, p. 193-204, 2009.
- Norma técnica prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**. BRASÍLIA, 1998. Disponível em: <<http://www.providaanapolis.org.br/norviol.html>>. Acesso em 08 mar. 2012.
- OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de, et. al. Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 3, jun, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003489102005000300007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489102005000300007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 21 jun. 2011.
- SCHEIN, Sandra F. NOVO, Lorival C. **Reflexões sobre a experiência humana de abortar**. v. 4. São Paulo: Sociedade Brasileira de Reprodução Humana, 1989, p. 10-13.
- SOARES, Gilberta Santos. Profissionais de saúde frente ao aborto legal no Brasil: desafios, conflitos e significados. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, supl. 2. Rio de Janeiro: 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2003000800021&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000800021&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 21 jun. 2011.
- VIANA, Francisco José Machado. Serviços de atendimento ao aborto legal. In: MAIA, Mônica Bora (Org.). **Direito de decidir: múltiplos olhares sobre o aborto**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 171-189.
- VILLELA, Wilza V.; LAGO, Tânia. Conquistas e desafios no atendimento das mulheres que sofreram violência sexual. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 2. Rio de Janeiro: fev. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102311X2007000200025&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2007000200025&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 23 jun. 2011.
- VILELLA, Wilza; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de; Silva, Rosalina Carvalho da. Aborto e saúde mental. In: MAIA, Mônica Bara (Org.). **Direito de decidir: múltiplos olhares sobre o aborto**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 43-65.

## NOTAS

- 1 Discentes do curso de Psicologia, alunos bolsistas do XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.
- 2 Discentes do curso de Psicologia, alunos voluntários do XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.
- 3 Coordenadores da pesquisa, docentes do Centro Universitário Newton Paiva.
- 4 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm).
- 5 [http://bvs.ms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia\\_sexual\\_brasil.pdf](http://bvs.ms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia_sexual_brasil.pdf).
- 6 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm) - art213.
- 7 [www.unicamp.br](http://www.unicamp.br)
- 8 <http://www.gan.com.br/estudos-semanais/148-apontamentos-sobre-o-aborto-no-ambito-juridico>.
- 9 [http://bvs.ms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_humanizada\\_abortamento\\_norma\\_tecnica\\_2ed.pdf](http://bvs.ms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_abortamento_norma_tecnica_2ed.pdf).
- 10 [www.providaanapolis.org.br/norviol.html](http://www.providaanapolis.org.br/norviol.html)
- 11 *Op cit*
- 12 *Op cit*

# REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE, A PARTIR DA ÓTICA DE JOVENS USUÁRIOS E GESTORES DO PROGRAMA FICA VIVO!

Jordânia Ferreira Vasconcelos<sup>1</sup>  
Pedro Antônio Ursine Krettli<sup>1</sup>  
Rahiza Maciel Prado<sup>1</sup>  
Renata Cezar Loures<sup>1</sup>  
Fabrício Ribeiro Junio<sup>2</sup>  
Mauro Giffoni De Carvalho<sup>2</sup>  
Renata Dumont Flecha<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo visa investigar a construção das Representações Sociais de jovens moradores do Aglomerado Morro das Pedras – Belo Horizonte, usuários do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Pretende-se analisar as articulações/desarticulações existentes entre as Representações Sociais dos jovens atendidos pelo Programa (Universo Consensual) e as Representações Sociais construídas pelos gestores/técnicos do Programa Fica Vivo! (Universo Reificado), a respeito do envolvimento dos jovens com a violência e a criminalidade. No processo de construção dessas representações estão envolvidas questões sobre a violência, criminalidade, cultura, inclusão social, cidadania, justiça, direitos humanos, educação e desenvolvimento social.

**Palavras-chave:** Fica Vivo!. Representações sociais. Inclusão social. Violência. Criminalidade.

**Abstract:** The present article aims to investigate the construction of the Social Representations of young inhabitants of Morro das Pedras slum - Belo Horizonte, users of the Fica Vivo! Control of Homicides Program. It intends to achieve links/unlinks existent between Social Representations of the young attended by the Program (Consensus Universe) and the Social Representations constructed by the managers/technician of Fica Vivo! Program (Reified Universe), regarding the young violence and crime involvement. In these representations construction process are involved questions about violence, crime, culture, social inclusion, human citizenship, justice, rights, education and social development.

**Key-words:** Fica Vivo!. Social representations. Social inclusion. Violence. Criminality.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos 20 anos, o debate em torno da criminalidade entre jovens no Brasil tem ocupado lugar de destaque em um grande número de discussões na área da segurança pública, considerando seu aumento exponencial em todo território nacional. São muitos os programas criados pelas políticas públicas, notadamente, os voltados para a educação e segurança, que visam reduzir o envolvimento dos jovens com a criminalidade e a violência, moradores de áreas de vulnerabilidade econômica e social. Esses espaços, assim como em muitas regiões do Brasil, apresentam o binômio, pobreza e desassistência do Estado, que acaba por gerar outros dois: violência e criminalidade.

Pesquisas realizadas pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG), no ano de 2012, demonstram aumento vertiginoso da violência entre os jovens, culminando, muitas vezes, em mortes. Nessa direção, Peres; Santos (2005) demonstram que, em Belo Horizonte, essa ocorrência é maior nas regiões pobres ou dominadas pelo crime. De acordo com essa pesquisa, muitos jovens, em sua maioria, negros, do sexo masculino e com idade entre 15 e 29 anos, são recrutados pelo crime e acabam perdendo suas vidas ou vitimando outros tantos nas ações criminosas. Zaluar (1999) observa que, no contexto urbano, jovens pobres figuram, simultaneamente, como protagonistas principais dos crimes violentos cometidos e como vítimas preferenciais deles.

Para tratar deste problema, foi criado, em 2003, pelo Governo do Estado de Minas Gerais, através do Decreto de lei nº 43.334/03, o Programa de Controle de Homicídios, também conhecido como “Fica Vivo!”. O Programa tem como principal objetivo reduzir as taxas de homicídios nas áreas mais violentas dos grandes municípios, em geral, aglomerados, favelas ou vilas localizadas nas periferias.

De acordo com o Manual do Programa Fica Vivo! (2010), são três as frentes de trabalho, a saber: policiamento ostensivo, polícia comunitária e ações sociais. O Programa foi, inicialmente, implementado no Morro das Pedras, região oeste de Belo Horizonte, área de reconhecida incidência de violência e de criminalidade, devido à sua condição de miserabilidade e por não usufruir de direitos humanos básicos como educação, lazer e saúde. Assim, foi estabelecido, em caráter experimental, em agosto de 2002, por iniciativa da Universidade Federal de Minas Gerais, em parceria com as Polícias Militar e Civil, Ministério Público, governo e sociedade civil. O Programa tem, como público alvo, jovens entre 12 a 24 anos de idade, estruturando-se em dois níveis de intervenção: a Proteção Social, que busca oferecer suporte social e oportunidades de profissionali-

zação, bem como lazer, educação e cultura aos jovens, e Intervenção Estratégica que promove ações conjuntas de órgãos de justiça, tais com Ministério Público, Polícia Civil e Polícia Militar.

Outro ponto fundamental, previsto pelo Programa Fica Vivo!, refere-se à importância da participação da comunidade, realizando discussões com objetivo de levantar propostas locais, seguidas da disponibilização de técnicos para encaminhar jovens às instituições de proteção e assistência social, bem como encarregar-se de buscar alternativas para eles. Faz parte desta ação também mapear e identificar grupos de criminosos, bem como entrar em ação toda vez que ocorre um crime que tem como desfecho a morte ou quando acontecer ameaças de disputas entre gangues.

A primeira avaliação dos resultados do Programa demonstrou que após seis meses da sua implantação, o número de homicídios na região piloto, o Aglomerado Morro das Pedras, havia reduzido em 47%. As diversas atividades realizadas pelo Programa têm restabelecido a dignidade e o sentido de comunidade nos diversos aglomerados e regiões de vulnerabilidade social.

Quanto à metodologia do Programa de Controle de Homicídios, atualmente, as ações são realizadas a partir de um equipamento de base local, o Núcleo de Prevenção a Criminalidade. As equipes que executam as ações são compostas por técnicos, estagiários e oficinairos. O corpo técnico conta com profissionais de diferentes formações: Psicologia, Serviço Social, Ciências Sociais, Pedagogia. As equipes de oficinairos realizam um tipo de atendimento diferenciado, valendo-se de oficinas cujos objetivos são: prevenir a criminalidade, promover e/ou facilitar a circulação dos jovens, potencializar o acesso dos jovens aos serviços e aos espaços públicos; além de garantir aos jovens o acesso ao esporte, lazer, cultura e formação profissional, dentre outros. Nessa perspectiva, são oferecidas oficinas de futebol, basquete, dança, pintura, capoeira, entre outras, e devem, preferencialmente, ser para moradores da região de implantação. A carga horária mensal de trabalho de um oficinairo é de 28 horas, divididas em 20 horas de oficinas e 08 horas de reuniões coletivas e/ou individuais com os técnicos do Programa.

Ainda segundo o Manual do Programa, os oficinairos são remunerados pela execução das oficinas. A seleção dos oficinairos pode ser orientada pela demanda dos jovens; contudo, ao demandar a implantação de determinada oficina, os jovens poderão elencar potenciais oficinairos. Devem ser observados alguns critérios na seleção dos oficinairos, como ter experiência no trabalho a ser realizado, saber conversar com os jovens, ter acesso a diferentes espaços na área de abrangência do Núcleo de Prevenção à Criminalidade, demonstrar habilidade de trabalhos com os

jovens que se encontram envolvidos com a criminalidade, e capacidade para compreender a política de segurança e a metodologia que orienta o Programa.

Neste trabalho, que é resultado de uma pesquisa realizada no Programa Fica Vivo!, localizado no Morro das Pedras, em Belo Horizonte, no ano de 2011 e primeiro semestre de 2012, buscou-se investigar a construção das Representações Sociais sobre violência e criminalidade, a partir da ótica de gestores, técnicos, oficinairos e jovens usuários. A experiência vivida de cada um desses atores e os problemas singulares enfrentados no aglomerado demonstram a importância de escutar a comunidade e os jovens atingidos pela violência, na construção de políticas efetivas de intervenção.

## DISCUSSÃO TEÓRICA

A teoria das Representações Sociais tem o mérito de valorizar as nuances simbólicas que se trocam entre os sujeitos ao reelaborarem as teorias científicas, que lhes caem sob a vista ou lhes penetram os ouvidos. Essa troca dinâmica possibilita que a Representação Social que se firma como hegemônica, se constitua como saber novo ou mesmo inovador nas práticas sociais.

Serge Moscovici, ao publicar sua obra "A Representação Social da Psicanálise", em 1961, inaugurou um novo conceito e também um novo campo de estudo para a Psicologia Social: a investigação das Representações Sociais. Através dessa obra, impõe-se, então, um novo tipo de interrogação: como o conhecimento científico circula e é consumido pelo senso comum, e ainda, como a realidade é construída pelos homens.

As Representações Sociais podem ser definidas, segundo Moscovici (1981, *apud* OLIVEIRA; WERBA, 1998, p. 106), como:

[...] um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso das comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crença das sociedades tradicionais; pode também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum.

Assim, como um sistema de interpretação, as Representações Sociais são reguladoras da relação entre os homens e orientam as ações. Elas ainda determinam: processos variados de circulação e apreensão de conhecimento; construção de identidades individuais e sociais; comportamentos dos grupos em seu próprio interior, bem como dos grupos entre si; movimentos de resistência e mudanças sociais. Sua constituição e difusão se dão através de instâncias institucionais diversas, meios de comunicação, entre outros. São, dessa forma, teorias "espontâneas" ou

do senso comum, versões da realidade, permitindo a organização do real e desempenhando papel fundamental na comunicação.

De acordo com Cabecinhas, Moscovici apresenta três formas através das quais uma representação toma caráter social:

[...] As representações podem ser partilhadas por todos os membros de um grupo altamente estruturado (um partido, uma nação etc.) sem terem sido produzidas pelo grupo. Estas representações *hegemônicas* prevalecem implicitamente em todas as práticas simbólicas e parecem ser uniformes e coercitivas. Outras representações são o produto de conhecimento e de idéias de grupos que estão em contato mais ou menos próximo. Cada grupo cria as suas próprias versões e partilha-as com os outros. Estas são representações *emancipadas*, com certo grau de autonomia, tendo como função complementar uma vez que resultam da partilha de um conjunto de interpretações e de símbolos. Por último, existem as representações que são geradas no decurso de um conflito ou controvérsia social e que não são partilhadas pela sociedade em seu conjunto. Estas representações *controversas* devem ser consideradas no contexto de uma oposição ou luta entre grupos.

Segundo Moscovici (1978), na formação das Representações Sociais intervêm dois processos: a objetivação e a ancoragem. Estes processos estão intrinsecamente ligados um ao outro e são modelados por fatores sociais, dado que estes dois processos permitem às Representações Sociais cumprirem sua tarefa de transformar o não familiar em familiar.

Antes, porém, de conceituar estes dois processos, torna-se necessária a definição de dois outros termos com os quais estes dois processos se articulam que são: os Universos Reificados (da ciência) e os Universos Consensuais (do senso comum), dois tipos de universos de pensamento, que não são necessariamente hierarquizados entre si, mas diferentes, pois têm propósitos diversos (CARVALHO; FLECHA; RIBEIRO, 2009).

Os Universos Reificados caracterizam-se por serem mundos restritos, nos quais circulam as ciências ou as teorizações abstratas, com seus cânones de linguagem e hierarquia interna, neles a sociedade é vista como um sistema de diferentes classes e papéis, sendo que seus membros possuem posições desiguais (no caso desta pesquisa, compreendido como o saber produzido pelos especialistas do Direito, da Sociologia, da Antropologia entre outros e seus diversos agentes de divulgação, sobre o que seria violência e criminalidade de jovens adultos). Já os Universos Consensuais constituem-se pelas teorias do senso comum,

com práticas interativas cotidianas, se constroem na conversa informal e é local de produção de Representações Sociais. Neste espaço, a sociedade é compreendida como um grupo de pessoas que tem os mesmos direitos e liberdade, não tendo, nenhum membro uma competência exclusiva (no caso deste Projeto compreendido como o saber sobre a violência e criminalidade produzido pela comunidade através, principalmente, dos oficineiros que dela são oriundos). Ambos os universos são eficazes e indispensáveis à vida humana.

Neste panorama, a geração do não familiar se dá dentro dos Universos Reificados e precisam ser transferidos para o cotidiano dos Universos Consensuais, cabendo tal tarefa a inúmeros canais tais como divulgadores científicos, professores, especialistas de diversas ordens, os grandes meios de comunicação de massas, como já foi exposto anteriormente. A eficácia desta divulgação será possibilitada pelo processo de Ancoragem que se define como aquele através do qual o sujeito busca classificar, encaixar de alguma forma em seus referenciais o não familiar, para que este não tome um caráter excessivamente ameaçador. A Ancoragem implica, assim, em um juízo de valor, pois se classifica “uma pessoa, ideia ou objeto com isso já o situamos dentro de alguma categoria que historicamente comporta essa dimensão valorativa”. (OLIVEIRA; WERBA, 1998, p. 109). Este processo é constante no dia a dia de todos os sujeitos, inseridos em todos os grupos e segmentos da sociedade, pois auxilia no enfrentamento das dificuldades de compreensão dos fenômenos de uma forma geral e desta nova realidade em particular. Um dos melhores exemplos para este processo também é fornecido por Jodelet, citada por Oliveira; Werba (1998, p. 109):

[...] Ao abrirem as portas do manicômio e colocarem os doentes mentais em contato com os aldeões na rua, aqueles foram imediatamente julgados pelos padrões convencionais e comparados a idiotas, vagabundos, epiléticos, ou aos que, no dialeto local, eram chamados de maloqueiros. Quando determinado objeto, ou idéia, é comparado ao paradigma de uma categoria, ele adquire características dessa categoria e é reajustado para que se enquadre nela. Neste exemplo, a idéia destes aldeões sobre os idiotas, vagabundos ou epiléticos, foi transferida, sem modificações aos doentes mentais.

Já o processo de Objetivação se dá através do movimento de tornar concreta e visível uma determinada realidade. Procura-se aqui fazer a aliança entre um conceito e uma imagem. O exemplo capital oferecido por Moscovici (1978) refere-se à religião, na qual ao se nomear “pai” a Deus, objetiva-se, nesta imagem (pai) outra jamais visualizada (Deus), facilitando, desta forma, a ideia do que seja Deus.

O conceito de Representações Sociais é assim marcado por uma dinamicidade e historicidade específicas. Associam-se, então, às práticas culturais e reúnem, ao mesmo tempo, a história e a tradição com a flexibilidade da realidade em jogo. As Representações Sociais são estruturas simbólicas delineadas tanto pela manutenção quanto pela inovação e transformação, o que as diferenciam da Ideologia, que está a serviço das relações assimétricas, da desigualdade social e de formas de dominação. A Representação Social só será ideológica se criar ou reproduzir relações de dominação. Segundo Arruda (2002, p. 133), “as dimensões que envolvem a teoria das Representações Sociais reabilitam o conhecimento compreendido como concreto, a experiência vivida e reconhece a possibilidade de diversas racionalidades”.

Neste estudo, os aspectos abordados sobre a teoria das Representações Sociais são importantes, pois oportunizam a expressão e conhecimento das visões de jovens usuários e gestores do Programa Fica Vivo! sobre violência e criminalidade, tanto da sociedade quanto dos grupos sociais contemporâneos, bem como formas de lidar com saberes diferentes sobre um mesmo objeto - destacando que tais saberes não implicam, necessariamente, desigualdades, mas sim diferenças.

## METODOLOGIA

Parte-se do princípio de que o objetivo desta pesquisa não foi o de avaliar o efeito do Programa Fica Vivo! sobre os seus usuários, mas, sim, o de analisar as Representações Sociais de violência e criminalidade entre jovens, de 12 a 24 anos, em situação de risco social, moradores do Aglomerado Morro das Pedras e usuários das oficinas do Programa Fica Vivo (Universo Consensual), cotejando-as com a visão oficial do Programa Fica Vivo!, presentes nos discursos de seus gestores e técnicos (Universo Reificado).

Considerou-se que o enfoque centrado no conceito de Representações Sociais informou teórica e metodologicamente a pesquisa, induziu, assim, à adoção de uma abordagem metodológica qualitativa, numa perspectiva que permitiu compreender toda complexidade que caracteriza o contexto local específico no qual as manifestações da violência e criminalidade estão presentes no Programa Fica Vivo!. Nesse sentido, a dimensão qualitativa da pesquisa privilegiou a profundidade das informações, em detrimento da sua extensão.

Nessa investigação, foi utilizada, como instrumento de pesquisa, a “entrevista narrativa” que, segundo Flick (2004), consiste em pedir ao informante que apresente, em forma de uma narrativa improvisada, a história de uma área de interesse da qual o entrevistado tenha participado.

Foi indicada uma “pergunta gerativa narrativa” (Conte-me a sua história com o Programa Fica Vivo!) que procurou permitir ao entrevistado contar suas relações com o Programa Fica Vivo! e com a comunidade.

Assim, foram entrevistados dez jovens usuários do Programa Fica Vivo!, entre 18 e 25 anos, que se disponibilizaram participar da pesquisa (do Aglomerado Morro das Pedras – de Belo Horizonte) a respeito dos seus saberes e vivências, nos quais estejam presentes a violência e a criminalidade. As entrevistas foram realizadas, individualmente, nas oficinas que frequentavam. A condição inicial fundamental para a escolha dos jovens, a serem entrevistados, foi por indicação dos oficinairos e com disponibilidade para a concessão da entrevista. Vale ressaltar que todos os jovens entrevistados eram maiores de idade, e que em todos os casos foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), devidamente autorizado por meio de assinatura, assegurando-lhes a confidencialidade na divulgação dos resultados. Por isso, seus nomes não foram citados neste trabalho.

Além desses, foram também entrevistados, dois gestores e dez oficinairos. Essas entrevistas foram realizadas em grupo, na sede do Programa Fica Vivo! do Morro das Pedras, em duas reuniões. Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética do Centro Universitário Newton Paiva, sob o número CAAE 0033.0.273.000-11.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto à descrição geral, o universo pesquisado compreende-se num total de dez jovens, entre 18 e 25 anos, usuários de oficinas de futebol e moradores do Aglomerado Morro das Pedras, em Belo Horizonte. Desta amostra, apenas um entrevistado era do gênero feminino.

A partir dos dados coletados nas entrevistas, as Representações Sociais encontradas foram organizadas em quatro categorias temáticas, inseridas nas articulações e desarticulações existentes entre os jovens usuários do Programa Fica Vivo!, a saber: catalisador de iniciativas locais; promotor de ações voltadas para organização da vida cotidiana; facilitador de relações e enfrentamento da violência e da criminalidade.

Na primeira categoria de Representações Sociais analisadas nesse estudo - Catalisador de iniciativas locais, em todas as entrevistas, os jovens relataram que o Programa Fica Vivo! acabou criando oportunidades de inserção profissional e de iniciativas locais, anteriormente idealizadas pela população. Nesse sentido, é possível observar uma compatibilidade entre o discurso oficial do Programa Fica Vivo!, aqui representado pelos gestores, e a apropriação de tal discurso, o que fica evidente nos relatos dos jovens

usuários. Um dos entrevistados (6) relatou que o Programa Fica Vivo!

*Contribuiu bastante, né?! Num deixa a gente envolver com parada errada, tem campeonato aí direto, nem tem tempo de ficar pensando besteira, de noite tem como né?! Cê sai pra divertir assim, pagode, essas coisa assim, mas de dia nem tem como não. Projeto tá ocupando o tempo, tem aula de culinária do Fica Vivo!, tem aula de arte, de violão, tudo dentro da favela”*

De acordo com Darlan (2008), a criminalidade nada mais é que o resultado de um cruel processo de exclusão social. No sentido exposto nas Representações Sociais do entrevistado (6), é possível afirmar que o Programa Fica Vivo atua na contramão do processo de exclusão social, apostando no desenvolvimento de iniciativas locais anteriormente idealizadas pela população, e voltadas para o bem-estar sociocultural dos moradores da região. Percebe-se, ainda, nas narrativas das Representações Sociais dos jovens, a apropriação do discurso referente ao Universo Reificado – UR, veiculado pelos gestores e técnicos do Programa Fica Vivo!, e a compatibilidade com as Representações Sociais construídas pelo Universo Consensual, o qual é representado pelos usuários do Programa Fica Vivo!, no tocante à promoção das iniciativas locais.

O Programa Fica Vivo! foi considerado promotor de ações voltadas para organização da vida cotidiana, segunda categoria de Representações Sociais analisada neste estudo. Observa-se nos depoimentos que, apesar de ter sido criado com o intuito de diminuir os índices de violência e de criminalidade nas comunidades, a maioria dos entrevistados enxerga no Programa um canal para esclarecimento ou de solução de diversos problemas vividos, cotidianamente, relativos à continuidade da educação, busca de emprego, emissão de documentos, moradia etc. O relato, abaixo, exemplifica essa Representação Social: “Ajuda bastante. Nos dias do Projeto largo serviço mais cedo e venho. Ajuda demais, tirar documentos, posso trabalhar fichado.” (Entrevistado 4).

Depreende-se desse relato, que o Programa tem como ponto central a criação de vínculos e de laços de compromisso, por meio da facilitação a serviços, muitas vezes, inacessíveis a essa população, moradora de um espaço geograficamente delimitado, marcado pela miserabilidade e por não usufruir de direitos humanos básicos. A mudança da realidade dos moradores da comunidade só é possível por meio da atuação e da organização geral dos serviços, acompanhada de práticas assistenciais. Nessa perspectiva, Neme (2005) alerta que as políticas de segurança devem se voltar muito mais para as questões sociais, promovendo a articulação entre a prevenção situacional e a prevenção social, através de ações de inserção social.

Sobre o Programa como facilitador de relações inter-

personais – terceira categoria de Representações Sociais analisada por esta pesquisa, foi identificado que muitas comunidades tinham conflito umas com as outras, bem como entre os adolescentes da própria comunidade. Tendo em vista os relatos dos adolescentes, fica visível que, devido ao Programa, as relações interpessoais são facilitadas, o que pode ser ilustrado pela fala do entrevistado (3): “Conheço, conheço um monte de gente, um monte de gente, colegas meus estão todos aí”

O entrevistado (7) também aborda a questão de relação interpessoal: “Você tem uma mente diferente, cada um tem uma experiência, cê tem a facilidade, tenho a dificuldade, e você não sabe, eu vou te ensinar, é disso que nasceu o Fica Vivo!, pra ajudar o próximo.”

Como afirma Soares (1996), são inúmeras as teorias explicativas e interpretativas sobre a criminalidade urbana entre jovens. Porém, a partir desses relatos, pode-se perceber que a questão do enfrentamento da criminalidade entre jovens, pelo Programa, com eficácia e dentro da legalidade, passa necessariamente pela criação de laços sociais diferentes daqueles promovidos, nas últimas décadas, pelas políticas de segurança, nas quais predominavam ações truculentas frente ao problema da criminalidade. Ao invés da lógica do combate à violência com a violência, o Programa demonstra, para esses jovens, que vale a pena apostar na promoção e prevenção como incremento de novas relações.

Na última categoria de análise - Representações Sociais sobre o enfrentamento da violência e da criminalidade, os jovens usuários do Programa apresentaram falas relacionadas à criminalidade, por causa do tráfico, e à violência representada pela ação policial. A despeito de seu caráter educativo-preventivo, o Programa Fica Vivo! tem um propósito institucional expresso de reprimir a criminalidade, com o uso de patrulhas especificamente treinadas para o trato com a comunidade. Observou-se, nas entrevistas, esse outro lado do Programa. Os entrevistados atribuíram a ação da polícia como sendo fonte da violência gratuita e, portanto, desnecessária, contra as pessoas no dia a dia das comunidades desses aglomerados urbanos. Nesse tom, o entrevistado (7) pontifica que mesmo com a redução da criminalidade depois da entrada do Programa Fica Vivo!,

Pode não diminuir naquele tanto que tinha de diminuir, já não tem isso mais, a pessoa botando na cabeça que hoje em dia tem de ver a cultura, lazer, 'cê entende? Porque foi Deus que pôs aquela semente para ele pensar, se ele não pusesse a semente no coração dele e não criasse esse Projeto e pelo menos uma coisa o governo fez uma coisa boa porque o governo talvez a polícia te atrapalha, muitas das vezes um filho de polícia quer ser polícia, mas ele é da criminalidade, ai vai,

entra na polícia e vai ser criminoso, e vai acontecer do jeito que tá acontecendo, polícia vem e faz o que quiser, tem polícia boa, tem polícia que atrapalha sempre, na empresa tem aquela sementinha do mal, 'cê já reparou? Cada empresa tem um, tem uma sementinha do mal, todos levam a culpa, 'cê também é suspeito, 'cê entendeu? É sempre assim, imprimir os outros, tombar os outros, aí, eles tá aí para fazer o serviço deles, se pegar com a pessoa, tem de levar, chegar assim, não pegar você com nada, te tombar 'ocê, te revolta, maioria da comunidade, 'ce entendeu? Porque ele não está demonstrando serviço certo, 'cê entendeu. Acho que tudo na vida da gente é no diálogo, chegar e ganhar o coração de qualquer um, que nem Deus falo, 'tá na Bíblia, "faz sua parte que Eu ajudarei", "maldito o homem que confia no homem", então não deve confiar em ninguém, pegar com Deus, só Deus, e agradecer 'ocês.

De modo geral, as Representações Sociais sobre a polícia denotam a necessidade dessa para garantir a segurança das pessoas, de forma que nas suas relações interpessoais os conflitos e divergências não sejam resolvidos com o uso da violência de uns contra os outros, reproduzindo a situação de violência generalizada caracterizada por Hobbes (“O Leviatã”) numa situação de ausência ou presença muito precária do governo numa sociedade.

Isso evidencia que a polícia possibilitaria a garantia da segurança dos bens e posses pessoais, e para coibir o tráfico de drogas, mas “sua imagem está sempre vinculada à violência” (RUDNICKI, 2011, p. 200). A autora complementa que: “Quando o crime era bem menos problemático do que hoje, a função policial era simplesmente definida como prevenir o crime e prender os criminosos - com uma ênfase um tanto quanto erudita na primeira definição” (RUDNICKI, 2011, p. 202).

Nessa direção, Costa (2011, p. 253) afirma que:

O Brasil possui uma longa tradição no emprego das forças policiais baseado em transgressões e castigos físicos impetrados principalmente contra as populações pobres, dominadas e oprimidas. As práticas de violência e arbitrariedade, impetradas pelas forças policiais, não são novidade no nosso país. Desde os tempos imperiais até nossos dias, independente do regime de governo ou das tendências políticas no governo, o abuso do poder, o arbítrio, o castigo físico e a tortura têm sido uma forma de controle social bem característico das elites e das forças policiais.

Sem dúvida, transparece, nesse último depoimento, as Representações Sociais expressas no sentimento de que a ação policial precisa passar por uma redefinição quanto à sua suposição de que a prioridade é guardar o Estado, não os cidadãos (SOARES, 1996).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa demonstraram que as Representações Sociais de jovens moradores do Aglomerado Morro das Pedras – Belo Horizonte, usuários do Programa Fica Vivo! produzem novos laços sociais e formas de viver para além do envolvimento com a violência e a criminalidade. As oficinas têm funcionado como estratégias de aproximação e de atendimento aos jovens, quando são articuladas as características das áreas atendidas, às suas demandas bem como de novas Representações Sociais voltadas para a cultura, inclusão social, cidadania, justiça, direitos sociais, educação e desenvolvimento social. As Representações Sociais sobre violência e criminalidade, na perspectiva dos jovens usuários, ainda demonstram, por um lado, que o Programa Fica Vivo! têm favorecido uma maior inserção psicossocial, com espaços de discussão, de participação e de reflexão de suas histórias, no seu contexto social. De outro, porém, no relato dos entrevistados, aparece a Representação Social sobre o problema da realização de ações de repressão policial na comunidade, que se atrela à cultura do medo e do desrespeito, em relação às classes sociais desfavorecidas.

O aprimoramento dos indicadores relativos à violência e a criminalidade nos aglomerados, favelas e vilas dos centros urbanos é um grande desafio, não somente para o Estado, mas, também, para a sociedade como um todo. Assim, cabe a todos os atores sociais envolvidos - moradores, representantes comunitários, legislativo, polícia, escola, universidade, entre outros, a responsabilidade pela formulação de novas políticas públicas, com flexibilidade e correções de rumo, conforme os diferentes espaços sociais e os distintos problemas a serem enfrentados.

## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Ângela. Teoria das Representações Sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n.117, p. 127-147, nov. 2002.
- BEATO, F.C.C. **Estudo de caso: "Fica Vivo!" Projeto de Controle de Homicídios em Belo Horizonte**. Disponível em: <<http://www.crisp.ufmg/>>. Acesso em: 06/02/2011.
- BEATO, F.C.C. O Problema dos Homicídios em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo, v.11, n. 42, p. 345-350, jan./mar. 2003.
- CABECINHAS, Rosa. **Representações Sociais, relações intergrupais e cognição social**. Disponível em: <[http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/13111/1/rcabecinhas\\_Paideia\\_2004.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/13111/1/rcabecinhas_Paideia_2004.pdf)>. Acesso: 15 de agosto de 2010.
- CABECINHAS, Rosa. **Representações Sociais, relações intergrupais e cognição social**. Disponível em <[http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/13111/1/rcabecinhas\\_Paideia\\_2004.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/13111/1/rcabecinhas_Paideia_2004.pdf)>. Acesso: 12 de agosto de 2011.

DARLAN, Siro. Menoridade Penal: Prós e Contras na Lei? In: LEITE, Lígia Costa; LEITE, Maria Esther Delgado; BOTELHO, Adriana Pedreira (Org.). **Juventude, desafiliação e violência**. Rio de Janeiro: Contra capa livraria, 2008. p. 33-46. Cap. 1.

FAVELA É ISSO AI. **Histórico do Aglomerado Morro das Pedras**. Disponível em: <[http://www.favelaeissoai.com.br/comunidades\\_mostra.php?cod=24](http://www.favelaeissoai.com.br/comunidades_mostra.php?cod=24)>. Acesso: 05/02/2011.

FLICK, Uwe. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

JODELET, D. (1988). Représentations sociales: phénomènes, concept et théorie. In: FARR, R. e MOSCOVICI, S. (eds). **Psychologie sociale**. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1988, p.357-378.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações Sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000. MOSCOVICI, S. **Psicologia Social: Representações Sociais – Investigações em Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. **La Psychanalyse, son image et son public**. Paris: PUF, 1961.

\_\_\_\_\_. *Notes towards a description of social representations*. **European Journal of Social Psychology**, v.18, p.211-250, 1988.

NEME, Cristina. Violência e segurança: um olhar sobre a França e o Brasil. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, 25, p. 123-137, nov. 2005.

OLIVEIRA, Fátima O.; WERBA, Graziela C. Representações Sociais. In: STREY, Marlene Neves et al. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERES, M. F. T.; SANTOS, P. C. Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo. **Revista de Saúde Pública** v.39, n.1, p.58-66, 2005.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL. **Prevenção Social à Criminalidade: A experiência de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://www.seds.mg.gov.br/>>. Acesso em: 07/10/2011.

SOARES, Luiz Eduardo. **Violência e Política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumarã, 1996.

VALA, J. Representações Sociais: para uma Psicologia Social do pensamento social. In: VALA, J.; MONTEIRO, M.B. **Psicologia Social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

ZALUAR, Alba. **Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização**. São Paulo, Revista Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 3, Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88391999000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 31/05/2012.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: organizações populares e significado da pobreza**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

## NOTAS

- 1 Discentes do curso de Psicologia, alunos bolsistas do XII Programa de Iniciação Científica do centro Universitário Newton Paiva.
- 2 Professores colaboradores da pesquisa, docentes do Centro Universitário Newton Paiva.
- 3 Coordenadora da pesquisa, docente do centro Universitário Newton Paiva.
- 4 [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/13111/1/rcabecinhas\\_Paideia\\_2004.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/13111/1/rcabecinhas_Paideia_2004.pdf)
- 5 Op. cit.



# PROTOCOLO PARA AVALIAÇÃO DE ESTRIAS: UMA PROPOSTA DO CURSO DE ESTÉTICA

Ana Paula Del Bisogno<sup>1</sup>  
Carla Pessoa Neves<sup>1</sup>  
Cleisiane Dornelas Santiago<sup>1</sup>  
Fátima Maria Kfuri Pereira<sup>1</sup>  
Karine Dumbá<sup>1</sup>  
Camila Taveira Fávero<sup>2</sup>  
Isabella Gomes de Paula<sup>2</sup>  
Izabela Cristina Sobral<sup>2</sup>  
Natalia Sant'anna Passos<sup>2</sup>  
Rafaela de Faria Melo<sup>2</sup>  
Tatiana Péret Barbosa<sup>3</sup>

**Resumo:** Este estudo teve o propósito de criar e validar um protocolo de avaliação para as estrias. Para tanto, foi feita uma revisão bibliográfica acerca deste assunto e um estudo descritivo, onde foram seguidas etapas para validação do referido protocolo. Tais etapas consistiram em: avaliar aspectos como clareza e adequação do formato do protocolo, além da verificação do conteúdo quanto à sua representatividade e consistência. Este protocolo inicial passou por modificações, conforme o que foi sugerido nas avaliações. Foi elaborada uma nova versão do protocolo, constituindo um instrumento definitivo. Este foi, então, aplicado por um profissional esteticista e dois pesquisadores para avaliar estrias de 30 pessoas. Todos os 90 prontuários foram recolhidos e reunidos para calcular o índice de confiança do protocolo. O índice obtido foi de 99,24 %, significando que o protocolo é realmente seguro e pode ser usado para a avaliação das estrias. A partir de agora, profissionais e acadêmicos da Estética podem contar com um instrumento confiável, que permitirá uma avaliação mais precisa das estrias, viabilizando a escolha de um tratamento mais específico e adequado a cada paciente.

**Palavras chave:** Protocolo de avaliação. Estrias. Validação.

**Abstract:** This study aimed to create and to validate a protocol for stretch marks evaluation. So, we made a review about this subject and a descriptive study, in which we followed steps to validate the protocol. The steps we followed were: evaluate features like protocol's clearance and shape, and check the protocol's content about consistency and representativeness. This first version of the protocol was adjusted and we obtained a final version that was applied by a professional and two researches to assess the stretch marks of 30 subjects. We took all of the 90 protocols and joined them to calculate the protocol's index of reliable. The index we obtained was 99,24 % of agreement. It means that the protocol is really secure and can be used to assess the stretch marks. We believe that, now, professionals and students have a reliable instrument that permits a detailed evaluation of the stretch marks. So, now is possible to purpose suitable treatments to each case.

**Key-words:** Protocol of evaluation. Stretch marks. Validation.

## INTRODUÇÃO

A atuação do esteticista vem ampliando em várias esferas, tendo em vista a crescente demanda da sociedade pelo bem-estar e comodidade que esse profissional pode oferecer em seus serviços. Neste contexto, verificam-se altos índices de procura por procedimentos minimamente invasivos, como forma de tratamento. Atualmente, têm sido empregadas várias técnicas para combater e prevenir afecções como o fibro edema gelóide, a adiposidade localizada, rugas, estrias, flacidez cutânea, além de acelerar a recuperação no pós-operatório de cirurgias plásticas. No entanto, para que o tratamento de quaisquer dessas condições seja realmente eficaz, é necessário fazer, antes, uma avaliação minuciosa do paciente.

Existem, na literatura científica, descrições de protocolos para a avaliação do fibro edema gelóide, envelhecimento facial, adiposidade localizada e níveis de fibrose em pós-operatório de lipoaspiração. Todos estes protocolos foram desenvolvidos pelos autores, fisioterapeutas, e passaram por um processo de validação para serem publicados (LISBOA *et al.*, 2003; MEYER *et al.*, 2005; MENDONÇA *et al.*, 2008; MICUSSI *et al.*, 2008; MEYER *et al.*, 2010). Atualmente, servem de base para a avaliação destas patologias, tendo importância crucial para se traçar uma conduta de tratamento adequada a cada caso. Os alunos do curso de Estética do Centro Universitário Newton Paiva têm utilizado tais protocolos nas avaliações de seus pacientes.

Nota-se, todavia, que ainda não existe um protocolo publicado e validado por esteticistas. Até o momento, também não foi proposto e validado, um modelo que permitisse avaliar as estrias, o que seria fundamental para a proposição de tratamentos individualizados. Enquanto isso, a procura por métodos que minimizem o aspecto das estrias só aumenta.

Cordeiro e Moraes (2009) consideram as estrias afecções comuns, sendo motivo de frequente procura por consultas dermatológicas. Elas possuem um aspecto inestético típico que, além de desagradável aos olhos, acarretam alterações comportamentais e emocionais (GOULART, 2006; MEYER *et al.*, 2009). Para Cordeiro e Moraes (2009), apesar de serem consideradas uma queixa estética, as estrias podem trazer importantes repercussões psicossociais.

Nessa lógica, patologias estéticas como as estrias podem alterar o esquema corporal e a auto-estima, ameaçando a integridade emocional do indivíduo e, assim, passam a ter grande importância social e clínica (GUIRRO; GUIRRO, 2002). Em um entendimento mais amplo da saúde, esta deve ser vista como o completo bem estar físico, psíquico e social e não apenas a ausência de doenças. Ao levar em conta este atual conceito de saúde proposto pela Organiza-

ção Mundial de Saúde (OMS), fica clara a ameaça à integridade emocional que as estrias podem causar nas pessoas que as possuem.

Diante do exposto, torna-se evidente, que as estrias precisam de tratamento. Contudo, vários autores pontuam que a avaliação minuciosa do paciente é requisito imprescindível para se propor um tratamento adequado a cada caso (LISBOA *et al.*, 2003; MEYER *et al.*, 2005; MENDONÇA *et al.*, 2008; MICUSSI *et al.*, 2008; MEYER *et al.*, 2010). Acredita-se que, somente assim, será possível indicar os recursos apropriados para tratar as estrias, de acordo com seu aspecto e histórico, em cada paciente avaliado.

Assim sendo, a grande incidência das estrias e a ausência de um protocolo específico para a sua avaliação justificam a realização de estudos, como o proposto. Entende-se que esta pesquisa é de grande relevância para os esteticistas, além dos demais profissionais da saúde que atendem pacientes portadores dessa afecção. O desenvolvimento de um instrumento que permita avaliar as estrias de maneira objetiva poderá ser bastante útil para a prática clínica diária destes profissionais. Afora isso, este protocolo terá grande aplicabilidade pelos alunos do curso de Estética do Centro Universitário Newton Paiva.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagens qualitativa e quantitativa. A pesquisa foi desenvolvida em etapas. A primeira etapa consistiu de uma revisão bibliográfica acerca da fisiopatologia e caracterização das estrias. Foram usados os descritores estrias cutâneas, *striae distensae e stretch marks* para a busca que se deu por acesso a bancos de dados indexados como *Scielo*, *Bireme*, *Pubmed* e periódicos nas áreas de Medicina Estética, Dermatologia e Fisioterapia Dermato-Funcional. Foram selecionados artigos publicados entre 1995 e 2010.

Após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Newton Paiva por meio do Parecer 179, em 30 de maio de 2011, teve início a pesquisa de campo. A montagem da primeira versão do protocolo (ANEXO 1) foi a segunda etapa, concluída no dia 29 de agosto de 2011. Finalizada esta fase, seguiu-se a submissão do protocolo ao processo de validação de face e de conteúdo que correspondem à terceira etapa da pesquisa.

A validade de face compreende uma revisão de itens do protocolo, fornecendo informações sobre: legibilidade, clareza nas alternativas de resposta, erros de tipografia, tamanho da letra e tempo gasto para aplicação do protocolo (MEYER *et al.*, 2005; MICUSSI *et al.*, 2008). A validade de face consistiu na entrega de um questionário a 5 estudantes do último período do curso superior de Tecnologia

em Estética e Cosmética do Centro Universitário Newton Paiva, com maiores médias de notas e que se disponibilizaram a participar desta etapa da pesquisa. Tais alunos receberam um envelope lacrado contendo o Protocolo para avaliação de estrias; o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, solicitando sua participação e elucidando quanto ao preenchimento do questionário; e o questionário de face utilizado por Micussi *et al.*, (2008), para que se avaliasse a apresentação geral do protocolo.

A validade de conteúdo corresponde ao julgamento técnico acerca do que seria necessário incluir ou excluir no protocolo, visando o seu aprimoramento e adequação (MENDONÇA *et al.*, 2008). Para a validação do conteúdo, foram escolhidos, de maneira intencional, 5 esteticistas formados, com pelo menos 2 anos de prática com estrias. A cada um desses profissionais foi entregue um envelope lacrado, contendo o Protocolo para avaliação de estrias; o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, solicitando sua participação e esclarecendo quanto ao preenchimento da lista de checagem; e a lista de checagem adaptada com base na utilizada por Micussi *et al.*, (2008) para avaliação da representatividade do conteúdo do protocolo.

Depois de obter e analisar os resultados da validade de face e validade de conteúdo, o protocolo sofreu alterações (ANEXO 2) para se adequar melhor à avaliação das estrias. Foram feitas as modificações, de modo que o protocolo definitivo foi, então, usado na avaliação 30 pessoas (com base no número usado nos estudos citados), acima de 18 anos, que já eram atendidas no curso de Estética, possuíam estrias e aceitaram participar do estudo. Cada paciente foi avaliado por dois alunos pesquisadores e por um profissional esteticista, no mesmo dia, porém, em diferentes salas, para que não houvesse interferência de um avaliador sobre o outro. Tanto os alunos pesquisadores como o profissional esteticista receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, informando-os a respeito desta etapa da pesquisa.

Após reunir os dados contidos nas três avaliações, de cada paciente, totalizando 90 protocolos, foi mensurado, o índice de confiança, com base na medição de consistência interna do índice de Litwin (LITWIN, 1995). Por meio do cálculo deste índice, obteve-se o percentual de concordância das avaliações.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira descrição histológica das estrias encontrada na literatura médica data de 1889 (CARAMASCHI *et al.*, 1995). São causa frequente de consulta ao dermatologista, porém, não constituem condição dermatológica preocupante do ponto de vista clínico. Entretanto, elas apresentam um efeito impactante como condição inestética, podendo

gerar problemas de ordem psicológica, principalmente, em adolescentes, o que justifica a busca por tratamentos eficazes, conforme afirmam Cordeiro e Moraes (2009) e Gamonal (2002).

As estrias caracterizam-se clinicamente pela morfologia, em geral, linear, aspecto atrófico e superfície que pode ser discretamente enrugada, com pequenas rugas transversais ao seu maior eixo, que desaparecem à tração. Raras ou numerosas, dispõem-se paralelamente umas às outras, e perpendicularmente às linhas de fenda da pele, indicando um desequilíbrio elástico localizado. Apresentam caráter de bilateralidade, isto é, existe uma tendência da estria distribuir-se simetricamente e em ambos os lados (GUIRRO; GUIRRO, 2002). O comprimento vai de alguns milímetros a 30 cm, e a largura, de 2 a 5 mm podendo chegar a 3 cm e, excepcionalmente, até 6 cm. Nestas situações, podem ulcerar espontaneamente ou após acidentes.

De acordo com Toschi (2004) e Kede e Sabatovich (2009), a coloração das estrias varia com a sua fase evolutiva. Inicialmente, são rosadas ou mesmo violáceas. Nessa fase, podem ser discretamente elevadas devido ao edema gerado pelo processo inflamatório, o que justificaria uma esporádica queixa de prurido. Os sintomas iniciais são variáveis, sendo que os primeiros sinais clínicos, além do prurido, podem ser caracterizados por: dor e erupção papular plana levemente eritematosa. As estrias são denominadas nessa fase inicial de rubras (*striae rubrae*). Na fase seguinte, onde o processo de formação já está praticamente estabelecido, as lesões tornam-se esbranquiçadas, quase nacaradas, sendo denominadas, estrias albas (*striae albae*).

Pode-se dizer, também, que, em sua fase inicial, as estrias são protrusas em relação à superfície cutânea. Mais tarde, evoluem para uma forma atrófica plana ou deprimida. Em alguns casos, adquirem uma configuração queloidiana, em outros, se tornam pigmentadas espontaneamente ou durante a terapêutica (TSUJI, 1993 *apud* SANTOS; SIMÕES, 2003).

Em termos histológicos, o processo inflamatório da fase inicial é intenso, de modo que a derme pode apresentar-se edematosa. Recentemente, verificou-se que as alterações iniciais se estendem por até 3 cm além da borda da estria, ocorrendo elastólise e desgranulação de mastócitos, seguidos de afluxo de macrófagos em torno das fibras elásticas fragmentadas. Nas fases mais tardias, a epiderme encontra-se atrófica e aplainada. Na derme, as fibras elásticas estão bastante alteradas e as colágenas dispõem-se em feixes paralelos à superfície na direção da força de distensão. A patologia é semelhante à de uma cicatriz, porém, a microscopia eletrônica, mostra os fibroblastos praticamente destituídos de organelas de síntese (complexo de Golgi e retículo endoplasmático rugoso), enquanto nas cicatrizes

estão bem desenvolvidas (AZULAY; AZULAY, 2009).

As estrias surgem, geralmente, a partir da adolescência ou durante a gravidez, acometendo mais múltiparas que primíparas. As localizações preferenciais são: abdômen, mamas e quadris. Apresentam coloração eritematosa, esmaecem no puerpério e permanecem como cicatrizes prateadas (ANTÔNIO; MOREIRA, 2011). Não ocorrem, em condições normais, em pessoas acima de 45 anos nem são comuns em pré-púberes. Sua maior prevalência ocorre na faixa etária dos 14 aos 20 anos (55-65% em mulheres e 15-20% em homens). São cerca de três a seis vezes mais frequentes no sexo feminino que no masculino, onde também são mais discretas (AZULAY; AZULAY, 2009). Recentemente, entretanto, tem-se observado o aparecimento de estrias em mulheres mais velhas durante a reposição hormonal (GUIRRO; GUIRRO, 2002; GAMONAL, 2002).

Na mulher, as estrias são mais comuns em locais como nádegas, abdômen e mamas, enquanto que, no homem, predominam no dorso, região lombossacra e parte externa das coxas. Existe, no entanto, uma grande variação na distribuição bem como no acometimento de outras regiões como raiz dos membros superiores, axilas e tórax. Pode-se afirmar que as estrias surgem perpendicularmente ao eixo de maior tensão da pele e que acompanham, grosso modo, as linhas de clivagem da pele (linhas de Langer) (AZULAY; AZULAY, 2009).

Segundo Toschi (2004), a patogênese das estrias ainda não é plenamente conhecida. Trabalhos científicos reconhecem sua natureza multifatorial e vêm demonstrando diversos fatores implicados em sua origem. Vários autores defendem teorias para justificar a etiologia das estrias. Azulay e Azulay (2009) e Cordeiro e Moraes (2009) classificam os fatores desencadeantes das estrias em três grupos: fatores mecânicos, fatores bioquímicos e predisposição genética.

De acordo com a teoria dos fatores mecânicos, defendida pela maioria dos autores, o fator principal, isoladamente ou não, é a mudança das forças de tensão que atuam sobre a pele, daí a designação *striae distensae*. O estiramento da pele, com conseqüente ruptura ou perda de fibras elásticas dérmicas, é tido, pois, como fator básico da origem das estrias. Diante disso, afirmam que a distensão abdominal promovida pelo crescimento do feto causa estria na gestante, assim como o estirão de crescimento na puberdade causaria estrias nos adolescentes, bem como a deposição de gordura no obeso. A presença de estrias em áreas de estiramento crônico progressivo como edemas, tumores localizados, vícios posturais, gestação, obesidade, crescimento corpóreo durante a adolescência, desenvolvimento muscular localizado, introdução de próteses mamárias, bem como em áreas submetidas a forças externas intensas como esforço muscular (levantadores de peso),

tatuagem é bem comum (GUIRRO; GUIRRO, 2002; AZULAY; AZULAY, 2009; CORDEIRO; MORAIS, 2009).

Ventura e Simões (2003) acreditam, ainda, que o excessivo depósito de gordura nas células adiposas, sobretudo, o que ocorre repentinamente, levaria a um dano às fibras elásticas e, em períodos de crescimento rápido, estiraria a pele, chegando a haver ruptura ou perdas dessas fibras. Pesquisas mostram que 75% a 95% das mulheres chegam ao final da gestação com alguns pares de estrias que, normalmente, aparecem no último trimestre, quando a pele começa a ultrapassar os limites de resistência das fibras elásticas. A isso soma-se a fragilidade devido ao aumento da atividade hormonal (SALTER; KIMBALL, 2006).

É digno de nota que estrias formadas no decurso de mudanças fisiológicas têm um padrão relacionado a um acúmulo de adipócitos (padrão ginóide) o que justificaria a maior prevalência no sexo feminino. Estrogênios causam elevação da taxa de ácido hialurônico e de condroitinossulfatos, assim como corticóides fluorados, ao contrário dos corticóides não fluorados. Alterações da pressão intradérmica tornam a pele mais susceptível a trações cutâneas. (KEDE; SABATOVICH, 2009).

A teoria endocrinológica ou hormonal, segundo Guirro e Guirro (2002) e Toschi (2004), demonstra através de fatos, que a teoria mecânica é muito simplista quando afirma ser o estiramento da pele, quer por crescimento ou deposição de gordura, a causa para o aparecimento das estrias. Para Guirro e Guirro (2002), a origem mais provável das estrias baseia-se no hormônio esteróide, o qual está presente de forma atuante em todos os quadros em que as estrias surgem (obesidade, adolescência e gravidez), não podendo deixar de ser mencionado o seu aparecimento com uso de medicamentos a base de corticóides tópicos ou não, incluindo anabolizantes. Isso também explicaria o fato da ocorrência de estrias ser rara em crianças abaixo de cinco até nove anos, mesmo que obesas (a menos que façam uso de corticóide). A secreção deste hormônio só se inicia na puberdade, sendo o principal hormônio envolvido um andrógeno, o que poderia explicar a associação do aparecimento de estrias com a acne e o hirsutismo (GUIRRO; GUIRRO, 2002).

De acordo com Ventura e Simões (2003), as estrias, geralmente, ocorrem em adolescentes que podem ou não ser obesos. Na adolescência, período mais representativo de uma estimulação adrenocortical, pode ser descrita como uma "Síndrome de Cushing fisiológica". O uso tópico ou sistêmico de esteróides (cortisona), a atividade física vigorosa, o estresse e desordens hormonais (estrógenos, progesterona e cortisol), dentre outras condições, podem ser situações facilitadoras do aparecimento das estrias. É nos casos mais exuberantes de estrias que se deve estar aten-

to e reconhecer, eventualmente, a existência de doenças associadas ou determinados estados fisiológicos, como a Síndrome de Cushing, maior expressão de doença associada ao aparecimento de estrias maiores, que se localizam, mais amiúde, no abdômen e flancos (GAMONAL, 2002).

Para Sisson (1954) *apud* Guirro e Guirro (2002), não há dúvidas quanto à associação de estrias com atividades esteróides, pois o aparecimento daquelas no período de idade onde são detectados sinais evidentes de alterações no nível de hormônios sexuais, sugere uma forte influência hormonal. O autor ainda afirma que a estria ocorre espontaneamente em curtos períodos de estimulação cortical, simulando uma aplicação exógena de cortisona, ou pode se estender por vários anos durante toda a puberdade. Defende também que, com a teoria endocrinológica pode-se explicar o aparecimento das estrias nas diversas patologias não tem como efeito causal a afecção em si, mas sim as drogas utilizadas na sua terapêutica. No uso de corticoterapia tópica ocorrem, geralmente, em áreas de dobras, principalmente, a inguinal. Nestes casos, na maioria das vezes, é decorrente da associação medicamentosa de antimicóticos e corticóides cujo uso se faz, em geral, por automedicação. A oclusão potencializa a ação do corticóide e favorece o aparecimento de estrias locais. Mas, dependendo da extensão tratada, pode gerar o aparecimento delas à distância. Tais pacientes, muitas vezes, têm idade ou apresentam localização fora dos padrões habituais. Os corticóides fluorados, especialmente aqueles de maior potência, são os principais responsáveis (AZULAY; AZULAY, 2009).

No caso da predisposição genética, outro fator mencionado, atribui-se a origem das estrias à história familiar, antecedentes pessoais e etnia, como em alterações nos componentes da matriz extracelular, incluindo fibrilina, elastina e colágeno. Podem, também, se associar à Síndrome de Marfan (ocorrem estrias particularmente na região peitoral, deltoidiana, coxas e nádegas) ou à Síndrome de Buschke-Ollendorf, de transmissão autossômica dominan-

te (caracterizada clinicamente por pápulas ou nódulos que são histologicamente nevos conjuntivos associados à osteopoiquiose (CORDEIRO; MORAES, 2009).

Para Guirro e Guirro (2002) e Ventura e Simões (2003), ainda existe uma outra teoria que explicaria o surgimento das estrias: a teoria infecciosa. Essa sugere que processos infecciosos provocam danos às fibras elásticas, levando ao aparecimento de estrias (VENTURA; SIMÕES, 2003). Wiener (1947) *apud* Ventura e Simões (2003), em seus estudos, notou o aparecimento em adolescentes de estrias púrpuras após febre tifóide, tifo, febre reumática e hanseníase. Toschi (2004) e Guirro e Guirro (2002) dizem que alguns medicamentos podem promover a hiperpigmentação das estrias como, por exemplo, a bleomicina, o antibiótico e quimioterápicos, que em doses altas podem promover ainda outros efeitos como: esclerose, gangrena, preeclâmpsia e eritema. A pigmentação inicial é semelhante à que acontece na síndrome de Cushing, ou seja, violácea e permanece neste estágio por muitos meses. A coloração pode, então, evoluir para uma tonalidade marrom escura, em comum, os processos que promovem a pigmentação de estrias, presente nos casos de síndrome de Cushing, conforme referido anteriormente, e após processos inflamatórios.

Guirro e Guirro (2002) afirmam que tal teoria não possui muitos adeptos, já que estudiosos partidários da teoria endocrinológica conseguem explicar o surgimento das estrias em decorrência do tratamento efetuado à base de corticóides. Este é, portanto, o verdadeiro fator desencadeante do processo de formação de estrias.

Com base nos dados obtidos na revisão de literatura, deu-se início à etapa seguinte da pesquisa, que consistiu na elaboração da primeira versão do protocolo para avaliar estrias (ANEXO I). Concluída a versão inicial do protocolo, deu-se continuidade à pesquisa, distribuindo-o aos avaliadores de face e conteúdo, como já descrito na metodologia.

Os resultados expostos na Tabela 1 são referentes à Validade de Face.

**TABELA 1 - Avaliação do Questionário de Face**

| Avaliação da ficha de Anamnese    |            |      |            |      |
|-----------------------------------|------------|------|------------|------|
| Avaliação do Questionário:        | Sim        |      | Não        |      |
|                                   | Frequência | %    | Frequência | %    |
| 1- Difícil leitura                | 0          | 0    | 5          | 100% |
| 2- Erros de Tipografia            | 0          | 0    | 5          | 100% |
| 3- Opções de respostas claras     | 4          | 80%  | 1          | 20%  |
| 4- Questões claras                | 4          | 80%  | 1          | 20%  |
| 5-Tamanho adequado (do protocolo) | 5          | 100% | 0          | 0    |
| 6- Tamanho de letra adequado      | 5          | 100% | 0          | 0    |

Como mostra a Tabela 1, é possível afirmar que o protocolo não apresentou difícil leitura, nem erros de tipografia, já que nenhum dos avaliadores assinalou tais opções.

Um avaliador (20% do total) não considerou clara a questão e opções de resposta do item "cor da pele" - segundo item da Ficha Clínica, da primeira versão do protocolo. Este avaliador sugeriu que fosse utilizada a Classificação de Fitzpatrick tanto para avaliar a cor da pele, como para propor o tratamento mais adequado, conforme o fototipo do paciente. Tal sugestão também foi descrita por um dos avaliadores do conteúdo do protocolo e acatada pela equipe de pesquisa, tendo em vista que é um importante norteador pois apresenta opções detalhadas quanto ao fototipo cutâneo, além de fornecer uma nomenclatura mais apropriada. Afora isso, a referida classificação também foi usada no trabalho de Micussi *et al.*, (2008).

Ainda de acordo com a Tabela 1, todos os cinco avaliadores (100%) consideraram o tamanho do protocolo e da fonte utilizada adequados. Diante disso, não foram feitas alterações no formato do protocolo.

A Tabela 2 apresenta os resultados obtidos por meio das Listas de Checagem, distribuídas aos profissionais esteticistas para a validação do conteúdo do protocolo. Os resultados da avaliação do conteúdo são exibidos, agrupados em cinco categorias: "rejeitar", "opcional", "apropriado", "fundamental" e "em branco". As quatro primeiras categorias expressam as opções contidas nas listas de checagem para a avaliação do conteúdo do protocolo. A categoria "em branco" foi acrescentada em decorrência de haver um item que não foi marcado em uma das avaliações. As Listas de Checagem foram compostas, ao todo, por 150 marcações, devidamente respondidas pelos 5 profissionais.

**TABELA 2 - Classificação do Protocolo de Avaliação de Estrias**

| Classificação do PAE               |          |          |            |             |           |
|------------------------------------|----------|----------|------------|-------------|-----------|
| Itens do PAE- Total                | Rejeitar | Opcional | Apropriado | Fundamental | Em branco |
| Seção A - Identificação            | 0        | 3        | 8          | 33          | 1         |
| Seção B - Ficha Clínica            | 2        | 0        | 2          | 81          | -         |
| Seção C - Caracterização do quadro | 0        | 0        | 0          | 20          | -         |
| TOTAL                              | 2        | 3        | 10         | 134         | 1         |

Com base na Tabela 2, é possível afirmar que apenas dois dos 150 itens do protocolo original obtiveram o quesito "rejeitar", correspondendo a 1,25%. O quesito "opcional", apresentou 3 marcações, equivalendo a 2%. Já o quesito "apropriado", foi marcado em 10 itens, ou seja, 6,6% e o "fundamental", o mais marcado, teve 134 marcações, o que equivale a 89,3%.

Em relação aos itens marcados como "rejeitar", os avaliadores justificaram da seguinte forma: para o item "cor da pele", o segundo da Ficha Clínica do protocolo, o avaliador sugeriu que fosse utilizada a Classificação de Fitzpatrick para avaliar a cor da pele, bem como para propor o tratamento mais adequado, conforme o fototipo do paciente. Tal sugestão já mencionada ao falar da avaliação de face do protocolo, foi aceita pela equipe de pesquisa, já que constitui um importante norteador, contendo opções detalhadas quanto ao fototipo cutâneo, além de usar uma nomenclatura mais adequada. A mesma classificação também foi usada no trabalho de Micussi *et al.* (2008), o que reforça ainda mais tal modificação. O outro item rejeitado foi o "vícios posturais", tendo o avaliador alegado não

existirem dados na literatura que mostrassem tal relação. No entanto, de acordo com Kede e Sabatovich (2009), o surgimento de estrias pode decorrer de vícios posturais. Diante deste achado no referido estudo, os pesquisadores resolveram manter o item.

Os avaliadores também apontaram sugestões que foram aceitas pela equipe de pesquisa. Na seção 1, foi sugerido o acréscimo do item e-mail, já que se trata de uma importante ferramenta para a comunicação nos dias atuais. Este item foi sugerido por um dos avaliadores de face e estava presente em apenas um dos protocolos destinados à avaliação de outras afecções estéticas já validados e publicados, o de Mendonça *et al.* (2008), não sendo encontrado nos demais protocolos (LISBOA *et al.*, 2003; MEYER *et al.*, 2005; MICUSSI *et al.*, 2008; MEYER *et al.*, 2010). Apesar de a maioria destes protocolos não conter tal item na identificação, os pesquisadores julgaram ser essencial fazer a inclusão do mesmo.

Outra sugestão refere-se à questão da alimentação, apontada por um avaliador como sendo um fator relacionado à oscilação de peso e, portanto, ligado ao surgimento

de estrias. Tal fato é corroborado na literatura por Guirro e Guirro (2002). O mesmo avaliador sugeriu o acréscimo do item "atividade física", que foi adicionado, já que o surgimento de estrias pode estar relacionado às forças de estiramento tecidual, conforme sugere a Teoria Mecânica (GUIRRO; GUIRRO, 2002; CORDEIRO; MORAES, 2009; AN-TÔNIO; MOREIRA, 2011).

Outro avaliador sugeriu a inclusão do item "disfunção hormonal", o que foi aceito, devido à participação efetiva dos fatores hormonais ter sido demonstrada recentemente em pesquisas (CORDEIRO; MORAES, 2009). Também foram incorporados ao protocolo os itens distúrbios de cicatrização e distúrbios circulatórios, já que constituem situações que contra-indicam determinados tratamentos baseados na geração de processo inflamatório, com lesão na derme (GUIRRO; GUIRRO, 2002; BORGES, 2006; BITENCOURT, 2007; WHITE, 2008; MEYER, 2009).

Após esta análise dos resultados referentes à validade de face e conteúdo, o protocolo inicial sofreu alterações para se adequar melhor à avaliação das estrias (ANEXO 2). O protocolo definitivo foi, então, usado para avaliar 30 pessoas (com base no número usado nos estudos citados). Estas deveriam ter idade acima de 18 anos, já serem atendidas no curso de Estética, possuir estrias e aceitarem participar do estudo, depois de ler e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que as informava sobre a avaliação. Aqueles pacientes que aceitaram participar do estudo foram avaliados por meio do novo protocolo elaborado. Cada paciente foi avaliado por dois alunos pesquisadores e por um profissional esteticista, no mesmo dia, porém, em diferentes salas, para que não houvesse interferência de um avaliador sobre o outro. Tanto os alunos pesquisadores como o profissional esteticista receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, informando-os a respeito desta etapa da pesquisa.

Após reunir os dados contidos nas três avaliações, de cada paciente, totalizando 90 protocolos, foi mensurado o índice de confiança, com base na medição de consistência interna do índice de *Litwin* (1995), visando obter o percentual de concordância das avaliações, sendo que um resultado de 70% ou maior, traduz bons níveis de consistência. O percentual encontrado foi de 99,24 %, significando que o protocolo é realmente seguro e pode ser usado para a avaliação das estrias.

## CONCLUSÃO

A elaboração de um protocolo requer muito critério. Após passar por várias etapas, sofrer modificações necessárias e, principalmente, depois de obtido um percentual de concordância de avaliações tão elevado, pode-se afir-

mar que, o protocolo para avaliação de estrias, é seguro e qualificado. A partir de agora, profissionais e acadêmicos da estética podem contar com um instrumento confiável, que permitirá uma avaliação mais precisa das estrias, viabilizando a escolha de um tratamento mais específico e adequado a cada paciente.

A partir de um protocolo confiável como este, será possível a proposição de estudos sérios que busquem verificar a eficácia de determinados tratamentos para as estrias. Poderá ser usado, seguramente, na avaliação das pessoas que venham a receber as intervenções nestas futuras pesquisas. Isso contribuirá para o sucesso de tais estudos, em termos de proporcionar maior confiabilidade aos resultados obtidos.

## REFERÊNCIAS

- ANTÔNIO, Carlos. R.; MOREIRA, Cyntia J. **Estrias**: Etiologia e tratamento. Livro on line de Dermatologia, 2011. Disponível em: <www.ipele.com.br>. Acesso em: 5. out. 2011.
- AZULAY, R. D.; AZULAY, D. R. **Dermatologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
- BITENCOURT, Shanna. **Tratamento de Estrias Albas com Galvanopuntura**: Benéfico Para a Estética, Estresse Oxidativo e Perfil Lipídico. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.
- BORGES, Fábio. S. Eletrolifting. In: \_\_\_\_\_ **Dermato Funcional**: modalidades terapêuticas nas disfunções estéticas. São Paulo: Editora Phorte, 2006, p.227-241.
- CARAMASCHI, F. R. et al. Estudo das fibras oxitalânicas em estrias: variações em relação à pele normal. **Ver. Hosp. Clin. Fac. Méd. S. Paulo**. São Paulo, n.50, p.35-38, 1995.
- CORDEIRO, Raquel. C. T; MORAES, Aparecida. M. Striae distensae: Fisiopatologia. **Surgical & Cosmetic Dermatology**. n.3, v.1, p. 137-140, set. 2009.
- GAMONAL, Aloisio. **Dermatologia elementar**: compêndio de dermatologia. 2.ed. Juiz de Fora: A. Gamonal, 2002.
- GOULART, Gêssica. K. M. K. Estudo Comparativo por meio do método de varredura e galvanopuntura. **Revista Físio e Terapia**. Rio de Janeiro, n.51. p.12-15, jul-ago. 2006.
- GUIRRO, Elaine. C. O; GUIRRO, Rinaldo. R. **Fisioterapia Dermatofuncional**: fundamentos, recursos, patologias. 3 ed. São Paulo: Manole, 2002.
- JUNQUEIRA, L.C; CARNEIRO, J. **Histologia Básica**. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 427 p.
- KEDE; Maria Paulina Villarejo, SABATOVICH Oleg. **Dermatologia Estética**. 2.Ed. – revisada e ampliada. São Paulo. Editora Atheneu, 2009. 1024 p.
- LISBOA, Fábio. L. F. et al. Um protocolo para avaliação fisioterapêutica dos níveis de fibrose cicatricial em pós-operatório de lipoaspiração associada ou não à abdominoplastia. **Reabilitar**. São Paulo, ano 5, n. 19, p.11-18, abr/jun 2003.
- LITWIN, M. **How to measure survey reliability and validity**. Thousands Oaks, CA: Sage, 1995.

MENDONÇA, Aline. G. et al. Protocolo de avaliação fisioterapêutica em adiposidade localizada. **Fisioterapia Brasil**. Rio de Janeiro, suplemento especial, p. 5-9, jan.-fev. 2008.

MEYER, Patrícia. F. et al. Desenvolvimento e aplicação de um protocolo de avaliação fisioterapêutica em pacientes com fibro edema gelóide. **Fisioterapia em Movimento**. Curitiba, v. 18, n. 1, p. 75-83, jan./mar. 2005.

MEYER Patrícia. F. Aplicação da galvanopuntura em uma máquina de tatuar para tratamentos de estrias. **Fisioterapia Brasil**. n.3, v.10, p. 176-179, mai/jun 2009.

MEYER, Patrícia. F. et al. Levantamento retrospectivo dos atendimentos em estrias do ambulatório de fisioterapia dermato-funcional da Universidade Potiguar, Natal. **Revista Kinésia**. Belo Horizonte, n.1, v.1, p. 65-66, 2009.

MEYER, Patrícia. F. et al. Protocolo fisioterapêutico para pós operatório de blefaroplastia. **Revista terapia manual: Fisioterapia Manipulativa**. São Paulo, v.8, n.35, p. 60-65, 2010.

MCUSSI, Maria. T. A. et al. Protocolo de avaliação facial: uma proposta fisioterápica. **Fisioterapia Brasil**. Rio de Janeiro, suplemento especial, p. 5-9, jan.-fev. 2008.

MILLANI, G. B.; JOÃO, S. M. A.; FARAH, E. A. Fundamentos da Fisioterapia

dermatofuncional: revisão de literatura. **Fisioterapia e Pesquisa**. São Paulo, n. 13, p. 37-43, 2006.

SALTER; Sharon A.; KIMBALL, Alexa B. Striae gravidarum. **Clinics in Dermatology**. n. 24, p. 97-100, 2006.

SANTOS, C. M.; SIMÕES, N. P. Tratamento Estético da Estrias através da Microgalvanopuntura. **Fisio Brasil**. São Paulo, n. 62, p. 15-17, nov/dez. 2003.

TOSCHI, A. Estrias e cicatrizes atróficas. In: MAIO, M. **Tratado de Medicina Estética**. São Paulo: Roca, 2004.

VENTURA, D. B. S.; SIMÕES, N. P. O. Uso da Corrente Galvânica Filtrada em Estrias Atróficas. **Fisio Brasil**. São Paulo, n.62, p. 7-9, nov/dez. 2003.

WHITE Pollyana. A. S. et al. Efeitos da galvanopuntura no tratamento das estrias atróficas. **Fisioterapia Brasil**. n.1, v.9, p. 53-58, jan-fev. 2008.

## NOTAS

- 1 Discentes do curso Tecnólogo em Estética e Cosmética, alunas bolsistas do XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.
- 2 Discentes do curso Tecnólogo em Estética e Cosmética, alunas voluntárias do XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.
- 3 Coordenadora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

## ANEXO 1 - Ficha de avaliação de estrias

## IDENTIFICAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_

Data de nascimento \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Sexo ( ) F ( ) M

Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ Tel/Cel: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

Indicação: \_\_\_\_\_

## FICHA CLÍNICA

Peso: \_\_\_\_\_ Altura: \_\_\_\_\_ IMC:  $\text{Peso} / \text{Altura}^2 =$  \_\_\_\_\_

Cor da pele: ( ) Branca ( ) Parda ( ) Negra ( ) Amarela

Ano da Menarca: \_\_\_\_\_

Nº de gestações: \_\_\_\_\_

Diabetes: ( ) sim ( ) não

Hemofilia: ( ) sim ( ) não

Distúrbios de hepáticos: ( ) sim ( ) não

Distúrbios de cicatrização: ( ) sim ( ) não

Patologias dermatológicas: \_\_\_\_\_

Outras patologias sistêmicas: \_\_\_\_\_

Predisposição genética: ( ) sim ( ) não

Vícios posturais: ( ) sim ( ) não

Tratamentos anteriores: ( ) sim ( ) não Quais: \_\_\_\_\_

Resultados dos tratamentos: \_\_\_\_\_

Cuidados diários com a pele: \_\_\_\_\_

Alergia a: ( ) desconheço ( ) corrente elétrica ( ) produtos tópicos ( ) medicamento oral ou injetável ( ) outros: \_\_\_\_\_

Idade do aparecimento das estrias:

( ) 0 a 8 anos

( ) 9 a 12 anos

( ) 12 a 20 anos

( ) 25 a 45 anos

( ) Acima 45 anos

Fatores que levaram ao aparecimento das estrias:

( ) Adolescência

( ) Crescimento acelerado

( ) Oscilação no peso

( ) Obesidade

( ) Esforço muscular importante / levantadores de peso

( ) Problemas circulatórios

( ) Disfunção hormonal

( ) Uso de anticoncepcional

( ) Reposição hormonal

( ) Pós colocação de prótese de silicone

( ) Edema

( ) Gravidez – Em qual gestação houve o aparecimento das estrias? \_\_\_\_\_

Fez uso de hidratantes e/ou óleos na gestação? \_\_\_\_\_

( ) Doenças dermatológicas ou sistêmicas? \_\_\_\_\_

( ) Medicamentos prévios ou atuais. Quais? \_\_\_\_\_

( ) Tatuagem

( ) Idiopáticas

## CARACTERIZAÇÃO DO QUADRO

Manifestações clínicas: ( ) dor ( ) prurido

Coloração atual das estrias: ( ) vermelha ( ) violácea/roxa ( ) branca

Aspecto macroscópico: ( ) edemaciada ( ) deprimida ( ) macular

Localização: ( ) abdômen ( ) glúteo ( ) seios ( ) coxas ( ) dorso ( ) deltóide ( ) peitoral

( ) outros: \_\_\_\_\_

## ANEXO 2 - Ficha de avaliação de estrias

## IDENTIFICAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_

Data de nascimento \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Sexo ( ) F ( ) M

Endereço: \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ Tel/Cel: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Indicação: \_\_\_\_\_

## FICHA CLINICA

Peso: \_\_\_\_\_ Altura \_\_\_\_\_ IMC:  $\text{Peso} / \text{Altura}^2 =$  \_\_\_\_\_

Classificação do Fototipo (Fitzpatrick)

- ( ) Tipo I – Sempre queima facilmente, nunca bronzeia  
 ( ) Tipo II – Sempre queima facilmente, bronzeia minimamente com dificuldade  
 ( ) Tipo III – Queima minimamente, bronzeia gradual e uniformemente  
 ( ) Tipo IV – Queima minimamente. Sempre bronzeia bem  
**( ) Tipo V – Raramente queima, bronzeia profundamente**  
 ( ) Tipo VI – Sempre queima, nunca bronzeia

Ano da Menarca: \_\_\_\_\_ Nº de gestações: \_\_\_\_\_ Amamentação ( ) sim ( ) não período \_\_\_\_\_

Tabagismo: ( ) sim ( ) não

Diabetes: ( ) sim ( ) não

Hemofilia: ( ) sim ( ) não

Distúrbios hepáticos: ( ) sim ( ) não

Distúrbios de cicatrização: ( ) sim ( ) não \_\_\_\_\_

Uso de corticóides / hormônio ( ) sim ( ) não Qual? \_\_\_\_\_

Patologias dermatológicas: \_\_\_\_\_

Outras patologias sistêmicas: \_\_\_\_\_

Predisposição genética: ( ) sim ( ) não \_\_\_\_\_

Atividade física ( ) sim ( ) não - Frequência: ( ) 2x semana ( ) 3x semana ( ) 5x ou mais semana

Vícios posturais: ( ) sim ( ) não \_\_\_\_\_

Tratamentos anteriores: ( ) sim ( ) não Quais: \_\_\_\_\_

Resultados dos tratamentos: \_\_\_\_\_

Cuidados diários com a pele: \_\_\_\_\_

Alergia a: ( ) desconheço ( ) corrente elétrica ( ) produtos tópicos ( ) medicamento oral ou injetável ( ) outros: \_\_\_\_\_

Hábito Alimentar:

Vegetariana ( ) sim ( ) não

Quantas refeições por dia? ( ) até 03 x ( ) mais de 03x

Porção de frutas e legumes ( ) 01 x ao dia ( ) 02 x ao dia ( ) de 03 a mais x ao dia

Doces e massas ( ) 01 x ao dia ( ) 02 x ao dia ( ) de 03 a mais x ao dia

Ingestão de água ( ) 01 a 04 copos por dia ( ) mais de 04 copos por dia

Faz uso de dieta alimentar? ( ) sim ( ) não Qual? \_\_\_\_\_

Usa medicamentos na dieta? ( ) sim ( ) não Qual? \_\_\_\_\_

Alimentação final de semana \_\_\_\_\_

Idade do aparecimento das estrias:

- ( ) 0 a 8 anos  
 ( ) 9 a 12 anos  
 ( ) 12 a 20 anos  
 ( ) 25 a 45 anos  
 ( ) Acima 45 anos

Fatores que levaram ao aparecimento das estrias:

- Adolescência
- Crescimento acelerado
- Oscilação no peso
- Obesidade
- Esforço muscular importante / levantadores de peso
- Problemas circulatórios
- Disfunção hormonal
- Uso de anticoncepcional
- Reposição hormonal
- Pós colocação de prótese de silicone
- Edema
- Gravidez – Em qual gestação houve o aparecimento das estrias? \_\_\_\_\_

Fez uso de hidratantes e/ou óleos na gestação? \_\_\_\_\_

- Doenças dermatológicas ou sistêmicas? \_\_\_\_\_
- Medicamentos prévios ou atuais. Quais? \_\_\_\_\_
- Tatuagem
- Idiopáticas

#### CARACTERIZAÇÃO DO QUADRO

Manifestações clínicas:  dor  prurido

Coloração atual das estrias:  vermelha  violácea/roxa  branca

Aspecto macroscópico:  edemaciada  deprimida  macular

Localização:  abdômen  glúteo  seios  coxas  dorso  deltóide  peitoral

outros: \_\_\_\_\_



# CULTIVO IN VITRO DE PINHÃO MANSO (*JATROPHA CURCAS L.*)<sup>1</sup>

Ana Maria Bento Furtado<sup>2</sup>  
Giovana Ferreira D'angelo<sup>2</sup>  
Pâmela Carolina Antunes de Souza<sup>3</sup>  
Wesley Machado<sup>4</sup>  
Anderson Hollerbach Klier<sup>5</sup>  
Kelly Moreira GrilloBranco<sup>5</sup>  
Gracielle Teodora da Costa Pinto Coelho<sup>6</sup>

**Resumo:** O pinhão manso (*Jatropha curcas L.*) possui altos teores de óleo nas sementes, em torno de 30% com base na matéria seca. Entretanto, apresenta produção de sementes bastante irregular entre os indivíduos. O cultivo *in vitro* de explantes de pinhão manso é a base para a obtenção de genótipos desejáveis. Desta forma, buscou-se produzir calos regeneráveis de pinhão manso, visando à produção clones altamente produtivos. Explantes oriundos de embriões germinados *in vitro* foram inoculados em meio nutritivo MS (Murashige e Skoog, 1962) suplementado ou não com os reguladores de crescimento BAP (6-benzilaminopurina) e ANA (ácido naftaleno acético). Para obtenção e avaliação dos calos, transcorridos 30 dias, houve subcultivo em meio MS suplementado com diferentes concentrações de ANA e BAP. Os resultados indicaram que não houve diferença no desenvolvimento dos calos quando alteradas as concentrações de ANA e BAP.

**Palavras-chave:** Biodiesel. Oleaginosas. Clonagem. BAP. ANA.

**Abstract:** The seed of the physic nut (*Jatropha curcas L.*) possesses a high content of oil, around 30%, based on dry matter. However each individual seed presents irregular production. *In vitro* cultivation of explants of the physic nut is the basis to obtain desirable genotypes. Thus, we pursued to produce regenerative calli of the physic nut, aiming to harvest highly productive clones. Explants from embryos germinated *in vitro* were inoculated in MS nutritive medium (Murashige and Skoog, 1962), and supplemented or not with growth regulators, BAP (6- benzylaminopure) and NAA (naphthalene acetic acid). After 30 days a subculture in MS médium supplemented with different concentrations of BAP and NAA, was performed to promote the formation of new plantlets. Results indicated that there was no change in *calli* development when inoculated in different concentrations of BAP and NAA.

**Key-words:** Biodiesel. Oil. Cloning. BAP. NAA.

## INTRODUÇÃO

O interesse por questões ambientais que permitam a redução de emissões de gases poluentes vem se tornando um motivo de grande importância para os pesquisadores, governos e sociedade. Neste contexto, o Biodiesel é um produto cuja produção se mostra extremamente promissora, uma vez que mostrou um crescimento de 329 pontos na cadeira produtiva, saltando da 382ª posição para a 53ª colocação, entre 2007 e 2010. Se tornando um dos 100 principais produtos das empresas do setor, dados disponibilizados no IBGE (2012). O Biodiesel é um combustível derivado de biomassa renovável e que pode substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil. Apresenta promissora viabilidade econômica e possibilidade da produção com diversas culturas como mamona, pinhão manso, crambe, girassol, canola, dentre outras oleaginosas, que dependem ainda de pesquisas e avanços tecnológicos (IPEA, 2012).

O pinhão manso (*Jatropha curcas* L.) vem se destacando na produção do biodiesel no Brasil. Isto se dá pela espécie apresentar alto potencial produtivo, produzindo no mínimo, duas toneladas de óleo por hectare, devido ao grande teor em óleo na semente, podendo superar 30% a 40% de sua massa seca (OLIVEIRA JUNIOR *et al.*, 2009), a planta leva de três a quatro anos para atingir a idade produtiva, que pode se estender por 40 anos. (CARNIELLI, 2003)

Pertencente a família das *Euphorbiaceae*, o gênero *Jatropha*, apresenta exemplares de importância medicinal, ornamental ou produtoras de óleos. O pinhão manso (*Jatropha curcas* L.) apresenta origem divergente. Existem relatos que apontam a América do Sul sem distinção de país, mas a origem comum é a América Tropical (DRUMOND *et al.*, 1984). É um arbusto de 3 a 5 metros de altura. (DRUMOND *et al.*, 1984; Dias *et al.*, 2007) Durante a estação da seca, ocorre abscisão de suas folhas e quando das primeiras chuvas, ressurgem as primeiras brotações. Sua inflorescência é uma cimeira definida, que surge juntamente com as brotações. São monóicas cuja polinização é entomófila. O fruto é uma cápsula trilocular ovóide, com diâmetro de até 3,0 cm. (DIAS *et al.*, 2007) Cada lóculo possui uma semente. A cápsula é lenhosa e indeiscente. A maturação dos frutos é desuniforme. Geralmente, o peso dos frutos varia de 53 a 62%, representados pelas sementes e 38 a 47% de peso da casca.

É uma espécie Tropical (DRUMOND *et al.*, 1984), podendo ser encontradas nas regiões mais secas das áreas tropicais. (OLIVEIRA JUNIOR *et al.*, 2009) Seu cultivo se mostra cada vez mais interessante, uma vez que é opção agrícola para áreas áridas, semi-áridas, recuperação de áreas degradadas, promover a integração do acesso à

produção com renda, suprimento de energia, contribuir no desenvolvimento rural, gerador de emprego da mão de obra familiar, com conseqüente fixação do homem no campo, além dos efeitos indiretos com segurança alimentar, permitindo o uso de culturas anuais alimentícias em consórcio, melhorias ambientais, pela formação de microclima que favorece o desenvolvimento de outras culturas consorciadas. (SATO *et al.*, 2009) É caracterizada como uma planta rústica, pouco exigente em sais minerais podendo ser plantada em solos de baixa fertilidade, tolerante a seca. (SILVA, 2009) Seu crescimento é rápido e de vida longa e suas sementes não são comestíveis, pois são tóxicas. (Pinhão Manso, 2006)

No entanto, a cultura apresenta grande irregularidade na produção de frutos que dificulta o seu emprego como cultura pelos grandes e pequenos produtores do setor. (NUNES, 2007) A irregularidade aumenta o custo de produção pela colheita se prolongar por vastos períodos em um mesmo campo produtivo. Entretanto, este problema pode ser resolvido através da aplicação de técnicas biotecnológicas, na busca da obtenção de clones altamente produtivos e com uniformidade produtiva, diminuindo assim o custo de produção, tornando a cultura viável para o setor.

Para tanto, busca-se o desenvolvimento de estudos na área de cultivo *in vitro*, para obtenção de protocolo ideal para a clonagem de pinhão manso. Neste contexto, a biotecnologia vem sendo amplamente aplicada em estudos de aumento da produtividade por meio da geração de cultivares melhoradas. (SOUZA, 2006; BARRUETO, 2005; KERBAUY, 1998; MROGINSKI & ROCA, 1991; LITZ & JARRET, 1991) Suas aplicações vão desde a aquisição de conhecimentos básicos em diversas áreas da biologia, seleção de genótipos raros ou mutantes com características econômicas desejáveis, à transformação de plantas. (LORZ *et al.*, 1988) Entretanto, são poucos os genótipos que produzem calos friáveis e altamente embriogênicos do Tipo II, mais adequados a culturas de células em suspensão e de protoplastos. (PRIOLI & SILVA, 1989) Além disso, a composição dos meios de cultura e, especialmente, o tipo, balanço e dose dos reguladores de crescimento, devem ser adequados para cada genótipo e condição em particular.

Um dos fatores que mais contribuiu para o aumento da eficiência de formação de calos foi a utilização do meio MS (MURASHIGE & SKOOG, 1962) modificado, contendo 2,4-D como fonte de auxina. (PHILLIPS *et al.*, 1988) Embora o 2,4-D seja um regulador de crescimento bastante usado para a indução de calos (LU *et al.*, 1982; MORO & GUERREIRO, 1984; RADOJEVIC, 1985; PRIOLI & SILVA, 1989; HINOJOSA, 2005), alguns pesquisadores têm obtido melhores resultados com outros reguladores de crescimento. (SOUZA, 2006; BARRUETO, 2005; KERBAUY, 1998; MRO-

GINSKI & ROGA, 1991; LITZ & JARRET, 1991) Duncan *et al.* (1985) observaram aumento no número de genótipos que formavam culturas regeneráveis e redução na formação de calos marrons, quando passaram a usar Dicamba (ácido 3,6-dicloro anísico). Close & Ludeman (1987) verificaram que algumas linhagens que não mostravam resposta embriogênica com o 2,4-D, passaram a formar embriões em 100% dos explantes na presença Diclorambem (ácido 3-amino-2,5-diclorobenzóico). AIA (RADOJEVIC, 1985; HINOJOSA, 2005); TIBA (RADOJEVIC, 1985) e ANA (TORNE *et al.*, 1980; HINOJOSA, 2005) também já foram testados para a indução de calos. Para a regeneração de plantas, Vinh *et al.* (1989) obtiveram ótimos resultados com a adição de 6-benzilamino purina (BAP) ao meio. Atualmente, com o avanço da metodologia do cultivo *in vitro* e, particularmente, com alterações na composição dos meios de cultura e nas relações e doses dos reguladores de crescimento, passou a ser possível a regeneração de mais de 300 genótipos. (DUNCAN *et al.*, 1985; PHILLIPS *et al.*, 1988; PRIOLI & SILVA, 1989)

Buscando induzir e avaliar a produção de calos de pinhão manso para a descrição de protocolo de clonagem da espécie, explantes foliares de pinhão manso foram cultivados em meio MS (MURASHIGE & SKOOG, 1962), suplementado com diferentes concentrações dos regulares de crescimento ANA e BAP.

## MATERIAL E MÉTODOS

Para implantação do cultivo *in vitro* da espécie, sementes gentilmente cedidas pelo produtor de pinhão manso Nagashi Tominaga foram trazidas do Município de Janaúba, MG, localizada em Latitude Sul 15° 48' 09", Longitude oeste 43° 18' 32" a 533m de altitude, cujo clima varia entre

33°C a 45°C, com clima predominantemente quente e seco.

Estas sementes foram descascadas e limpas em solução de detergente comercial Ypê® 0,5% por um minuto, seguido de imersão em álcool 70% v/v por um minuto, posteriormente, desinfetadas em hipoclorito de sódio a 2,5% por 15 minutos sob agitação constante e enxaguadas por três vezes em água destilada estéril.

Os embriões foram excisados das sementes com as folhas cotiledonares, em câmara de fluxo laminar e inoculados em frascos de 250 ml, contendo 25 ml de meio MS (MURASHIGE & SKOOG, 1962) suplementado com carvão ativado na concentração de 2,0 g l<sup>-1</sup>, para melhor desenvolvimento dos embriões. (NUNES, 2007)

As culturas foram mantidas em sala de crescimento à temperatura de 26 ± 2°C, umidade relativa do ar em torno de 70%, com irradiação de 30 µmol m<sup>-2</sup> s<sup>-1</sup> e fotoperíodo de 16 horas.

Transcorridos 10 dias de cultivo, os embriões desenvolvidos tiveram suas folhas cotiledonares retiradas, recortadas em explantes de 1cm<sup>2</sup> e inoculados em meio de MS (MURASHIGE & SKOOG, 1962) suplementado com 1,0 mg l<sup>-1</sup> BAP (BARRUETO, 2005) e 1,0 mg l<sup>-1</sup> ANA. (BARBOZA *et al.*, 2007) Trinta (30) dias após a inoculação, os calos desenvolvidos foram avaliados e pesados. Buscando descrever a melhor concentração do sinergismo entre ANA e BAP para o desenvolvimento dos calos e possível regeneração das plântulas, os explantes com 30 dias foram transferidos para meio MS (MURASHIGE & SKOOG, 1962), suplementado com diferentes concentrações de ANA (BARBOZA *et al.*, 2007) e BAP, conforme descrito no **Quadro 1**. Foram utilizados 5 explantes por frasco de cultivo, com 4 repetições, sendo 4 frascos por tratamento.

Após 45 dias de cultivo, os calos foram pesados individualmente, e tiveram seu desenvolvimento avaliado.

**Quadro 1: Relação do número do tratamento com as concentrações de Reguladores de Crescimento adicionados ao meio**

| Tratamento n° | Concentrações de Reguladores de Crescimento em mg l <sup>-1</sup> BAP / ANA |
|---------------|---|
| 1             | 1,0 / 1,0   |
| 2             | 2,0 / 0,5   |
| 3             | 1,0 / 0,0   |
| 4             | 0,0 / 1,0   |
| 5             | 0,5 / 2,0   |
| 6             | 1,0 / 0,1   |
| 7             | 0,1 / 1,0   |
| 8             | 0   |

## RESULTADO E DISCUSSÃO

Aos 75 dias de inoculação em MS (MURASHIGE & SKOOG, 1962) suplementado com 1,0 mg l<sup>-1</sup> BAP e 1,0 mg l<sup>-1</sup> ANA, verificou-se que a massa fresca dos calos medidos individualmente foi de 1,54 gramas, com um desvio padrão 0,7453. A massa fresca média dos cinco calos foi de 7,93 gramas, com um desvio padrão de 2,2079 (**Tabelas 1 e 2**). O alto desvio padrão apresentado pela massa fresca média dos cinco calos deve-se, principalmente, ao menor número de repetições relativo à massa fresca dos calos individuais. Resultados satisfatórios foram obtidos por Barboza *et al.* (2007), com a mesma planta e a mesma concentração de BAP e ANA utilizados nesse experimento. Dados esperados, uma vez que os explantes apresentam formação de calos na presença de auxinas e citocininas. (SOUZA, 2006; BARRUETO, 2005; KERBAUY, 1998; MROGINSKI & ROCA, 1991; LITZ & JARRET, 1991; PRIOLI & SILVA, 1989; RADOJEVIC, 1985; MORO & GUERREIRO, 1984; LU *et al.*, 1982)

Em relação ao peso final do explante, o melhor resultado foi observado no tratamento 8, entretanto, este tratamento somente recebeu suplementação de ANA e BAP nos primeiros 30 dias de inoculação. Este resultado indica que a adição de substâncias reguladoras de crescimento ao

meio de cultivo tiveram efeitos negativos ao crescimento e desenvolvimento dos calos após 30 dias de cultivo. Estes dados podem ser inferidos à presença do fitormônio e ou hormônio endógeno presente no material repicado durante a inoculação inicial de 30 dias. Uma vez que a indução da resposta de desenvolvimento de calos e regeneração de plantas se dá pela presença de BAP e ANA. (NOGUEIRA *et al.*, 2007; VINH *et al.*, 1989; TORNE *et al.*, 1980) A presença da BAP no meio nutritivo, juntamente com a produção endógena, indica a possível ocorrência de aumento na concentração deste regulador em relação à auxina, levando a diminuição na massa fresca dos calos. (NOGUEIRA *et al.*, 2007) Estes mesmos pesquisadores encontraram resultados semelhantes a estes estudando *Byrsonima intermedia* A. Juss.

Quando consideramos o sinergismo do BAP e ANA durante os 45 dias finais, o tratamento 4 apresentou um ganho de 2,5 gramas quando comparados com os primeiros 30 dias de tratamento, indicando um ganho médio de 2 ½ vezes o peso inicial individual, tendo o mesmo resultado quando comparada a médias dos tratamentos (**Tabelas 1 e 2**). Considerado ainda inferior ao tratamento 8 que obteve em média 3 vezes o peso quando comparado aos 30 primeiros dias de tratamento.

**Tabela 1: Média e desvio padrão para a massa fresca (gramas) total dos 5 calos após 45 dias, para os oito tratamentos testados**

| Concentração em mg L <sup>-1</sup> BAP / ANA | Tratamento | Média   | Desvio Padrão |
|--|------------|---------|---------------|
| 1,0 / 1,0                                    | 1          | 18,3570 | 2,7523        |
| 2,0 / 0,5                                    | 2          | 17,1787 | 1,9364        |
| 1,0 / 0,0                                    | 3          | 16,6635 | 1,0783        |
| 0,0 / 1,0                                    | 4          | 20,3960 | 0,6986        |
| 0,5 / 2,0                                    | 5          | 17,1538 | 0,9724        |
| 1,0 / 0,1                                    | 6          | 15,9195 | 2,0238        |
| 0,1 / 1,0                                    | 7          | 16,7573 | 2,0135        |
| 0  | 8          | 25,6625 | 0,1365        |

**Tabela 2: Massa fresca (gramas) total dos 5 calos após 45 dias de cultivo in vitro**

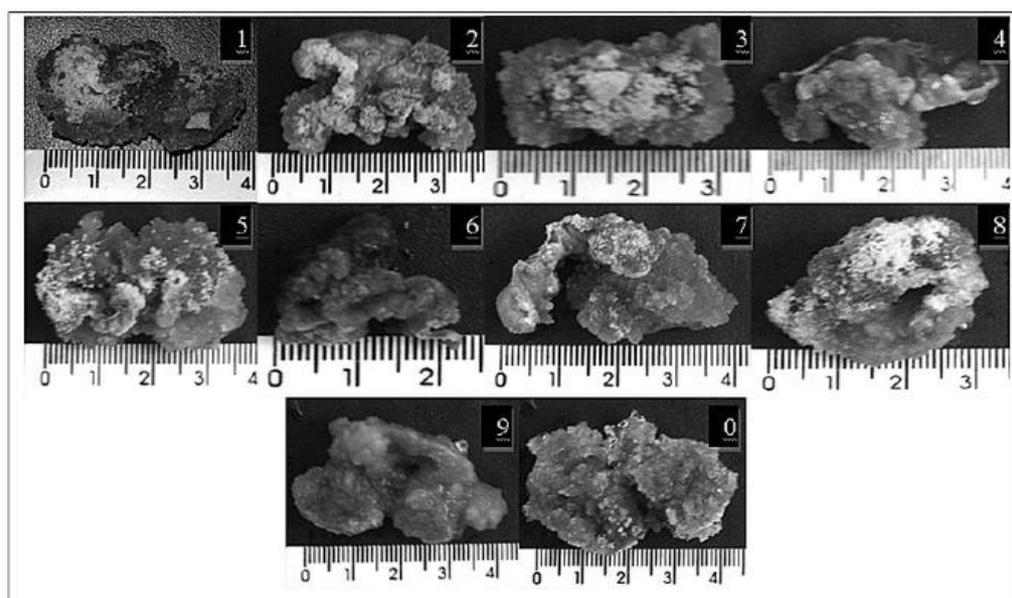
| Concentração em mg L <sup>-1</sup> BAP / ANA | Tratamento | Média      |
|--|------------|------------|
| 1,0 / 1,0                                    | 1          | 18,3570 bc |
| 2,0 / 0,5                                    | 2          | 17,1787 bc |
| 1,0 / 0,0                                    | 3          | 16,6635 c  |
| 0,0 / 1,0                                    | 4          | 20,3960 b  |
| 0,5 / 2,0                                    | 5          | 17,1538 bc |
| 1,0 / 0,1                                    | 6          | 15,9195 c  |
| 0,1 / 1,0                                    | 7          | 16,7573 bc |
| 0  | 8          | 25,6625 a  |

Os dados encontrados por Feitosa (2011), também trabalhando com pinhão manso, comprovam os resultados demonstrados neste experimento. Onde a descrição das análises das variáveis massa fresca e seca de calos não mostram diferença evidente entre o sinergismo de diferentes fitoreguladores, auxinas e citocininas (COSTA, 2006), e especificamente em pinhão manso, a concentração de 1.0 mg.L<sup>-1</sup>, favorece o acúmulo de massa no calo. (FEITOSA, 2011) A concentração citada pela autora foi a mesma empregada nos primeiros 30 dias de tratamento deste experimento.

Além disto, o tempo de cultivo *in vitro* do pinhão manso pode ter influenciado no desenvolvimento dos calos, uma vez que a luminosidade e temperatura podem afetar

o volume da massa fresca dos calos, bem como o possível acúmulo de substâncias indesejáveis para o crescimento e desenvolvimento produzidos pelos próprios calos. São mecanismos de defesa principalmente expressos em espécies que apresentam resistência a estresse como é o caso do pinhão manso segundo Silva (2009). As figuras abaixo demonstram o desenvolvimento dos calos de acordo com os tratamentos realizados.

As figuras 3 e 4, 5 e 6 apresentam oxidação observada nos tratamentos em questão. A oxidação em cultivo *in vitro* é decorrente da presença de compostos fenólicos que, como foi observado, são capazes de interferir no crescimento e desenvolvimento dos calos.



**Figuras: Representação ilustrativa dos oito tratamentos testados, demonstrando o desenvolvimento dos calos. (1) tratamento 1; (2) tratamento 2; (3) tratamento 3; (4) oxidação do tratamento 3; (5) tratamento 4; (6) oxidação do tratamento 4; (7) tratamento 5; (8) tratamento 6; (9) tratamento 7; (10) tratamento 8.**

## CONCLUSÃO

O cultivo *in vitro* de explantes oriundos de folhas cotiledonares de pinhão manso se mostrou viável em MS (MURASHIGE & SKOOG, 1962) suplementado com 1,0 mg l<sup>-1</sup> BAP e 1,0 mg l<sup>-1</sup> ANA, sendo indicado para a produção de calos, cujo cultivo em presença de regulador de crescimento deve ser de 30 dias. A adição de reguladores de crescimento não se mostraram efetivas após 30 dias de cultivo quando analisada a massa fresca dos calos somente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOZA, S. B. S. C.; SANTANA, M. C. dos S.; SOUSA, J. A.; LÉDO, A. S.; MELO, M. B. Indução de calogênese *in vitro* em explantes de pinhão manso. **EMBRAPA Tabuleiros Costeiros**, Aracaju, 2007, resumo.
- BARRUETO CID, L. P. Citocininas em plantas superiores: síntese e propriedades fisiológicas. In: BARRUETO CID, L. P. (Ed.). **Hormônios vegetais em plantas superiores**. DF: **Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia**, Brasília, p. 58-79, 2005.
- CARNIELLI, F. **O combustível do futuro**. 2003. Disponível em: <www.ufmg.br/boletim>. Acesso em: 04 de abril de 2009.
- CLOSE, K. R.; LUDEMAN, L. A. *The Effect of AUXIN-LIKE plant Growth Regulators and Osmotic Regulation on Induction of Somatic Embryogenesis from Elite Maize Inbreds*. **Plant Science**, v. 52, p. 81-89, 1987.
- COSTA, M. A. P. C.; SOUZA, A. S.; ALMEIDA, W. A. B. Morfogênese *in vitro*. In: SOUZA, A. S.; JUNGHANS, T. G. (Ed.) **Introdução a micropropagação de plantas**. 1. ed. Cruz das Almas: Embrapa Mandioca e Fruticultura tropical, cap.6, p.115-130, 2006.
- DIAS, L. A. S.; LEME, L. P.; LAVIOLA, B. G.; PALLINI, A.; PEREIRA, O. L.; DIAS, D. C. F. S.; CARVALHO, M.; MANFIO, C. E.; SANTOS, A. S. dos; SOUSA, L. C. A. de; OLIVEIRA, T. S.; PRETTI, L. A. Planta. In: DIAS, L. A. S. **Cultivo de Pinhão Manso (*Jatropha Curcas L.*) para a produção de óleo combustível**. 1. ed. Viçosa-MG, cap.1, p.10-11, 2007.
- DRUMMOND, O. A.; PURCINO, A. A. C.; CUNHA, L. H. S.; VELOSO, J. M. Cultura do Pinhão Manso **Pesquisando**. EPAMIG, nº 131, 1984.
- DUNCAN, D. R.; WILLIAMS, M. E.; ZEHR, B. E.; WIDHOLM, J. M. *The production of callus capable of plant regeneration from immature embryos of numerous zea mays genotypes*. **Planta**, v. 165, p. 322-332, 1985.
- FEITOSA, L.S. **Influência de reguladores de crescimento no estabelecimento *in vitro* e indução de calos em Pinhão Manso**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe. 32 p., 2011.
- GLOBO RURAL. **Biodiesel o petróleo verde**. p. 40-48, nov. 2006.
- HINOJOSA, G. F. Auxinas em plantas superiores: síntese e propriedades fisiológicas. In: BARRUETO CID, L. P. (Ed.). **Hormônios vegetais em plantas superiores**. **Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia**, Brasília- DF, p. 15-57, 2005.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Industrial Anual: biodiesel foi o produto que mais cresceu entre 2007 e 2010. Comunicação Social. 28 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia>. Acesso em 17 de setembro de 2012.
- IPEA. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Biodiesel no Brasil: desafios das políticas públicas para a dinamização da produção**. Comunicado 137 de 1º de março de 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120301>. Acesso em 17 de setembro de 2012.
- KERBAUY, G. B. Competência e determinação celular em cultura de células e tecidos de plantas. In: TORRES, A. C.; CALDAS, L. E.; BUSO, J. A. (Ed.). **Cultura de tecidos e transformação genética de plantas**. **Embrapa-SPI: Embrapa-CNPq**, Brasília-DF, v.2, cap.1, p. 519-531, 1998.
- LITZ, R. E.; JARRET, R. L. *Regeneración de plantas en el cultivo de tejidos: embriogénesis somática y organogénesis*. In: ROCA, W. M.; MROGINSKI, L. A. **Cultivo de tecidos em la agricultura: fundamentos y aplicaciones**. **Centro Internacional de Agricultura Tropical, Cali-Colombia**, cap. 7, p. 143-171, 1991.
- LORZ, H.; GOBEL, E. & BROWN, P. *Advances in tissue culture and progress towards genetic transformation of cereals*. **Plant Breeding**, v. 100, p. 1-25, 1988.
- LU, C.; VASIL, I.K. & OZIAS-AKINS, P. *Somatic embryogenesis in Zea mays L*. **Theoretical and Applied Genetics**, v. 62, p. 109-112, 1982.
- MORO, J.R. & GUERREIRO, L.E. Embriogênese Somática e Regeneração de Plantas de Milho (*Zea mays L.*). **Ciência e Cultura**. v. 36, p. 859, 1984.
- MROGINSKI, L. A.; ROCA, W. M. *Establecimiento de cultivos de tejidos vegetales in vitro*. In: ROCA, W. M.; MROGINSKI, L. A. **Cultivo de tecidos em la agricultura: fundamentos y aplicaciones**. **Centro Internacional de Agricultura Tropical**, Cali-Colombia, cap. 2, p. 19-39, 1991.
- MURASHIGE, T.; SKOOG, F. *A revised medium for rapid growth and bioassays with tobacco tissue cultures*. **Physiologia Plantarum**, Copenhagen, v. 15, n. 6, p. 473-479, June, 1962.
- NOGUEIRA, R. C.; PAIVA, R.; OLIVEIRA, L. M. de; SOARES, G. A.; SOARES, F. P.; CASTRO, A. H. F.; PAIVA, P. D. de O. Indução de calos em explantes foliares de Murici-pequeno (*Byrsonima intermedia A. Juss.*). **Ciência e Agrotecnologia**, Lavras, v.31, n.2, mar./abr. 2007.
- NUNES, C. F. **Caracterização de frutos, sementes e plântulas e cultivo de embriões de pinhão manso (*Jatropha curcas L.*)**. Dissertação (Mestrado), UFLA, 78p., 2007.
- OLIVEIRA JÚNIOR, I.S.; CAVALCANTE, F. S.; CARVALHO, E. X.; SOUSA, S. L.; SILVA, S. M. S. IPA. **Instituto Agronômico de Pernambuco. Pinhão Manso (*Jatropha curcas L.*)**. Junho de 2009. Disponível em: <http://www.ipa.br/pdf/folder\_pinhao\_manso.pdf>. Acesso em 17 de setembro de 2012.
- PHILLIPS, R.L.; SOMERS, D.A.; HIBBERD, K.A. Cell/Tissue Culture and *in vitro* manipulation. **Corn and Corn Improvement-Agronomy Monograph**, Madison, 3. ed., n.18, p.345-387, 1988.
- PINHÃO MANSO, **A planta: pinhão manso - *Jatropha curcas***. 2006. Disponível em: <http://www.pinhaomanso.com.br/pinhaomanso.html>. Acesso em: 9 set., 2008.
- PRIOLI L.M., SILVA W.J. *Somatic embryogenesis and plant regeneration capacity in tropical maize inbreds*. **Revista Brasileira de Genética**, v. 12, p.553-566, 1989.
- RADOJEVIC, L. *Tissue culture of maize Zea Mays "Cudu" I. Somatic embryogenesis in the callus tissue*. **Journal of Plant Physiology**, v. 119, p. 435-441, 1985.
- SATO, M.; BUENO, O. C. B.; ESPERANCINI, M. S. T.; FRIGO, E. P. A cultura do Pinhão-Manso (*Jatropha Curcas L.*): uso para fins combustíveis e descrição agrônoma. **Revista Varia Scientia**, v. 07, n. 13, p. 47-62, 2009.
- SILVA, M.B.R. **Crescimento, desenvolvimento e produção do Pinhão Manso irrigado com água residuária em função da**

**evapotranspiração.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 153 p., 2009.

SOUZA, A. S.; COSTA, M. A. P. C.; SEREJO, J. A. S.; JUNGHANS, T. G.; SOUZA, F. V. D. Introdução à cultura de tecidos de plantas. In: SOUZA, A. S.; JUNGHANS, T. G. (Ed.) **Introdução a micropropagação de plantas.** Cruz das Almas: Embrapa Mandioca e Fruticultura tropical, 1. ed., cap. 1, p. 11-37, 2006.

TORNE, J.M; SANTOS, MA.; PONS, A. & BLANCO, M. *Regeneration of Plants from Mesocotyl Tissue Cultures of Immature Embryos of Zea mays L.* **Plant Science Letters**, v. 17, p. 339-344, 1980.

VINH, D.N. *Factors affecting the formation and differentiation of embryogenic callus in cultured in vitro of immature maize embryos.* **Journal of Genetics and Breeding** v. 22, p. 45-51, 1989.

## NOTAS

1 Parte integrante do projeto de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva intitulado "Novas oleaginosas como fonte de matéria-prima para produção de biodiesel".

2 Discentes do curso de Ciências Biológicas, alunas bolsistas do XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Discente do curso de Ciências Biológicas, aluna voluntária do XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

4 Colaborador da pesquisa, mestrando em Bioenergia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR.

5 Professores colaboradores da pesquisa, docentes do Centro Universitário Newton Paiva.

6 Coordenadora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.



# A DANÇA COMO ESTRATÉGIA PARA CONTER O ESTRESSE: UMA ANÁLISE QUALITATIVA DOS RESULTADOS DA IMPLEMENTAÇÃO DESSA ATIVIDADE EM UMA MATERNIDADE<sup>1</sup>

Wesley Ribeiro Soares<sup>2</sup>  
Luciene Rodrigues Kattah<sup>3</sup>  
George Schayer Sabino<sup>4</sup>

**Resumo:** O objetivo do presente trabalho foi avaliar, de forma qualitativa, as percepções dos profissionais de saúde de uma maternidade a respeito de uma estratégia de controle do estresse, adotada no local há um ano. Trata-se de uma pesquisa, iniciada em 2010, na qual foi implementado um programa de dança na maternidade. Nesse segundo momento, buscou-se compreender as crenças e opiniões dos trabalhadores, quanto ao projeto proposto. Para tanto, foi elaborado um questionário semi-estruturado, aplicado por meio de entrevista a uma amostra preenchida por saturação. As análises das respostas evidenciaram que a dança, ao promover o contato saudável e descontraído entre os participantes, contribuiu para o combate do estresse excessivo e, dessa forma, promoveu o aumento da qualidade de vida dessa população. Outros pontos foram detectados como geradores de estresse ou desapontamento com o trabalho no hospital, dentre eles, a falta de horários fixos, a sobrecarga de trabalho ou o barulho. Além da dança, outros elementos também puderam ser observados como fatores positivos no combate ao estresse no serviço, como a autonomia na atividade ou a relação benéfica com seus superiores. Conclui-se que a dança, na percepção dos participantes do estudo, foi um ponto positivo no combate ao estresse excessivo e que outros fatores devem ser atentados para se lidar com uma condição complexa e multifatorial como o estresse excessivo.

**Palavras-chave:** Estresse. Dança. Profissionais de saúde. Qualidade de vida. Maternidade.

**Abstract:** The aims of this work were, in a qualitative manner, to evaluate from health professionals of a maternity, the perceptions regarding stress control strategy adopted in the place, a year ago. This is a survey, started in 2010, in which it was implemented a dance program. In this second time we sought to understand the beliefs and opinions of employees about the proposed project. To that scope, a questionnaire was prepared, applied by semi-structured interview in a sample filled by saturation. The analyses of replies showed that dance, by promoting healthy and relaxed contact between participants contributed to combat excessive stress and thus promoted the increase of quality of life of the analyzed population. Other points were detected as generators of stress or disappointment with the work in the hospital, among them the lack of fixed period, the work overload and the noise. In addition to dance, other elements could also be seen as positive factors in combating stress in service, such as the autonomy in the activity or the beneficial relationship with their superiors. It is concluded that dance, in the perception of the participants of the study, was a positive point in combating excessive stress and that other factors must be attacked to deal with a complex and multifactorial condition as excessive stress.

**Key-words:** Stress. Dance. Health. Quality of life. Motherhood.

## INTRODUÇÃO

As pesquisas, de forma geral, têm oscilado entre o rigor da suposta objetividade dos números e a fertilidade sempre questionada da subjetividade (MORAES, 2009). Os estudos quantitativos, do primeiro tipo, estão normalmente relacionados aos trabalhos da área da saúde e exatas, enquanto os qualitativos aos das ciências sociais. Todavia, na escolha da abordagem - quantitativa ou qualitativa - mais importante do que nomear o método, é ter o conhecimento sobre sua utilidade e adequação ao tema que se propõe estudar (RUGGEMANN, PARPINELLI, 2008).

Estresse é um tema que, considerando a sua complexidade, pode ser investigado de forma quali-quantitativa. Estresse é um termo muito utilizado para descrever os sintomas produzidos pelo organismo, em resposta à tensão crescente (BATTISON, 1998). Tal fenômeno está relacionado às pressões impostas a cada um no dia a dia e é atrelado às crenças e atitudes do indivíduo. Dessa forma, a metodologia qualitativa é uma proposta coerente a ser empregada na análise dessa variável.

Porém, como o corpo responde a situações que ele vivencia, o estresse experimentado por um indivíduo irá desencadear respostas fisiológicas objetivas no organismo da pessoa. Para se ter uma idéia de quão objetivo pode ser o estudo do estresse, basta remeter-se a origem do termo. Estresse foi empregado, inicialmente, pela física, referindo-se às pressões aplicadas a um determinado material, levando-o ao seu desgaste (PAFARO, 2004). Posteriormente, na área da saúde, a terminologia foi empregada pela primeira vez em 1916, em estudos sobre os mecanismos de controle da homeostase no organismo (FERREIRA, 2006). Assim, chama-se estresse (fatores estressores), na área da saúde, as condições que podem afetar o equilíbrio interno de um organismo. Ou seja, os estudos do estresse na saúde foram introduzidos de forma essencialmente objetiva e quantitativa.

Vale observar que o estresse no corpo humano não deve ser entendido tal qual em máquinas, na qual ele irá, invariavelmente, levar ao desgaste de suas peças. O estresse, em um determinado nível, é necessário ao organismo, pois contribui para que ocorra uma adaptação e, consequentemente, o desenvolvimento do organismo (CORONETTI, 2006). Em si, o estresse em níveis moderados é altamente positivo. É a mola que nos impele a fazer o que é necessário e nos coloca no melhor de nosso desempenho nos momentos em que somos exigidos (COBRA, 2003).

Contudo, quando os estímulos forem excessivos e mantidos por longos períodos a capacidade do organismo de se adaptar pode ser excedida. Quando isso ocorre, o estresse aumentado leva a uma série de reações fisiológicas e bioquímicas, que acabam por desencadear condições patológicas

(RONSEIN *et al.*, 2004; CORONETTI *et al.*, 2006). A manutenção dos níveis elevados de estresse pode predispor a doenças como o diabetes tipo II (MITRA, 2008; PENTEADO, 2009) ou doenças cardiovasculares (RONSEIN *et al.*, 2004). Viana *et al.* (2010), observou, em um estudo a respeito da relação entre essas variáveis, que as pessoas que adoecem mais são aquelas que se apresentam mais estressadas.

Toda a comunidade está exposta a diversos fatores estressantes (MITRA, 2008), todavia destacam-se determinadas profissões que são expostas à tensão e níveis de estresse elevados. Evidenciam-se dentre essas médicos, enfermeiros e os profissionais de saúde em geral (FERREIRA, 2006; MOREIRA *et al.*, 2009). Dos principais fatores estressantes aos quais os profissionais de saúde estão sujeitos, ressalta-se a exposição a ambientes fechados, secos, refrigerados, iluminados artificialmente, compostos por ruídos contínuos, sobrecarga excessiva de trabalho, contato direto com sofrimento e morte, inter-relacionamento rotineiro com as mesmas pessoas ao longo de todo turno e, além disso, constantes pressões pela alta responsabilidade do seu trabalho (PEREIRA, 1997).

Em casos mais graves, o estresse poderá gerar problemas não apenas pessoais aos profissionais de saúde, mas também na profissão exercida, com consequências negativas no atendimento ao paciente, pois além dos afastamentos no serviço, o estresse excessivo contribui para acidentes, ineficiência e desorganização (FERREIRA, MARTINO, 2006). Por isso, torna-se importante a implementação de estratégias para se promover a recuperação do profissional e controlar, de forma preventiva, o estresse excessivo (PEREIRA, 1997). Todavia, o que é um estresse excessivo para um indivíduo, poderá ser considerado normal ou necessário para outro, o que ressalta a complexidade objetiva e, ao mesmo tempo, subjetiva da análise dessa variável.

Entre as diversas formas de lidar com o estresse, ou mesmo com as condições patológicas supracitadas, encontra-se a atividade física. Estudos epidemiológicos vêm demonstrando expressiva associação entre estilo de vida ativo a menor possibilidade de morte e melhor qualidade de vida. Atividade física pode ser entendida como qualquer movimento corporal, produzido pela musculatura esquelética, que resulte em maior gasto energético (CASPERSEN *et al.*, 1985). A dança é uma atividade física que pode trazer grandes benefícios aos praticantes e melhoria na qualidade de vida, pois estimula a musculatura, ativa a microcirculação, melhora a coordenação motora entre outros. (NUNES, 2003; LEAL, 2006)

Além dos aspectos físicos, a dança também apresenta benefícios cognitivos e afetivos, pois os movimentos corporais podem contribuir para liberar emoções e para exteriorizar sentimentos, o que pode auxiliar no trabalho com

o estresse. A dança, funcionando como um lazer, pode promover o relaxamento e alívio dos problemas gerados pelas tarefas rotineiras (PETO, 2000). Vários trabalhos descrevem os benefícios da dança em grupos em condições especiais ou como estratégia terapêutica (PETO, 2000; NUNES, 2003; LEAL, 2006). Dessa forma, a dança é uma estratégia, que dada sua dimensão física e cognitiva abrange os campos objetivo e subjetivo correlatos com o estresse.

Dessa forma, o objetivo do presente trabalho foi avaliar de forma qualitativa o impacto da dança sobre os níveis de estresse dos profissionais de saúde de uma maternidade.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de campo experimental realizado no Hospital Sofia Feldman. O hospital é uma maternidade que atende pelo Sistema Único de Saúde (SUS), contando com 134 leitos (HOSPITAL SOFIA FELDMAN, 2012). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da própria maternidade (nº 06/2010 SISNEP 328397) e todos os participantes foram esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa e solicitados a assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido previamente a sua inclusão no estudo.

O presente trabalho trata-se da continuidade da pesquisa iniciada em 2010, onde foi implementado um projeto de dança na referida maternidade (Rabelo *et al.*, 2011). O projeto originado pela iniciação científica do Centro Universitário Newton Paiva obteve resultados positivos e foi adotado entre as estratégias de promoção de saúde

promovidas pela maternidade. No trabalho anterior, foi possível perceber melhoras nos níveis de estresse observado pelo questionário de estresse de Lipp, sem alterações detectáveis pelos testes estatísticos através do teste de Wilcoxon para amostras pareadas nos exames bioquímicos (glicose e lipidograma) com a atividade de dança (Rabelo *et al.*, 2011).

O trabalho atual corresponde então à complementação da coleta dos dados, um ano após a realização da primeira etapa, abrangendo, agora, as informações qualitativas, a fim de compreender as percepções do grupo em estudo, a respeito da dança como estratégia de controle do estresse.

Para tanto, foi elaborado um questionário semi-estruturado composto por 11 questões, o qual foi aplicado, por meio de entrevista em uma amostra de 10 pessoas, sendo 8 do sexo feminino e 2 do sexo masculino. Os indivíduos foram selecionados por conveniência e a amostra foi preenchida por saturação. As respostas foram registradas por gravador por três avaliadores treinados. As respostas foram transcritas e, após isto, repetidamente relidas a fim de se definir a unidade de análise. A análise dos dados foi baseada na análise do conteúdo (MORAES, 1999), onde as informações em comum foram categorizadas, descritas e, por fim, interpretadas.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo selecionou dez voluntários. A idade e função de cada um deles encontram-se expressas no quadro:

Quadro 1: Idade e função na maternidade dos participantes da pesquisa

| Participante | Idade (anos) | Função                           |
|--------------|--------------|----------------------------------|
| 1            | 57           | Higienização                     |
| 2            | 28           | Jardineiro                       |
| 3            | 37           | Técnica de segurança do trabalho |
| 4            | 32           | Agente de secretaria             |
| 5            | 57           | Cabeleireira                     |
| 6            | 38           | Higienização                     |
| 7            | 41           | Auxiliar de serviços gerais      |
| 8            | 29           | Agente de Secretaria             |
| 9            | 52           | Higienização                     |
| 10           | 43           | Auxiliar de faturamento          |

O projeto ao ser implementado buscou abranger toda a população da maternidade. Todavia, atentando para as funções dos profissionais envolvidos neste segundo momento da presente pesquisa, alguns questionamentos podem ser elencados. O trabalho quantitativo inicial observou que os profissionais de nível superior tendem a apresentar níveis de estresse significativamente aumentados, todavia, esses profissionais demonstraram uma participação ínfima na estratégia proposta para conter o estresse, no caso, o grupo de dança. A partir dessas ressalvas, pode-se imaginar que os indivíduos com menores níveis de estresse sejam os mais propensos a buscar estratégias para lidar com essa situação. Novos trabalhos qualitativos são recomendados para investigar a baixa adesão de profissionais de nível superior, mas caso confirmado que indivíduos estressados se tornem menos propensos a aderir a estratégias de tratamento ao estresse, urge a importância da monitoração constante dos níveis de estresse dos trabalhadores, pois o retardo na implementação das estratégias para lidar com o estresse, poderá torná-las ineficazes.

As relações interpessoais são fontes de tensões ou mesmo de alívio no dia a dia. Apesar de ser apontada na literatura como fonte de estresse em trabalhadores da saúde (PEREIRA, 1997), na presente pesquisa, os participantes da dança apontaram o relacionamento interpessoal como um ponto positivo de seu trabalho. A participante 4, ao ser questionada sobre o que lhe agradava em seu serviço, respondeu «as pessoas». Já a participante 7 apontou que o que lhe agradava em seu serviço era o contato com os outros profissionais.

Dessa forma, é possível pressupor que uma mesma situação possa ser positiva (eustress) ou negativa (distress), dependendo de como ela for encarada ou vivenciada. A dança, estimulando um contato saudável e descontraído entre seus participantes, poderá contribuir, em alguns casos, para a segunda situação nos ambientes de trabalho. A participante 1 conclui: “eu gosto muito dos parceiros, lazer, dança (...)”. Já o participante 9 relata *«Eu acho assim, bom a gente faz amizade com os colegas, a gente dança todo mundo junto.»*

Apesar de vários participantes apontarem que o projeto de dança contribuiu em sua vida com o estresse, diversos outros pontos foram apontados como geradores de estresse ou desapontamento com o trabalho no hospital, e deveriam ser observados nos cuidados com esses profissionais. Dentre eles, podemos destacar: a falta de horários fixos, apontado pela participante 4, a sobrecarga de trabalho, apontada pela participante 5 e 10 ou o barulho, apontado pela participante 7:

“... não só às vezes os pacientes conversando aqui, mas os aparelhos ligados o tempo todo, escutando 8

horas por dia o aparelho rodando na cabeça da gente (...)”. (Participante 7)

Todavia, o projeto de dança não foi a ponto como sobrecarga em termos de barulho (pela música), assim como o aumento na atividade não foi apontado como motivo de cansaço. Pelo contrário, o projeto de dança foi aparentemente visto por outra ótica segundo o relato de alguns participantes:

“o embalar mesmo da música você esquece totalmente que está cansada”

“Eu não dançava antes, eu vim dançar aqui no Sofia Feldman e o que estou aprendendo aqui na dança me tirou o cansaço físico, então pra mim está completo”. (Participante 5)

“(...) às vezes você chega estressada, chega lá você não está mais estressada, às vezes você está cansada, chega lá você dança, distrai, você é outra pessoa, tem outro pensamento”. (Participante 6)

Alguns pontos, além da dança, também puderam ser observados como pontos positivos no controle do estresse no serviço, como a autonomia na atividade ou a relação com seus superiores, conforme observado pela participante 10: *“meu chefe é uma gracinha de pessoa, ele é uma mãe e não um chefe”*.

O estresse afeta a saúde e essa inter-relação foi investigada. Todavia, o objetivo de análise foi um pouco mais amplo, abrangendo a qualidade de vida. Todavia, as percepções dos participantes a respeito de suas qualidades de vida se relacionam, em parte, em apenas apresentar, ou se preocupar, com a saúde, conforme pode ser observado nas falas dos participantes abaixo:

“Considero (que tenho qualidade de vida). Porque eu sempre estou no projeto, estou sempre olhando pressão”. (Participante 1)

“Porque na minha idade eu não tomo nenhum remédio controlado, então eu considero (que tenho qualidade de vida) sim.” (Participante 9)

Inúmeros conceitos sobre o que é qualidade de vida existem na literatura. Percebe-se que este se trata de um tema multidimensional e abstrato, porque envolvem questões da vida pessoal do indivíduo, como aspectos da cultura, relacionamentos, finanças e até religião. Alguns participantes apresentam uma visão mais global sobre a qualidade de vida, conforme observado na fala do participante 6: *“Sim (tenho qualidade de vida). Porque eu amo o que eu faço”*

A implementação da dança parece ter tido um impacto positivo sobre a qualidade de vida e sobre o estresse, na percepção dos participantes, pois vários apontaram mudanças nesses parâmetros após a dança, conforme pode ser percebido pelas palavras da participante 8: *“No atual momento, eu estou tendo qualidade de vida sim”*; ou

da participante 10: “Já fui (estressada), mas hoje em dia eu me sinto muito mais tranquila, já fui bem mais estressada, a dança e a academia te alivia bastante”.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho analisou, sob um enfoque qualitativo, uma estratégia empregada no controle do estresse de trabalhadores de uma maternidade. O trabalho no hospital não é uma tarefa fácil, mas importante, que requer préstimos distintos dos profissionais envolvidos nesse contexto. Foi possível notar, conforme sustentado no referencial teórico, que o estresse é um tema amplo e subjetivo, e que diversos fatores têm que ser considerados na lida com essa variável, mas a dança, na percepção dos participantes do estudo, foi um fator positivo, que deve ser continuado e expandido.

## REFERÊNCIAS

- BATTISON, T. **Vença o estresse**. São Paulo: Manole, 1998.
- CARVALHO, T. et al. Posição oficial da Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte: atividade física e saúde. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v.2, n.4, 1996.
- CASPERSEN, C. J.; POWELL, K. E.; CHRISTENSON, G.M. *Physical activity, exercise and physical fitness*. **Public Health Reports**, v. 100, n. 2, p. 126-131, 1985.
- COBRA, N. **A semente da vitória**. 47. ed. São Paulo: SENAC, 2003.
- CORONETTI, A. O estresse da equipe de enfermagem na unidade de terapia intensiva: o enfermeiro como mediador. **Arquivos Catarinenses de Medicina**. v.35, n.4, p. 36-43, 2006.
- FERREIRA, L. R. C.; MARTINO, M. M.F. O estresse do enfermeiro: análise das publicações sobre o tema. **Revista de Ciências Médicas**, v.15, n. 3, p. 241-8, 2006.
- Hospital Sofia Feldman**. Disponível em: <http://www.sofiafeldman.org.br/>. Acesso em: 18 mar. 2012.
- LEAL, I. J.; HAAS, N. A. O significado da dança na terceira idade. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, jun. 2006.
- MTRA, A. Diabetes and Stress: A Review. **Ethno-Med**, v.2, n.2, p. 131-5, 2008.
- MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- MOREIRA, D. S. Prevalência da síndrome de *burnout* em trabalhadores de enfermagem de um hospital de grande porte da região sul do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v.25, n. 7, p. 1559-68, 2009.
- NUNES, C. **Dança, terapia e educação: caminhos cruzados**. São Paulo, 2003. Disponível em: [www.terapiadoser.com.br/artigos/Danca\\_Terapia\\_e\\_Educacao.pdf](http://www.terapiadoser.com.br/artigos/Danca_Terapia_e_Educacao.pdf). Acesso em 18/04/2011.
- PAFARO, R. C.; MARTINO, M. M. F. Estudo do estresse do enfermeiro com dupla jornada de trabalho em um hospital de oncologia pediátrica de Campinas. **Revista da Escola de Enfermagem-USP**, v. 38, n. 2, p. 152-60, 2004.
- PENTEADO, M. S.; OLIVEIRA, T. C. Associação estresse-diabetes mellitus tipo II. **Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica**, v. 7, p. 40-5, 2009.
- PEREIRA, M. E. R.; BUENO, S. M. V. Lazer – Um caminho para aliviar as tensões no ambiente de trabalho em UTI: uma concepção da equipe de enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 4, p. 75-83, out. 1997.
- PETO, A.C. Terapia através da dança com laringectomizados: Relato de experiência. **Revista Latino-Americana Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.6, n. 8, p.35-9, 2000.
- RABELO CA, FIRMINO KB, SANCHES NS, LIMA T, SILVA RPF, DIAS EHF, SABINO GS, OLIVEIRA A, KATTAH LR Análise do nível de estresse de uma equipe assistencial antes e após a implementação de um programa regular de dança. **Revista Iniciação Científica Newton Paiva**. v.11, p. 84-89, 2011.
- RONSEIN, G. E. Influência do estresse nos níveis sanguíneos de lipídios, ácido ascórbico, zinco e outros parâmetros bioquímicos. **Acta. Bioquímica Clínica Latinoamericana**, v. 38, n. 1, p. 39-46, 2004.
- RUGGEMANN, O. M.; PARPINELLI, M. A. Utilizando a abordagem quantitativa e qualitativa na produção do conhecimento. **Revista da Escola de Enfermagem-USP**, São Paulo, v. 42, n. 3, set. 2008.
- VIANA, M. S. et al. Nível de atividade física, estresse e saúde em bancários. **Motricidade**, v. 6, n. 1, p. 19-32, 2010.
- ZATTA, L. T. et al. Produção científica de enfermagem sobre instrumentos genéricos que avaliam qualidade de vida no Brasil entre 1997 a 2007: estudo bibliográfico. **Enfermería Global**, v.10, n. 21, 2001.

## NOTAS

- 1 Parte integrante do projeto de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva, intitulado “Acompanhamento do impacto de um programa regular de dança nos níveis de estresse e qualidade de vida da equipe assistencial de uma maternidade”.
- 2 Discente do curso de Ciências Biológicas, aluno bolsista do XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.
- 3 Professora colaboradora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.
- 4 Coordenador da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.



# USO DE MEDICAMENTOS E POLIFARMÁCIA ENTRE PORTADORES DOS VÍRUS DA HEPATITE B E C

Letícia Gonçalves Cruz<sup>1</sup>  
Tayane Oliveira dos Santos<sup>1</sup>  
Djanane Ramalho De Oliveira<sup>2</sup>  
Luciana Diniz Silva<sup>2</sup>  
Rosângela Teixeira<sup>2</sup>  
Yone de Almeida Nascimento<sup>3</sup>

**Resumo:** A avaliação da polifarmácia é particularmente importante em pacientes com doenças do fígado devido ao papel central que esse órgão exerce no metabolismo dos fármacos. Assim, são objetivos desse trabalho: 1) investigar as características e o uso de medicamentos por pacientes com hepatites crônicas virais B ou C; 2) avaliar os fatores associados a essa utilização e 3) verificar a adequação das alternativas utilizadas. Foram avaliados 76 pacientes, sendo 38 (50%) com hepatite C. Os pacientes responderam um questionário acerca da utilização de medicamentos no período de 15 dias anteriores à entrevista. A polifarmácia foi definida como a utilização de cinco ou mais fármacos concomitantemente. A pontuação de Child-Pugh e as características farmacológicas do medicamento usado foram os critérios usados para verificar a adequação das alternativas usadas. Verificou-se que 48 (63,2%) pacientes atendidos eram do sexo masculino; 62 (81,5%) relataram o uso de pelo menos um medicamento nos 15 dias anteriores à entrevista. A média observada foi de  $5,1 \pm 3,0$  medicamentos (intervalo = 1 a 15); 47,0% dos pacientes que usavam medicamentos faziam uso de polifarmácia. Em relação aos fatores associados ao uso dos medicamentos, verificou-se que 43 (56,5%) pacientes relataram o uso do medicamento de forma incorreta em relação a posologia ou ao modo de uso (com ou sem alimentos). Vinte pacientes com cirrose utilizavam 14 medicamentos (35,0%; n = 40) que necessitavam de cuidados especiais quando usados em pacientes com doença hepática crônica. Esses resultados destacam a importância da verificação da polifarmácia em doentes com HCV e HBV.

**Palavras-Chave:** Hepatite crônica B ou C. Polifarmácia. Farmacoepidemiologia.

**Abstract:** Screening of polypharmacy is particularly important in patients with liver diseases because of the central role of the liver in drug metabolism. Aims: (1) investigate the characteristics and use of pharmacotherapy by CHB or CHC patients; (2) evaluate factors associated with this use and 3) To evaluate adequacy of alternatives used. Screening for polypharmacy was performed in 76 subjects (38, CHC). Patients answered questionnaire about the drug utilized at the time of the interview and within 15 days prior to the interview. Polypharmacy was defined as the use of five or more drugs. The Child-Pugh score and pharmacological characteristics of the drug used were the points considered to verify the adequacy of drugs. Baseline characteristics: 48(63.2%) male; 62(81.5%) patients reported the use of at least one medicine in the 15 days preceding the interview. The observed average of utilization was  $5.1 \pm 3.0$  drugs (range=1 to 15); this indicates the presence of polypharmacy. The wrong dose of medicine was verified in 43 (56.5%). Twenty cirrhotic used 14 (35.0%; n=40) drugs, required special care when used in patients with chronic liver disease. These results highlight the significance of the screening for polypharmacy in CHB and CHB patients.

**Key-words:** Hepatitis B and C. Polypharmacy. Pharmacoepidemiology.

## INTRODUÇÃO

Cerca de 70% a 85% dos indivíduos que adquirem a infecção aguda pelo vírus da hepatite C (HVC) tornam-se portadores crônicos e cerca de 20% evoluem, no período de 20 anos após a infecção, para a cirrose. A infecção pelo HVC já é a maior responsável por cirrose e transplante hepático no mundo ocidental. Entretanto, entre 90% a 95% das infecções agudas pelo vírus da hepatite B (HVB) evoluem para a cura espontânea e completa. Assim, até 10% dos casos podem se tornar portadores crônicos com potencial evolutivo para cirrose e carcinoma hepatocelular (HCC). (BRASIL, 2008)

Conforme referido por Walters-Smith & Marshall (2009), os pacientes com hepatites crônicas virais cursam também com comorbidades associadas tais como, diabetes *mellitus*, hipertensão arterial, dislipidemia e depressão, entre outras, as quais, muitas vezes, exigem o uso de medicamentos. Kwan *et al* (2008), em um estudo para determinar o impacto da doença e de comorbidades na qualidade de vida de pacientes com hepatite C, verificou que as dez condições mais comuns foram hipertensão arterial, lombalgia, artrite, diabetes *mellitus*, DPOC (doença pulmonar obstrutiva crônica)/asma, distúrbios prostáticos, catarata, anemia e infecções no trato urinário. Dentre as condições psiquiátricas, destacaram-se ansiedade, depressão, distúrbios bipolar, esquizofrenia, estresse pós-traumático e dependência de álcool.

Os medicamentos são essencialmente eliminados do organismo pelo metabolismo e excreção. Desses dois processos biológicos, o fígado desempenha um papel fundamental na eliminação da maioria dos fármacos, ou de seus metabólitos ativos ou inativos. (DIPIRO *et al.*, 2008; VERBEECK, 2008)

Para tanto, o fígado depende de três fatores: metabolismo enzimático realizado pelo hepatócito, o grau de ligação dos fármacos às proteínas plasmáticas, que afeta a quantidade de fármaco disponível para a metabolização, e o fluxo sanguíneo no fígado, que fornece os fármacos aos hepatócitos. As alterações nesses fatores podem resultar em alterações significativas na farmacocinética dos medicamentos e na resposta terapêutica. (SOKOL *et al.*, 2000; DIPIRO *et al.*, 2008; VERBEECK, 2008; SCHLATTER *et al.*, 2009)

Ainda, existe a possibilidade de ocorrerem alterações na resposta terapêutica em pacientes com cirrose mesmo na ausência de alterações na farmacocinética do fármaco. Essa pode resultar de uma alteração: 1) da afinidade do fármaco por seu sítio de ação; 2) do sítio de ação em si; 3) da barreira hematoencefálica; 4) ou um aumento do número de receptores gama aminobutíricos ou da atividade gabaérgica. Essa alteração na resposta tem sido

descrita para analgésicos, benzodiazepínicos (aumento do efeito medido por testes psicométricos), diuréticos de alça (diminuição da resposta) e  $\beta$ -bloqueadores (subregulação de receptores  $\beta$ ) (DIPIRO, *et al.*, 2008; VERBEECK, 2008; SCHLATTER *et al.*, 2009).

Embora existam diferentes tipos de doenças do fígado que podem resultar em redução da capacidade funcional a maioria, como hepatite, câncer de fígado e esquistossomose hepatoesplênica, normalmente não está associada com alteração significativa ou prolongada no metabolismo de fármacos, a menos que a cirrose esteja presente, pois, nesse caso, há lesão hepática irreversível (DIPIRO *et al.*, 2008; VERBEECK, 2008; FAUCI *et al.*, 2006).

Dessa forma, pacientes com disfunção hepática podem ser mais sensíveis aos efeitos, tanto desejáveis quanto indesejáveis de vários fármacos, tornando essencial o ajuste de doses para evitar o acúmulo dos mesmos ou de seus metabólitos e, conseqüentemente, reações adversas graves. Mas a resposta aos fármacos em pacientes com doença hepática crônica, como a cirrose, é difícil de prever uma vez que inúmeros fatores interligados podem alterar o efeito esperado, tornando o tratamento farmacológico um desafio (VERBEECK, 2008).

Apesar disso, existe uma lacuna acerca das informações referentes às alterações farmacocinéticas em pacientes com doenças hepáticas e cirrose, que possam guiar um ajuste de doses adequado. Por outro lado, também não existem estudos no Brasil que demonstrem a prevalência da polifarmácia em pacientes com hepatites crônicas virais, justificando a relevância desse estudo.

Com base no que foi descrito anteriormente, conhecer o perfil de utilização de medicamentos e analisar as características farmacocinéticas dos fármacos pode auxiliar no ajuste de dose e na diminuição do risco de reações adversas aos medicamentos usados no tratamento das inúmeras comorbidades apresentadas pelos pacientes infectados cronicamente pelo HBV ou pelo HCV.

## OBJETIVOS

Avaliar o perfil do uso de medicamentos de pacientes com hepatites crônicas virais.

Verificar os fatores associados ao uso de tais medicamentos.

Verificar a adequação das alternativas usadas, considerando o grau de disfunção hepática apresentada pelos pacientes e as características farmacocinéticas e farmacodinâmicas do medicamento usado.

Discutir as melhores alternativas para esses pacientes, considerando o grau de disfunção hepática apresentada pelos mesmos, às características farmacocinéticas e far-

macodinâmicas e a disponibilidade do medicamento para o paciente.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Estudo observacional, prospectivo, transversal e descritivo, realizado no Ambulatório de Hepatites Virais do Instituto Alfa de Gastroenterologia do Hospital das Clínicas da UFMG – Centro de Referência em Hepatites Virais do Estado de Minas Gerais.

Considerando os dados preliminares do projeto *“Impacto da abordagem interdisciplinar na qualidade de vida de pacientes portadores de hepatites crônicas B e C”*, cerca de 20 a 30% dos 3000 pacientes atualmente atendidos pelo serviço apresentam comorbidades clínicas, o que pode justificar o uso de medicamentos. (TEIXEIRA *et al.*, 2010)

Foram avaliados, aleatoriamente, 76 indivíduos, 38 com HCV e 38 com HBV. Verificou-se o uso crônico ou eventual de medicamentos nos últimos 15 dias que antecederam a entrevista.

Para avaliar o perfil de uso de medicamentos, foi usado questionário estruturado, dividido em três blocos: dados de identificação e sociodemográficos, indicadores da condição de saúde e utilização de medicamentos. As fontes de informação foram o paciente e as prescrições médicas.

Foram coletados os seguintes dados sobre os medicamentos: nome, dose, posologia, forma farmacêutica, tempo de uso, motivo do uso, fonte de prescrição ou da indicação, uso de acordo com a receita médica (para os prescritos) e local de aquisição. Foram incluídos no estudo os medicamentos industrializados, inclusive, os fitoterápicos e os medicamentos manipulados. As plantas medicinais e os medicamentos homeopáticos foram excluídos. (ARAÚJO *et al.*, 2009)

Buscou-se verificar a compreensão dos pacientes em relação às orientações recebidas na consulta médica acerca do motivo do uso e do uso correto (dose, frequência e uso com ou sem refeições, quando pertinente). O relato do paciente foi comparado com as informações contidas na prescrição médica. No momento da entrevista, o paciente tinha em mãos os medicamentos usados e as prescrições e podia consultá-las em caso de dúvida. (OENNING, 2011)

Os medicamentos foram classificados de acordo com o Sistema de Classificação ATC - *Anatomical Therapeutic Chemical*. (WHO, 2011)

A polifarmácia foi definida, nesse estudo, como o uso de cinco ou mais medicamentos, prescritos ou não, nos 15 dias anteriores à realização da entrevista conforme descrito por ARAÚJO *et al* (2009).

Para verificar a adequação dos medicamentos usados pelos pacientes, foi considerado o grau de disfunção hepática avaliado pelo escore de Child-Pugh e as

características farmacocinéticas do fármaco usado, como via metabólica, grau de ligação a proteínas plasmáticas e recomendações de ajuste de doses preconizado pela literatura científica, quando disponível. (DIPIRO, *et al.*, 2008; VERBEECK, 2008)

Quando o medicamento, nas condições indicadas, se constituía um risco para o paciente, as melhores alternativas foram pesquisadas, dentre elas: 1) uso do medicamento sem ajuste de dose, mas com acompanhamento adequado do efeito/reacção adversa; 2) uso do medicamento, mas com dose ajustada; 3) uso de outros medicamentos substitutos. Essas considerações foram repassadas para a equipe médica responsável pelo cuidado dos pacientes por meio das discussões clínicas.

Os participantes foram informados sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa e foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram avaliados 76 pacientes, 38 (50%) com hepatite B e 38 (50%) com hepatite C e 48 (63,2%) do sexo masculino. A média de idade encontrada foi  $51,3 \pm 12,3$  anos (mediana de 51,0 anos, variando entre 19 e 78 anos). Onze (14,5%) pacientes possuíam planos de saúde complementar e 65 (85,5%) eram atendidos, exclusivamente, pelo SUS. Os dados sociodemográficos estão descritos na Tabela 1.

Sessenta e dois pacientes (81,5%) relataram ter usado ao menos um medicamento nos quinze dias anteriores à realização da pesquisa. No Brasil, são escassos os estudos de prevalência do uso de medicamentos na população em geral, estando disponíveis apenas estudos realizados com pacientes idosos, cuja prevalência é elevada, com valores entre 60% e 91%, sendo que a média de produtos usados varia entre dois e quatro medicamentos. (RIBEIRO *et al.*, 2008; ACÚRCIO *et al.*, 2009)

Dos 76 pacientes analisados, 61 pacientes (80,3%) possuíam algum tipo de comorbidade, totalizando 200 distúrbios, o que pode justificar a alta prevalência de uso de medicamentos verificada nesse estudo. Em média, esses pacientes apresentavam  $2,6 + 1,9$  (mediana 3,0, variando entre 0 e 9 comorbidades). A tabela 2 apresenta a distribuição das comorbidades relatadas.

Os sessenta e dois pacientes (81,5%) que usaram medicamentos relataram o uso de 315 medicamentos, o que corresponde a uma média de  $5,1 \pm 3,0$  (mediana 4,0, variando entre 1 e 15 medicamentos); 46,8% desses pacientes usavam polifarmácia. Os medicamentos usados pelos pacientes estão descritos na tabela 3.

A polifarmácia apresenta uma série de efeitos negati-

**Tabela 1: Distribuição percentual das características sociodemográficas da amostra entre os pacientes que usavam e não usavam medicamentos**

| Variáveis                       | Usavam medicamentos (n=62) | Não usavam medicamentos (n=14) | n (n=76) |
|---------------------------------|----------------------------|--------------------------------|----------|
| <b>SEXO</b>                     |                            |                                |          |
| Masculino                       | 39 (62,9%)                 | 9 (64,3%)                      | 48       |
| Feminino                        | 23 (37,1%)                 | 5 (35,7%)                      | 28       |
| <b>ESCOLARIDADE</b>             |                            |                                |          |
| Analfabeto                      | 5 (8,1%)                   | 0 (0,0%)                       | 5        |
| 1º grau completo/incompleto     | 23 (37,1%)                 | 5 (35,7%)                      | 28       |
| 2º grau completo/incompleto     | 21 (33,9%)                 | 3 (21,4%)                      | 24       |
| Superior completo/incompleto    | 5 (8,1%)                   | 2 (14,3%)                      | 7        |
| Não informado                   | 8 (12,8%)                  | 4 (28,6%)                      | 12       |
| <b>FAIXA ETÁRIA</b>             |                            |                                |          |
| 19 a 40                         | 7 (11,3%)                  | 7 (50,0%)                      | 14       |
| 40 a 60                         | 41 (66,1%)                 | 5 (35,7%)                      | 46       |
| 60 a 78                         | 14 (22,6%)                 | 2 (14,3%)                      | 16       |
| <b>TIPO DE HEPATITE</b>         |                            |                                |          |
| Hepatite B                      | 29 (46,8%)                 | 9 (64,3%)                      | 38       |
| Hepatite C                      | 33 (53,2%)                 | 5 (35,7%)                      | 38       |
| <b>PRESENÇA DE COMORBIDADES</b> |                            |                                |          |
| Sim                             | 59 (95,2%)                 | 2 (14,3%)                      | 61       |
| Não                             | 3 (4,8%)                   | 12 (85,7%)                     | 15       |

**Tabela 2: Comorbidades relatadas pelos pacientes avaliados, agrupadas de acordo com o sistema fisiológico acometido**

| Comorbidades   | Frequência          |
|--|---------------------|
| Complicações das hepatites crônicas                  | 56 (28,0%)          |
| Doenças do aparelho circulatório                     | 37 (18,5%)          |
| Doenças do sistema nervoso                           | 29 (14,5%)          |
| Doenças endócrinas, nutricionais, metabólicas        | 22 (11,0%)          |
| Doenças do aparelho digestivo                        | 20 (10,0%)          |
| Doenças do sistema osteomuscular e tecido conjuntivo | 13 (6,5%)           |
| Doenças do aparelho geniturinário                    | 8 (4,0%)            |
| Doenças do sangue e órgãos hematopoéticos            | 7 (3,5%)            |
| Algumas doenças infecciosas e parasitárias           | 3 (1,5%)            |
| Doenças do olho, anexos e ouvido                     | 3 (1,5%)            |
| Doenças do aparelho respiratório (DPOC)              | 2 (1,0%)            |
| <b>TOTAL</b>   | <b>200 (100,0%)</b> |

vos, uma vez que pode favorecer interações medicamentosas não desejadas, a ocorrência de reações adversas, o descumprimento das prescrições dos produtos clinicamente essenciais, além de aumentar os gastos excedentes com o de uso supérfluo. (ACÚRCIO, 2009; ROSENFELD, 2003)

Acúrcio *et al.* (2009), em estudo realizado com 667 idosos residentes em Belo Horizonte, verificou que a polifarmácia se associou de forma significativa a não adesão aos tratamentos, na medida em que torna complexos os esquemas terapêuticos.

## FATORES ASSOCIADOS AO USO DE MEDICAMENTOS PELOS PACIENTES COM HEPATITES CRÔNICAS VIRAIS

Dos 315 medicamentos relatados, 104 (33,0%) foram prescritos por médicos do ambulatório, 195 (61,9%) por médicos que não pertencem ao ambulatório e 16 (5,0%) medicamentos industrializados foram consumidos por 10 (21,7%) pacientes por automedicação.

Ainda, treze pacientes (16,9%) relataram ter o hábito de usar plantas com o intuito medicinal, por automedicação. Esses pacientes relataram usar vinte e oito plantas diferentes, sendo que um paciente relatou usar cinco ao mesmo tempo. Entretanto, as plantas não foram avaliadas nesse estudo, mas apontam para a necessidade de se investigar de forma mais aprofundada o uso desse tipo de recurso terapêutico pelos pacientes com hepatites crônicas virais.

A automedicação é uma prática comum, vivenciada por todos os povos em todos os tempos. (ARRAIS *et al.*, 1997) É uma forma comum de autoatenção à saúde, consistindo no consumo de um produto com o objetivo de tratar ou aliviar sintomas ou doenças percebidos, ou mesmo de promover a saúde, independentemente da prescrição profissional. Para tal, podem ser utilizados medicamentos industrializados ou remédios caseiros. No Brasil, é tido como especialmente preocupante, uma vez que essa prática poderia atuar como um substituto da atenção formal à saúde. (LOYOLA *et al.*, 2004)

Loyola Filho *et al.* (2002) avaliando 775 pacientes aleatórios da coorte do Projeto Bambuí, verificaram que 228 (28,8%) dos pacientes relataram ter consumido nos últimos 90 dias, exclusivamente, medicamentos não prescritos.

A frequência de automedicação encontrada nesse estudo foi similar àquela encontrada por Loyola Filho *et al.* (2002). Considerando a complexidade da farma-

coterapia em pacientes com doenças hepáticas, os valores encontrados foram alarmantes.

Nesse estudo, verificou-se que 13 (21,0%) pacientes não souberam relatar o motivo do uso de pelo menos um medicamento prescrito. Portela *et al.* (2010), avaliando 199 indivíduos atendidos em uma unidade de saúde na Paraíba, verificou que 24,9% dos pacientes não conheciam o motivo do uso do medicamento, resultados comparáveis aos obtidos no presente estudo.

Já Oenning *et al.* (2011) avaliando, em Santa Catarina, o conhecimento de 111 pacientes acerca dos medicamentos prescritos, verificou um nível melhor de conhecimento no tópico motivo do uso, uma vez 95% dos pacientes souberam indicá-lo. Os autores encontram um nível bem mais alto de conhecimento acerca desse item quando comparado com esse estudo, mas o trabalho foi realizado com pacientes logo após a consulta médica e a dispensação do medicamento.

Em relação à posologia, 21 (33,9%) pacientes relataram usar pelo menos um medicamento em desacordo com o prescrito pelo médico e 22 (35,5%) relataram usar pelo menos um medicamento em desacordo com as recomendações de uso com ou sem alimentos, totalizando 25 (67,6%) medicamentos, dos 37 que exigiam esse tipo de cuidado (Tabela 4).

Assim, 43 (69,4%) pacientes relataram o uso incorreto de pelo menos um medicamento em relação à posologia ou ao uso com ou sem alimentos. Oenning *et al.* (2011) encontrou resultados semelhantes, uma vez que 64,4% dos pacientes apresentavam conhecimento insuficiente para fazer o uso correto e seguro dos medicamentos. Considerando que todos os pacientes tinham a possibilidade de consultar a receita médica para responder ao questionário, o percentual de pacientes que não sabia como usá-los foi expressivo.

A falta de informações transmitidas pelos profissionais de saúde aos pacientes ou a não compreensão das mesmas podem trazer consequências negativas, dentre outras, a não adesão e o insucesso terapêutico e aumento da incidência de efeitos adversos. (OENNING *et al.*, 2011)

PEPE & CASTRO (2000) afirmam que o uso adequado do medicamento depende de uma prescrição de qualidade e de uma dispensação responsável e que a produção e a transmissão de informações a respeito de medicamentos não se traduzem necessariamente em conhecimento. Assim, esse estudo aponta para a necessidade dos profissionais envolvidos da cadeia de uso do medicamento, médicos e farmacêuticos, reservarem um tempo para a orientação do paciente em relação ao uso dos medicamentos.

**Tabela 3: Medicamentos relatados pelos pacientes avaliados, classificados pelo segundo nível de classificação do código ATC**

| <b>Classificação dos medicamentos</b>                               | <b>Medicamentos</b> |
|---|---------------------|
| <b>Medicamentos que atuam no sistema cardiovascular (n=95)</b>      |                     |
| Diuréticos Tiazídicos / Alça / Poupadores de potássio               | 30 (31,6%)          |
| Betabloqueadores  | 19 (20,0%)          |
| Inibidores da enzima conversora de angiotensina                     | 17 (17,9%)          |
| Bloqueadores dos canais de cálcio                                   | 13 (13,7%)          |
| Antagonista dos receptores da angiotensina II                       | 10 (10,5%)          |
| Outros  | 6 (6,3%)            |
| <b>Medicamentos trato alimentar (n=70)</b>                          |                     |
| Inibidores de bomba de prótons                                      | 20 (28,6%)          |
| Vitaminas e/ou minerais   | 14 (20,0%)          |
| Cálcio  | 11 (15,7%)          |
| Insulinas e/ou antidiabéticos                                       | 11 (15,7%)          |
| Vitamina D e análogos   | 5 (7,1%)            |
| Propulsivos   | 3 (4,3%)            |
| Laxativos   | 3 (4,3%)            |
| Outros  | 3 (4,3%)            |
| <b>Medicamentos que atuam no sistema nervoso central (n=50)</b>     |                     |
| Inibidores seletivos da recaptção de serotonina                     | 17 (34,0%)          |
| Analgésicos   | 14 (28,0%)          |
| Benzodiazepínico  | 5 (10,0%)           |
| Antiepiléticos  | 5 (10,0%)           |
| Outros  | 9 (18,0%)           |
| <b>Medicamentos usados no tratamento hepatites (n=34)</b>           |                     |
| Entecavir   | 10 (29,4%)          |
| Tenofovir/Adefovir  | 10 (29,4%)          |
| Lamivudina  | 6 (17,6%)           |
| Interferon Peguilado  | 4 (13,4%)           |
| Ribavirina  | 4 (13,4%)           |
| <b>Medicamentos atuam no sangue e órgãos hematopoiéticos (n=31)</b> |                     |
| Preparações com ferro e outros antianêmicos                         | 16 (51,6%)          |
| Vitamina B12 e ácido fólico   | 9 (29,0%)           |
| Antiagregantes plaquetários   | 6 (19,4%)           |
| <b>Hormônios, excluindo ginecológicos (n=8)</b>                     |                     |
| Glicocorticóides  | 5 (62,5%)           |
| Hormônios tireoideanos  | 3 (37,5%)           |
| <b>Medicamentos que atuam sistema músculo esquelético (n=7)</b>     |                     |
| AINE  | 5 (71,4%)           |
| Bisfosfonatos   | 2 (28,6%)           |
| <b>Outros (n=20)</b>  |                     |
| <b>TOTAL</b>  | <b>315</b>          |

**Tabela 4: Frequência de prescrição e uso incorreto dos medicamentos que exigem cuidados especiais em relação à administração com alimentos**

| Medicamentos que exigem cuidados especiais | Frequência de prescrição | Frequência de uso incorreto |
|--|--------------------------|-----------------------------|
| Omeprazol                                  | 18                       | 14 (77,8%)                  |
| Entecavir                                  | 10                       | 7 (70,0%)                   |
| Levotiroxina                               | 3                        | 2 (66,7%)                   |
| Captopril                                  | 2                        | 1 (50,0%)                   |
| Alendronato                                | 2                        | 0 (0,0%)                    |
| Sulfato ferroso                            | 2                        | 0 (0,0%)                    |
| Total                                      | 37                       | 24                          |

O entecavir deve ser administrado com o estômago vazio, duas horas após uma refeição e duas horas antes da próxima refeição uma vez que ocorre diminuição da biodisponibilidade em 18 a 20% e da  $C_{max}$  em 44% a 46% quando usado com alimentos. (MICROMEDEX, 2012; LACY, *et al.*, 2009) Esse medicamento é indicado para o tratamento da hepatite B crônica em paciente com cirrose e, atualmente, é considerado o fármaco de primeira escolha, em decorrência da resistência à lamivudina (BRASIL, 2009). Assim, é importante discutir o risco de resistência associado ao uso incorreto do mesmo.

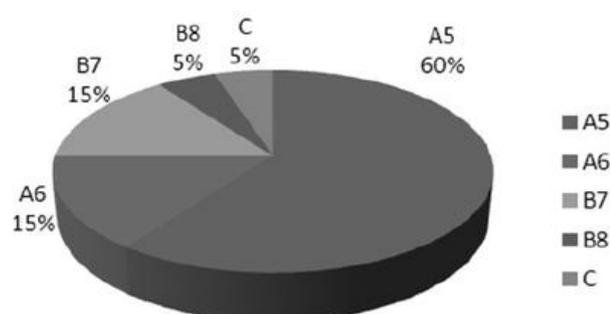
A biodisponibilidade oral da levotiroxina varia entre 48% a 80%, sendo maior em jejum. Dessa forma, esse medicamento deve ser tomado pela manhã, com o estômago vazio, 30 minutos antes do café da manhã. (MICROMEDEX, 2012)

O captopril apresenta biodisponibilidade de 70% a 75% e a presença de alimentos pode diminuir a absorção e em 15 a 54%, e o medicamento deve ser administrado uma hora antes ou duas horas após as refeições. Entretanto, essa interação não é considerada clinicamente relevante, uma vez que pode ser manejada como o aumento da dose do medicamento. (MICROMEDEX, 2012)

A biodisponibilidade do omeprazol administrado por via oral varia entre 30 e 40% em decorrência do metabolismo de primeira passagem, e aumenta quando o medicamento atinge o estado de equilíbrio para 65%. Dependendo da formulação, pode ocorrer diminuição da biodisponibilidade ou apenas um atraso na absorção desse fármaco quando administrado com alimentos. Dessa forma, o paciente deve ser orientado a usar esse medicamento uma hora antes da refeição matinal. (MICROMEDEX, 2012)

Do total de pacientes avaliados, 20 (26,0%) apre-

sentavam cirrose com escores de Child Pugh variando de A5 a C (FIGURA 2).

**Figura 2: Estratificação dos pacientes com cirrose avaliados em relação ao escore de Child-Pugh (n=20)**

O escore de Child-Pugh varia de 5 a 15 e é obtido pela soma dos pontos de cinco fatores: presença de encefalopatia ou ascite, nível sérico de bilirrubina e albumina e tempo de protrombina. Com o escore obtido por meio da soma dos itens acima, são definidas três grandes classes: Child-Pugh A (escore de 5 a 6), B (7 a 9) ou C (acima de 10). Em geral, a descompensação indica cirrose com um escore de Child-Pugh > 7 (classe B de Child-Pugh) (BRASIL, 2009).

Os vinte pacientes com cirrose relataram usar 22 fármacos, totalizando 40 medicamentos diferentes, excluindo aqueles usados no tratamento das hepatites e os tradicionalmente usados no manejo das complicações da cirrose. Verificou-se que 15 (37,5%) medicamentos relatados exigiam cuidados especiais quando usados em pacientes com doença hepática crônica. Ainda, 12 (60,0%) pacientes usavam pelo menos um medicamento que exigia cuidado especial em pacientes com cirrose. O Quadro 1 correlaciona os escores de Child Pugh apresentado pelos pacientes com o medicamento usado pelo mesmo, além do tipo de cuidado preconizado na literatura quanto ao uso do medicamento.

**Quadro 1: Distribuição, de acordo com o escore de Child Pugh, dos medicamentos usados pelos pacientes atendidos e que exigem cuidados especiais na presença de cirrose**

| Medicamentos em uso<br>(n° de pacientes) | Tipo de cuidado<br>recomendado | Total de pacientes<br>por escore de Child Pugh |        |        |
|--|--------------------------------|--|--------|--------|
|  |                                | A  | B      | C      |
| Paracetamol (n=1)                        | Contraindicado                 | A5   | --     | --     |
| Omeprazol (n=5)                          | Ajuste de dose                 | A5 (3)   | A6 (1) | B7 (1) |
| Anlodipino (n=3)                         | Ajuste de dose                 | A5 (2)   | --     | C (1)  |
| Citalopram (n=2)                         | Ajuste de dose                 | A5   | --     | C      |
| Fluoxetina (n=1)                         | Ajuste de dose                 | A6   | --     | --     |
| Fenobarbital (n=1)                       | Ajuste de dose                 | A5   | --     | --     |
| Glibenclamida (n=1)                      | Ajuste de dose                 | A5   | --     | --     |
| Diltiazem (n=1)                          | Ajuste de dose                 | A6   | --     | --     |

O paracetamol é um analgésico que, em altas doses, pode provocar hepatotoxicidade grave e morte. Esse risco é aumentado em pacientes com doença hepática pré-existente, desnutrição crônica, alcoolismo, hipovolemia grave e insuficiência renal. Dessa forma, o seu uso deve ser evitado em pacientes com insuficiência hepática grave ou doença hepática ativa. Cabe ainda salientar que o uso de paracetamol em pacientes que usam indutores enzimáticos deve ser evitado uma vez que a indução do citocromo P450 aumenta a taxa de formação do metabólito tóxico N-acetil-p-benzoquinonaimina (NAPQI). A quantidade de NAPQI originada de doses terapêuticas de paracetamol em pacientes usando indutores enzimáticos pode ser a mesma originada de doses tóxicas em indivíduos que não usam indutores enzimáticos. (MICROMEDEX, 2012) Assim, além de observar o grau da insuficiência hepática dos pacientes que usam paracetamol, é preciso observar também o uso dos medicamentos concomitantes, que podem aumentar o seu potencial tóxico.

O omeprazol é um medicamento altamente ligado a proteínas plasmáticas, 93 a 98%, e extensamente metabolizado pelo fígado. Na insuficiência hepática ocorre aumento da meia vida plasmática em 3 a 6 vezes o valor obtido em pacientes sem disfunção hepática, o que aumenta o risco de acúmulo. Recomenda-se reduzir a dose. (MICROMEDEX, 2012; LODATO, 2008)

Embora esse medicamento apresente baixa incidência de efeitos adversos no tratamento por curto período, a segurança e ausência de toxicidade com o tratamento prolongado ainda não está devidamente documentada. Evidências atuais indicam que os inibidores de bomba de prótons

(IBP) se associam com fraturas e diminuição da densidade mineral óssea, uma preocupação a mais em pacientes com cirrose, que já cursam com esse tipo de complicação. (MICROMEDEX, 2012; LOPES-LARRAMONA *et al.*, 2011; TARGOWNIK *et al.*; 2008).

LODATO *et al.* (2008) alerta ainda que os IBP são frequentemente usados em pacientes com cirrose, mesmo na ausência de doenças ácidas, com o intuito de prevenir complicações em pacientes com úlceras esofágicas decorrentes da hipertensão porta sem evidência da efetividade dessa prática, o que pode aumentar os custos para os sistemas de saúde e os riscos para os pacientes.

O citalopram é metabolizado pelo fígado e a sua meia vida de eliminação é o dobro em pacientes com disfunção hepática. Cerca de 80% da dose se liga a proteínas plasmáticas. Recomenda-se reduzir a dose para 20mg uma vez ao dia. (MICROMEDEX, 2012)

Já a fluoxetina é metabolizada pelo fígado, apresenta 95% da dose ligada à albumina e a alfa glicoproteína plasmáticas e possui meia vida de dois a seis dias após administração crônica. Na doença hepática ocorre aumento da AUC e da meia vida, que pode chegar a 12 dias. Assim, recomenda-se reduzir a dose ou a frequência de administração. Para pacientes com cirrose compensada (sem ascite), recomenda-se reduzir a dose em 50% em relação a dose usual. Pacientes com cirrose descompensada podem requerer ajustes maiores. (MICROMEDEX, 2012; SCHLATTER, 2009; DIPIRO *et al.*, 2008)

A depressão é um distúrbio prevalente em pacientes com hepatite crônica C e pode ser agravada quando o paciente faz uso de interferon para o tratamento das hepatites virais (NEVES, *et al.*, 2006; BRASIL, 2011).

Dessa forma, o seu tratamento é condição fundamental para possibilitar o tratamento das hepatites. Entretanto, as opções medicamentosas disponíveis para o tratamento da depressão devem ser usadas de forma cuidadosa em pacientes com doença hepática, com a realização de ajustes de dose adequados.

O anlodipino é bloqueador de canal de cálcio diidropiridínico, usado no tratamento da hipertensão arterial ou como vasodilatador coronariano em pacientes com cardiopatia isquêmica. Sofre extenso metabolismo hepático e ocorre aumento de sua meia vida na presença de cirrose, o que pode propiciar seu acúmulo. Ainda, é altamente ligado a proteínas plasmáticas, 93 a 98%. Devido a essas características farmacocinéticas, recomenda-se administrar 5mg, uma vez /dia no manejo da angina e 2,5 mg, uma vez/dia no tratamento da hipertensão arterial; a dose deve ser titulada vagarosamente, com um intervalo de 14 dias. (MICROMEDEX, 2012; SOKOL, 2000)

O diltiazem é um bloqueador do canal de cálcio não diidropiridínico, que apresenta atividade anti-hipertensiva e antiarritmica. Sofre extenso metabolismo de primeira passagem, mas parece ser seguro em pacientes com cirrose em doses que não excedam 90 mg/dia (MICROMEDEX, 2012; SOKOL, 2000).

O tratamento da hipertensão arterial conta com uma grande disponibilidade de opções terapêuticas, sendo que algumas não exigem ajustes de dose na presença de insuficiência hepática. Entretanto, para os medicamentos que exigem esse tipo de ajuste, é possível guiá-lo de forma cuidadosa por meio da monitorização frequente da pressão arterial. Já a angina e as arritmias cardíacas possuem um arsenal terapêutico mais limitado, assim como uma avaliação guiada pela resposta mais difícil de ser realizada.

O fenobarbital é metabolizado pelo fígado e apresenta meia vida de eliminação de 1,5 a 4,9 dias. Não é altamente ligado a proteínas plasmáticas. Recomenda-se usá-lo com cuidado, reduzindo a dose inicial em pacientes com disfunção hepática. (MICROMEDEX, 2012)

A glibenclamida é um antidiabético oral com extensa ligação a proteínas plasmáticas (99%) e altamente metabolizada pelo fígado. Em pacientes com doenças hepáticas, o seu uso, assim como de outras sulfonilureias, pode provocar hipoglicemia. Para evitar esse tipo de reação, recomenda-se usar doses iniciais e de manutenção conservadoras (MICROMEDEX, 2012), embora não existam ajustes recomendados. Entretanto, o ajuste de dose pode ser guiado pela resposta terapêutica, com o acompanhamento frequente da glicemia plasmática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de medicamentos em pacientes com doenças hepáticas é um desafio, uma vez que inúmeras alterações farmacocinéticas e farmacodinâmicas podem alterar a ação desses. Verificou-se que, dentre os pacientes avaliados, mais de 80% relataram o uso de pelo menos um medicamento nos quinze dias anteriores à entrevista. Ainda, verificou-se a presença de polifarmácia em cerca de 50,0% dos pacientes com hepatites crônicas virais que relataram usar medicamentos, o que alerta para a necessidade de se avaliar com mais cuidado a farmacoterapia desses pacientes e o seu impacto nos resultados clínicos desejados.

Chama a atenção também o número de pacientes que relataram inconsistências em relação ao uso da posologia prescrita ou da forma de uso de pelo menos um dos medicamentos prescritos. Considerando que os pacientes avaliados possuíam as prescrições médicas e as embalagens dos medicamentos no momento da entrevista, podendo consultá-los em caso de dúvida, cabe discutir as razões para as inconsistências encontradas. Esses dados são condizentes com vários trabalhos publicados no Brasil, em geral avaliando o uso de medicamentos por idosos.

A complexidade dos regimes terapêuticos é uma das razões apontadas na literatura para a não adesão aos tratamentos, e nesse contexto, cabe discutir o papel da polifarmácia como um dos motivos para as inconsistências encontradas. Entretanto, várias são as causas para a não adesão aos tratamentos, desde a falta de compreensão até mesmo a escolha do paciente. Portanto, são necessários novos estudos para tentar elucidar as razões para os dados encontrados nesse estudo.

Outro alerta trazido por esse estudo é a frequência de automedicação, considerada alarmante, devido à complexidade da terapia farmacológica em pacientes com doenças crônicas hepáticas.

Por fim, os medicamentos usados pelos pacientes com cirrose, em geral, exigiam ajuste de dose, não sendo contra indicados. Entretanto, é preciso considerar outros aspectos além do ajuste das doses e do risco de toxicidade aguda, como a possibilidade de interações medicamentosas (paracetamol) ou a potencialização de complicações da própria doença (omeprazol).

Todos esses aspectos apontam para a necessidade de um olhar mais direcionado para o gerenciamento da terapia farmacológica desses pacientes e para a importância do trabalho multidisciplinar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACURCIO, F. A.; SILVA, A. L.; RIBEIRO, A. Q.; ROCHA, N. P.; SILVEIRA, M. R.; KLEIN, C. H.; ROZENFELD, S. Complexidade do regime terapêutico prescrito para idosos. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v.55, n. 4, p. 468-74, 2009.
- ARAÚJO, C. M. C.; MAGALHÃES, S. M. S.; CHAIMOWICZ, F. Uso de medicamentos inadequados e polifarmácia entre idosos do Programa Saúde da Família. **Latin American Journal Pharmacy**, v. 29, n.2, p.178-84, 2009.
- ARRAIS, P. S. D.; COELHO, H.; BATISTA, M. C. D. S.; CARVALHO, M. L. C.; RIGHI, R. E.; ARNAU, J. M. Perfil da automedicação no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v.31, n.1, p.71-7, 1997.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Vigilância em Saúde. Hepatites virais: o Brasil está atento.** Departamento de Vigilância Epidemiológica. – 3. ed. – Brasília, 60 p., 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para o Tratamento da Hepatite Viral Crônica B e Coinfecções. **Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais Programa Nacional para a Prevenção e o Controle das Hepatites Virais.** Brasília, 128 p., 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Hepatite Viral C e Coinfecções. **Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, Programa Nacional para a Prevenção e o Controle das Hepatites Virais.** Brasília, 104 p., 2009.
- DIPIRO, J. T. *et al.* **Pharmacotherapy: a pathophysiologic approach.** 7. ed. New York: McGraw-Hill, 2008. 2559p.
- FAUCI, A. S. *et al.* **Harrison: Medicina Interna.** 16 ed. Rio de Janeiro: McGraw Hill, 2006.
- KWAN, J. W.; CRONKITE, R. C.; YIU, A.; GOLDSTEIN, M. K.; KAZIS, L.; CHEUNG, R.C. *The impact of chronic hepatitis C and co-morbid illnesses on health-related quality of life.* **Quality of Life Research**, v.17, p. 715-724, 2008.
- LACY, C. F. **Medicamentos Lexi-Comp Manole: uma fonte abrangente para médicos e profissionais da saúde.** Barueri (SP): Manole, 2009.
- LOPES-LARRAMONA, G.; LUCENDO, A. J.; GONZÁLEZ-CASTILHO, S.; TENIAS, J. M. *Hepatic osteodystrophy: na important matter for consideration in chronic liver disease.* **World Journal of Hepatology**, v. 3, n. 12, p.300-307, 2011.
- LODATO, F.; AZZAROLI, F.; GIROLAMO, M.; FELETTI, V.; CECINATO, P.; LISOTTI, A.; FESTI, D.; RODA, E.; MAZZELLA G. *Proton pump inhibitors in cirrhosis: Tradition or evidence based practice?.* **World Journal of Gastroenterology**, v. 14, n. 19, p. 2980-2985, 2008.
- LOYOLA FILHO, A. I.; UCHOA, E.; GUERRA, H. L.; FIRMO, J. O. A.; LIMA COSTA, M. F. Prevalência e fatores associados à automedicação: resultados do projeto Bambuí. **Revista de Saúde Pública**, v. 36, n. 1, p. 55-62, 2002.
- LOYOLA FILHO, A. I.; LIMA COSTA, M. F.; UCHÔA, E. Projeto Bambuí: uma abordagem qualitativa na investigação da automedicação. **Caderno de Saúde Pública**, v. 20, n. 6, 1661-1669, 2004.
- MCROMEDEX. Portal capes. **Apresenta monografias sobre medicamentos.** Disponível em: <<http://www.thomsonhc-com.ez27.periodicos.capes.gov.br/micromedex2/librarian/CS/9161BB/PFAction1/pf.HomePage>>. Acesso em: jan-maio 2012.
- NEVES, A. C.; DICKENS, C.; XAVIER, M. Comorbilidade entre Hepatite C e depressão – Aspectos epidemiológicos e etiopatogênicos. **Acta Médica Portuguesa**, v. 19, p. 21-28, 2006.
- OENNING, D.; OLIVEIRA, B. V.; BLATT, C. R. Conhecimento dos pacientes sobre os medicamentos prescritos após consulta médica e dispensação. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 16 n. 7, p. 3277-3283, 2011.
- PEPE, V. L. E.; CASTRO, C. G. S. O. A Interação entre prescritores, dispensadores e pacientes: informação compartilhada como possível benefício terapêutico. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 16, n.3, p. 815-822, 2000.
- PORTELA, A. S.; SIMÕES, M. O. S.; FOOK, S. M. L.; NETO, A. N. M.; SILVA, P. C. D. Prescrição médica: orientações adequadas para o uso de medicamentos. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 15, n. 3, p. 3523 – 3528, 2010.
- RIBEIRO, A. Q.; ROZENFELD S.; KLEIN, C. H.; CÉSAR, C. C., ACURCIO, F. A. Inquérito sobre uso de medicamentos por idosos aposentados em Belo Horizonte, MG. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n. 4, p. 724-32, 2008.
- ROZENFELD, S. Prevalência, fatores associados e mau uso de medicamentos entre os idosos: uma revisão. **Caderno de Saúde Pública**, v. 19, n. 3, p. 717-724, 2003.
- SCHLATTER, C.; EGGER, S. S.; TCHAMBAZ, L.; KRÄHENBÜHL, S. *Pharmacokinetic Changes of Psychotropic Drugs in Patients with Liver Disease Implications for Dose Adaptation Drug.* **Journal of Clinical Pharmacology**, v. 40, n. 11, 2000.
- SOKOL, S. I.; CHENG, A.; FRISHMAN, W. H.; KAZA, C. S. *Cardiovascular drug therapy in patients with hepatic diseases and patients with congestive heart failure.* **Journal of Clinical Pharmacology**, v. 40, n. 11, 2000.
- TARGOWNIK, L. E.; LIX, L. M.; METGE, C. J.; PRIOR, H. J.; LEUNG, S.; LESLIE, W. D. *Use of proton pump inhibitors and risk of osteoporosis related fractures.* **Canadian Medical Association Journal**, v. 179, n. 4, p. 319-26, 2008.
- TEIXEIRA, R *et al.* Impacto da abordagem interdisciplinar (avaliação psicológica e psiquiátrica; abordagem nutricional; avaliação da atividade física) na qualidade de vida de pacientes portadores de hepatites crônicas B e C. Ambulatório de Hepatites Virais do Instituto Alfa de Gastroenterologia do Hospital das Clínicas da UFMG. Projeto de extensão, 2010.
- VERBEECK, R. K. *Pharmacokinetics and dosage adjustment in patients with hepatic dysfunction.* **European Journal of Clinical Pharmacology**, v. 64, p. 1147–116, 2008.
- WALTERS-SMITH, N.; MARSHALL, S. R. *Opportunities and considerations for pharmacist intervention in the management of the chronic hepatitis C. patient.* **Journal of Managed Care Pharmacy - JMCP**, v. 15, n. 5, jun. 2009.
- World Health Organization (WHO). **Collaborating Centre for Drug Statistics Methodology. Anatomical Therapeutic Chemical classification system with Defined Daily Doses (ATC/DDD Index), 2011.** [serial on the Internet] [cited 2006 Jul 4]. Disponível em: <<http://www.whocc.no/atcddd/>>. Acesso em: jan – maio 2012.

## NOTAS

- 1 Discentes do curso de Farmácia, alunos bolsistas do XII programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.
- 2 Professoras Colaboradoras da pesquisa, docentes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
- 3 Coordenadora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

# FREQUÊNCIA DE FATORES INTRÍNSECOS E EXTRÍNSECOS RELACIONADOS A QUEDAS EM IDOSOS COMUNITÁRIOS<sup>1</sup>

Ana Carla de Assis<sup>2</sup>  
Lorenn Lages Gusmão<sup>2</sup>  
Vitor Tigre (alunos)<sup>2</sup>  
Lidiane Aparecida Pereira de Sousa<sup>3</sup>  
Aline Cristina de Souza<sup>4</sup>

**Resumo:** A queda representa um evento importante e frequente entre os idosos, sendo resultante da associação de fatores intrínsecos e extrínsecos. Dentre eles, estão incluídas alterações físicas e psicológicas, uso de medicamentos e fatores ambientais. O objetivo do presente trabalho foi descrever a frequência dos fatores intrínsecos e extrínsecos, que a literatura reconhece estarem relacionados à queda, em uma amostra de idosos comunitários de Belo Horizonte. Trata-se de estudo descritivo, incluindo idosos sem comprometimento cognitivo (de acordo com o Mini-Exame do Estado Mental), que caíram no último ano. A coleta de dados foi feita no domicílio do voluntário. Os idosos responderam a um questionário sociodemográfico para a caracterização da amostra e a um questionário de quedas. O questionário sociodemográfico investigava a presença de alterações visuais, auditivas, sensoriais, vestibulares, deformidades nos pés e uso de medicamentos. Os pesquisadores também avaliaram as condições da residência e das vias públicas do entorno. A amostra foi composta por 45 indivíduos com média de idade de 73+79, variando entre 60 e 93 anos, sendo a maioria mulheres (84,0%). O número de quedas por pessoa variou entre um e quatro (2+1,2) e 86,7% delas ocorreram dentro de casa ou na própria rua. Os fatores intrínsecos mais frequentes foram alterações visuais, seguido de deformidade nos pés. Os fatores extrínsecos mais prevalentes foram presença de prateleiras baixas ou elevadas em casa, seguido de polifarmácia. Esse estudo identificou fatores como alterações visuais, deformidade nos pés, prateleiras baixas ou elevadas em casa e polifarmácia como sendo os mais frequentes na população de idosos caídores avaliada. Estudos de correlação são necessários para estabelecer a associação entre as variáveis.

**Palavras-chave:** Quedas. Idosos.

**Abstract:** The falls represent important and frequent events among elderly, resulting from the association of intrinsic and extrinsic factors. Among such factors, are included physical and psychological changes, medications use, and environmental factors. The aim of this study was to describe the frequency of intrinsic and extrinsic factors - which ones literature recognizes as related to falls - in a sample of elderly in communities of Belo Horizonte. It is descriptive study, including elderly with non-cognitive impairment (according to the - Mini-Mental State Examination) that have falls in the last year. The collection of data was done at the volunteer's house. Each elderly answered a sociodemographic questionnaire for the characterization of the sample, as well as a questionnaire about the falls. The sociodemographic questionnaire investigated the presence of visual, hearing, sensorial and vestibular changes, foot deformities, and the use of medication. The researchers also evaluated the residence conditions and the public space

nearby those residences. The sample was composed of 45 individuals with an age range of 73+79, varying between 60 to 93 years old, being its majority composed by women (84%). The number of falls per person varied from one to four (2+1,2), and 86,7% of such falls took place inside home or even on the street. The most frequent intrinsic factors were the visual changes, followed by the foot deformities. The most prevalent extrinsic factors were the presence of too low or too high shelves, followed by polypharmacy. This study identified factors such as visual changes, foot deformity, low or high shelves at home and polypharmacy as the most frequent ones in elderly fallers evaluated. Correlation studies are needed to establish the association between variables.

**Key-words:** Elderly. Falls

## INTRODUÇÃO

O aumento da expectativa de vida da população é um fenômeno mundial, que tem proporcionado uma modificação no perfil demográfico e o aumento das doenças crônico-degenerativas (NASRI, 2008; PAPAEO, 2006). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, serão mais de 28 milhões de idosos em 2020 (PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO DO BRASIL POR SEXO E IDADE - IBGE, 2008).

O envelhecimento é um processo não patológico, em que ocorrem alterações fisiológicas e psicossociais. Dentre elas, destaca-se a instabilidade postural, decorrente de alterações do sistema motor e sensorial, aumentando a possibilidade de quedas. (GUIMARÃES *et al.*, 2004)

Queda é definida como deslocamento não intencional do corpo para um nível inferior à posição inicial, com incapacidade de correção em tempo hábil, determinado por circunstâncias multifatoriais que comprometem a estabilidade (PEREIRA *et al.*, 2002). É resultante de uma gama de fatores associados, classificados como intrínsecos, que são um conjunto de alterações fisiológicas e psicológicas, e extrínsecos, relacionados às condições ambientais e sociais em que o indivíduo está inserido.

Como fatores intrínsecos, destacam-se a diminuição da acuidade visual e auditiva, com conseqüente diminuição de dicas sobre o ambiente. Distúrbios vestibulares, proprioceptivos e sensoriais, repercutem na alteração da percepção do corpo e perda da estabilidade postural. Além disso, a diminuição da força muscular e degenerações articulares limitam a habilidade de movimentar-se. Enquadram-se ainda entre os fatores intrínsecos a depressão e a ansiedade, visto que são frequentemente acompanhadas de alteração dos níveis de atenção, diminuição da autoconfiança e sensação de insegurança, o que pode aumentar a predisposição a quedas.

(MESSIAS & NEVES, 2009; CAMPBELL *et al.*, 1999)

Os fatores extrínsecos incluem as características do ambiente, tais como iluminação inadequada, superfície escorregadia, tapetes soltos ou móveis espalhados, degraus inadequados, ausência de corrimãos ou barras, prateleiras excessivamente baixas ou altas e vestuário inadequado. Além desses, o uso de determinados medicamentos pode favorecer a ocorrência de quedas, principalmente, por causa de efeitos indesejáveis como, por exemplo, alterações das atividades psicomotoras, sedação, hipotensão postural, vertigem e confusão. Quanto maior o número de medicamentos utilizados maior, o risco. (MESSIAS & NEVES, 2009; BUENO-CAVANILLASS *et al.*, 2000)

Associado aos fatores descritos acima, o nível de atividade física também interfere no risco de quedas. A prática de exercícios físicos está, comprovadamente, relacionada à boa saúde global do idoso. (SILVA *et al.*, 2008) Porém, idosos muito ativos estão expostos a um grande risco de quedas. Os sedentários, por sua vez, são potencialmente mais frágeis, aumentando também, o risco de queda.

As quedas entre os idosos geram conseqüências diretas, como traumas, luxações, fraturas, escoriações, internações e institucionalização, e indiretas como insegurança e medo de reincidência. Tais conseqüências são consideradas problemas de saúde pública e geram um grande impacto social (PEREIRA *et al.*, 2002; BUKSMAN *et al.*, 2008), tornando-se necessárias medidas preventivas a fim de preconizar a boa saúde do idoso e minimizar gastos. Para que medidas de prevenção eficazes sejam adotadas, é importante conhecer essa população, monitorar aqueles que já caíram e identificar os fatores desencadeantes. Portanto, o objetivo do presente estudo foi descrever a frequência dos fatores intrínsecos e extrínsecos, que a literatura reconhece estarem relacionados a quedas, em uma amostra de idosos comunitários de Belo Horizonte.

## MÉTODOS

Trata-se de estudo descritivo, incluindo idosos sem comprometimento cognitivo, (de acordo com o Mini-Exame do Estado Mental) (BRUCKI *et al.*, 2003) que caíram no último ano. Os voluntários foram recrutados na clínica escola do Centro universitário Newton Paiva e em academias de Belo Horizonte. Inicialmente, o contato com os voluntários foi realizado pelo telefone. Os voluntários assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a coleta de dados foi feita no domicílio do voluntário, no período entre julho/2011 a janeiro/2012. O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Newton Paiva, com o número interno de registro 199.

Os idosos responderam a um questionário sociodemográfico para a caracterização da amostra e a um questionário de quedas, elaborado com base na conceituação do *Kellog International Workgroup on the Prevention of Falls by the Elderly* (GIBSON *et al.*, 1987), com objetivo de abordar a ocorrência de quedas no último ano e consequências relacionadas. O questionário sociodemográfico investigava a presença de alterações visuais, auditivas, sensoriais, vestibulares, deformidades nos pés e uso de medicamentos. O questionário de quedas investigava o número de quedas no último ano, consequências, local e atividade realizada durante a queda (BUENO-CAVANILLAS *et al.*, 2000). Os pesquisadores também avaliaram as condições da residência (incluindo condições de iluminação, presença de superfícies escorregadias, tapetes soltos ou com dobras, prateleiras altas, obstáculos, degraus, corrimão) e das vias públicas do entorno.

Os dados foram analisados com auxílio do programa *Microsoft Excel 2007* para cálculo de frequência média e desvio padrão das variáveis e obtenção dos gráficos.

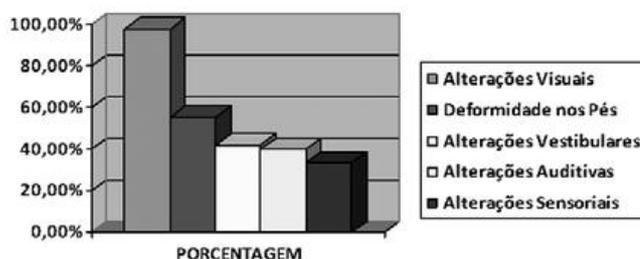
## RESULTADOS

A amostra foi composta por 45 indivíduos com média de idade de  $73 \pm 7,9$ , variando entre 60 e 93 anos, sendo a maioria mulheres (84,0%), com baixos níveis de escolaridade (64,4% eram analfabetos ou possuíam ensino fundamental incompleto).

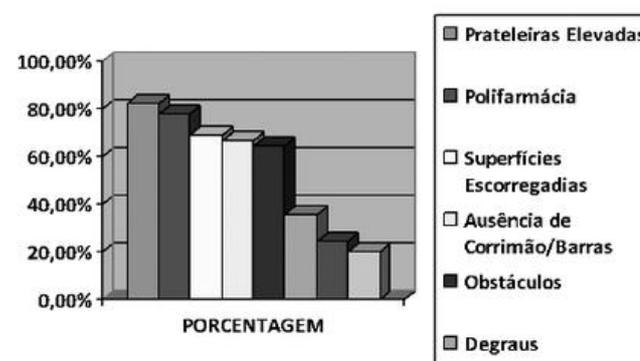
O número de quedas por pessoa variou entre um e quatro ( $2 \pm 1,2$ ) e 86,7% delas ocorreram dentro de casa (46,7%) ou na própria rua (40%). Os fatores intrínsecos mais frequentes foram alterações visuais, seguido de deformidade nos pés, alterações vestibulares, auditivas e sensoriais (Gráfico 1). Os fatores extrínsecos mais prevalentes foram presença de prateleiras baixas ou elevadas em casa, seguido de polifarmácia, superfícies escorregadias, ausência de corrimão e barras, obstáculos no cami-

nho, degraus altos ou estreitos, iluminação inadequada e tapetes soltos ou com dobras (Tabela 2).

**Gráfico 1: Frequência de fatores intrínsecos na amostra**



**Gráfico 2: Frequência de fatores extrínsecos na amostra**



## DISCUSSÃO

As quedas relatadas pelos participantes do estudo ocorreram, em sua maioria, no próprio domicílio ou no entorno, chegando a 86,7%. Os dados do presente estudo estão de acordo como os de Campbell *et al.* (1999), que investigaram a ocorrência de acidentes com idosos comunitários. No referido estudo, a queda representou 51% do total de acidentes relatados, sendo que 44% delas ocorreram no próprio domicílio (CAMPBELL *et al.*, 1999). Hamra, Ribeiro e Miguel (2007), corroboram esses achados, afirmando que 74,6% dos pacientes idosos hospitalizados por fraturas sofreram quedas em ambiente domiciliar. (HAMRA *et al.*, 2007)

De acordo com Marin *et al.* (2004), em um estudo realizado com 51 idosos, observou-se que em 100% da amostra, os fatores intrínsecos e extrínsecos, tiveram influência no risco de queda. Entre os fatores intrínsecos levantados no estudo supracitado, destacou-se a diminuição da acuidade visual (MARIN *et al.*, 2004). No presente estudo, a diminuição da acuidade visual foi o fator intrínseco mais frequente, atingindo 97,8% dos caídores, o que sugere uma possível associação entre distúrbios visuais e risco de quedas. Lord e Dayhew (2001), estudaram essa associação e

concluíram que 64,9% dos indivíduos com alterações visuais apresentaram queda. (LORD & DAYHEW 2001)

Outras duas alterações frequentes e determinantes para a queda entre os idosos incluídos no estudo foram as desordens vestibulares, presentes em 42,2% da amostra, e auditivas em 40%. Guccione (2002) relaciona essas alterações com déficit de equilíbrio, relatando associação com o mau alinhamento corporal e dificuldade no controle postural. (GUCCIONE, 2002)

A integridade anatômica e funcional dos pés também é fator determinante para a estabilidade. Alteração na estrutura e função dos mesmos é recorrente devido ao processo natural de envelhecimento e também de processos patológicos comuns nos idosos, como artrose e artrite. Hálux valgo, calosidades, amputações e outras podem gerar alterações no equilíbrio e mobilidade do idoso aumentando o risco de quedas. No presente estudo, identificou-se que mais de 50% da população estudada apresentou alguma deformidade nos pés. Corroborando esse resultado. Aikawa *et al.* (2009) identificaram correlação significativa entre deformidade nos pés, condições cinético-funcionais e incidência de quedas em idosos, e 40% da população estudada com deformidade nos pés apresentou queda. (AIKAWA *et al.*, 2009)

A sensibilidade cutânea é outro fator importante de informação para o controle do equilíbrio. Como processo do envelhecimento, ocorre uma redução da sensibilidade, que pode ser causada também por processos patológicos. Com relação à alteração sensitiva cutânea plantar, Tinetti *et al.* (1988) afirmam ser um preditor independente de queda. O que confirma os achados do presente estudo. Foram identificadas alterações sensitivas plantares em 33,3% dos voluntários. (TINETTI *et al.*, 1988)

Quanto aos fatores extrínsecos, alguns estudos demonstram que a utilização de medicamentos está fortemente relacionada ao evento queda. (FABRÍCIO *et al.*, 2004; SIQUEIRA *et al.*, 2007) Os idosos com histórico de polifarmácia são aqueles com maior número de patologias, consequentemente mais frágeis, traduzindo uma condição de saúde precária e com maior possibilidade de quedas. Além disso, a associação entre determinadas classes medicamentosas, tais como anticolinérgicos, benzodiazepínicos, beta bloqueadores e neurolépticos, pode resultar em hipotensão postural, aumentando o risco de cair. (SECOLI, 2010) Segundo Campos (2008), o uso de polifármacos pode duplicar a ocorrência de quedas.<sup>23</sup> Hamra, Ribeiro e Miguel (2007) ainda observaram que 72,5% destes fizeram uso de medicamentos até 24 horas antes do evento (HAMRA *et al.*, 2007).

Achados no estudo de Lopes *et al.* (2010), sugerem que o fator extrínseco com maior grau de determinação de risco de queda, segundo análise estatística, é a ilumi-

nação inadequada. No estudo, os caidores, com esta característica extrínseca, representaram 75% da amostra, com  $p=0,001$ . No presente estudo, foi detectado 24,4% de iluminação inadequada no domicílio da amostra. Apesar da diferença entre os valores, nota-se a importância da intervenção deste aspecto, uma vez que é de simples resolução. (LOPES *et al.*, 2010)

Marin *et al.* (2004) citam pisos escorregadios, tapetes e objetos soltos, iluminação inadequada, calçados inadequados, escadas sem corrimão e armários fora do alcance como fatores relevantes. (MARIN *et al.*, 2004) Lopes *et al.* (2007) estudaram 20 idosas com história de queda, sendo que 11 caíram por escorregar em piso molhado, tropeçar na cadeira e escorregar no quintal. (LOPES *et al.*, 2007)

Ribeiro *et al.* (2008) demonstraram, em um estudo, que 70,6% da amostra apresentou, como fator extrínseco, piso escorregadio, aproximando-se do dado encontrado no presente estudo, sobre o mesmo fator, que correspondeu a 68,9%. (RIBEIRO *et al.*, 2008)

Neste estudo, foi encontrado na amostra que havia 82,2% de prateleiras elevadas no domicílio. Este fator extrínseco pode ser relacionado à necessidade do indivíduo de alcançar objetos em níveis elevados, utilizando ou não de dispositivo para executar a tarefa. Desta forma, foi observado no estudo de Ribeiro *et al.* (2008), que 16,2% da amostra apresentou objetos em locais altos. (SILVA *et al.*, 2009) Ainda com intuito associativo, no estudo de Lopes *et al.* (2010), 25% da amostra tinha que subir em banquetas para alcançar objetos em locais altos. Estes estudos, de forma indireta, corroboram com o presente estudo. (RIBEIRO *et al.*, 2008)

Hamra, Ribeiro e Miguel (2007) ainda afirmaram que obstáculos no domicílio estão associados com risco de queda e estavam presentes neste estudo em 74,6% dos domicílios. (HAMRA *et al.*, 2007) No estudo em discussão, este fator correspondeu a 64,4%, afirmando o dado da literatura.

Outros fatores encontrados que podem ter associação com queda são ausência de corrimão e barras (66,6%), degraus altos ou estreitos (35,6%) e tapetes soltos ou com dobras (20,0%). Na população estudada por Silva *et al.* (2009), 52% eram caidores, sendo que 89% dos domicílios não tinham corrimão e barras, 44% apresentaram degraus altos ou estreitos e 52% tinham tapetes soltos ou com dobras. Os autores concluíram que a prevalência para risco e quedas em idosos foi fortemente relacionada com os fatores extrínsecos. (SILVA *et al.*, 2009)

## CONCLUSÃO

Observou-se que os fatores intrínsecos mais prevalentes foram alterações visuais seguidas de deformidades nos pés. Além disso, os fatores extrínsecos mais prevalentes

foram prateleiras elevadas e polifarmácia o que pode ter contribuído pela alta frequência de quedas dentro de casa ou no entorno dela. Estudos de correlação são necessários para estabelecer a força da associação entre as variáveis.

## REFERÊNCIAS

AIKAWA AC, *et al.* Estudo Correlacional do pé geriátrico com requisitos cinético-funcionais. **Fisioterapia Movimento**, Paraná, v. 22, n. 3, p. 395-405, 2009.

BRUCKI SMD, NITRINI R, CARAMELLI P, BERTOLLUCCI PHF, OKAMOTO IH. Sugestões para o uso do mini-exame do estado mental no Brasil. **Arquivo de Neuro-psiquiatria**, São Paulo, v. 66, n. 3, p. 777-781, 2003.

BUENO-CAVANILLAS A, *et al.* Risk factors in falls among the elderly according to extrinsic and intrinsic precipitating causes. **European Journal Epidemiology**, Holanda, v. 16, p. 849-859, 2000.

BUKSMAN S, VILELA ALS, PEREIRA SRM, LINO VS, SANTOS VH. Quedas em Idosos: Prevenção. In: **Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Projeto Diretrizes, 2008, p. 02-08.

CAMPBELL AJ, *et al.* Psychotropic medication withdrawal and a home-based exercise program to prevent falls: a randomized, controlled trial. **Journal of the American Geriatric Society**, Los Angeles, v. 47, p.850-853, 1999.

CAMPOS MPS. **Risco de quedas em idosos atendidos em um hospital público de Brasília**. 2008. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2008.

FABRÍCIO SCC, RODRIGUES RAP, JUNIOR MLC. Causas e consequências de quedas de idosos atendidos em hospital público. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 93-99, 2004.

GIBSON MJ, *et al.* The prevention of falls in later life. A report of the kellog international work group on the prevention of falls by the elderly. **Danish Medical Bulletin**, Dinamarca, v. 34, n.4, p.1-24, 1987.

GUCCIONE AA. **Fisioterapia Geriátrica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

GUIMARÃES LHCT, *et al.* Comparação da Propensão de quedas entre idosos que praticam atividade física e idosos sedentários. **Revista Neurociências**. São Paulo, v. 12, n. 2, 2004.

HAMRA A, RIBEIRO MB, MIGUEL OF. Correlação entre fratura por queda em idosos e uso prévio de medicamentos. **Acta Ortopédica Brasileira**, São Paulo, v. 15, n. 3, 2007.

LOPES MCL *et al.* Fatores desencadeantes de quedas no domicílio em uma comunidade de idosos. **Cogitare Enfermagem**, Paraná, v. 12, n. 4, p. 472-477, out/dez 2007.

LOPES RA *et al.* Quedas de Idosos em uma Clínica-Escola: prevalência e fatores associados. **ConScientiae Saúde**, Belo Horizonte, v. 9, n. 3, p. 381-388, ago. 2010.

LORD SR, DAYHEW J. *Visual risk factors for falls in older people*. **Journal of the American Geriatric Society**, Los Angeles. v. 49, n. 5. p. 508-515, 2001.

MARIN MJS, *et al.* Identificando os fatores relacionados ao diagnóstico de enfermagem "risco de quedas" entre idosos. **Revista Brasileira Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 5, p.560-564, 2004.

MESSIAS MG, NEVES RF. A Influência de fatores comportamentais e ambientais domésticos nas quedas em idosos. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2 p.275-28, 2009.

NASRI F. **O envelhecimento populacional no Brasil**. Einstein, São Paulo, v. 6 (Supl 1):S4-S6, 2008.

PAPALEO MN. O estudo da velhice: histórico, definição do campo e termos básicos. In Freitas *et al.* **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. v. 1. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006, p.02-12.

PEREIRA SRM, *et al.* Quedas em idosos. In: Jatene FB, Cutait R, Eluf Neto J, Nobre MR, Bernardo WM. **Projeto diretrizes**. São Paulo: Associação Médica Brasileira, Conselho Federal de Medicina, 2002. p.405-414.

**Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade – 1980-2050**. Revisão 2008 IBGE.

RIBEIRO AP *et al.* **A Influência das quedas na qualidade de vida de idosos**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 1265-1273, 2008.

SECOLI SR. Polifarmácia: interações e reações adversas no uso de medicamentos por idosos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 63, n. 1, p.136-140, 2010.

SILVA A, *et al.* Equilíbrio, Coordenação e Agilidade de Idosos Submetidos à Prática de Exercícios Físicos Resistidos. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**. São Paulo, v. 14, n. 2, p. 88-93, 2008.

SILVA SAA, *et al.* Prevalência de fatores intrínsecos e extrínsecos que constituem risco de queda de idosos moradores da comunidade Nossa Senhora de Fátima – Xerém – Duque de Caxias. **Fisioterapia Ser**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 250-final, 2009.

SIQUEIRA FV *et al.* Prevalências de quedas em idosos e fatores associados. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 5, p.749-56, 2007.

TINETTI ME, SPEECHLEY M, GINTER SF. Risk factors for falls among elderly persons living in the community. **The New England Journal of Medicine**, Boston, v. 319, p. 1701-1707, 1988.

## NOTAS

1 Parte integrante do Projeto de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva intitulado "Ocorrência de quedas em idosos: frequência, consequências e fatores relacionados".

2 Discentes do curso de Fisioterapia, alunos bolsistas do XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Professora colaboradora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

4 Coordenadora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.



# CÁRIE DENTÁRIA E MÁ OCLUSÃO: IMPACTO NA QUALIDADE DE VIDA DE ADOLESCENTES COM ANEMIA FALCIFORME<sup>1</sup>

Grace Beatriz Veloso Reis<sup>2</sup>  
Joaquim Barbosa Matias Neto<sup>2</sup>  
Marielle Martins Alves<sup>2</sup>  
Sabrina Seabra Freitas<sup>2</sup>  
Viviane C. Procópi<sup>2</sup>  
Cristina Machado Silvestre<sup>3</sup>  
Maria Luiza da Matta F. Fernandes<sup>4</sup>

**Resumo:** Objetivo: Avaliar a associação entre alto impacto na qualidade de vida e gravidade das doenças cárie e má oclusão em adolescentes com anemia falciforme. Método: Foi realizado estudo transversal com amostra hospitalar (n=35) tomando-se como referência a variação do impacto das condições bucais na qualidade de vida de adolescentes (11-14 anos), com diagnóstico de anemia falciforme SS, que faziam controle de saúde no Hemominas-MG e que moram na região metropolitana de Belo Horizonte. A coleta de dados foi realizada através de exame clínico e aplicação do questionário CPQ<sub>11-14</sub> para avaliação do impacto na qualidade de vida. O diagnóstico de cárie e de má oclusão foi realizado usando-se os índices CPOD e IED respectivamente. Os participantes foram divididos em dois grupos (um grupo de baixo e médio impacto e outro grupo de alto impacto). A análise estatística foi realizada utilizando-se o programa minitab 16 e envolveu análise descritiva, teste Mann-Whitney e *t* de Student. Resultados: A média de pontos observada no CPQ<sub>11-14</sub> (escore total de 64 pontos) foi de 19,6 pontos (DP=10,1) e o escore maior ou igual a 25 (terceiro quartil) foi considerado de alto impacto das condições bucais na qualidade de vida dos adolescentes do estudo. A prevalência de cárie dentária e de má oclusão foi de 34,3% e 74,3% respectivamente. O valor médio do CPOD no grupo de alto impacto foi 1,7 (DP=2) e no grupo de baixo ou médio impacto foi 1,1 (DP=2). Com relação à má oclusão, o IED médio no grupo de alto impacto foi 45,2 (DP= 18) e no grupo de baixo ou médio impacto foi 35,5 (DP=14). Não foi verificada associação estatisticamente significativa entre o impacto na qualidade de vida e cárie dentária ( $p = 0,3261$ ) e má oclusão ( $p = 0,11$ ). Conclusão: Cárie e má oclusão não causaram impacto negativo na qualidade de vida de adolescentes com anemia falciforme.

**Palavras-chave:** Adolescentes. Qualidade de vida. Cárie dentária. Má oclusão. Anemia falciforme.

**Abstract:** Objective: To evaluate the association between high impact on quality of life and severity of caries and malocclusion in adolescents with sickle cell anemia. Methods: A cross-sectional study was carried out with a hospital sample (n=35) of adolescents (11-14 years) diagnosed with sickle cell anemia SS, which make health checks in Hemominas-MG and living in the metropolitan region of Belo Horizonte (Brazil). Impact on quality of life was measured using the CPQ 11-14 questionnaire. Dental caries and orthodontic treatment needs were determined using the DMFT index and Dental Aesthetic Index (DAI), respectively. Participants were divided into two groups (one group of low and medium impact and another group of high impact). Statistical analysis involved descriptive statistics, the chi-squared test and the Mann-Whitney test. Results: The mean score was 19,6

on the CPQ11-14 (total: 64 points). Score greater than or equal to 25 (third quartile) was considered high impact of oral conditions on quality of life of adolescents in the study. The prevalence of dental caries and malocclusion was 34.3% and 74.3% respectively. The average value of DMFT at high impact was 1.7 (SD = 2) and in low or medium impact was 1.1 (SD = 2). With respect to malocclusion, the average DAL in high-impact group was 45.2 (SD = 18) and in low or medium impact was 35.5 (SD = 14). There was no statistically significant association between the impact on quality of life and dental caries ( $p = 0.3261$ ) and malocclusion ( $p=0.11$ ). Conclusion: We did not find any significant relationship between caries and malocclusion and negative impact on quality of life of the study participants.

**Key-words:** Adolescents. Quality of life. Dental caries. Malocclusion. Sickle cell disease.

## INTRODUÇÃO

A anemia falciforme é uma doença genética caracterizada pela mutação de uma hemoglobina denominada hemoglobina S (HbS), responsável pela falcização das células vermelhas sanguíneas. No Brasil, estima-se que mais de dois milhões de pessoas sejam portadoras do gene da HbS e mais de 8.000 pessoas tenham a forma grave (SS). Estima-se, aproximadamente, 700.000 novos casos de doença falciforme no Brasil em suas diversas formas (BRASIL, 2009). As hemácias falcizadas dificultam a circulação sanguínea, provocando vasocclusão e infarto na área afetada. Este fenômeno resulta em isquemia, dor, necrose e disfunções, bem como em danos permanentes aos tecidos e órgãos, além da hemólise crônica (BRASIL, 2009). Além do quadro sistêmico, podem ser observadas alterações de tecidos moles e tecidos duros da cavidade bucal. Nos tecidos duros, observa-se atraso na erupção dentária, hipomaturação especialmente em molares, deformidades cranianas como turricéfalia, overjet acentuado com aumento da angulação e separação dos incisivos centrais superiores, overbite aumentado, hipercementose, calcificações semelhantes a dentículos na câmara pulpar e risco aumentado de cárie e doença periodontal (MENDES *et al.*, 2011). O risco aumentado de cárie deve-se a alta prevalência de hipomaturações, ao uso contínuo e frequente de medicamentos contendo sacarose e a alta frequência de complicações de saúde que requerem constantes hospitalizações e comprometem a frequência e eficiência da higiene bucal (FONSECA *et al.*, 2007; LUNA *et al.*, 2012).

A cárie dentária ainda é um dos mais prevalentes problemas bucais e quando não tratada, resulta em impacto negativo na qualidade de vida de adolescentes comprometendo atividades como alimentar-se e dormir (ABANTO *et*

*al.*, 2011; FEITOSA *et al.*, 2005:). Nos pacientes com anemia falciforme, o desenvolvimento da cárie dentária é uma ocorrência comum, geralmente, associada às hipomineralizações, uso frequente de medicamentos contendo sacarose e hospitalizações constantes (LUNA *et al.*, 2012). Os mesmos autores encontraram uma prevalência de cárie de 72,3% entre adolescentes de 9 a 12 anos com CPOD médio de 1,5. Contudo, sabe-se também que a manifestação da doença cárie é maior em pessoas que possuem uma renda média mensal mais baixa e piores dificuldades de acesso a serviços de odontologia mesmo nos países industrializados (LAURENCE *et al.*, 2006).

Outro problema bucal é a má oclusão que consiste em alterações no crescimento e no desenvolvimento do sistema craniofacial e acomete os músculos e os ossos dos maxilares, podendo causar distúrbios estéticos e funcionais, além de prejudicar a interação social e a qualidade de vida (CUNNINGHAM *et al.*, 2001; LIU *et al.*, 2009). Em adolescentes com anemia falciforme, a prevalência de má oclusão é de 56,3% (LIU *et al.*, 2009). Estes pacientes apresentam alterações como deformidades cranianas, além de sobressaliência acentuada e diastemas, que afetam a oclusão normal (LIU *et al.*, 2009).

Além disso, no contexto da anemia falciforme, estudos investigando os aspectos psicossociais vêm sendo conduzidos no intuito de melhorar a qualidade de vida dos doentes e de suas famílias (BARBOSA *et al.*, 2010). Contudo, através de uma revisão bibliográfica, não foram encontradas publicações relacionando o impacto da saúde bucal em portadores de hemoglobinopatias. É consenso na literatura a inter-relação de comorbidades afetando a qualidade de vida do indivíduo, não só pelas alterações sistêmicas, mas também pelos prejuízos comportamentais, funcionais e físicos que ocasionam. (BUCZYNSKI *et al.*, 2008; AGOU *et*

al., 2008, GOURSAND et al., 2009).

Assim, o objetivo deste estudo foi avaliar a associação entre alto impacto na qualidade de vida e gravidade das doenças cárie e má oclusão em adolescentes com anemia falciforme.

## METODOLOGIA

Este estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da Fundação Hemominas - Belo Horizonte (número 289/2010). O presente estudo transversal foi realizado com pacientes com diagnóstico de anemia falciforme SS, atendidos no centro de referência em doenças hematológicas HEMOMINAS, localizado na cidade de Belo Horizonte, Brasil. Anteriormente ao estudo principal, realizou-se um estudo piloto com 10% da amostra ( $n=10$ ) dos pacientes cadastrados no hemominas com diagnóstico de anemia falciforme (SS) com idades entre 11 e 14 anos, residentes na região metropolitana de Belo Horizonte. Para o dimensionamento da amostra, baseou-se na variação da variável dependente, no caso o alto impacto da condição bucal na qualidade de vida, medido através dos escores do CPQ 11-14 (TORRES et al., 2009). A partir da variação dos escores das respostas ao questionário que avalia o impacto na qualidade de vida (CPQ11-14), com média 17,7 (SD=7,57), adotando-se um erro  $\alpha=0,05$  e erro beta também de 0,05 dimensionou-se uma amostra final representativa do impacto das condições bucais na qualidade de vida de adolescentes. Dessa forma, participaram do estudo 35 adolescentes. A partir dos prontuários dos pacientes, sorteou-se, aleatoriamente, os prontuários referentes aos sujeitos participantes da pesquisa, utilizando-se uma tabela de números aleatórios do programa minitab 16. Os critérios de inclusão foram pacientes com idades entre 11 e 14 anos, que permitissem fazer um exame bucal e concordassem em participar da pesquisa assinando o termo de consentimento livre e esclarecido, que não fizeram tratamento odontológico nos últimos 3 meses e cujos pais ou responsáveis autorizassem a participação dos adolescentes na pesquisa. Os critérios de exclusão foram outras doenças sistêmicas, psiquiátricas ou neurológicas concomitantes que impedissem o adolescente de responder conscientemente ao instrumento de pesquisa. Os adolescentes da amostra piloto não participaram do estudo principal.

A coleta de dados foi realizada através de aplicação do CPQ 11-14 e exame clínico bucal. Previamente ao trabalho de campo, os examinadores passaram por um exercício de calibração e treinamento em relação ao diagnóstico de cárie e má oclusão. A calibração foi realizada em duas etapas: a primeira foi realizada através de imagens de diferentes situações clínicas e a segunda

a partir de exame clínico de cinco crianças atendidas na clínica de Odontopediatria do Centro Universitário Newton Paiva, com intervalo de quinze dias. O valor mínimo de concordância intraexaminador foi  $Kappa=0,85$  e interexaminadores,  $Kappa=0,80$ . Para testar o índice de compreensão do questionário, este foi aplicado nos 10 adolescentes da amostra piloto que o responderam novamente num intervalo de 7 dias (teste-reteste), alcançando um índice Kappa de reprodutibilidade de 0,92 sendo considerado ótimo.

Todos os exames foram realizados por dois dos pesquisadores observando-se a concordância entre os examinadores dos exames bucais realizados. Para realização do exame clínico, foram usadas sonda clínica e periodontal OMS, espelho plano bucal, gaze, luvas, gorro e máscaras descartáveis. Durante o exame, o adolescente permaneceu sentado em uma cadeira de frente para o examinador e uma janela, a fim de aproveitar ao máximo a luz natural. Para avaliação de cárie dentária, foi utilizado o CPOD, seguindo-se os critérios da WHO (1997), que avalia a doença segundo a presença ou ausência de cavidades. Para a má oclusão, utilizou-se o IED (WHO, 1997). Para o IED, os critérios estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde são: ausência de incisivos, caninos ou pré-molares, presença de apinhamento nos segmentos anteriores, presença de espaçamentos nos segmentos anteriores, presença de diastema mediano, maior irregularidade anterior superior e anterior inferior, sobressaliência maxilar, mordida aberta com vertical aumentado, relação de molar anteroposterior.

O impacto dos problemas bucais na qualidade de vida foi avaliado através do CPQ 11-14. O instrumento de pesquisa (CPQ11-14) aborda quatro domínios: sintomas bucais (dor nos dentes, lábios, maxilares ou boca), limitações funcionais (dificuldade para morder ou mastigar os alimentos), bem-estar emocional (irritação ou frustração com as condições bucais) e bem-estar social (outras crianças já fizeram comentários ou perguntas sobre seus dentes, lábios, maxilares ou boca). As respostas seguem a escala de frequência (nunca, uma ou duas vezes, algumas vezes, frequentemente, todos os dias ou quase todos os dias) com pontuação de 0 a 4, sendo que a maior frequência do relato é atribuída maior valor. Os adolescentes (11-14 anos) responderam ao CPQ 11-14, que tem 16 questões, sendo o escore total 64 (TORRES et al., 2009). Considerou-se impacto negativo na qualidade de vida escores com valores a partir do terceiro quartil dos escores obtidos em todo o grupo. A análise dos dados foi realizada utilizando-se o programa Minitab 16 e incluiu a distribuição de frequência e testes Mann-Whitney e Qui-quadrado.

## RESULTADOS

Participaram 35 adolescentes. Entre estes, 14 eram do gênero feminino e 21 masculino, com média de idade de 12 anos (DP=1ano). A prevalência de cárie foi de 34% com um CPOD médio de 1,2. Considerando-se a má oclusão através do índice IED, observou-se que 23 (67%) tinham um índice igual ou maior que 31, com média geral de 37,7, indicando uma má oclusão muito severa com indicação "fundamental" de tratamento ortodôntico pela OMS (1999). No CPQ<sub>11-14</sub> (16 questões), foi observado o valor médio de 19,6 pontos (DP=10,1), que corresponde a 27,2% do total do Score do questionário. Para a classificação de alto impacto, foram utilizados os valores do Q3 (3º Quartil) = 25 pontos. Desta forma, os participantes foram alocados em 2 grupos: adolescentes com alto impacto (n=8) e outro grupo com médio ou baixo impacto (n=27).

Compondo-se dois grupos: alto impacto e médio ou baixo impacto, avaliou-se a interferência do gênero e idade nos relatos de alto impacto da saúde bucal na qualidade de vida. Não se encontrou diferença significativa entre os grupos (tabela 1).

**Tabela 1: Análise da interferência do gênero e idade na percepção do alto impacto das condições bucais na qualidade de vida**

| Características   | Geral (n=35)  | Impacto       |                       |
|---|---------------|---------------|-----------------------|
|   |               | Alto (n=8)    | Médio ou Baixo (n=27) |
| <b>Idade</b>  |               |               |                       |
| Média   | 11,9          | 11,7          | 12,0                  |
| Desvio Padrão(SD)   | 1,0           | 0,7           | 1,1                   |
| (Q1-Q3) <sup>***</sup>  | (11,0 – 13,0) | (11,0 – 12,0) | (11,0 – 13,0)         |
| * p-valor = 0,61  |               |               |                       |
| Mas/Fem   | 21/14         | 5/3           | 16/11                 |
| ** p-valor = 0,05   |               |               |                       |
| *** (Q1-Q3) = Intervalo interquartilico * Teste "t" ** Teste $\chi^2$ |               |               |                       |
| *** (Q1-Q3) = Intervalo interquartilico * Teste "t" ** Teste $\chi^2$ |               |               |                       |

Quando perguntados sobre a percepção geral a respeito da saúde de seus dentes, lábios, maxilares e boca, 14% dos adolescentes classificaram-na como excelente, 12% como muito boa, 40% como boa, 20% regular e 14% ruim. Considerando-se a avaliação do impacto dos problemas bucais na qualidade de vida, a tabela 2 apresenta as frequências das questões que causaram maior e menor impacto para os adolescentes.

**Tabela 2: Frequência das questões de maior e menor impacto na qualidade de vida relatados pelos adolescentes através do CPQ<sub>11-14</sub>**

| CPQ                  |             |                  | 0  | 1   | 2  | 3   | 4  |    |   |   |   |     |
|----------------------|-------------|------------------|--|-----|----|-----|----|----|---|---|---|-----|
| Impacto              | Sub-escalas | Questões         | n  | %   | n  | %   | n  | %  | n | % |   |     |
| CPQ <sub>11-14</sub> | Maior       | Sintomas Orais   | 4  | 11  | 10 | 29  | 12 | 34 | 3 | 9 | 6 | 17  |
|                      | Menor       | Bem-estar social | 2  | 7,4 | 3  | 9,0 | 5  | 14 | 1 | 3 | 0 | 0,0 |
|                      |             |                  | "Restos de alimentos presos dentre ou entre os seus dentes"          |     |    |     |    |    |   |   |   |     |
|                      |             |                  | "Evitou sorrir ou dar risadas quando estava com outros adolescentes" |     |    |     |    |    |   |   |   |     |

Para a avaliação entre a relação do impacto da condição bucal na qualidade de vida e a cárie dentária, os participantes também foram alocados em 2 grupos de acordo o CPOD igual a zero, ou seja, sem cárie dentária e diferente de zero, ou seja, com qualquer histórico de cárie dentária. Também se considerou o valor inteiro próximo à média do CPOD encontrado no grupo total para a alocação dos par-

ticipantes em diferentes grupos (CPOD < 2 e CPOD ≥ 2).

Não foram observadas associações estatísticas entre a cárie dentária e alto impacto na qualidade de vida (Tabelas 3.1 e 3.2). Contudo, considerando-se o nível  $\alpha=0,08$ , observa-se uma diferença significativa da interferência de sintomas orais na qualidade de vida dos adolescentes (Tabela 3.1).

Tabela 3.1: Associação entre impacto na qualidade de vida relacionado a cada domínio do CPQ<sub>11-14</sub> e CPOD (= 0 e >0)

| Escala                       | Questões | CPOD = 0 (n= 19)      |            | CPOD ≥ 1 (n= 16) |            |
|------------------------------|----------|-----------------------|------------|------------------|------------|
|                              |          | n                     | Média (SD) | Mediana          | Média (SD) |
| <b>Questionário total</b>    | 16       | 18,0 (9,5)            | 18,0       | 21,4 (10,8)      | 22,5       |
| (64)                         |          | ** p-valor = 0,328 NS |            |                  |            |
| <b>Sub-escalas *</b>         |          |                       |            |                  |            |
| <b>Sintomas Oraís</b>        | 4        | 4,7 (3,3)             | 4,0        | 6,7 (2,9)        | 6,5        |
| (16)                         |          | ** p-valor = 0,071 NS |            |                  |            |
| <b>Limitações funcionais</b> | 4        | 4,0 (3,0)             | 4,0        | 5,6 (3,1)        | 5,0        |
| (16)                         |          | ** p-valor = 0,142 NS |            |                  |            |
| <b>Bem-estar Emocional</b>   | 4        | 3,5 (3,1)             | 3,0        | 3,3 (3,5)        | 2,5        |
| (16)                         |          | ** p-valor = 0,852 NS |            |                  |            |
| <b>Bem-estar Social</b>      | 4        | 2,9 (2,9)             | 2,0        | 2,2 (2,1)        | 2,0        |
| (16)                         |          | ** p-valor = 0,396 NS |            |                  |            |

\* A sub-escala (percepção geral a respeito da saúde de seus dentes, lábios, maxilares e boca) não foi contabilizada entre as sub-escalas  
 \*\* Teste "t" NS = Resultado Não Significativo  $\alpha = 0,05$

Tabela 3.2: Associação entre impacto na qualidade de vida relacionado a cada domínio do CPQ<sub>11-14</sub> e CPOD (< 2 e ≥ 2)

| Escala                       | Questões | CPOD < 2 (n= 23)      |            | CPOD ≥ 2 (n= 12) |            |
|------------------------------|----------|-----------------------|------------|------------------|------------|
|                              |          | n                     | Média (SD) | Mediana          | Média (SD) |
| <b>Questionário total</b>    | 16       | 19,0 (9,1)            | 18,0       | 20,8 (12,1)      | 20,0       |
| (64)                         |          | ** p-valor = 0,624 NS |            |                  |            |
| <b>Sub-escalas *</b>         |          |                       |            |                  |            |
| <b>Sintomas Oraís</b>        | 4        | 5,1 (3,3)             | 4,0        | 6,6 (3,1)        | 7,0        |
| (1-4)                        |          | ** p-valor = 0,204 NS |            |                  |            |
| <b>Limitações funcionais</b> | 4        | 4,4 (3,0)             | 5,0        | 5,3 (3,4)        | 5,0        |
| (5-8)                        |          | ** p-valor = 0,405 NS |            |                  |            |
| <b>Bem-estar Emocional</b>   | 4        | 3,4 (2,9)             | 3,0        | 3,4 (4,0)        | 1,5        |
| (9-12)                       |          | ** p-valor = 0,988 NS |            |                  |            |
| <b>Bem-estar Social</b>      | 4        | 2,9 (2,8)             | 2,0        | 2,1 (2,2)        | 1,5        |
| (13-16)                      |          | ** p-valor = 0,402 NS |            |                  |            |

A sub-escala (percepção geral a respeito da saúde de seus dentes, lábios, maxilares e boca) não foi contabilizada entre as sub-escalas  
 \*\* Teste "t" NS = Resultado Não Significativo  $\alpha = 0,05$

Testou-se três associações entre alto impacto na qualidade de vida dos adolescentes e IED ( $\leq 25$  e  $> 25$ ), considerado pela OMS ausência de má oclusão, (IED  $\leq 30$  e IED  $> 30$ ) sendo 30 o valor considerado má oclusão leve e (IED  $\leq 37$  e IED  $> 37$ ), **média encontrada no grupo total (tabelas 4.1, 4.2 e 4.3 respectivamente)**. Não foram

encontradas associações estatisticamente significativas no intervalo de confiança de 95%, contudo, considerando-se o nível  $\alpha = 10\%$ , o resultado da comparação da média de pontos da sub-escala de **Bem-estar Social** apresentou diferença significativa entre o grupo de adolescentes com IED  $\leq 30$  e IED  $> 30$  (Tabela 4.2).

4.1: Associação entre impacto na qualidade de vida relacionado a cada domínio do CPQ<sub>11-14</sub> e IED ( $\leq 25$  e  $> 25$ )

| Escala                       | Questões | IED ≤ 25 (n= 9)        |            | IED > 25 (n= 26) |            |
|------------------------------|----------|------------------------|------------|------------------|------------|
|                              |          | n                      | Média (SD) | Mediana          | Média (SD) |
| <b>Questionário total</b>    | 16       | 18,8 (10,3)            | 19,0       | 19,8 (10,2)      | 18,0       |
| (64)                         |          | *** p-valor = 0,788 NS |            |                  |            |
| <b>Sub-escalas *</b>         |          |                        |            |                  |            |
| <b>Sintomas Oraís</b>        | 4        | 5,1 (4,1)              | 4,0        | 5,8 (3,0)        | 6,0        |
| (16)                         |          | *** p-valor = 0,611 NS |            |                  |            |
| <b>Limitações funcionais</b> | 4        | 4,2 (2,5)              | 4,0        | 4,9 (3,3)        | 5,0        |
| (16)                         |          | *** p-valor = 0,591 NS |            |                  |            |
| <b>Bem-estar Emocional</b>   | 4        | 3,6 (3,5)              | 2,0        | 3,4 (3,3)        | 3,0        |
| (16)                         |          | *** p-valor = 0,896 NS |            |                  |            |
| <b>Bem-estar Social</b>      | 4        | 2,1 (2,7)              | 2,0        | 2,8 (2,6)        | 2,5        |
| (16)                         |          | *** p-valor = 0,520 NS |            |                  |            |

\* A sub-escala (percepção geral a respeito da saúde de seus dentes, lábios, maxilares e boca) não foi contabilizada entre as sub-escalas  
 \*\* Mann-Whitney Test \*\*\* "t" Test NS = Resultado Não Significativo Sig= Resultado Significativo

Tabela 4.2: Associação entre impacto na qualidade de vida relacionado a cada domínio do CPQ<sub>11-14</sub> e IED ( $\leq 30$  e  $> 30$ )

| Escalas<br>(Total de pontos)  | Questões | IED $\leq 30$ (n= 12 ) |            | IED $> 30$ (n= 23) |            |
|-------------------------------|----------|------------------------|------------|--------------------|------------|
|                               |          | n                      | Média (SD) | Mediana            | Média (SD) |
| Questionário total<br>(64)    | 16       | 17.3(9.3)              | 16.5       | 20.7(10.4)         | 20.0       |
| Sub-escalas *                 |          | ** p-valor = 0.335 NS  |            |                    |            |
| Sintomas Oraís<br>(16)        | 4        | 4.7 (3.7)              | 4.0        | 6.1 (3.0)          | 6.0        |
|                               |          | *** p-valor = 0.268 NS |            |                    |            |
| Limitações funcionais<br>(16) | 4        | 4.2 (2.8)              | 4.5        | 4.9 (3.3)          | 5.0        |
|                               |          | *** p-valor = 0.510 NS |            |                    |            |
| Bem-estar Emocional<br>(16)   | 4        | 3.1(3.2)               | 1.5        | 3.6 (3.4)          | 3.0        |
|                               |          | ** p-valor = 0.843 NS  |            |                    |            |
| Bem-estar Social<br>(16)      | 4        | 1.7(2.5)               | 0.5        | 3.1 (2.6)          | 3.0        |
|                               |          | **p-valor = 0.099 NS   |            |                    |            |

\* A sub-escala (percepção geral a respeito da saúde de seus dentes, lábios, maxilares e boca.) não foi contabilizada entre as sub-escalas  
 \*\* Teste Mann-Whitney \*\*\* Teste "t" NS = Resultado Não Significativo

Tabela 4.3: Associação entre impacto na qualidade de vida relacionado a cada domínio do CPQ<sub>11-14</sub> e IED ( $\leq 37$  e  $> 37$ )

| Escalas<br>(Total de pontos)  | Questões | IED $\leq 37$ (n= 21 ) |            | IED $> 37$ (n= 14) |            |
|-------------------------------|----------|------------------------|------------|--------------------|------------|
|                               |          | n                      | Média (SD) | Mediana            | Média (SD) |
| Questionário total<br>(64)    | 16       | 17.4 (9.2)             | 18.0       | 22.8 (10.8)        | 22.5       |
| Sub-escalas ^                 |          | ** p-valor = 0.125 NS  |            |                    |            |
| Sintomas Oraís<br>(16)        | 4        | 4.8 (3.6)              | 4.0        | 6.0 (2.4)          | 6.0        |
|                               |          | *** p-valor = 0.063 NS |            |                    |            |
| Limitações funcionais<br>(16) | 4        | 4.3 (2.8)              | 5.0        | 5.4 (3.5)          | 5.0        |
|                               |          | *** p-valor = 0.327 NS |            |                    |            |
| Bem-estar Emocional<br>(16)   | 4        | 3.0 (2.9)              | 5.0        | 4.0 (3.6)          | 7.3        |
|                               |          | ** p-valor = 0.410 NS  |            |                    |            |
| Bem-estar Social<br>(16)      | 4        | 2.2 (2.6)              | 2.0        | 3.1 (2.5)          | 3.5        |
|                               |          | **p-valor = 0.319 NS   |            |                    |            |

\* A sub-escala (percepção geral a respeito da saúde de seus dentes, lábios, maxilares e boca.) não foi contabilizada entre as sub-escalas  
 \*\* Teste Mann-Whitney \*\*\* Teste "t" NS = Resultado Não Significativo

## DISCUSSÃO

O presente estudo avaliou a associação entre o alto impacto na qualidade de vida e gravidade das doenças cárie e má oclusão em adolescentes com anemia falciforme (SS), residentes na região metropolitana de Belo Horizonte. Este é um estudo realizado com uma amostra hospitalar baseada na variação dos diferentes níveis de impacto observados no estudo piloto. O critério de seleção dos participantes por sorteio aleatório e o critério de escolha do tamanho da amostra possibilitam expandir os achados para a população total do estudo. Também sinaliza a tendência das percepções que podem ser encontradas na população geral de adolescentes desta faixa etária com esta doença crônica.

Trata-se de um estudo transversal, em sessão única, baseando-se em percepções no momento da entrevista. Os dados encontrados apontam a necessidade de novos tipos de estudos tais como um caso-controle, comparando-se a um grupo sem a anemia falciforme e também um estudo longitudinal para acompanhar a tendência das percepções de interferências de alterações dentárias na qualidade de vida destes jovens. Esta pesquisa se limitou à percepção do impacto da saúde bucal na qualidade de vida de adolescentes

com a doença controlada. Sabe-se que perturbações associadas ao funcionamento social e acadêmico podem impactar percepção de competência, autoestima e imagem corporal. Contudo, com o acompanhamento médico, espera-se que estes pacientes vivam com a doença controlada sendo, na maioria das vezes, evitadas as intercorrências dolorosas e internações.

Apesar da limitação do estudo da não utilização de radiografias para o diagnóstico mais apurado das lesões cariosas, deve-se considerar o rigor metodológico na adoção de índices internacionais: critérios utilizados pela OMS, além da calibração dos examinadores com índice ótimo de concordância intra e interexaminador (K=0.89).

Trata-se de um estudo original que avalia o impacto das condições bucais (cárie e má oclusão) na qualidade de vida de pacientes com anemia falciforme e que ainda é escasso na literatura. A cárie não mostrou associação com alto impacto na qualidade de vida de adolescentes considerando-se os domínios do CPQ11-14. Este resultado contradiz resultados da literatura com estudos em populações saudáveis que encontraram que a cárie dentária pode causar impacto negativo no crescimento e desenvolvimento infantil, além de interferir em atividades diárias como frequentar a escola e manter

relacionamento social (PETERSEN *et al.*, 2005; BENZIAN *et al.*, 2011). RAMOS-JORGE *et al.* (2007) observaram que adolescentes com CPOD maior que dois tinham um impacto significativamente maior na qualidade de vida que aqueles que não apresentavam cárie ou que tinham um CPOD menor que dois. GHERUNPONG *et al.* (2007) encontraram resultados semelhantes com adolescentes tailandeses de mesma faixa etária. Os impactos relacionavam-se mais à dificuldade de comer e sorrir. PAGE *et al.* (2011) usando o mesmo instrumento deste estudo em jovens de diferentes países: Nova Zelândia, Brunei e Brasil, com diferentes experiências de cárie, observaram uma correlação positiva do impacto na qualidade de vida quanto maiores eram os índices de cárie. A pequena variação dos índices médios de CPOD e IED dentre os grupos pode ser uma explicação para o resultado da não associação da cárie dentária e má oclusão com o maior impacto na qualidade de vida dentre os jovens com anemia falciforme participantes do estudo. A doença falciforme não predispõe o paciente a cárie. O CPOD médio encontrado no presente estudo de 1,2 foi muito próximo do CPOD médio encontrado para os adolescentes brasileiros aos 12 anos na região sudeste que variou de 1,1 a 1,8 (BRASIL, 2011). A prevalência da cárie está mais relacionada às condições sócio-econômicas (menores rendas, desemprego, menor grau de informação). (LAURENCE *et al.*, 2006) Apesar do caráter crônico da doença com episódios de crises dolorosas e internações que podem comprometer a qualidade de vida, a percepção de saúde tem como fatores determinantes outras dimensões como a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. Desta forma, os resultados obtidos podem encontrar justificativa no acompanhamento multidisciplinar de saúde a que estes adolescentes têm acesso. O acompanhamento médico e psicológico ao doente falciforme e à família são fatores que interferem na melhoria da qualidade de vida dos mesmos. (CASEY *et al.*, 2009)

Apesar de toda a população do estudo não ter realizado consultas odontológicas nos últimos três meses, o que poderia dar uma insegurança quanto à saúde bucal, isto não foi verificado nem sequer o índice médio de CPOD foi considerado alto ou discrepante da média brasileira. Deve-se ao fato que a doença cárie é multifatorial e fatores como prevenção, dieta equilibrada, acesso a serviços de saúde, exposição a fluoretos, água tratada, estado nutricional e grau de instrução também estão associados com o controle e prevenção da doença. (DITMYER *et al.*, 2011) Na população estudada, todos tinham acesso à água tratada, acompanhamento médico e controle alimentar. É de se esperar que com os fatores predisponentes à cárie controlados, não há razão para uma maior prevalência da doença neste grupo, controlando-se, assim, os efeitos negativos na qua-

lidade de vida destes jovens. PASSOS *et al.* (2012) observaram que apesar dos pacientes com anemia falciforme SS apresentarem maior índice de cárie que os outros genótipos das doenças falciformes, os fatores predisponentes conhecidos para a cárie têm maior impacto na prevalência e severidade desta doença dentária.

Outro aspecto avaliado foi a má oclusão à oclusão; se observou diferenças de impacto na qualidade de vida naqueles adolescentes com valores do IED superiores a 30, que representa uma indicação de tratamento ortodôntico altamente desejável ou fundamental, segundo os critérios da OMS (WHO,1997). A hiperplasia e o alargamento dos espaços medulares ósseos decorrentes do aumento da hematopoese na tentativa de manter o número de células do sangue podem levar a um aumento na prevalência de má oclusões com *overjet* acentuado, mordida aberta anterior, diastemas interincisivos e mordida profunda. (FRANCO *et al.*, 2007) MARQUES *et al.* (2005) observaram uma alta prevalência de má oclusão (62%) entre os escolares de Belo Horizonte. Esta constatação mostra que a má oclusão está presente em diversos jovens brasileiros, não sendo apenas uma manifestação ou característica da doença falciforme. Já que é prevalente em outras pessoas sem a doença, este pode ser um motivo de não se ter encontrado impacto na qualidade de vida quando se trata apenas de jovens com a anemia falciforme. Outra explicação pode ser que, na anemia falciforme, outras manifestações clínicas como priapismo e crises dolorosas (BRASIL, 2009) poderiam preocupar mais os jovens que uma manifestação não dolorosa e comum dentre os outros jovens saudáveis.

Sabe-se que a cárie pode acarretar dor e prejuízo na realização de atividades diárias (BIAZEVIC *et al.*, 2008), assim, apesar de não ter sido observado impacto negativo na qualidade de vida das crianças em relação à cárie, a prevenção e tratamento das lesões é imprescindível. O mesmo cuidado deve ser observado com relação às más oclusões. O diagnóstico e tratamento das más oclusões na infância podem minimizar problemas como interferência no bem estar social e limitações funcionais. Por fim, é importante salientar que qualquer variação da normalidade pode causar nos pacientes com anemia falciforme um sentimento de rejeição por parte do grupo no qual estão inseridos, podendo gerar fortes impactos em sua qualidade de vida e precipitar comorbidades associadas à anemia falciforme. (BARBOSA *et al.*, 2010)

## CONCLUSÕES

As alterações bucais: necessidade normativa de tratamento ortodôntico e cárie dentária não foram diretamente relacionadas ao maior impacto na qualidade de vida de adolescentes com anemia falciforme. A prevalência destas alterações bucais foi homogênea em ambos os grupos que

relataram maior e menor impacto das condições bucais afetando o cotidiano dos jovens.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABANTO J, ALDRIGUI J.M, CARVALHO T.S. *et al. Impact of traumatic dental injuries and malocclusions on quality of life of young children Health Qual Life Outcomes*. London, v.9, n.78, 2011.
- AGOU, L.D.; STREINER, D. L.; TOMPOSON, B. Impact of self-esteem on the oral-health-related quality of life of children with malocclusion. **American Journal of Orthodontics and Dentofacial Orthopedics**, Saint Louis, v.134, n. 4, p.484-89, 2008.
- BARBOSA, T. S.; MIALHE, F. L.; CASTILHO, A. L. F. *et al.* Qualidade de vida e saúde bucal em crianças e adolescentes: aspectos conceituais e metodológicos. **Physis [online]**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 283-300, 2010.
- BENZIAN, H.; MONSE, B.; HEINRICH, W. R. *et al.* Untreated severe dental decay: a neglected determinant of low Body Mass Index in 12-yearold Filipino children. **BMC Public Health**, London, v.11, p.558, 2011.
- BIAZEVIC, M. G. H.; RISSOTTO, R. R.; MCHEL, C. E. *et al.* Relationship between oral health and its impact on quality of life among adolescents. **Brazilian Oral Research**, São Paulo, v.22, n.1, p. 36-42, 2008
- BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Atenção Básica Coordenação Geral de Saúde Bucal SB Brasil 2010. **Pesquisa Nacional de saúde bucal. Resultados Principais**. Brasília, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. **Manual de educação em saúde**. v.2, 2009, 34p.
- BUCZYNSKI, A. K.; CASTRO, G.F.; DE SOUZA, I.P.R. O impacto da saúde bucal na qualidade de vida de crianças infectadas pelo HIV: revisão de literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 6, p.1797-1805, 2008.
- CASEY, R. L.; BROWN, R. T.; BAKEMAN, R. *Predicting adaptation in children with sickle cell disease: a test of the risk-resistance adaptation model. Rehabilitation Psychology*, Baltimore, v. 45, p. 155-178, 2009.
- CUNNINGHAM, S.J; HUNT, N.P. *Quality of life and its importance on orthodontics. Journal of Orthodontics*, St. Louis, v. 28, n. 2, p. 152-158, 2001.
- DITMYER, M. *et al. Inequalities of caries experience in Nevada youth expressed by DMFT index vs. Significant Caries Index (Sic) over time BMC Oral Health*, London v.11, n.12, 2011.
- FEITOSA S., COLARES V., PINKHAM J. *The psychosocial effects of severe caries in 4-year-old children in Recife, Pernambuco, Brazil. Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro v.21, n.5, p.1550-1556, 2005.
- FONSECA, M.; QUEIS, H. S.; CASAMASSIMO P.S. **Sickle cell anemia: a review for the pediatric dentist. Pediatr Dent**, Chicago, v. 29, n. 2, p. 59-69, Mar./Apr. 2007.
- FRANCO, B. M.; GONCALVES, J. C. H.; DOS SANTOS, C.R. R. *Buccal manifestations of sickle cell anemia and their implications in the dentistry services. Arquivos e, Odontologia*, Belo Horizonte, v. 43, n. 92, p. 6, 2007.
- GHERUNPONG, S.; TSAKOS, G.; SHEIHAM, A. *The prevalence and severity of oral impacts on daily performances in Thai primary school children. Health and Quality of Life Outcomes*, London, v. 2, p. 57, 2007.
- GOURSAND, D.; PAIVA, S. M.; ZARZAR, P.M *et al. Measuring parental-caregiver perceptions of child oral health-related quality of life. Brazilian Dental Journal*, Ribeirão Preto, v. 20, n. 2, p. 169-74, 2009.
- GOURSAND, D.; PAIVA, S. M.; ZARZAR, P. M.; RAMOS – JORGE, M. L.; CORNACCHIA, G. M.; PORDEUS, I. A.; ALLISON, P. J. *Cross-cultural adaptation of the Child Perceptions Questionnaire 11-14 (CPQ<sub>11-14</sub>) for the Brazilian Portuguese language. Health Qual Life Outcomes*, London, v. 14, n. 6, p. 22, 2008.
- LAURENCE, B. *et al. The association between sickle cell disease and dental caries in African Americans Spec Care Dentist*. Michigan, v. 26, n.3, p.95-100, 2006.
- LIU, Z.; MCGRATH, C.; HAGG, U. *The impact of malocclusion / orthodontic need on the quality of life. A systematic review. Angle Orthodontist*, Lawrence, v. 79, n. 3, p. 585-91, 2009.
- LUNA, A. C. A.; MARIA, J. R.; VALDENICE, A. M.; KATIA, M. G.M.; FABIANO, A. D. S. *Caries prevalence and socioeconomic factors in children with sickle cell anemia. Brazilian Oral Research*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 43-9, jan./ fev., 2012.
- MARQUES L.S *et al. Malocclusion prevalence and orthodontic treatment need in 10-14-year-old schoolchildren in Belo Horizonte, Minas Gerais State, Brazil: a psychosocial focus. Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p.1099-1106, 2005.
- MENDES, P.H.; FONSECA, N.G.; MARTELLI, D. R. *et al. Orofacial manifestations in patients with sickle cell anemia. Quintessence International*, London, v. 42, n. 8, p. 701-709, set., 2011.
- ONYEASO C.O, Costa O.O. *Dental aesthetics assessed against orthodontic treatment complexity and need in Nigerian patients with sickle-cell anemia. Special Care Dentistry*, Chicago, v. 29, n. 6, p. 249-253, 2009.
- PAGE, L.A.F.; THOMSON, W.M.; MOHAMED, A.R. *et al. Performance and cross-cultural comparison of the short-form version of the CPQ11-14 in New Zealand, Brunei and Brazil. Health and Quality of Life Outcomes*, London, v. 9, p. 40, 2011.
- PASSOS C.P. *et al. Sickle cell disease does not predispose to caries or periodontal disease. Special Care Dentistry*, Michigan, v. 32, n. 2, p. 55-60, 2012.
- PETERSEN PE, BOURGEOIS D, OGAWA, H. *et al. The global burden of oral diseases and risks to oral health. Bulletin of the World Health Organization*, v. 83, n. 9, p. 661-9, 2005.
- RAMOS, J.M.L.; BOSCO, V.L.; PERES, MA. *et al. The impact of treatment of dental trauma on the quality of life of adolescents - a case-control study in southern Brazil. Dental Traumatology*, Loma Linda, v. 23, n. 2, p. 114-119, 2007.
- TORRES, C.S.; PAIVA, S.M, VALE, MP. *et al. Psychometric properties of the Brazilian version of the Child Perceptions Questionnaire (CPQ<sub>11-14</sub>) - short forms. Health Qual Life Outcomes*, London, v. 17, p. 43, 2009.
- World Health Organization. **Oral Health Surveys: basic methods**. 4<sup>th</sup> edition, 1997 66p.

## NOTAS

- 1 Parte integrante do Projeto de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva intitulado: "Avaliação do impacto das condições de saúde bucal na qualidade de vida das famílias e das crianças portadoras de hemoglobinopatias e crianças sem doença crônica".
- 2 Discentes do curso de Odontologia, alunos bolsistas do XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.
- 3 Discente do curso de Odontologia, aluna voluntária do XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.
- 4 Coordenadora da pesquisa, docente do Centro universitário Newton Paiva.

# A TUTELA EXTERNA DO CRÉDITO NO ORDENAMENTO CIVIL BRASILEIRO: REPENSANDO OS EFEITOS CONTRATUAIS

Gleycon Jonatahn Queiroz<sup>1</sup>  
Helbert Leopoldino<sup>2</sup>  
Antônio Freitas<sup>3</sup>  
Fernanda Paula Diniz<sup>4</sup>  
Renata Guimarães Pompeu<sup>5</sup>

**Resumo:** O desenvolvimento da proteção externa do crédito, oponível a terceiros, sugere outra leitura dos contornos tradicionais do contrato liberal, agora considerado sob a ótica do Código Civil de 2002, que lhe reconheceu uma funcionalidade social. O tema da presente pesquisa propõe o redimensionamento dos efeitos dos contratos além do típico panorama da codificação, traçando em especial relevo as influências e as contribuições trazidas pelos princípios da Constituição da República de 1988. Isto porque os valores decorrentes da mudança de realidade social, convertidos em princípios e regras constitucionais, devem direcionar a realização do direito civil, em seus variados planos.

**Palavras-chave:** Autonomia privada. Contrato. Função social. Relatividade dos efeitos.

**Abstract:** The development of the tort interference enforceable against third parties, suggests another kind of reading about contract outlines from the liberal overview, considering now from the perspective of the Civil Code/2002, that recognized a social functionality of the contract. The theme proposes the reconsideration of the contract's effects beyond the classic picture, drawing particular attention to the influences and contributions brought by the principles of the Constitution of 1988.

**Key-words:** Autonomy. Contract. Social Functionality. Effects.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O instituto denominado tutela externa do crédito, que traz entre suas hipóteses aquela do terceiro que colabora com o devedor na violação de conteúdo contratual, não se revela realidade inédita no ordenamento brasileiro. Apenas para citar dois exemplos conhecidos, menciona-se a hipótese contida no artigo 608, do Código Civil - responsabilidade do terceiro que alicia prestador de serviço já comprometido em outro contrato -, bem como aquela verificada no artigo 500, do parcialmente revogado Código Comercial - "O capitão que seduzir ou desencaminhar marinheiro matriculado em outra embarcação será punido com a multa de cem mil réis por cada indivíduo que desencaminhar, e obrigado a entregar o marinheiro seduzido, existindo a bordo do seu navio; e se a embarcação por esta falta deixar de fazer-se à vela, será responsável pelas estadias da demora".

Além disso, encontram-se exemplos de efeitos contratuais que alcançam terceiros quando se trata do consumidor por equiparação, nos termos do artigo 17 do Código de Defesa do Consumidor, assim como na figura denominado estipulação em favor de terceiro.

Porém, é original ou pouco recorrente, a tentativa de sistematização dessas hipóteses por meio da teoria da tutela externa do crédito, cuja ocupação central consiste na identificação de carga eficaz que atinge não somente a parte que manifestou sua vontade, mas também aquele estranho da relação contratual que é o terceiro.

O tema da tutela externa do crédito surgiu a partir de estudos sobre a principiologia contratual pós-moderna, orientada pelas normas constitucionais de 1988 e por aqueles princípios anunciados pelo Código Civil de 2002. Outro contexto se delineou para os contratos, visto que, além de mais recorrentes, afiguram-se igualmente mais complexos e estruturados. Diante desta realidade, se impõe à própria sistemática jurídica promover nova sistematização quanto às diretrizes essenciais a serem observadas no universo obrigacional.

A teoria contratual sofreu uma série de alterações qualitativas em decorrência dos avanços tecnológicos e da subsequente massificação da sociedade - e consequentemente, da padronização dos contratos - passando de uma visão liberal, sustentada pelas idéias oitocentistas da liberdade formal e da autonomia da vontade, para uma outra, intervencionista e protecionista que visa a igualdade material e a defesa social da boa-fé, da função social e do equilíbrio contratuais. (MULHOLLAND, 2006, p. 256)

Dentre os aspectos considerados nucleares sobre a contemporaneidade dos contratos, apresenta-se a funcionalidade destes com especial destaque ao papel social a

ser desempenhado. O olhar jurídico liberal dedicado ao contrato sempre pareceu possuir um viés estrutural concentrado no vínculo direito entre as partes. Neste sentido é que se destaca uma das pretensões da reconstrução dos paradigmas contratuais no contexto do Estado Democrático de Direito, que é a concepção funcional do instituto, a qual sugere, dentre outras, a relevância de se orientar não somente pelo consentimento em si, mas no interesse a ser protegido. Sugere-se a mobilização do ângulo exclusivo da estrutura do acordo de vontades para incluir papéis ou funções a serem desempenhados pelo contrato.

Tal como os demais princípios que estruturam as inovações do direito contratual contemporâneo, o princípio da função social aprofunda os questionamentos à ótica individualista, compondo um aspecto a mais da complexa noção de abuso da liberdade de contratar. (NEGREIROS, 2006, p. 207)

O caráter social como uma das funcionalidades do contrato pode até mesmo parecer retórico para alguns, visto que o instituto jurídico somente poderia ser considerado e compreendido sob uma perspectiva transindividual. Todavia, o princípio da função social, fixado pelo art. 421 do Código Civil de 2002, aparenta trazer consigo contornos outros ou mais extensos do que simplesmente a afirmativa do viés social das convenções. O que, por si só, já justificaria o presente texto.

Partimos da premissa de que a função social do contrato, quando concebida como um princípio, antes de qualquer outro sentido e alcance que se lhe possa atribuir, significa muito simplesmente que o contrato não deve ser concebido como uma relação jurídica que só interessa às partes contratantes, impermeável às condicionantes sociais que o cercam e que são por ele próprio afetadas. Ao adotarmos esta concepção, restringindo a dimensão funcional a um aspecto singular, o fazemos com o objetivo de justificar a caracterização da função social como um princípio, um "novo princípio do contrato" (...). Combinado com os demais princípios já examinados, o princípio da função social importa redefinir o alcance daqueles outros princípios da teoria clássica, constituindo-se em um condicionamento adicional imposto à liberdade contratual. (NEGREIROS, 2006, p. 208)

E é a partir dessa hipótese, que as reflexões aqui urdidadas pretendem se dedicar ao desenvolvimento do tema da tutela externa do crédito, perguntando-se sobre a possibilidade de um terceiro ser responsabilizado, perante o credor, por violação de direito de crédito ou, melhor dizendo, por interferir numa relação obrigacional da qual não fazia parte. Igualmente, pergunta-se sobre o terceiro que se beneficia de uma relação contratual da qual ele não foi parte.

E diante deste questionamento, pergunta-se também sobre o fundamento legal de eventual responsabilidade do terceiro que prejudica contrato alheio, passando pela investigação dos conceitos de contrato, parte, terceiro, relatividade e oponibilidade dos efeitos contratuais, também para os casos em que são previstos direitos cuja titularidade é do terceiro.

O tema da presente investigação deriva do reconhecimento de deveres específicos de não frustrar "créditos" ou, melhor dizendo, interferir em esferas jurídicas alheias insinuando também o rompimento ou a transformação dos contornos voluntaristas dos contratos. A tutela externa do crédito parece tornar necessária a redefinição da abrangência da oponibilidade dos efeitos contratuais, possibilitando o esboço de um conteúdo mais palpável do que se pretende com a liberdade de contratar, a boa-fé, assim como a função social dos contratos, evitando que esta última se revele letra morta.

Justifica-se, desta forma, diante da tutela externa do crédito e da sua relação com os reflexos sociais dos pactos, outras propostas, que seriam de cunho essencialmente dialógico, sobre o que se compreende como parte e terceiro, insinuando a mudança das concepções modernas dos conceitos, dentro da sistemática contratual contemporânea. A investigação torna-se válida ao problematizar a repercussão dos efeitos do contrato fora da relação jurídica obrigacional primitiva.

O tema igualmente se legitima, pois interfere no campo da responsabilidade civil e de sua atuação reconstrutora do patrimônio lesado, tornando necessária a identificação da natureza da responsabilidade do terceiro que exerce essa espécie de interferência ilícita em crédito alheio, bem como a explicitação das consequências práticas do ressarcimento devido ao credor prejudicado.

Além disso, o terceiro que viola crédito alheio, seja induzindo o devedor ao rompimento injustificado da convenção como forma de prejudicar o credor, seja firmando um pacto que saiba ter conteúdo incompatível com outro contrato já existente, traça uma situação em que se impõe a reconsideração da liberdade de contratar e da autonomia privada, questionando os tradicionais "limites externos" que a configuram.

Muitos dos chamados limites à autonomia privada - tendo-se em conta um conceito de liberdade meramente negativo a partir de uma visão atomista do homem - consistem na verdade em limites internos que garantem, efetivamente, um grau maior, e não menor, de liberdade dentro do sistema. Isto porque a consideração de tais limites cerceadores da liberdade se deve à desconsideração do caráter intersubjetivo do processo de realização do agir autônomo. (SILVA, 2006, p.155)

O que se pretendeu investigar durante a pesquisa foram as situações em que o contrato projetava-se em direção de outros sujeitos que não somente as partes envolvidas, responsabilizando o terceiro que prejudicasse pacto alheio, beneficiando o terceiro em razão dos interesses das partes, e criando direitos para terceiros diante de fatos prejudiciais advindos de contrato do qual ele não participou.

O problema aqui então se coloca sob uma perspectiva prática, que traz o "cerne da vida econômica" (SANTOS JÚNIOR, 2003, p. 16) à discussão, pois faz confrontar dois princípios que "eles próprios são condição de viabilidade daquela, o princípio do respeito pelos contratos celebrados e o princípio da liberdade contratual; no primeiro, estão em causa as expectativas razoáveis criadas pelo contrato, a confiança por ele criada, expectativas e confiança que são factores da vida dos agentes econômicos (...)." (SANTOS JÚNIOR, 2003, p. 16); no segundo residem as noções de concorrência, iniciativa privada e mercado - todos também aspectos indissociáveis da realidade econômica.

## CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO DA TUTELA EXTERNA DO CRÉDITO

A análise do que já foi produzido sobre o tema, limitou-se, de início, a alguns artigos da doutrina pátria [1] e de autores franceses e portugueses [2], visto que estes parecem ser expoentes cuidadosos do tema da tutela externa do crédito e de sua relação com a funcionalidade social dos contratos. A preocupação com o direito de crédito aqui se limita e concentra-se na realidade contratual, pois este representa realidade negocial articuladora de condutas obrigacionais recíprocas.

Quando se estuda o contrato como negócio jurídico bilateral, compreende-se que eles se formam a partir da "composição de interesses opostos ou divergentes". (MELLO, 2003, p.199) Os contratos representam ajustes de condutas obrigacionais regulados pelo direito dos contratos. Aqui se retoma a obra de Enzo Roppo (2009) para afirmar que a noção de contrato passa por uma categoria jurídica que legitima uma operação essencialmente econômica, regulada por princípios e regras. O contrato, além de representar um conceito ou uma realidade jurídica estrutural, traduz, em termos práticos, "(...) uma realidade de interesses, de relações, de situações econômico-sociais (...)." (ROPPO, 2009, p. 7)

Diante desta clássica realidade contratual como negócio jurídico bilateral, sempre se afirmou que suas consequências e, obviamente, aqui, se fala em efeitos jurídicos que formalizam consequências econômicas, somente poderiam

atingir àqueles agentes que, na formação da estrutura contratual manifestaram sua vontade na articulação do conteúdo jurídico-econômico do ajuste. Ou seja, só poderiam ser prejudicados e beneficiados pelos efeitos do contrato os atores que participaram da composição da rede de direitos e deveres que o caracteriza. A esta realidade convencionou-se chamar de relatividade dos efeitos contratuais, confirmando natureza relativa do direito de crédito, neste caso, oriundo de uma relação contratual.

É exatamente neste contexto que surge o estudo da tutela externa do crédito, pois em determinadas situações jurídicas subjetivas como aquelas mencionadas no início deste trabalho, ocorre a responsabilização de agente econômico que não era parte no contrato realizado entre outros sujeitos ou criam-se direitos para este estranho contratual. Afirma-se que em alguns casos existiria a proteção do “crédito” em circulação no contrato também em relação a estranhos ao vínculo que poderiam prejudicar a transação econômica ali verificada. A tutela externa do crédito foi um dos nomes cunhados para se tentar sistematizar essa ideia. Afirma-se que os efeitos do contrato não poderiam vincular apenas as partes, mas que o contrato apresentaria consequências externas ao seu núcleo mercedoras de tutela.

Delimitado esse marco, o levantamento bibliográfico neste trabalho orientou-se pelo destaque conferido aos efeitos externos dos contratos, em especial à distinção das noções de oponibilidade e da relatividade dos efeitos contratuais. A tentativa de diferenciar os conceitos toma a concepção voluntarista da matéria e a retoma sob a ótica dos novos paradigmas dos contratos na sistemática pátria.

A relatividade do crédito parece compor-se, estruturalmente, pelas noções de responsabilidade e eficácia. Especialmente, no que tange a eficácia, o crédito desenha uma oponibilidade relativa entre as partes que o constituíram, mas também e sob o prisma da função social, pode lançar os efeitos do direito subjetivo considerado, alcançando terceiros.

Cabem aqui algumas reflexões acerca do princípio da relatividade dos efeitos do contrato e da oponibilidade destes, sendo certo que são conceitos diferentes. O dever dos terceiros se absterem de qualquer intervenção no contrato ou a invocação de um contrato por um terceiro é uma consequência da existência deste, o que remonta à oponibilidade. Já o princípio da relatividade preleciona que os direitos e deveres diretamente decorrentes da relação contratual vinculam apenas as partes contratantes, estando ligado ao princípio da obrigatoriedade das convenções. O princípio da oponibilidade decorre da projeção da eficácia de um direito subjetivo em relação a terceiros. O princípio da relatividade significa que num contrato apenas as partes contratantes

são credoras e devedoras. (CARDOSO, 2004, p. 131)

Os efeitos contratuais, sob a ótica da sistemática clássica, eram reputados adstritos à relação entre credor e devedor, desconsiderando-se a possibilidade de um terceiro ser alçado pelo conteúdo eficaz de um contrato sobre o qual não tivesse manifestado sua vontade. Todavia, os novos paradigmas contratuais auxiliam na percepção de outro contexto a ser levado em conta para a compreensão do conceito de parte e de terceiro, sugerindo uma efetiva articulação entre eles.

É verdade que a obrigação é relação que interessa ao devedor e ao credor, mas também é verdade que esta relação tem relevância externa. Mesmo o crédito é, de um certo ponto de vista, um bem, um interesse juridicamente relevante, e enquanto tal deve ser respeitado por todos. (PERLINGIERI, 2002, p.142)

A partir deste ponto, a revisão da literatura apoiou-se também em obras francesas e brasileiras [4] dedicadas especificamente a redefinição das noções de parte e terceiros no contexto pós-moderno do contrato, tudo em vista das contribuições trazidas pela funcionalidade social do instituto e de sua influência sobre a noção tradicional da relatividade dos efeitos contratuais.

A doutrina investigada passa a apontar a insuficiência e a desatualização de se deduzir os conceitos de parte e terceiro com referência na manifestação de vontade, quando a parte contratual seria aquela cuja vontade deu origem ao vínculo e o terceiro aquele cuja vontade representaria um pressuposto estranho a formação do pacto.

A investigação prospectiva deparou-se assim com a tentativa de se traçar novos contornos para a classificação da parte contratual e de terceiro, o que é especialmente significativo para que se explicita e se compreenda a relevância da tutela externa do crédito.

O esquadramento inicial revelou, inclusive, as preciosas reflexões firmadas por Pietro Perlingieri sobre as situações absolutas e relativas em que o autor italiano destaca ser “verdade que a obrigação é relação que interessa ao devedor e ao credor, mas também é verdade que esta relação tem relevância externa”. (PERLINGIERI, 2002, p. 142)

Ainda, dedicou-se à investigação da natureza da responsabilidade do terceiro que auxilia o devedor no descumprimento contratual, constatando divergência entre aqueles que já dedicaram algumas linhas ao tema na doutrina brasileira, bem como nas obras francesas e portuguesas.

A dúvida reside entre considerar a responsabilidade como aquiliana e enquadrá-la na previsão do ilícito em sentido estrito e no abuso de direito pelo exercício excessivo da liberdade contratual, ou dizer que a responsabilidade é contratual visto que se trata de efeito externo do contrato diante de sua funcionalidade social.

Todo esse contexto revela que os arredores da tutela externa do crédito já vêm sendo debatidos, e que estes elementos têm especial relevância nas transformações da teoria contratual pós-moderna. Entretanto, o debate sugere ainda imprecisões e incompletudes, principalmente no que tange à recepção do instituto pelo ordenamento brasileiro.

## A NOÇÃO CLÁSSICA DE PARTE E TERCEIRO NO CONTRATO

Os questionamentos que motivaram as reflexões aqui relatadas residem na definição do que seja parte contratual e terceiro nesta relação. O intuito consiste em problematizar o que se entende, tradicionalmente, por parte neste negócio jurídico que é o contrato, bem como em explicitar como se dá a noção de terceiro a este vínculo.

As questões aqui trazidas pretenderam o reconhecimento do contrato também sob o seu aspecto funcional, ou para além da sua perspectiva meramente estrutural, o que parece contribuir sobremaneira para a reconstrução dos conceitos acima mencionados, assim como para a adequada distinção dos princípios da relatividade e da oponibilidade dos efeitos contratuais.

A distinção entre situações absolutas e relativas perdeu, portanto a sua justificação histórica na medida em que, com fundamento no dever de solidariedade e da conseqüente responsabilidade, todos devem respeitar qualquer situação e o titular da mesma tem uma pretensão à sua conservação em relação a todos. (PERLINGIERI, 2002, p.142)

A discussão aqui travada pressupõe a transformação da tradicional forma de irradiação dos efeitos contratuais, sugerindo que, a partir de outra contextualização das noções de parte e terceiro nas convenções contemporâneas, possa ser explicitada uma visão renovada de relação jurídica.

## O CONTRATO CONCEBIDO SOB UM PRISMA ESTRUTURAL

O olhar jurídico liberal dedicado ao contrato sugeriu um viés estrutural concentrado na convenção entre as partes. Neste sentido, é que parece se destacar uma das pretensões da reconstrução dos paradigmas contratuais no contexto do Estado Democrático de Direito, que é a concepção funcional do instituto, a qual esboça, dentre outras, a relevância de se concentrar não somente no consentimento em si, mas no interesse a ser protegido. Sugere-se a mobilização do ângulo exclusivo da estrutura do acordo de vontades para incluir papéis ou funções a serem desempenhados pelo contrato.

Essa concepção estrutural do contrato considera, além da verificação dos pressupostos de existência (de maneira a explicitar a presença do agente, forma, objeto e, especialmente, da manifestação de vontade) e dos requisitos de validade (ao indagar sobre a capacidade de fato do agente, sobre a forma prescrita ou não proibida pelo texto legal, sobre a licitude, a possibilidade e a determinação do objeto, bem como sobre a liberdade e consciência da manifestação de vontade do agente mencionado) de qualquer ato jurídico, especialmente, a verificação do acordo de vontades, do consentimento das partes em um negócio jurídico bi ou plurilateral.

A estrutura do contrato é, neste sentido, decisiva para definir o tradicional conceito de parte, visto que somente aqueles que consentem, quando do exercício da autonomia privada, no conteúdo jurídico estipulado é que podem ser considerados como partes contratuais.

A análise do contrato a partir de sua estrutura apresenta um foco dedicado ao consentimento, ao consenso, à convenção formulada e amoldada pelas partes. Só os que puderam consentir, e de forma livre e consciente, é que poderão ser considerados como parte em um contrato.

Não existe negócio jurídico sem agente e, portanto, não existe contrato sem agente. Como o contrato é negócio jurídico de formação bilateral, são necessários ao menos dois agentes para sua formação. Estes, responsáveis pela escolha da categoria, pelo desenho de um objeto, pela expressão social da forma de acordo com certas circunstâncias, são as partes do contrato, como negócio jurídico. As partes do contrato são os agentes declarantes que vão ser responsáveis pela composição dos elementos gerais intrínsecos ou constitutivos do negócio jurídico. (PENTEADO, 2007, p. 41)

Esse denominado aspecto estrutural contribui para uma noção (talvez estanque ou pouco processual do contrato) divulgada por alguns doutrinadores sobre os efeitos internos do contrato. "São internos os efeitos que incidem sobre os contratantes, o que é decorrência natural do princípio da relatividade (*res inter alios acta*).” (LISBOA, 2007, p. 121)

Se apenas aqueles que consentiram sobre o conteúdo contratual é que serão considerados como partes, é sobre os efeitos pertencentes a esta relação interna do contrato que se deve concentrar o olhar jurídico.

## O CONCEITO DE PARTE CONTRATUAL

A parte contratual é tradicionalmente conceituada, a partir da noção estrutural, como aquele núcleo de emissão de vontade que, por meio da autonomia privada, elegeu as

categorias jurídicas de um contrato.

Partes, no contrato, são os contratantes, aqueles que contrataram - emitiram as respectivas declarações negociais -, por si mesmos ou através de representante, voluntário ou legal, e, que, no momento considerado, continuem a ocupar essa posição ou aqueles que, por transmissão ou sucessão, inter vivos ou mortis causa, vieram a adquirir ou ocupar a posição dos contratantes originários ou de quem, entretanto, haja passado a ocupar a posição destes. (SANTOS JÚNIOR, 2003, p. 449)

A noção de parte, inclusive naquelas situações de sucessão e de cessão, visto que nestes casos assumem o *status* jurídico da parte anterior, pressupõem aqueles que, no momento de formação do contrato concorreram com a manifestação de vontade. A própria classificação dos negócios jurídicos em uni, bi ou plurilaterais tem por pressuposto a compreensão da parte com base na emissão da vontade negocial.

Essa classificação, como é evidente, tem por fundamento o número de posições (=lados) de que são exteriorizadas as vontades negociais necessárias para compor o negócio jurídico. Não importa quantos figurantes manifestaram a vontade negocial, mas o número de lados de que parte tais manifestações. Nessa concepção, lado significa centro de interesses, posição da qual a vontade é emanada num mesmo sentido. (MELLO, 2003, p. 194)

Assim, a compreensão de parte em um contrato, sob o seu aspecto estrutural, conduz a percepção da parte "como centro de imputação de interesses de um lado do contrato." (PENTEADO, 2007, p. 41) A parte representa o agente econômico que exterioriza sua vontade negocial, participando em maior ou menor grau da composição do conteúdo do contrato. Na condição de parte, ou seja, como agente atuante da definição de direitos e deveres contratuais, o ator jurídico-econômico conhece ou pode conhecer a extensão de suas responsabilidades, do ônus assumido e o alcance do bônus. Na realidade, em termos econômicos, é exatamente esse raciocínio ou, ao menos, substancialmente esse cálculo de custos e benefícios, que conduz o sujeito a integrar-se como parte da relação obrigacional.

## O CONCEITO DE TERCEIRO NA RELAÇÃO CONTRATUAL

A partir da referida noção estrutural, configurou-se também o tradicional conceito de terceiro em relação ao contrato caracterizando aquele que, por não ter consentido na formação do conteúdo da operação econômica do contratual, não pertence ao vínculo e não pode sofrer os efeitos decorrentes dele. Ao contrário da noção positiva de

parte, o conceito de terceiro apresenta-se de forma negativa e residual para destacar aquele que se revela inteiramente estranho à relação jurídica contratual.

São terceiros, em sentido amplo, todos aqueles que não são partes do contrato, ou seja, aqueles que não declaram vontade de formar um negócio jurídico. O terceiro é, assim, um conceito lógico que se define por negação: é o sujeito de direitos que não declara vontade no negócio jurídico. (PENTEADO, 2007, p. 42)

Em sentido semelhante se manifesta SANTOS JÚNIOR ao definir o conceito de terceiro diante do contrato:

O conceito define-se, de facto, negativamente ou por contraposição: seja em relação ao conceito de partes no contrato, seja em relação ao conceito de sujeitos da relação obrigacional. Terceiro, em relação ao contrato, será, pois, quem, no momento considerado, não for parte dele. (SANTOS JUNIOR, 2003, p. 448)

A noção de terceiro é transmitida também por meio da expressão *penitus extraneus* que pretende significar aquele que é um estranho profundo, um terceiro absoluto ou verdadeiramente terceiro (SANTOS JUNIOR, 2007, p. 450) em relação ao conteúdo contratual. Em termos de cálculo econômico, é razoável a compreensão do terceiro em relação ao contrato, pois se caracteriza por agente que não conhece a extensão dos custos da operação negocial, nem pode contrapô-los a eventuais benefícios, já que ignora o conteúdo do vínculo obrigacional.

O conceito de terceiro profundo poderia ser considerado o mais amplo, geral e tradicional dentre as definições que se preocupam com aquele que não emitiu vontade quando da formação do contrato. A advertência se justifica diante de uma categoria de terceiro que, apesar de não ter declarado o negócio, no plano de eficácia, ou na fase de execução contratual, passa a integrar a relação jurídica. É o que se dá, por exemplo, quando da promessa por fato de terceiro e da estipulação em favor de terceiro, categorias jurídicas expressamente previstas no Código Civil brasileiro. Poder-se-ia dizer que, neste caso, o terceiro, apesar de não ser parte do contrato, ingressa na relação jurídica, compreendida em sentido complexo, a partir de determinado ponto.

Pode-se afirmar, ainda, a existência de outra categoria técnica de terceiro em que se dá um conflito da posição jurídica desse com a da parte. É aqui que residiria o núcleo da oponibilidade dos efeitos contratuais, ou seja, trata-se de "verificar em que circunstâncias uma posição jurídica contratual, de alguma maneira, confronta-se com outra posição jurídica alocada no patrimônio de terceiro". (PENTEADO, 2007, p. 49)

As diferenças aqui declinadas devem ser consideradas, especialmente, quando se pretende sugerir uma noção renovada de parte e terceiro perante o contrato, mas, de

qualquer forma, ao se falar desse estranho em relação ao vínculo sempre se imaginou que *"El tercero no es parte y, por ello, la regla es que el contrato no causa relaciones jurídicas com ellos."* (LORENZETTI, 2004, p. 498)

## O PRINCÍPIO DA RELATIVIDADE DOS EFEITOS CONTRATUAIS

A noção relativa dos efeitos contratuais tem como ali-cerce nuclear a concepção estrutural do contrato, pois aquela vontade emitida que cria obrigações entre as partes não pode vincular terceiros já qualificados como estranhos ao contrato. Os efeitos contratuais, a partir de uma noção clássica do vínculo, não poderiam permitir que alguém se tornasse credor ou devedor sem ter consentido para isso.

*Las reglas contractuales no pueden obligar terceros. Este denominado "principio del efecto relativo" tiene su razón dogmática em que el contrato es un acto jurídico bilateral com fuente em la autonomía privada y solo causa obligaciones para quienes lo celebran. Sus efectos jurídicos son limitados, y por ello es que dice: no pueden perjudicar a terceros, es decir, el acuerdo de dos partes no puede tener efectos sobre alguien que no ha participado em su elaboración.* (LORENZETTI, 2004, p. 476)

E o ponto de partida é o consentimento emitido pelas denominadas partes contratuais, o princípio da relatividade consiste na limitação dos efeitos do contrato apenas a estes sujeitos vinculados. O exercício da autonomia privada na eleição das categorias jurídicas que comporão o contrato vincula apenas aqueles que a praticaram. A autonomia que vincula as partes *"(...) no puede convertirse em heteronomía respecto terceros que no han intervenido ne la convención"*. (REZZÓNICO, 1999, p. 244)

A autonomia privada que possibilita o exercício da liberdade de contratar torna obrigatório o conteúdo escolhido pelas partes apenas entre estas, e, por certo, não pode ser oposto àqueles que não participaram deste processo de formação. O princípio da relatividade concentrar-se-ia apenas nos efeitos produzidos entre as partes contratuais, outrora já classificados como efeitos internos do contrato.

## O CONTRATO CONCEBIDO SOB UM PRISMA FUNCIONAL

Para além da noção estrutural da relação obrigacional existente entre as partes contratantes, deve ser primordialmente considerado o seu viés funcional. A concepção funcional de um contrato preocupa-se com aqueles que

emitiram o consentimento sobre o conteúdo das obrigações pactuadas, mas igualmente com as funções decorrentes deste vínculo jurídico. Neste sentido, pode dizer que o contrato apresentaria funções como a social, econômica, pedagógica e política.

A idéia da função social do contrato está claramente determinada pela Constituição, ao fixar, como um dos fundamentos da República, o valor social da livre iniciativa (art. 1º, inc. IV); essa disposição impõe ao jurista a proibição de ver o contrato como um átomo, algo que somente interessa às partes, desvinculando-se de tudo mais. Aceita a idéia de função social do contrato, dela evidentemente não se vai tirar a ilação de que, agora, os terceiros são partes nos contratos, mas, por outro lado, torna-se evidente que os terceiros não podem se comportar como se o contrato não existisse. (AZEVEDO, 1998, p.116)

Ultrapassar a concepção estrutural de contrato e os seus efeitos internos que atingem apenas as partes que exerceram sua liberdade de contratar significa considerar este vínculo de uma forma mais ampla e complexa. Essa concepção funcional de contrato apresenta-se relevante, inclusive, para adequar e tornar consistente o que se pretende por meio da oponibilidade dos efeitos.

(...) não há como se negar que o contrato é fato jurídico, por se constituir fenômeno social regulado pelo direito. E como fato, acontecimento ou realidade deve ser levado em conta pelos demais membros da sociedade, para aferição da existência de consequência proveitosa ou prejudicial a outrem. (LISBOA, 2007, p. 114)

Considerar a funcionalidade do contrato é também projetá-lo para além das marcações jurídicas entre as partes diretamente vinculadas para sugerir, por exemplo, que os terceiros, tradicionalmente estranhos à relação jurídica, podem ser por ela prejudicados merecendo a tutela do ordenamento, bem como não podem interferir nesta de forma ilícita.

## O PRINCÍPIO DA Oponibilidade DOS EFEITOS CONTRATUAIS

Ao considerar a oponibilidade contratual, pretende-se redefinir o clássico pressuposto de irradiação de efeitos apenas entre as partes diretamente vinculadas para lançar luz ao alcance do contrato também perante terceiros. "A oponibilidade é uma manifestação de eficácia, significativa de projeção do direito subjetivo de qualquer direito subjetivo, em relação a terceiros". (SANTOS JÚNIOR, 2003, p. 466)

A noção de oponibilidade de efeitos ilustraria a relação

jurídica sob um prisma indireto, afirmando que esta interessa também aqueles que não são seus agentes diretos, ou seja, interessa, interfere ou reflete também frente a terceiros. Os efeitos do contrato projetam-se assim para além da relação *inter partes*, irradiando-se externamente.

Essa nova referência axiomática força a análise social do contrato e uma contextualização de sua repercussão além dos interesses, direitos e obrigações convenionadas *inter partes*. Atinge diretamente o princípio da relatividade que servia de barreira jurídica à admissão ampla dos efeitos externos do pactuado contratualmente. (THEODORO NETO, 2007, p. 3)

A oponibilidade dos efeitos promove uma reconstrução das tradicionais noções de parte e terceiros (tomados na clássica concepção estrutural) em um contexto que pressupõe um contrato também funcionalizado. Destacar os efeitos externos dos contratos permite distinguir entre as noções de oponibilidade e da relatividade. A tentativa de diferenciar os conceitos toma a concepção voluntarista da matéria e a retoma sob a ótica dos novos paradigmas dos contratos na sistemática pátria.

Como forma de considerações finais das embrionárias razões tecidas ao longo do presente trabalho, pode-se sugerir que a relatividade da relação jurídica contratual parece compor-se, estruturalmente, pelas noções de responsabilidade e eficácia. Especialmente no que tange a eficácia, o contrato desenha uma oponibilidade relativa entre as partes que o constituíram, mas também e sob o prisma de sua funcionalidade social, por exemplo, pode lançar os efeitos do direito subjetivo considerado, alcançando terceiros.

Cabem aqui algumas reflexões acerca do princípio da relatividade dos efeitos do contrato e da oponibilidade destes, sendo certo que são conceitos diferentes. O dever dos terceiros se absterem de qualquer intervenção no contrato ou a invocação de um contrato por um terceiro é uma consequência da existência deste, o que remonta à oponibilidade. Já o princípio da relatividade preleciona que os direitos e deveres diretamente decorrentes da relação contratual vinculam apenas as partes contratantes, estando ligado ao princípio da obrigatoriedade das convenções. O princípio da oponibilidade decorre da projeção da eficácia de um direito subjetivo em relação a terceiros. O princípio da relatividade significa que num contrato apenas as partes contratantes são credoras e devedoras. (CARDOSO, 2004, p.131)

Os efeitos contratuais, sob a ótica da sistemática clássica, eram reputados adstritos à relação entre credor e devedor, desconsiderando-se a possibilidade de um terceiro ser responsabilizado por força de um contrato sobre o qual não tivesse manifestado sua vontade. Todavia, os novos pa-

radigmas contratuais esboçam outro contexto a ser levado em conta para a compreensão do conceito de parte e de terceiro, sugerindo uma efetiva articulação entre eles.

É verdade que a obrigação é relação que interessa ao devedor e ao credor, mas também é verdade que esta relação tem relevância externa. Mesmo o crédito é, de um certo ponto de vista, um bem, um interesse juridicamente relevante, e enquanto tal deve ser respeitado por todos. (PERLINGIERI, 2002, 142)

O presente trabalho pretendeu apenas esboçar a insuficiência e a desatualização de se deduzir os conceitos de parte e terceiros tendo apenas como referência a manifestação de vontade, quando a parte contratual seria aquela cuja vontade deu origem ao vínculo e o terceiro aquele cuja vontade representaria um pressuposto estranho à formação do pacto.

Revigorar os conceitos citados decorre da destacada diferença entre a oponibilidade dos efeitos contratuais, como eficácia externa, e a noção contida no princípio da relatividade, como eficácia interna, num esforço revigorador da própria noção complexa de contrato.

## FIGURAS TÍPICAS DE EFEITOS CONTRATUAIS EM RELAÇÃO A TERCEIROS

A figura contratual do terceiro que está, direta ou indiretamente, previsto na relação contratual já era abordada no Código Civil de 1916 com os institutos da estipulação em favor de terceiro (arts. 1.098 a 1.100, Código Civil de 1916 e arts. 436 a 438 CC/02) e da promessa em favor de terceiro (art. 929, Código Civil de 1916 e arts. 439/440, CC/02). O Código Civil atual, além de complementar o instituto da promessa em favor de terceiro, trouxe o contrato com pessoa a declarar (arts. 467 a 471 CC/02).

A fim de delinear as possibilidades de alcance dos efeitos contratuais contra terceiro, faz-se necessário o estudo das figuras, já previstas no ordenamento, que permitem tal alcance. Sendo necessária a análise da utilidade destes modelos, que papel é desempenhado por eles, os efeitos que tendem a gerar no patrimônio dos terceiros e a possibilidade de intervenção desta figura na execução do contrato.

## ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO

A estipulação em favor de terceiro é um modo de contratar que cria um direito para uma pessoa alheia ao

pacto negocial. Através deste modelo contratual, uma das partes (estipulante) designa um terceiro (beneficiário) para gozar da prestação contratual devida pela contraparte (promitente). "Dá-se estipulação em favor de terceiro, quando em contrato, se pactuar que o benefício dele decorrente, no todo ou em parte, reverta em favor de terceiro que lhe seja totalmente estranho." (FIUZA, 2010, p. 469)

Apesar de totalmente estranho à relação contratual, o terceiro poderá agir diretamente contra o promitente em face da responsabilidade derivada do contrato, que cria um *direito autônomo* (Theodoro Neto, 2007, p. 13) para este beneficiário.

Ao terceiro, especialmente designado, recaem os efeitos contratuais. Não se trata, todavia, da oponibilidade em face da coletividade indeterminada, mas sim de uma oponibilidade concreta, que gera efeitos a uma pessoa certa e determinável, mas estranha ao negócio jurídico firmado.

Dentre os princípios contratuais clássicos, o que chama atenção nessa modalidade de contratar é o Princípio da Relatividade dos Efeitos Contratuais, onde o contrato só poderia produzir efeitos contra as partes que o firmaram. Deste modo, tem-se a estipulação em favor de terceiro, como a primeira exceção a este princípio. Quando ainda eram adotadas no ordenamento concepções positivistas, as delimitações acerca de tal princípio possuíam uma rigidez ímpar.

Brevemente, convém lembrar o contexto da dificuldade histórica em se admitir a estipulação em favor de terceiro, apenas para que se possa compreender as razões que persistem, em parte da doutrina e da jurisprudência, a impedirem a eficácia do contrato para atingirem patrimônio de sujeitos que não foram parte. Desse modo, **o conhecimento de detalhes a respeito da figura poderá facilitar sua aplicação a outros campos para solução de outras questões relevantes, do ponto de vista jurídico.** (Grifo nosso) (PENTEADO, 2003, p. 137)

Para o presente trabalho, é de suma importância a demonstração das mitigações sofridas pelo princípio da relatividade, uma vez que busca-se esclarecer a possibilidade de os efeitos contratuais alcançarem terceiros, além daquelas já previstas em lei.

## PROMESSA POR FATO DE TERCEIRO

A promessa em fato de terceiro dispõe sobre a possibilidade de uma pessoa, promitente, contratar com alguém, estipulante, dispondo que um terceiro realize a prestação

ou que celebre um novo contrato.

Apesar de mitigá-lo, esta modalidade não representa uma violação ao princípio da relatividade dos efeitos contratuais, pois o terceiro deve manifestar, de maneira inequívoca, sua vontade de realizar a prestação.

Com efeito, a simples promessa de A, perante B, de eu C ir assumir determinada prestação, não obriga diretamente C. O contrato entre A e B não é oponível a C para criar-lhe uma obrigação contratual desvinculada de sua vontade. (THEODORO NETO, 2007, p. 247)

O terceiro, cujo fato foi prometido, não assume nenhuma responsabilidade pela não execução da promessa. A única consequência da não aceitação do terceiro é a responsabilização do promitente com a contraparte. Ao anuir, o terceiro, assumirá todos os ônus provenientes do contrato, mesmo não tendo sido uma das partes, eximindo o promitente de qualquer obrigação.

Importante salientar a diferença entre promessa em fato de terceiro, do contrato em prejuízo de terceiro. Na estipulação em favor de terceiro, a parte alheia à pactuação não sofre os efeitos do contrato enquanto não demonstrar sua livre aquiescência, e mesmo com a presença desta manifestação, não sofrerá prejuízo em sua esfera jurídico-patrimonial. Percebe-se deste modo, que não houve violação ao princípio da relatividade dos efeitos contratuais. Já no contrato em prejuízo de terceiro, as partes o celebram com o intuito exclusivo de prejudicar os interesses ou negócios de outrem. "Esses acordos limitam a concorrência e prejudicam terceiros, como outros empresários que disputam mercado e consumidores." Esta maneira de contratar não se confunde com a promessa em fato de terceiro, uma vez que este é algo lícito e tipificado no código civil (Arts. 439/440).

Os contratos com prejuízo a terceiros, no entanto, podem ser eventualmente atacados com base na sua ilicitude por violação do interesse geral na liberdade de concorrência e na tutela dos consumidores, mas não certamente com base na contrariedade ao princípio da relatividade dos efeitos contratuais. (ROPPO, Enzo, *apud* THEODORO NETO, 2007, p. 251)

## CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR

Outra figura contratual com características bem peculiares de produção de efeitos contra terceiros, é a do contrato com pessoa a declarar. Esta modalidade prevê que os contratantes estipulem, na formação do contrato, a possibilidade de uma pessoa futura, vir a assumir obrigações

provenientes do contrato, no lugar de um dos participantes da pactuação, como se o contrato tivesse sido celebrado diretamente com ela.

## A INTERFERÊNCIA ILÍCITA DO TERCEIRO E O CASO ZÉCA PAGODINHO X SCHINCARIOL

O ordenamento jurídico brasileiro não estabelece formas específicas para a intervenção do terceiro aos contratos preexistentes. A doutrina portuguesa também não estabelece formas específicas. “Não existe nenhum requisito específico quanto ao tipo de conduta que pode ser considerada interferente.” (SANTOS JÚNIOR, 2003, 296)

Entretanto, apesar de a doutrina estrangeira não apresentar um rol taxativo de formas de intervenção, ela apresenta algumas formas em que a intervenção poderá ocorrer; por exemplo, o terceiro poderá agir diretamente sobre uma das partes do contrato usando a força física no intuito de impedir o cumprimento do contrato; o terceiro também poderá atuar diretamente sobre o objeto do contrato inutilizando a coisa objeto da prestação e, por fim, o terceiro poderá induzir a parte devedora ao descumprimento do contrato.

O caso mais emblemático sobre a tutela externa do crédito decidido pelo judiciário brasileiro, caso Primo Schincariol Indústria de Cervejas e Refrigerantes S/A contra Companhia de Bebidas das Américas - Ambev e Companhia Brasileira de Bebidas S/A, teve como conduta interveniente o induzimento do terceiro para descumprimento do contrato.

A situação colocada nos autos é do conhecimento geral, já que todos tiveram acesso, inclusive através de matérias divulgadas pela imprensa, aos fatos que envolveram a campanha publicitária das duas grandes marcas de cerveja, ou seja, Schincariol e Brahma, pois ambas utilizaram o mesmo personagem em suas campanhas, o cantor Zeca Pagodinho. Também se tornou incontroverso - as requeridas jamais contestaram esse ponto - que o referido cantor, em um primeiro momento, celebrou contrato com a autora que realizou ampla e conhecida campanha publicitária informando a “mudança” de marca de cerveja, para depois de algum tempo, veicular campanha da concorrente - ora réis - informando aos consumidores que havia “voltado” para a cerveja que consumia antes. Isto considerado, segundo penso, é evidente que, a despeito da argumentação das requeridas sobre a necessidade de se observar os limites do contrato apenas entre os participantes, se a atuação de um terceiro estranho causa prejuízo a um dos contra-

tantes surge o dever de indenizar pelo ato ilícito. Nos termos do art. 186, do Código Civil, todo aquele que por ação ou omissão voluntária viola direito de outrem e lhe causa prejuízo, comete ato ilícito passível de indenização. Afinal, “é sabido que os contratos interessam à sociedade. É inconcebível crer que, no momento atual, se possam plagiar os oitocentistas, alegando que a relação contratual é *res inter alios acta* (ou seja, que apenas concerne às partes, e não a terceiros). Os bons e maus contratos repercutem socialmente. Ambos os gêneros produzem efeito cascata sobre a economia. Os bons contratos promovem a confiança nas relações sociais. Já os contratos inquinados por cláusulas abusivas resultam em desprestígio aos fundamentos da boa-fé e quebra de solidariedade social. Daí a necessidade de oponibilidade externa dos contratos em desfavor dos interesses dos contratantes... Porém, da mesma forma que podem ser afetados por contratos alheios, terceiros também podem agir de forma a violar uma relação contratual em andamento...” e, em decorrência disso, serem condenados a responder pelos danos emergentes a partir da indevida influência na relação existente entre outras pessoas (Código Civil Comentado, Nelson Rosendal e outros, Editora Manole, 2007, pág. 313). Nesse sentido, já se dirigia a doutrina antes mesmo do advento do novo Código Civil, pois como ensina Antonio Junqueira Azevedo, “a responsabilidade do terceiro é, pois aquiliana. Efetivamente, se um contrato deve ser considerado como fato social, como temos insistido, então, a sua real existência há de impor-se por si mesma, para poder ser invocada contra terceiros e, às vezes, até para ser oposta por terceiros às próprias partes. Assim é que não só a violação de contrato por terceiro pode gerar responsabilidade civil desde (como quando terceiro destrói a coisa que devia ser prestada, ou na figura da indução ao inadimplemento do negócio jurídico alheio), como também terceiros podem opor-se ao contrato, quando sejam por ele prejudicados (o instituto da fraude contra terceiros é exemplo típico disto)” (Revista dos Tribunais nº 750, p. 119, grifei). É exatamente esta a hipótese que se coloca nos autos, pois se as requeridas tivessem contribuído para que um dos contratantes descumprisse aquilo que havia sido acordado, seria indiscutível o dever de indenizar pelos prejuízos materiais decorrentes da indevida rescisão operada unilateralmente por um dos participantes do negócio jurídico. (Processo nº 583.00.2007.117728-6, Tribunal de Justiça de São Paulo, Juiz de Direito: Alexandre Carvalho e Silva de Almeida, Publicado em: 10 de julho de 2007).

Neste caso, apesar de a responsabilidade aquiliana do terceiro ter sido constatada, a sentença julgou improcedentes os pedidos da inicial, pois o Autor não comprovou os danos alegados. Este processo ainda não transitou em julgado, restando pendente a Apelação interposta pelo Autor.

## **NATUREZA E FUNDAMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO TERCEIRO QUE COOPERA COM O DEVEDOR NA VIOLAÇÃO DO CONTRATO**

Compreendida assim a noção funcional do contrato e a oponibilidade dos efeitos jurídicos e econômicos decorrente do seu conteúdo, convém discutir a natureza da responsabilidade do terceiro que coopera com o devedor no descumprimento do contrato.

Veja-se que a interferência do terceiro, caracterizada como ilícita em decorrência da irradiação das consequências contratuais, tem essa natureza, pois viola ou abusa do direito de concorrência e da livre iniciativa contidos no exercício da autonomia contratual. O terceiro que desvia da função originária o direito de contratar o exerce por meio da interferência prejudicial a um contrato existente, estimulando uma das partes a descumpri-lo e celebrando com ela vínculo incompatível com o anterior.

Na verdade, os chamados efeitos externos ao contrato não querem traduzir obrigação do terceiro de conhecimento do conteúdo de contrato do qual não participou da formação. As consequências externas do contrato representam dever geral de atuação no campo contratual, contribuindo para a melhor e mais frutífera circulação de riquezas promovida pelo contrato, já que destaca a boa-fé e as funcionalidades social, econômica, pedagógica, dentre outras, como elementos que conformam a autonomia contratual.

Verifica-se que a responsabilidade do terceiro cúmplice tem natureza verdadeiramente extracontratual, ou seja, caracteriza responsabilidade civil aquiliana, que deriva da violação do dever de reconhecimento do contrato como fato social, que existe também em face de terceiros e produz consequências jurídicas e, principalmente, sócio-econômicas, para todos.

Entretanto, sobre a ótica do Código Civil Brasileiro de 2002, para caracterizar a responsabilidade civil aquiliana é necessário o preenchimento de alguns requisitos. Os

arts. 186, 187 e 927 desse codex determinam como requisitos para caracterizar a responsabilidade aquiliana a ação ou omissão ilícita, com dolo ou culpa, e o nexo de causalidade entre a conduta e o dano.

No presente trabalho se faz interessante a análise do requisito da ilicitude, caracterizada pelo dolo ou culpa do terceiro.

O contrato constitui um fato social oponível erga omnes. Mas o terceiro que se associa ao devedor na violação do contrato não é perseguido em virtude de uma ação originada no contrato ou dele decorrente: a sua responsabilidade, ao contrário da do devedor, não é contratual. O terceiro é accionado unicamente em razão da fraude que comete ao impelir ou ajudar dolosamente o devedor a não executar o contrato: é essa fraude, de natureza delitual, que constitui assim o elo de ligação entre o terceiro e o credor. (SANTOS JÚNIOR, 2003, p. 333)

Sendo assim, para que haja a responsabilização do terceiro por alguma interferência realizada em um contrato, é necessário que esta interferência seja ilícita. Conforme já demonstrado, sob a ótica da sistemática clássica, o contrato é oponível a terceiros, e o terceiro tem o dever de se abster de qualquer conduta que leve ao descumprimento do contrato.

Todavia, para que a interferência do terceiro a um contrato seja caracterizada como um ato ilícito - requisito do nosso Código Civil - é necessária a comprovação de que o terceiro tinha conhecimento da existência do contrato interferido no momento da elaboração do contrato interferente, caso contrário, impossível seria comprovar a culpa do terceiro.

Final, o terceiro ao realizar negócio jurídico com a parte devedora de outro contrato, poderá, jamais, tomar conhecimento da existência deste contrato preexistente ou só tomar conhecimento quando a parte prejudicada pleitear por seus créditos. Corretamente, a jurisprudência e a doutrina francesa só consideram como ilícita a interferência pelo terceiro quando tenha sido intencional, consciente, ou seja, dolosa.

Ao fundamento dogmático de tal solução não é alheio o problema da publicidade dos direitos, sendo certo que, em regra, os direitos de crédito não beneficiam de publicidade natural.

Como quer que seja, a exigência mínima e bastante, sempre feita, é a de que o terceiro, para ser responsabilizado, tenha conhecimento de que interfere com um contrato preexistente, ou, por outras palavras, basta que o terceiro tenha conhecimento do contrato preexistente e realize conscientemente actos que entrem a execução. Mais rigorosamente, ainda, afasta-se a negligência, mas o dolo, mesmo o eventu-

al. já revela para o efeito de responsabilizar o terceiro interferente. (SANTOS JÚNIOR, 2003, p. 343)

Sendo público o contrato, as ações interferentes do terceiro serão presumidamente interpretadas como voluntárias e, conseqüentemente, declaradas ilícitas, preenchendo com isso os requisitos necessários para a caracterização da responsabilidade aquiliana.

## CONCLUSÃO

A presente iniciação científica foi proposta com o objetivo de trazer uma nova visão, já consolidada em vários ordenamentos jurídicos ao redor do mundo, para o direito brasileiro.

Conforme apresentado inicialmente, o nosso ordenamento jurídico já possui hipótese de responsabilidade civil de terceiros, encontrada no art. 608 do Código Civil, que versa sobre a responsabilidade do terceiro que alicia prestador de serviços já comprometido em outro contrato.

Além de já reconhecer expressamente uma hipótese de responsabilização de terceiro, o nosso código possui toda a base legislativa para se responsabilizar o terceiro que, voluntariamente, intervir em um contrato preexistente, frustrando o direito de crédito.

Entretanto, a responsabilidade civil de terceiros, ainda que aquiliana, não é uma regra em nosso ordenamento, e existem alguns paradigmas que dificultam a evolução da matéria.

A ciência evolui a partir do conflito de teorias e paradigmas. Um paradigma é substituído quando uma nova maneira dominante de pensar os problemas, não resolvidos pelo paradigma vigente, e um novo método para solucioná-los superam outros. Este processo também ocorre na "Ciência" do Direito. (TIMM, 2008, p. 67)

Conforme apresentado através da aplicação dos princípios da relatividade e da oponibilidade, o contrato é um fato social oponível *erga omnes*, sendo necessário que a parte prejudicada comprove a voluntariedade do terceiro em interferir e frustrar a satisfação do crédito contratual.

O problema é, pois, delicado: uma má solução poderia, numa dada sociedade, ser um factor de refreamento da vida econômica; a boa solução, essa deve servir a ideias e valores como os de Justiça, ordem, paz social, utilidade, eficiência. (SANTOS JÚNIOR, 2003, p.16)

Por fim, vale ressaltar que o presente artigo não esgotou o problema e sequer trouxe todas as soluções possíveis, uma vez que a matéria apesar de já batizada em outros países, necessita muitos estudos para que seja aplicada ao ordenamento jurídico brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. A boa-fé na relação de consumo. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, n. 14, p. 20-32, abr./jun. 1995.

\_\_\_\_\_. Projeto de Código Civil: as obrigações e os contratos. **Revista de Direito Renovar**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 19-36, set./dez. 1999.

AMARAL NETO, Francisco dos Santos. A autonomia privada como princípio fundamental da ordem jurídica: perspectiva estrutural e econômica. **Revista de Direito Civil**, São Paulo, n. 46, p. 7-26, out./dez. 1988.

ARAÚJO, Fernando. **Teoria econômica do contrato**. Coimbra: Almedina, 2007.

ATIYAH, Patrick Selim. **The rise and fall of freedom of contract**. New York: Oxford Clarendon Press, 1979.

AUBERT, Jean-Luc. *A propos d'une distinction renouvelée des parties et des tiers*. **Revue Trimestrielle de Droit Civil**, Paris, n. 2, p. 263-278, abr./jun. 1993.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. A boa-fé na formação dos contratos. **Revista da Faculdade de Direito da USP**, São Paulo, v. 87, p. 79-90, jan./dez. 1992.

\_\_\_\_\_. Insuficiências, deficiências e desatualização do projeto de Código Civil na questão da boa-fé objetiva. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 775, p. 11-17, maio 2000.

\_\_\_\_\_. Interpretação do contrato pelo exame da vontade contratual. O comportamento das partes posterior à celebração. Interpretação e efeitos do contrato conforme o princípio da boa-fé objetiva. Impossibilidade de *venire contra factum proprium* e de utilização de dois pesos e duas medidas. Efeitos do contrato e sinalagma. A assunção pelos contratantes de riscos específicos e a impossibilidade de fugir do programa contratual estabelecido. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, n. 351, p. 275-283, jul./set. 2000.

\_\_\_\_\_. O direito civil tende a desaparecer? **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 472, p. 15-21, fev. 1975.

\_\_\_\_\_. Princípios do novo direito contratual e a desregulamentação do mercado, direito de exclusividade nas relações contratuais de fornecimento, função social do contrato e responsabilidade aquiliana do terceiro que contribui para inadimplemento contratual. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 750, p. 113-120, abr. 1998.

BACACHE-GIBEILI, Mireille. **La relativité des conventions et les groupes de contrats**. Paris: LGDJ, 1996.

BAPTISTA, Sílvio Neves. A crise do contrato. **Revista de Direito Civil**, São Paulo, n. 32, p. 22-35, abr./jun. 1985.

BESSONE, Darcy. **Do contrato: teoria geral**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

BETTI, Emílio. **Teoria geral do negócio jurídico**. Tradução de Ricardo Rodrigues Gama. Campinas: LZN, 2003.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Teoria geral do direito civil**. Campinas: Red Livros, 1999.

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. **Função social dos contratos: interpretação à luz do código civil**. São Paulo: Saraiva, 2009.

CALASTRENG, Simone. **La relativité des conventions: étude de l'article 1.165 du Code Civil**. Paris: Sirey, 1939.

CAPPELLARI, Récio Eduardo. **Responsabilidade pré-contratual**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995.

CARDOSO, Patrícia. Oponibilidade dos efeitos dos contratos: determinante da

responsabilidade civil do terceiro que coopera com o devedor na violação do pacto contratual. **Revista Trimestral de Direito Civil**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 125-150, out./dez. 2004.

CHAVES, Antônio. **Responsabilidade pré-contratual**. 2. ed. São Paulo: Lejus, 1997.

COASE, Ronald H. **The firm, the market and the law**. Chicago: London: Chicago University, 1988 *apud* ROBBINS, Lionel. *An essay on the natural and significance of economic science*. 2. ed., London: Macmillan & Co., 1935, p. 16.

COASE, Ronald H. **The new institutional economics**. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici=sici=002282%199805%2988%3A2%3C72%3ATNIE%3E2.0.CO%3B2-M>>. Acesso em: 28 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. *The problem of social cost*. **Journal of Law and Economics**, Chicago, v. 3, n. 1, p. 1 – 44, 1960.

CONVERTI, Luisa Rosa Leite de. Princípios gerais e direito dos contratos, um inventário de dicta e de questões. In: MONTEIRO, Antônio Pinto (coord.). **Contratos: actualidades e evolução**. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 1997, p. 101-110.

COOTER, Robert; ULEN Thomas. **Law and economics**. 5.ed. Califórnia: Addison-Wesley: Longman, 2008.

CORDEIRO, Antônio Menezes. **Da boa-fé no direito civil**. Coimbra: Almedina, 2001.

CORREIA, A. Ferrer. Da responsabilidade do terceiro que coopera com o dever na violação de um pacto de preferência. In: AA.VV. **Estudos de Direito Civil, Comercial e Criminal**. 2. ed. Coimbra: Coimbra, p. 33-51.

COSTA, Mário Júlio de Almeida. Aspectos modernos do direito das obrigações. In: AA.VV. **Estudos de Direito Civil Brasileiro e Português**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980, p. 73-101.

\_\_\_\_\_. **Direito das obrigações**. 9. ed. Coimbra: Almedina, 2005.

COUTO E SILVA, Clóvis do. **A obrigação como processo**. São Paulo: FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. A teoria da base do negócio jurídico no Direito Brasileiro. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 655, p. 7-11, maio 1990.

CUNHA GONÇALVES, Luiz da. **Tratado de direito civil**. Coimbra: Coimbra, 1931.

DANTAS, San Tiago. Evolução contemporânea do direito contratual. In: DANTAS, San Tiago. **Problemas de Direito Positivo**. Rio de Janeiro: Forense, 1953, p. 15-33.

DAVID-CONSTANT, Simone. *La bonne foi: une mer sans rivages*. In: DAVID-CONSTANT, Simone (org.). **Bonne foi. Liège: Editions du Jeune Barreaude Liège**, 1990, p. 7-16.

DINIZ, Davi Monteiro. Alciamento no contrato de prestação de serviços: responsabilidade de terceiro por interferência ilícita em direito pessoal. **Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, n. 27, p. 82-92, jan./fev. 2004.

DUARTE, Maria de Fátima Abrantes. **O pacto de preferência e a problemática da eficácia externa das obrigações**. Lisboa: Coimbra, 1989.

FACHIN, Luiz Edson. **Teoria crítica do direito civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

FERES, Marcos Vinício Chein; DIAS, João Paulo Torres. Teoria geral dos contratos relacionais. **Revista de Direito Privado**, São Paulo, n. 30, p. 171-182, 2007.

FIUZA, Cesar. Curso completo de Direito Civil. 14ed. Belo horizonte: Del Rey, 2010.

FRANCO, Denis. O princípio da autonomia: da invenção à reconstrução. In: MORAES, Maria Celina Bodin de (coord.). **Princípios do direito civil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 135-162.

GARCIA, Ely Bonini. **A dialogia possível**. Belo Horizonte, 2002. (Não publicado)

GARCIA, Ely Bonini; GARCIA, Maria Lúcia Andrade. **A dialogia como espaço político na organização**. Belo Horizonte, 2005. (Não publicado)

GAROUPA, Nuno. Análise económica do direito. **Cadernos de Ciência de Legislação**, Coimbra, n. 32, p. 23-38, dez. 2002.

GHESTIN, Jacques. *Nouvelles propositions pour un renouvellement de la distinction des parties et des tiers*. **Reveu Trimestrielle de Droit Civil**. Paris, n. 4, p. 777-799, out./dez. 1994.

GHESTIN, Jacques; e JAMIN, Christophe. *Le juste et l'utile das lês effects du contract*. In: MONTEIRO, Antônio Pinto (coord.) **Contratos: actualidade e evolução**. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 1997, p. 123-165.

GIORGIANNI, Michele. O direito privado e as suas atuais fronteiras. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 747, p. 35-55, jan. 1998.

GODOY, Cláudio Luiz Bueno de. **Função social do contrato**. São Paulo: Saraiva, 2004.

GOMES, Luiz Roldão de Freitas. **Contrato com pessoa a declarar**. Rio de Janeiro: Renovar, 1994.

\_\_\_\_\_. **Contrato**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

GRAU, Eros Roberto. Um novo paradigma dos contratos? **Revista Trimestral de Direito Civil**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 73, 82, jan./mar. 2001.

GUELFUCCI-THIBIERGE, Catherine. *De l'élargissement de la notion de partie au contrat à l'élargissement de la portée du principe de l'effect relatif*. **Reveu Trimestrielle de Droit Civil**, Paris, n. 2, p. 275-285, abr./jun. 1994.

HIRONAKA, Gilseda Maria Fernandes Novaes. A função social do contrato. **Revista de Direito Civil**, São Paulo, n. 45, p. 141-152, jul-set, 1988.

LIMA, Alvinio. A interferência de terceiros na violação do contrato. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 315, p. 14-30, 1962.

LIMA, Taisa Maria Macena de. Princípios fundantes do direito civil atual. In: FIUZA, César, SÁ, Maria de Fátima Freire de; Bruno Torquato de Oliveira Naves (coord.), **Direito Civil: atualidades**, Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 241-258.

LISBOA, Roberto Senise. Contratos difusos e coletivos. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2007.

LOBO, Paulo Luiz Neto. **Condições gerais dos contratos e cláusulas abusivas**. São Paulo: Saraiva, 1991.

LORENZETTI, Ricardo Luis. **Fundamentos do direito privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

\_\_\_\_\_. *Redes contractuales: conceptualización jurídica relaciones internas de colaboración, efectos frente a terceros*. **Revista de Direito Consumidor**, São Paulo, n. 28, p. 23-58, out./dez. 1998.

\_\_\_\_\_. **Tratado de los contratos: parte general**. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni, 2004.

LUCAS, Javier de. **El concepto de solidaridad**. México: Fontamara, 1993.

- MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto. **Contratos relacionais e a defesa do consumidor**. São Paulo: Max Limonad, 1998.
- MARQUES, Claudia Lima. Direitos básicos do consumidor na sociedade pós-moderna de serviços: o aparecimento de um sujeito novo e a realização de seus direitos. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, n. 35, p. 1-96, jul./set. 2000.
- MARTINS, Flávio Alves. **A boa-fé objetiva e sua formalização no direito das obrigações brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.
- MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- \_\_\_\_\_. Crise e modificação da idéia de contrato no direito brasileiro. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, n. 3, p. 127-154, set./dez. 1992.
- \_\_\_\_\_. Mercado e solidariedade social entre cosmos e táxis: a boa-fé nas relações de consumo. In: MARTINS-COSTA, Judith (org.). **A reconstrução do Direito Privado**. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2002, p. 611-661.
- \_\_\_\_\_. Reflexões sobre o princípio da função social dos contratos. **Revista Direito GV**, São Paulo, n. 1, p.41-66, jan./jun. 2005.
- MARTINS-COSTA, Judith; BRANCO, Gerson Luiz Carlos. **Diretrizes Teóricas do Novo Código Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da existência**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- MESSINEO, Francesco. **Manual de derecho civil y comercial**. Buenos Aires: Europa-América, 1979.
- MONTEIRO, Antonio Pinto. (coord.) **Contratos: actualidade e evolução**. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 1997.
- MULHOLLAND, Caitlin. O princípio da relatividade dos efeitos contratuais. In: MORAES, Maria Celina Bodin de (coord.). **Princípios do direito civil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 255-280.
- NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. Da quebra da autonomia liberal à funcionalização do direito contratual. In: FIUZA, César, SÁ, Maria de Fátima Freire de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira (coord.). **Direito Civil: atualidades II**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007, p. 229-252.
- \_\_\_\_\_. **Relacionalidade e autonomia privada: o princípio da autonomia privada na pós-modernidade**. 2003. 138f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- NEGREIROS, Teresa. **Fundamentos para uma interpretação constitucional do princípio da boa-fé**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Teoria do contrato: novos paradigmas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- NORONHA, Fernando. **O direito dos contratos e seus princípios fundamentais: autonomia privada, boa-fé e justiça contratual**. São Paulo: Saraiva, 1994.
- NUSDEO, Fábio. **Curso de economia: introdução ao Direito Econômico**. São Paulo: RT, 2007.
- OLIVEIRA, Ubirajara Mach de. **Princípios informadores do sistema de direito privado: a autonomia da vontade e a boa-fé objetiva**. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, n. 23-24, p. 41-78, jul./dez. 1997.
- PENTEADO, Luciano de Camargo. **Efeitos contratuais perante terceiros**. São Paulo: Quatier Latin, 2007.
- PEREIRA, Regis Fichtner. **A responsabilidade civil pré-contratual**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- PERELMAN, Chaim. **Ética e direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Lógica Jurídica**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Retóricas**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- \_\_\_\_\_. OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do direito civil: introdução ao direito civil constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- PESSANHA, José Américo Motta. Razão dialógica. In: HUHNE, Leda Miranda (coord.). **Razões**. Rio de Janeiro: Uapé, 1994, p. 67-100.
- PIMENTA, Eduardo Goulart. Direito, economia e relações patrimoniais privadas. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, v. 43, n. 170, p.159-173, abr./jun. 2006b.
- PINHEIRO, Armando Castelar, SADDI, Jairo. **Direito, economia e mercados**. São Paulo: Elsevier Campus, 2005.
- POSNER, Richard A. **El análisis económico del derecho**. Tradução de Eduardo L. Suárez. México: Fondo de Cultura Económica, 2007b.
- \_\_\_\_\_. **A Maximización de la riqueza y Tort Law: una investigación filosófica**. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/textos/posner-tort.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2008.
- PRATA, Ana. **A tutela constitucional da autonomia privada**. Coimbra: Almedina, 1982.
- REZZÓNICO, Juan Carlos. **Principios fundamentales de los contratos**. Buenos Aires: Astrea, 1999.
- RIBEIRO, Joaquim de Sousa. **O problema do contrato**. Coimbra: Almedina, 1999.
- ROPPO, Enzo. **O contrato**. Coimbra: Almedina, 1988.
- ROPPO, Vincenzo. **Il contratto**. Milano: Giuffrè, 2001.
- ROSENVALD, Nelson. **Dignidade humana e boa-fé no Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- SAINT-HILAIRE, Philippe Delmas. **Le tiers à l'acte juridique**. Paris: LGDJ, 2000.
- SALAMA, Bruno Meyerhof. O que é pesquisa em direito e economia. **Revista Direito GV**, São Paulo, n. 2, v.5, p. 5-58, mar. 2008.
- SALVADOR, Manuel Júlio Gonçalves. A boa-fé nas obrigações, natureza e definição. **Revista dos Tribunais**, Porto, n. 86, p. 7-20, 1968.
- \_\_\_\_\_. **O terceiro e os efeitos dos actos ou contratos**. Lisboa: Tip. Esc. Da Cadeia Penitenciária de Lisboa, 1962.
- SAMPAIO JÚNIOR, Rodolpho Barreto. **Da liberdade ao controle: os riscos do novo Direito Civil brasileiro**. 2007. 214f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- SANTOS JÚNIOR, E. **Da responsabilidade civil de terceiro por lesão do direito crédito**. Coimbra: Almedina, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências**. 12. ed. Porto: Afrontamento, 2001.

SCHNEEWIND, J.B. **A invenção da autonomia**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

SILVA, Denis Franco. O princípio da autonomia: da invenção à reconstrução. In: MORAES, Maria Celina Bodin de (coord.). **Princípios do direito civil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 135-162.

STZAJN, Rachel. Notas de Análise Econômica: contratos e responsabilidade civil. **Revista de Direito Mercantil**, São Paulo, n. 111, p. 9-29, 1998.

\_\_\_\_\_. **Teoria jurídica da empresa**. São Paulo: Atlas, 2004.

\_\_\_\_\_. Externalidades e custo de transação: a redistribuição de direitos no novo código civil. **Revista de Direito Privado**, São Paulo, n. 24, p. 250-276, 2005a.

TEPEDINO, Gustavo. A constitucionalização do direito civil: perspectivas interpretativas diante do novo Código Civil. In: FIUZA, César, SÁ, Maria de Fátima Freire de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira (coord.). **Direito Civil: atualidades**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 115-130.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **O contrato e a sua função social**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

THEODORO NETO, Humberto. **Efeitos externos dos contratos: direitos e obrigações na relação entre contratantes e terceiros**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

TIMM, Luciano Benetti. Ainda sobre a função social do direito contratual no Código Civil brasileiro. In: TIMM, Luciano Benetti (org.). **Direito e Economia**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008, p. 63-96.

VARELA, João de Matos Antunes. **Das obrigações em geral**. 10. ed. Coimbra: Almedina, 2000.

VILLELA, João Baptista. **Direito, coerção e responsabilidade: por uma ordem social não - violenta**. Belo Horizonte: Movimento Editorial da Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 1982. (Série Monografias, n.3)

WALD, Arnold. O interesse social no direito privado. In: FACHIN, Luiz Edson; TEPEDINO, Gustavo (coord.). **O Direito e o tempo: embates jurídicos e utopias contemporâneas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 77-102

## NOTAS

<sup>1</sup> Discente do curso de Direito, aluno bolsista do XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

<sup>2</sup> Discente do curso de Direito, aluno voluntário do XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

<sup>3</sup> Colaborador da Pesquisa

<sup>4</sup> Professora colaboradora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

<sup>5</sup> Coordenadora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

<sup>6</sup> Sobre a tutela externa do crédito: AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Princípios do novo direito contratual e desregulamentação do mercado, direito de exclusividade nas relações contratuais de fornecimento, função social do contrato e responsabilidade aquiliana do terceiro que contribui para inadimplemento contratual. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 750, abr. 1998, p. 113-120; AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Insuficiências, deficiências e desatualização do projeto de Código Civil na questão da boa-fé objetiva. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 775, maio 2000, p. 11-17; AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Interpretação do contrato pelo exame da vontade contratual. O comportamento das partes posterior à celebração. Interpretação e efeitos do contrato conforme o princípio da boa-fé objetiva. Impossibilidade de *Venire contra Factum Proprium* e de utilização de dois pesos e duas medidas. Efeitos do contrato e sinalagma. A assunção pelos contratantes de riscos específicos e a impossibilidade de fugir do programa contratual estabelecido. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, n.351, jul./set. 2000, p. 275-283.

<sup>7</sup> Sobre a tutela externa do crédito: AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Princípios do novo direito contratual e desregulamentação do mercado, direito de exclusividade nas relações contratuais de fornecimento, função social do contrato e responsabilidade aquiliana do terceiro que contribui para inadimplemento contratual. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 750, abr. 1998, p. 113-120; AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Insuficiências, deficiências e desatualização do projeto de Código Civil na questão da boa-fé objetiva. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 775, maio 2000, p. 11-17; AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Interpretação do contrato pelo exame da vontade contratual. O comportamento das partes posterior à celebração. Interpretação e efeitos do contrato conforme o princípio da boa-fé objetiva. Impossibilidade de *Venire contra Factum Proprium* e de utilização de dois pesos e duas medidas. Efeitos do contrato e sinalagma. A assunção pelos contratantes de riscos específicos e a impossibilidade de fugir do programa contratual estabelecido. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, n.351, jul./set. 2000, p. 275-283.

<sup>8</sup> THEODORO NETO, Humberto. *Efeitos externos dos contratos: direitos e obrigações na relação entre contratantes e terceiros*. Rio de Janeiro: Forense, 2007; PENTEADO, Luciano de Camargo. *Efeitos contratuais perante terceiros*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

<sup>9</sup> AUBERT, Jean-Luc. A propos d'une distinction renouvelée des parties et des tiers. *Revue Trimestrielle de Droit Civil*, Paris, n. 2, abr./jun. 1993, p. 263-278; GHESTIN, Jacques. Nouvelles propositions pour un renouvellement de la distinction des parties et des tiers. *Revue Trimestrielle de Droit Civil*, Paris, n. 4, out./dez. 1994, p. 777-799; GUELFUCCI-THIBIERGE, Catherine. De l'élargissement de la notion de partie au contrat à l'élargissement de la portée du principe de l'effet relatif. *Revue Trimestrielle de Droit Civil*, Paris, n. 2, abr./jun. 1994, p. 275-285; SAINT-HILAIRE, Philippe Delmas. *Le tiers à l'acte juridique*. Paris: LGDJ, 2000; LIMA, Alvinio. A interferência de terceiros na violação do contrato. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 315, 1962, p. 14-30.

<sup>10</sup> THEODORO NETO, Humberto. *Efeitos externos dos contratos: direitos e obrigações na relação entre contratantes e terceiros*. Rio de Janeiro: Forense, 2007; PENTEADO, Luciano de Camargo. *Efeitos contratuais perante terceiros*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

<sup>11</sup> THEODORO NETO, 2007, p. 251.

<sup>12</sup> SANTOS JÚNIOR, E. **Da responsabilidade civil de terceiro por lesão do direito crédito**. Coimbra: Almedina, 2003, p. 297.

<sup>13</sup> SANTOS JÚNIOR, E. **Da responsabilidade civil de terceiro por lesão do direito crédito**. Coimbra: Almedina, 2003, p. 342.



# ESCOLA ALÉM DOS MUROS: OS SITES DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS REVELAM SUA VERDADEIRA IDENTIDADE

Cátia Aparecida Ramos<sup>a</sup>  
Fabiola da Cunha Menezes<sup>b</sup>  
Renato Júdice de Andrade<sup>c</sup>

**Resumo:** A tecnologia invade casas e, com apenas um click, o mundo se abre para todos. Adentrar ao mundo tecnológico e se fazer perceber dentre milhões de possibilidades não é tarefa fácil, mas fundamental nos dias atuais. No espaço democrático da Internet, o conteúdo das informações nem sempre é confiável ou responde às necessidades de seus usuários, portanto, um site bem feito admite cuidados técnicos de profissionais da área, mas, também, necessita da participação e do envolvimento dos responsáveis na construção. E, percebendo que instituições educacionais invadem o ciberespaço, mas não advogam o domínio da ferramenta nem exploram toda sua potencialidade de uma forma interativa e integradora de sua comunidade, buscou-se investigar uma escola da rede particular, a fim de entender como se movimentam as opiniões de sua clientela interna (direção, professores e funcionários) e de sua clientela externa (pais de alunos) acerca do site institucional. Neste artigo, propôs-se, ainda, por meio do olhar pedagógico, principiar uma centelha para um questionamento a respeito do processo de desenvolvimento de sites de instituições educacionais. Este assunto ainda não foi tratado como tema central pelas literaturas disponíveis, nem sob o viés educacional, enfocando e se estabelecendo pela necessidade sócio-tecnológica presente na contemporaneidade, ou seja, pela definição da real apropriação e inclusão digital.

**Palavras-chave:** Divulgação de escolas. Identidade organizacional. Internet. Sites educacionais. TIC.

**Abstract:** Technology enters our houses and the world opens in front of our eyes with one turn on. To enter the technological world to be noted among millions of possibilities is not so easy, but it makes the difference. At the democratic space of internet, its information contents are not always believable or capable to answer our needs, so a well done sites needs technical care from professionals of the area and more, it also needs the participation and the involvement of the responsible people at this construction. Its now realized that schools are dominating the cyber space, but unfortunately they don't have neither use control nor the possibility to explore its potentiality in an interactive and integrated way to its community, so we looked for a private school with the main purpose of understanding how the inside clients opinions (board of directions, teachers and employees) and the external clients opinions (students parents) move about its own site. This article still proposes, through a pedagogical eye, the beginning of a question concerned1 to the process of educational institutions sites development. Although this matter haven't been treated as a central theme of available literature, even though by the educational eyes, whit focus at the social/technological needs required nowadays, or by the real definitions and digital inclusion at our society.

**Key-words:** School divulgation. Organizational identity. Internet. Educational sites. Technology.

## INTRODUÇÃO

Sabendo-se que o estilo de vida e de trabalho das pessoas tem-se tornado cada vez mais dinâmico e permeado pelas tecnologias digitais, a condição espaço-tempo, bem como as relações comerciais que se processam no cotidiano da sociedade têm garantido um ressignificado com a maciça utilização da *Internet*. A *Internet* predispõe as transformações socioculturais e econômicas fomentada pela apropriação de novos saberes e disseminação de informações que se traduzem na possibilidade de compartilhamento de novos conhecimentos. E, como uma das ferramentas mais utilizadas no ciberespaço, o *site* possibilita a construção de um espaço similar ao real, capaz de oferecer informações úteis aos visitantes e tornar-se um ambiente interativo para a comunidade e/ou clientela. Entretanto, é importante definir o objetivo da criação de um *site* e planejar sua atuação, intencionando que reflita a realidade de sua empresa e de sua identidade organizacional. Consta-se, então, que:

Uma das principais características da *Internet* é que ela permite que qualquer pessoa ou instituição se mostre no mesmo nível. Isto é, uma pequena empresa ou uma grande companhia podem ter o mesmo espaço, a mesma visibilidade na rede. Teoricamente, todos são iguais, tem o mesmo poder. (DOTTA, 2000, p.27)

Ao se falar em “identidade organizacional”, torna-se indispensável dizer que a utilização da noção de identidade não é simples. “A maior dificuldade que se apresenta ao pesquisador é justamente sua complexidade e amplitude de sentidos” (CALDAS; WOOD, 1997, p. 8). De acordo com os estudos de Caldas e Wood (1997), a identidade organizacional surge a partir da forma pela qual a organização é percebida pelo meio em que atua, ou seja, a partir da imagem que seus clientes, colaboradores e fornecedores têm dela.

Assim, em conformidade com o artigo “Identidade Corporativa”, postado em 21 de abril de 2008 por Nunes<sup>1</sup>, vale-se do conceito de identidade corporativa e/ou organizacional como “um conjunto de características, valores e crenças com que a organização se autoidentifica e se diferencia das outras organizações do mercado”.

Nessa perspectiva, acredita-se que as instituições de ensino devam exercer seu domínio no ciberespaço, quer pelo seu caráter educacional que a insere na apropriação das tecnologias digitais e a integra neste novo paradigma cultural, quer por se tratar de um instrumento de *marketing* de baixo custo. O instrumento é capaz de incitá-las a um diferencial competitivo no mercado das instituições de ensino com inúmeras possibilidades de interação humana.

E, de acordo com Morin (1991, p. 37), “a troca, a circulação, a concorrência econômica arrastam na sua esteira

a troca, a circulação, a multiplicação das informações, dos conhecimentos, das ideias, isto é, de tudo o que alimenta a dialógica cognitiva”.

Portanto, um *site* pode e deve garantir a singularidade do fazer pedagógico de cada instituição por meio da organização de espaços que favoreça o aprendizado, o desenvolvimento de novos raciocínios e das funções cognitivas de seus usuários, bem como, por meio da oferta de um canal de comunicação eficiente, fazer germinar seu potencial, sua identidade, sua filosofia e sua missão.

Afinal, se aportam em um momento em que o ineditismo não mais se caracteriza como o ápice da conquista mercadológica, os investimentos tornam-se cada vez mais estratégicos e abarcam questões que garantam melhor qualidade e maior praticidade. Daí, empreender oportunidades para se tornar mais competitivo é desenvolver a capacidade de ler a realidade em que se encontra inserido e promover ações que respondam positivamente às novas exigências por meio de uma visão holística de mercado.

Assim, ao atender os critérios que projetem seus valores e os seus objetivos intrínsecos na rede e não apenas as especificações técnicas de sua atividade comercial, o *site* poderá aprovar ou não a importante construção de uma ligação emocional entre a instituição e os seus usuários, compondo a existência do tão almejado “vínculo afetivo”. E, conforme Dotta (2000, p. 45), “entrar na *Internet*, especialmente com a publicação de um *site*, significa expor-se em dimensões planetárias e, portanto, estar predisposto a aceitar as novas regras”.

De acordo com o Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais (SINEP/MG)<sup>2</sup>, existem 2.342 escolas cadastradas em seus arquivos, e 1.428 formam o total das escolas que atendem a Educação Básica, ou seja, atuam da Educação Infantil ao Ensino Médio. Das 1.428 escolas citadas, 370 encontram-se no *status* de “ativas” no cadastro do SINEP/MG e, das “ativas”, apenas 161 encontram-se com *sites* registrados. E, mediante a informação apresentada em confronto com a realidade contemporânea, observa-se que poucas se dispõem a ousar no ciberespaço.

Em conformidade com os dados a serem analisados, realizou-se um estudo teórico acerca da construção de *sites* em diálogo com a pedagogia e o cerne que identifica a crença e os valores do existir de cada instituição (visão de homem, de sociedade e a teoria pedagógica na qual se afirma sua ação educacional). Esse estudo torna possível a identificação de novos critérios a serem pontuados e que possam servir como norteadores para a construção dos *sites* das demais instituições de ensino, visando sempre ressaltar o diferencial existente em cada uma. Assim, segundo Dotta (2000, p.67), “é preciso conhecer a produção de processos, conceitos, solução de problemas, pensar sobre

a *web* e sobre como criar alguma coisa que faça sentido, seja útil, agradável”.

Acreditando-se, portanto, que os *sites* escolares devam ser criados de modo que a dinâmica da vida real seja nele expressa, quer por meio da atualização constante de seu espaço, quer por meio da participação de todos os envolvidos, leva-se em conta que o objetivo maior é a revelação da verdadeira identidade de cada instituição educacional. Afinal, o *site* pode ser considerado como uma ferramenta com poder para aferir a escola além dos muros.

Neste contexto, objetiva-se pesquisar, como os pedagogos, em diferentes espaços e em diversos segmentos, considerando a complexidade da educação e, em especial, numa perspectiva extraescolar, pode intervir mediante as modificações ocorridas no mundo. E, também, investigar os *sites* das instituições educacionais, uma vez que, as escolas são *à priori*, o espaço formal detentor dos conhecimentos produzidos pela sociedade ao longo da história e principal órgão responsável por sua disseminação. Afinal, quando se fala em inclusão digital, as instituições de ensino deveriam ser as primeiras a dominar tal conhecimento para benefício próprio e de toda a sociedade.

Assim, afirma Demo (1995) *apud* SEBRAE (2006) que “o que marcará a modernidade educativa é a didática do aprender a aprender, ou do saber pensar, englobando num só todo, a necessidade de apropriação do conhecimento disponível e seu manejo criativo e crítico.”

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na sociedade do conhecimento e da comunicação de massa, a tecnologia tornou-se instrumento de vanguarda, indispensável no processo que vem redesenhando a nova cultura educacional e uma nova ordem social. É necessário entender que, a *Internet* é um meio em potencial para o relacionamento entre pessoas (físicas e/ou jurídicas) facilitando as formas de atender necessidades e desejos cotidianos das pessoas e, até mesmo, autorizando a expressão de novas necessidades, desejos e oportunidades. Conforme as palavras seguintes,

As novas tendências sociais e os novos rumos impostos pela Era da informação influenciam diretamente a educação e o conhecimento. Administrar a quantidade de informação veiculada e estar atualizado, atualmente, é uma tarefa extremamente difícil e especializada. (GRECO<sup>3</sup>, 2005.)

No campo da tecnologia, um *site* pode ser considerado uma ferramenta de *marketing* institucional direcionado para a venda de um produto e/ou de serviços, mas também, pode ser tratado como um instrumento que permita a integração de informações bem estruturadas e de aprendizado

*on-line* ao privilegiar um ambiente interativo que articule possibilidades de caráter educacional e a customização dos serviços prestados.

Considerando-se a história da criação e desenvolvimento da *Internet*, percebe-se que a década de 90 tornou-se o portal para uma nova configuração social e econômica no mundo. Conforme Castells (2003), no primeiro ano de uso disseminado do *World Wide Web* (rede mundial de informação) por volta do final de 1995, havia cerca de 16 milhões de usuários da rede no mundo e ele previsionsava que, por volta de 2010, aproximadamente dois bilhões de usuários comporiam esta rede.

Atualmente, em recente matéria publicada no dia 08 de maio de 2009, pelo jornal “O Tempo”, de Belo Horizonte, segundo o IBOPE Nielsen *Online*, no Brasil, existem cerca de 62,3 milhões de internautas, considerando-se todas as formas de acesso. A matéria menciona ainda a existência de um considerável aumento na permanência *online* por parte dos brasileiros para a marca de 26 horas e 15 minutos.

Assim como a *Internet* uniria geograficamente o mundo, novas tendências comerciais se configuravam rendendo à evolução da criação humana e dando possibilidades a uma nova prática social. “De fato, a produção histórica de uma dada tecnologia molda seu contexto e seus usos de modos que subsistem além de sua origem, e a *Internet* não é uma exceção à regra”, (CASTELLS, 2003, p.13). Pode-se dizer que, muitas empresas, apostando em uma visão estratégica de futuro, atentaram para as possibilidades de se aventurar no ciberespaço. Recriaram e/ou criaram sua empresa no mundo virtual, tanto para a otimização de transações comerciais, quanto para atrair clientes que necessitam de seus serviços. A partir desse movimento, novos nichos de mercado e profissionais se formaram para viver a tecnologia, conhecer seus instrumentos e tornar democratizada a utilização de suas ferramentas, embora se observe uma prática social que admite implicações de desigualdade e de exclusão.

Avaliando as mudanças até os dias atuais, com foco na inserção das novas tecnologias, a *Internet* e a velocidade das transformações que lhe são inerentes percebe-se uma evolução nos moldes de aprendizagem, que se revelam urgente a cada momento. E o impacto do uso da tecnologia digital como valor agregado traz uma complexidade capaz de admitir uma natureza multidisciplinar, pois envolve uma relação em que os aspectos socioculturais e econômicos possuem uma responsabilidade significativa entre o objeto explorado, a organização e a clientela em potencial.

Entretanto, com o advento da *Internet*, não houve redução significativa na utilização de papéis, nem tampouco substituição de livros. Ela anda de mãos dadas com a educação e seu desempenho advém da relação com o conhe-

cimento, a ação e as tendências que a regem atualmente. A dimensão da utilização da *Internet* torna as demandas da sociedade supremas para o seu avanço e sua execução. A mesma pode ser vista como uma ferramenta auxiliar do progresso nas relações comerciais, mas jamais suprirá a força produtiva nas relações de trabalho e, tampouco, admite a substituição, em sua totalidade, do mundo real pelo virtual. Assim:

A Internet é o tecido de nossas vidas. Se a tecnologia da informação é hoje o que a eletricidade foi na Era Industrial, em nossa época, a Internet poderia ser equiparada tanto a uma rede elétrica quanto ao motor elétrico, em razão de sua capacidade de distribuir a força da informação por todo domínio da atividade humana. (CASTELLS, 2003, p.7)

Entende-se, pois, a tecnologia da informação e o uso da *Internet* como componente da sociedade atual, em que se pode verificar que é na geração jovem que floresce uma maior habilidade para dominar e navegar neste atraente “mundo novo”.

A tendência não é determinante, mas pede um questionamento acerca do mundo globalizado, mediante o estilo das instituições educacionais e sua aparição na *Internet*. Ademais, o *site* dessas instituições torna-se uma prerrogativa de investigação, uma vez que podem criar um espaço de interação e estímulo cognitivo ao seu alunado e, ao mesmo tempo, mediar as necessidades dos pais; responder às informações que são pertinentes aos seus pretensos clientes e tornar-se um diferencial para a educação ao gerar um ambiente em que sua identidade se promova e se refine com a participação do corpo docente. “Os usos adequados da *Internet*, tornaram-se uma fonte decisiva de produtividade e competitividade para negócios de todo o tipo”. (CASTELLS, 2003, p. 56)

Na verdade, assuntos relacionados ao uso da *Internet* são referenciais para a produção de pesquisas e artigos científicos que referenciam as Instituições Educacionais, porém, adentrando somente no que tange a sua utilização para questões ligadas à aplicação de cursos, ou seja, educação à distância e/ou ao desenvolvimento de *softwares* com conteúdo didático. Não se contemplou nenhum artigo e/ou pesquisa que tenha posto em foco de estudo a apropriação e o uso de *sites* pelas escolas na sociedade contemporânea.

Revistas periódicas e especializadas que tratam de assuntos voltados à tecnologia e, em especial, de *websites*, como, por exemplo – “*www.com.br*” da Editora Europa Ltda.; “*Business Book*”, produzida por HSM do Brasil e pela TOTVS Tecnologia e Gestão e/ou a “*Webdesign*” da Editora Arteccom - não mencionam nada a respeito dos *sites* de escolas do país. Tampouco, oferecem um espaço constante em seus periódicos para privilegiar artigos que

atendam ao público específico. Tópico de certa relevância, uma vez que as escolas também reafirmam o ciberespaço como um fecundo meio para as relações comerciais que vêm intensificando-se a cada ano.

Observa-se que esse referido mercado de educação repousa na oferta de um “bem” e/ou serviço já institucionalizado pela sociedade. Demanda um espaço formal que tem como mola mestra a transferência do saber produzido historicamente pela humanidade, mas que também propicia a produção de novos saberes. E, não menos importante, possibilita o desenvolvimento e preparação do homem para o mundo em sociedade e para o mercado de trabalho. Assim, uma relação de interdependência sociocultural é atribuída a cada indivíduo que faz parte da sociedade, principalmente, nos grandes centros urbanos, fazendo com que a maioria dos indivíduos adentre os portões do mercado e dele faça parte por um longo período de suas vidas.

As escolas particulares, portanto, apresentam-se na sociedade compondo uma parte do mercado permanente, ancorando uma longevidade mercantil, até então, longe da extinção. Afinal, as instituições educacionais são apreciadas por grande parte das elites locais e almejadas pela maioria da população urbana que veem, na “educação” oferecida, a qualidade necessária para uma maior chance de sobrevivência frente à sociedade capitalista, uma vez que, as instituições públicas de educação apresentam precariedade confirmada pela maioria das avaliações já aplicadas pelos órgãos competentes da União.

Baseando-se nessas reflexões, permite-se desenhar um questionamento acerca da funcionalidade de *sites* de instituições educacionais, pois percebe-se que a tecnologia de rede, a *Internet*, admite uma característica que a considera como algo novo e/ou recente na sociedade. Em contrapartida, as empresas de desenvolvimento de *sites*, a formação acadêmica dada aos futuros profissionais da área e os escritores que recheiam seus periódicos com matérias correlatas a essas tecnologias não admitem uma abordagem e nem um aperfeiçoamento técnico científico para o segmento e suas especificidades.

Conforme Torres e Cozer (2000, p. 330), faltam profissionais de tecnologia da informação, tampouco existe um perfil claro e bem definido para o profissional que vai trabalhar com *web sites*. Afirmam, também, que não se pode deixar de mencionar que “outras áreas possuem experiências e formações muito específicas, que ainda não existem para o mundo dos negócios na *Internet*”. E, ainda, admitem:

O grande problema está também nos profissionais. Quantas vezes vemos pessoas estudando informática ou marketing só porque é um mercado que dá dinheiro. Há milhares de pessoas com boa formação acadêmica procurando empregos em projetos relacionados à

Internet, mas elas mesmas não sabem o que querem. Sem objetivo, ninguém chega a lugar algum. (TORRES; COZER, 2000, p. 331)

Repensar essas questões envolve um arcabouço de conhecimentos e informações que, para muitos profissionais da área de desenvolvimento de *sites*, encontram-se numa obscuridade letárgica. Observa-se, portanto, que muitos profissionais que trabalham no desenvolvimento de *sites* são classificados como especialistas em sua área de atuação, esquecendo-se de que, para a execução de seus projetos, torna-se necessário conhecer a essência do produto e a singularidade de cada cliente. E, ainda, que o foco na “especialização” pode acabar se tornando uma armadilha para os profissionais da *Internet*, uma vez que a tecnologia marcante na contemporaneidade necessita de pessoas com múltiplas habilidades. Segundo Gandelman:

A informação e o conhecimento, que, com o auxílio dos novos meios de comunicação, vêm aceleradamente se expandindo, já estão provocando transformações sem precedentes, uma verdadeira revolução cultural, com reflexos, inclusive, nas relações econômicas locais e internacionais. (GANDELMAN, 1997, p. 21)

Sendo a escola um local indissociável e de encontro a relação informação e conhecimento, torna-se importante sua responsabilidade ao se mostrar na rede para o mercado consumidor; entretanto, deve ser subsidiada pelos profissionais da *web* que, tecnicamente, devem estar preparados para assumir a *Internet* como espaço democrático, de alcance mundial, onde todos têm a mesma visibilidade, porém, com a possibilidade de se mostrar distinto.

Assim, ao projetar um *site*, torna-se necessário ter um bom produto (conteúdo) e um bom serviço (um bom *site*). Mas, não basta criar uma ferramenta que faça perceber a instituição como apenas sua detentora atuante com a modernidade, ou seja, que demonstre apenas uma inserção aos moldes da atualidade. Pelo contrário, é necessário, além de uma engenharia bem estruturada, incorporar conteúdos bem organizados, com foco em objetivos bem estruturados com a finalidade de facilitar o vínculo emocional, permitindo ao público uma exploração conceitual dos serviços oferecidos e a identificação do atendimento de suas necessidades. Em outras palavras, o trabalho bem feito é a base do sucesso.

Nesse ínterim, torna-se importante mencionar que, no primeiro semestre do ano de 2008, surge, como Projeto do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Newton Paiva, especificamente, na composição dos conteúdos da disciplina de “Tecnologias Digitais”, a aplicação do “*check list* - Critérios para Análise de *Sites*”, Lira (2005)<sup>4</sup>. O trabalho desenvolvido teve como objetivo final uma aplicação prática em espaço educacional formal, ou seja, em uma

escola. E, possibilitou verificar que a direção da escola não conhecia os mecanismos e nem explorava tal ferramenta, quer para proveito próprio, quer para atender sua clientela interna e externa e/ou para acolher potenciais “novos clientes”. O *site*, então, apenas existia e era mantido na maioria do tempo inerte, ocupando, apenas, um lugar no ciberespaço e na rede mundial.

De acordo com o trabalho efetuado, buscou-se analisar os *sites* de outras escolas e a problemática estudada levava a uma confirmação preocupante: muitas escolas criam seus *sites*, mas se esquecem de que eles lhes garantem portas abertas 24 horas por dia, não respeitando feriados, sábados e/ou domingos e, podem lhes render um diferencial no mercado educacional pulverizado, mas, de certa forma, tão homogêneo.

Em seguida, o projeto contribuiu para o exercício da vocação empreendedora do pedagogo que, por meio da execução de um Plano de Negócios, criou uma fictícia empresa de consultoria para *sites* de Instituições de Ensino, cuja administração compunha-se de uma psicóloga e de uma pedagoga. Um pseudo “*Home Office*” segredava todo o trabalho de criação e especialização dos *sites* educacionais. Pode-se dizer que, mais uma vez, surge uma nova oportunidade de mercado para a atuação da área da pedagogia e do profissional de vanguarda que, diante do potencial democratizante das novas tecnologias, confrontar-se-á com experiências concretas para a criação de um espaço de comunicação e aprendizagem compartilhada.

A proposta, dessa vez, além de avaliar o *site* utilizando os critérios do “*check list* (autoridade – precisão – objetividade – atualidade – cobertura)”, já aplicados anteriormente, acrescenta uma expectativa visando verificar os recursos utilizados para trabalhar as competências educacionais que exploram e desenvolvem no usuário habilidades cognitivas, coordenação motora, habilidades com linguagem e comportamento; e da identificação do diferencial institucional para atender as demandas da clientela.

## METODOLOGIA

Para atender o mercado de atuação das Instituições de Ensino e possibilitar uma melhor compreensão dos objetivos da colocação de um *site* no ciberespaço, fez-se necessária uma pesquisa em outra Instituição de Ensino.

Buscou-se analisar o *site* de uma escola que atua na Educação Infantil e Ensino Fundamental da rede particular de ensino de Belo Horizonte e que possui uma clientela com nível socioeconômico elevado, a fim de verificar se ele atende aos critérios pré-estabelecidos na construção de *sites*, se atende aos objetivos de sua detentora, se agrega algum valor que se pode considerar como um diferencial

institucional como instrumento de *marketing* e se responde aos desejos de sua clientela interna e externa, absorvendo todo o potencial que a própria ferramenta permite. Considere-se as palavras seguintes:

O que interessa nesses exemplos não é só o pioneirismo, apesar de isso ter alguma importância, mas, sim, as suas atitudes empreendedoras. Essas empresas perceberam que o mundo está em transição econômica, cultural, histórica empresarial, e elas apostaram em novas idéias, em novas soluções. Sua empresa pode não querer ser a maior na rede, mas talvez deseje apenas ser um ponto de referência na área em que atua. (DOTTA, 2000, p.30)

Em um primeiro momento, optou-se por verificar e validar a proposta da existência desse *site* junto à diretoria da instituição e, em seguida, à clientela interna (funcionários/professores) e à clientela externa atuante (pais dos alunos matriculados).

Com aplicação de questionário, modelo de Cláudio Guarnieri, a direção da instituição pesquisada permitiu verificar o objetivo da criação do *site* e de aferir o grau do conhecimento que detém em relação a aplicação dessa tecnologia para sua empresa e para sua clientela interna e externa, buscando-se, inclusive, identificar como e quantas vezes a própria direção acessa o *site* de sua escola.

Com a finalidade de desenvolver bons e acertivos questionários para aplicação aos pais e aos funcionários e, buscando complementar o alicerce dos objetivos propostos, fez-se uso de leituras advindas de conteúdos contemplados em periódicos de grande veiculação e circulação social.

Segundo a reportagem “Qual é a melhor escola?”, escolher a melhor escola para matricular os filhos, hoje em dia, é uma tarefa árdua, tendo em vista o valor que a “educação” incorporou nas últimas décadas. Em depoimento, Virgílio Machado, diretor da Rede Colegium, que obteve o 3º lugar em Minas Gerais na prova do Enem em 2008, entre outros especialistas, afirma que o mais importante ao escolher uma escola para os filhos é ter em mente que “a escola ideal é aquela que mais se aproxima de seus valores, expectativas e exigências”. Machado ainda sugere algumas características a serem observadas em uma escola. Entre elas, podemos ressaltar o modelo de educação oferecido e se a qualidade das aulas especializadas realmente contribuem para a formação dos alunos ou, simplesmente, representam uma forma de ocupar o tempo. E, também são apontadas como características importantes a serem observadas: a segurança, a formação contínua dos profissionais, a infraestrutura física e pedagógica, os horários oferecidos pelas escolas e os projetos desenvolvidos e ligados ao desenvolvimento social.

Conforme as características descritas por Virgílio Machado na reportagem acima mencionada, e conforme duas re-

portagens da Folha de São Paulo (16 de setembro de 2007), “Roteiro ajuda pais a escolherem melhor escola para os filhos” e “Teste prático ajuda a avaliar os colégios”, perceberam-se importantes quesitos a serem verificados pelos pais, a fim de efetuar uma boa escolha da escola para seus filhos. Assim, contemplou-se a possibilidade de dialogar com tais quesitos referenciados e o que a escola pesquisada apresentava para seus clientes e se poderiam ser vivificados no *site* da escola, uma vez que o objetivo é verificar a aproximação da escola real e a sua projeção no ciberespaço.

Dessa forma, foram importantes a elaboração e a aplicação de questionário que pudesse revelar os desejos de seus usuários (pais dos alunos, professores e demais funcionários da instituição) para verificar se o *site* corresponde aos itens, se os entrevistados possuem um bom conhecimento acerca da temática em estudo e se proporciona uma versão de sua existência real, capaz de se tornar uma ferramenta de *marketing* institucional com alto poder de aceitação e adesão pelos que se encontram envolvidos com ela. E, assim, catalogar subsídios no plano real para uma adequação virtual do *site*, a fim de torná-lo uma ferramenta capaz de atender às demandas da comunidade interna e externa. Tais características citadas nas reportagens mencionadas foram analisadas em seu contexto, como também as que foram apontadas pelos pais, funcionários e dirigentes. Dentre todas, observam-se características consideradas de maior importância pelo profissional pedagogo para possibilitar uma contribuição a valorização da qualidade e do compromisso tácito da própria instituição para com funcionários, clientes e terceiros.

Os modelos de questionários utilizados e aplicados aos pais, funcionários e diretoria da instituição educacional pesquisada encontram-se anexos neste artigo.

## RESULTADOS

### A) ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS QUESTIONÁRIOS ENVIADOS AOS PAIS

Para realizar a avaliação junto aos pais, foram distribuídos 500 questionários, porém, apenas 177 foram respondidos, representando uma amostra de 35,4% do total de pais da escola.

Apresentou-se no item 1 do questionário uma lista de características que uma escola considerada de qualidade deveria ter. A maioria das características que foram apontadas compunha o rol das reportagens citadas: segurança dos alunos, qualidade do ensino, tecnologia, educação voltada para valores, atendimento de qualidade, qualificação dos profissionais, espaço físico da escola e alimentação saudável.

No Gráfico 1 pode-se observar que os dados revelam os seguintes resultados:

**Gráfico 1: Aspectos importantes que uma escola de qualidade deve ter como prioridade**

Nota-se que a maioria dos pais que responderam à pesquisa marcaram mais de uma opção no item 1, demonstrando que uma escola de qualidade reúne várias características que devem ser somadas para satisfazer as

demandas de sua clientela. Nenhuma delas, isoladamente, tem o poder de ser um ícone de referência organizacional.

O item 2 do questionário demonstra a quantidade de pais que conhecem o *site* da escola, conforme Gráfico 2:

**Gráfico 2: Número de pais que conhecem o *site* da escola**

A partir do momento que a maioria dos pais da amostra conhece o *site* da escola e possui acesso ao ciberespaço, ele poderá ser utilizado como ferramenta para facilitar o dia a dia

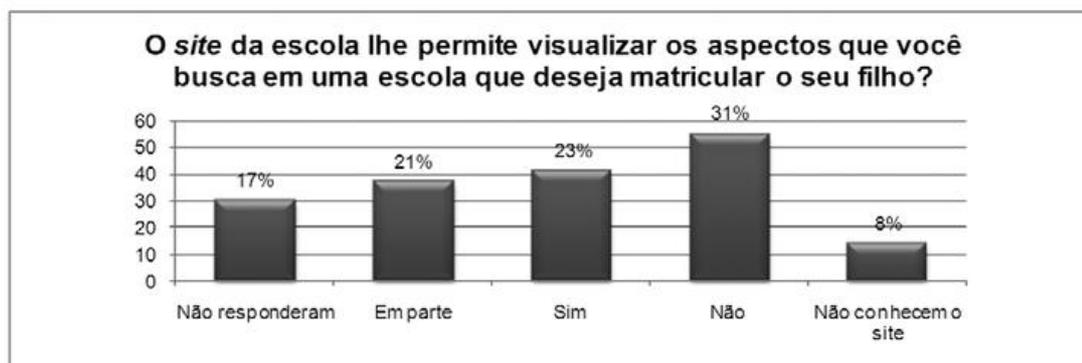
de todos. No entanto, conforme o Gráfico 3, 41% dos pais que participaram da pesquisa não veem utilidade nenhuma no *site*, o que demonstra a necessidade de reestruturação do mesmo.

**Gráfico 3: O *site* da escola possui utilidade para você?**

Ao questionar se o *site* da escola permite uma visualização dos aspectos que eles buscam em uma escola a qual pretendem matricular seu filho, o resultado mostra que, do total

dos entrevistados, 23% responderam “sim”, 31% responderam “não” e 21% responderam “em parte”. Do total, 8% informaram não conhecer o *site*. Confira o Gráfico abaixo.

**Gráfico 4: O site da escola lhe permite visualizar os aspectos que você busca em uma escola que deseja matricular o seu filho?**



Portanto, ao analisar os dados qualitativos e quantitativos desse resultado, não se pode deixar de considerar que os pais que responderam à questão conhecem a escola e seu funcionamento, pois seus filhos encontram-se matriculados nela. Dessa forma, é possível acreditar que respon-

dem com mais propriedade se o *site* em questão consegue revelar a verdadeira identidade da escola.

No item 7, solicita-se aos pais que deem notas de 1 a 10 para representar o grau de satisfação que eles têm com a escola, como indicado no Gráfico 5:

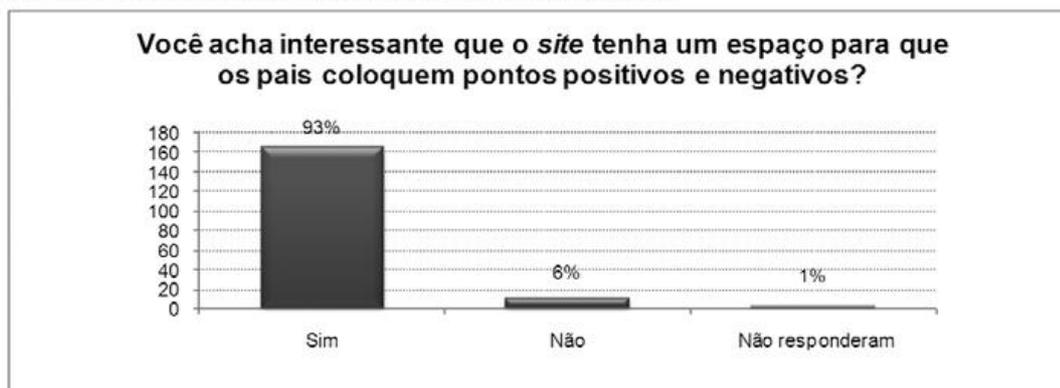
**Gráfico 5: Nota dada pelos pais para representar seu grau de satisfação com a escola**



Pode-se observar que a maioria dos pais deu notas 8, 9 e/ou nota 10 para indicar o seu nível de satisfação. Nenhum deu nota abaixo de 6, o que indica que escola prioriza um atendimento de qualidade e que satisfaz a maior parte de sua clientela.

Em relação à criação de um espaço no *site* para que possam mencionar pontos positivos e negativos da escola, a maioria dos participantes, ou seja, 93% dos entrevistados mostraram-se a favor, conforme o Gráfico 6.

**Gráfico 6: Você acha interessante que o site tenha um espaço para que os pais coloquem pontos positivos e negativos?**



Os pais também sugeriram uma série de mudanças para tornar o *site* mais útil e atrativo, concebendo-o sob vários enfoques. Com sugestões que ora se relacionavam aos aspectos técnicos de sua construção e usabilidade, ora se referindo ao *marketing* institucional e, perpassando pelo formato e conteúdo pedagógico, demonstraram-se atentos a possíveis melhorias no *site* da escola.

Assim, a falta de atualização do *site*, critério encontrado no *check list* (atualidade) para análise de *sites*, é apontada pelos pais. E, da mesma forma, surge a necessidade de torná-lo mais útil por meio da disponibilização de um *link* para comunicação entre família e escola e um *link* que permita o acesso às documentações como, por exemplo, 2ª via de boleto bancário; lista de materiais escolares; cardápio oferecido no dia a dia; efetuação da matrícula e/ou da rematrícula, a atualização do cadastro familiar *on line*, quando necessário.

De acordo com a pesquisa, percebe-se, ainda, que os pais gostariam de conhecer todos os profissionais que atuam na escola, bem como as publicações do corpo docente, admitindo ser o *site* a ferramenta capaz de proporcionar-lhes tal acesso.

Em relação aos aspectos pedagógicos, informam ser necessário que o *site* divulgue os projetos trabalhados com os alunos; que apresente um *link* contendo informações sobre o desenvolvimento infantil e as habilidades que os alunos

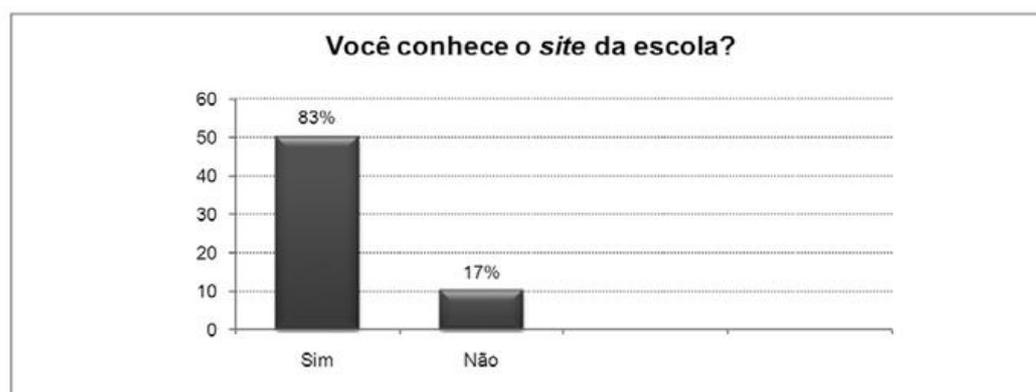
devam conquistar em cada etapa; os “cuidados” com a criança e as regras de segurança utilizadas pela escola. E, valendo-se da categoria informativa, que se disponibilizem sugestões de atividades, filmes, jogos, músicas, livros, passeios e eventos oferecidos pela cidade, previamente selecionados.

As sugestões acima listadas foram retiradas do item 3 do questionário e revelam como a participação da comunidade institucional pode enriquecer a qualidade dos serviços prestados pela escola, ofertando subsídios para a construção de um *site* de qualidade e que revela a verdadeira identidade da escola, ou seja, ofertando estratégias para se colocar em prática a fim de se obter um verdadeiro diferencial de valor agregado global.

#### B) ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS QUESTIONÁRIOS ENVIADOS AOS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA

De acordo com o resultado dos questionários aplicados, percebe-se que o quadro de colaboradores da instituição pesquisada tem, em sua predominância, pessoas do sexo feminino e com atuação na área da docência. Observa-se, também, que a maioria dos funcionários tem menos de um ano na empresa. Em relação ao envolvimento dos funcionários com o *site* da instituição, 83% afirmam conhecer o *site* da escola em que trabalham; 80% o acessam frequentemente e nenhuma pessoa o utiliza mais de uma vez por semana.

**Gráfico 7: Você conhece o site da escola?**



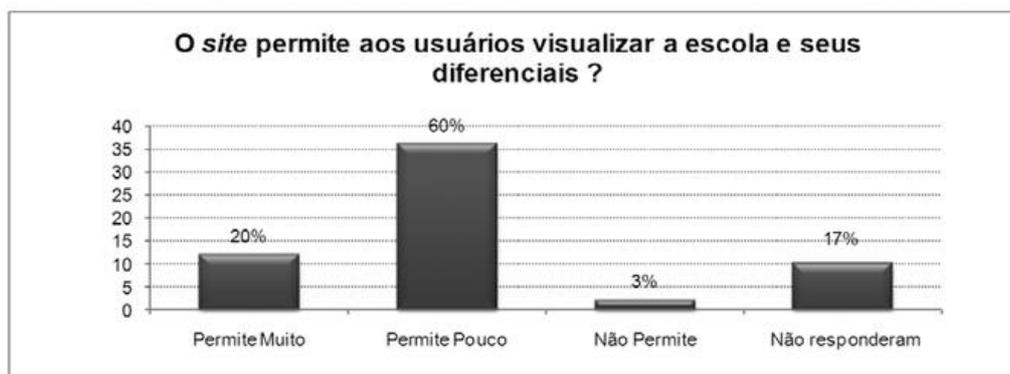
Em relação às questões indicadas para a melhoria do *site*, o item “participação dos funcionários da escola” é o 2º mais votado. Entretanto, a questão “utilidade ou

não” do *site* mostrou que sua utilidade não é proveitosa para a maioria dos funcionários e, que sua existência não faz diferença em suas vidas. Observe o Gráfico 8:

**Gráfico 8: O site da escola possui utilidade para você?**

Em relação às questões indicadas para a melhoria do *site*, o item “participação dos funcionários da escola” é o 2º mais votado, enquanto aparece, em seme-

lhante proporção, o resultado da questão “utilidade ou não” do *site* para os entrevistados.

**Gráfico 9: O site permite aos usuários visualizar a escola e seus diferenciais?**

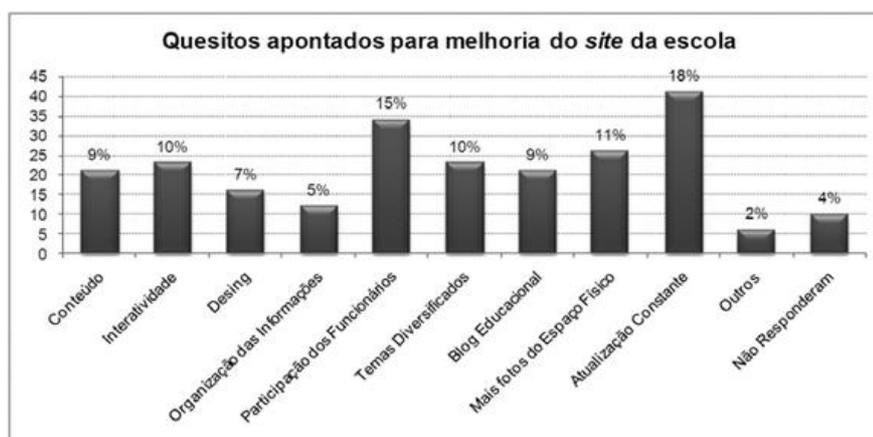
Um pouco mais de 30% dos pesquisados consideram o *site* da escola adequado para apresentar a escola aos novos clientes, porém, mais de 40% alegam que

o *site* permite pouca visualização da escola e de seus diferenciais para o público.

**Gráfico 10: Professores que gostariam de expor seus trabalhos no site**

Embora seja observada alguma contradição nas respostas obtidas, torna-se importante pontuar que profissionais de outras funções e não somente docentes gostariam de expor seus trabalhos no *site* como:

artigos escritos, projetos de destaque e campanhas realizadas internamente. E, acreditam que essa participação reforça o diferencial da instituição.

**Gráfico 11: Quesitos apontados para melhoria do site da escola**

O quesito mais votado para a melhoria do *site* refere-se à “atualização constante”. Esse item, ou a sua falta, é observado não somente no *site* da instituição pesquisada. Provavelmente, o problema encontra-se alicerçado pela falta de domínio da ferramenta.

Torna-se notório que quesitos como: conteúdo, interatividade, temáticas diversas, fotos do espaço físico e a inserção de um blog educacional contribuirão para a melhora e sucesso do *site*, conseqüentemente, da escola. Afinal, a escola possui uma existência dinâmica e, assim deve ser seu *site*, refletindo sua rotina por meio de quesitos que lhe proporcionam tal visibilidade.

Não menos importante perceber que menos de 10% dos entrevistados preocuparam-se com o item “*design*” e com a “organização das informações”, levando a entender que, para eles, o *site* em questão admite bom *layout*, tanto na estrutura visual quanto na facilidade de navegação.

E, na oportunidade, serão transcritas as informações percebidas como uma contribuição real e valiosa para a pesquisa desenvolvida e para os leitores que, porventura, possam encontrar-se envolvidos e/ou inseridos numa realidade próxima da que aqui se encontra exposta. Como sugestões, destacaram-se: necessidade de atualização; apresentação das atividades realizadas com as crianças; apresentação dos funcionários da escola; criação de um espaço para que os pais possam acompanhar o processo de desenvolvimento de seus filhos nos diferentes segmentos educacionais; criação de um espaço para sugestões e críticas e a existência de um *link* que permita o acesso aos registros de toda literatura presente na biblioteca de cada unidade e que o mesmo possibilite efetuar reservas e locação do arcabouço literário pelos pais, alunos e funcionários da escola.

Torna-se perceptível que as sugestões dos profissionais da escola vão ao encontro das ofertadas pelos

pais. As opiniões em conjunto fornecem subsídios relevantes para a adoção de um *site* que atenda a diversidade da clientela, reiterando a importância para o atendimento das necessidades do uso criativo e de qualidade das tecnologias digitais já utilizadas.

Portanto, pode-se dizer que, por meio do *site*, as pessoas podem conhecer a história da escola, sua proposta pedagógica, sua equipe de profissionais. Por meio de fotos variadas, podem conhecer o espaço físico e, por meio de *links* com ofertas de serviços *online*, torna-se possível acessar “soluções” que se fazem necessárias, sem sair de casa. Assim, se o conteúdo for susceptível de gerar novas visitas, essa ferramenta terá boa utilização e administração; conseqüentemente, a instituição causará uma boa impressão em seus usuários.

#### C) ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS QUESTIONÁRIOS ENVIADOS À DIREÇÃO DA ESCOLA

A direção da escola é exercida por três sócias proprietárias que desempenham a função de diretora pedagógica, diretora financeira e de RH e diretora administrativa, as quais foram aplicados dois tipos de questionários. Para perceber como a direção contempla o *site* da escola, aplicou-se o teste rápido de usabilidade e comunicação *web* “Seu *site* funciona?”, elaborado por Cláudio Guarnieri.

Esse teste aborda aspectos técnicos inerentes à construção de um bom *site* para toda e qualquer empresa que faça parte da rede mundial, a *Internet*. E, de acordo com as respostas obtidas e conforme resultado descrito pelo autor do teste em questão, observa-se que o *site* da escola não é ruim, mas pode ser melhorado e tornar-se um bom *site*. Alguns aspectos importantes são relegados e isso pode fazer com que a imagem da empresa na *web* fique um pouco prejudicada.

Torna-se importante pontuar que as três diretoras/proprietárias da escola informaram que raramente entram e/ou utilizam o *site* de sua empresa e cada uma delas adota uma postura diferente quando o assunto refere-se ao

ato de convidar pessoas para conhecerem o *site* de sua escola. A diretora financeira sempre convida, a diretora pedagógica convida apenas algumas vezes e a diretora administrativa raramente e/ou quase nunca convida pessoas para conhecer o *site* de sua escola. Entretanto, torna-se unanimidade a percepção que elas têm do *site*, pois todas acreditam que ele revela-se vendedor e bonito.

Ao acessarem o *site* da escola, percebem que ele carrega rapidamente e que está bem perceptível. Nenhuma delas concorda que a proposta de navegação do *site* está clara, e duas diretoras acreditam que o conteúdo do *site* é inteligível e objetivo. Entretanto, uma entende que o conteúdo é interessante, mas não muito objetivo.

Sobre a oferta de produtos e serviços, duas diretoras acreditam que esse quesito não está muito destacado, mas está bem presente na página principal. Já a terceira diretora diz perceber esse quesito bem destacado e instigante.

Nas questões que envolvem perguntas sobre o *check list*, apenas três quesitos obtiveram unanimidade nas respostas dadas pelas três diretoras. Todas responderam que os títulos do *menu* de navegação são autoexplicativos; que existe um slogan tornando claro o negócio da empresa e que o *site* não utiliza nenhum recurso sonoro (música). As demais questões apresentam divergência nas respostas ofertadas, revelando que as mesmas possuem percepções diferenciadas para itens fáceis de visualizar com uma visita rápida ao *site*. E, assim, denunciando que o conhecem pouco e/ou que responderam ao teste sem verificar, ou seja, sem acessar o *site*.

Em seguida, aplicou-se um questionário aberto e elaborado pelas pesquisadoras contendo perguntas a fim de se perceber a identidade institucional e sua relação com o *site* existente a partir do conteúdo das respostas obtidas. A direção informa que criaram o *site* da instituição para a divulgação da escola, atingindo uma clientela das classes sociais A e B, pais interessados em colocar seus filhos na escola, todos os envolvidos (pais, familiares, professores) e, inclusive, seus próprios concorrentes. E concordam que, atualmente, as informações postadas no *site* encontram-se desatualizadas. Informaram, ainda, que não existe um *link* contendo informações pertinentes a cada modalidade de ensino, tampouco um *link* que direcione ao acesso de outras *webs* pré-selecionadas para utilização de pesquisas educacionais pelo seu corpo docente e discente e/ou que apresente aproveitamento interativo e conteúdo pedagógico.

Ao perguntar o que gostariam que tivesse no *site*, obtiveram-se informações que colidem com os desejos divulgados pelos seus próprios funcionários, como: informações sobre os profissionais da escola; atualização constante; interatividade e organização do conteúdo.

Entretanto, a direção menciona que a escola apresenta quesitos que atestam o seu diferencial, porém, que não se encontram postados no site. Dentre eles, destacam-se o lanche coletivo balanceado sob orientação de nutricionista; o transporte próprio e exclusivo para os alunos da escola; o horário integral com recreação no turno da manhã; as atividades com profissionais especializados no horário de 18h às 18h50min (esportes, capoeira e *ballet*); parceria com a *Greenwich Schools*, a partir de 4 anos, com metodologia adaptada à proposta pedagógica da escola, e sistema de *“Drive Thru”* (atendimento individualizado e ágil para as crianças nos horários de entrada e saída da escola e que são transportados por automóveis particulares).

Assim, permite-se dizer que, se for do desejo da direção que o *site* da escola funcione com grande qualidade, torna-se necessária a coesão de opinião e a busca e compartilhamento por conhecimentos sólidos que façam emergir a sinergia para objetivos comuns como, por exemplo, o desejo de mudança. Torna-se importante ressaltar que, quando se entra em um *site* onde a maioria dos *links* existentes encontra-se com acesso restrito, os visitantes poderão perder o interesse pelo mesmo. Cabe à comunidade escolar decidir o que será aberto ao público e o que será restrito e, caso decidam exibir as imagens dos alunos, elas deverão ser autorizadas pelos pais a fim de se evitar problemas posteriores. Afinal, no ciberespaço, a ética e a responsabilidade devem permear as ações cujos resultados se fazem globalmente e, as leis existem, mas não são tão claras mesmo que pouco.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Internet é uma ferramenta de comunicação importante no futuro das crianças e já tem um forte impacto no cotidiano como nenhum meio jamais permitiu antes. E, essa tecnologia possibilita percorrer uma grande rede hipertextual, aliando informações ao aprender colaborativamente.

A atuação do pedagogo no ciberespaço pode ser desenvolvida sob vários prismas, pois a tecnologia também invade as salas de aula e o cotidiano dos alunos. Afinal, o pedagogo é uma espécie de arquiteto cognitivo capaz de desenvolver seu trabalho ao beneficiar estratégias didáticas aos objetivos que pretende atingir, impregnando todo o seu trabalho de valores humanistas, colaborando na formação de pessoas comprometidas com a promoção da dignidade, da ética e do bem-estar social e comunitário. Revelar a verdadeira identidade da escola para atender sua comunidade interna e externa, por meio do mundo da *Internet* e, primando-se por um diferencial competitivo, pode ajudar a consolidar as diretrizes dos movimentos

educacionais realizados no século XXI, contando-se, pois, com a universalização do ensino. Assim, a criação de um *site* próprio revela o que não se pode mais deixar passar despercebido: o fato de que as composições familiares mudaram consideravelmente e que, nessa contemporaneidade, uma fusão entre tempo e tecnologia nada mais é que uma exigência dos moldes de nosso momento histórico. E, buscar conferir uma escola além dos muros, por meio de seu *site*, é acreditar que ela atua de acordo com sua verdadeira identidade, confirmando-se *à posteriori* e por meio da visita *in loco*, se a realidade confirma ou não a causalidade da “primeira impressão”.

Percebe-se, também, que a tão necessária adequação espaço-tempo, muitas vezes, dominada pela *Internet*, pode revelar que a verdadeira escola de vanguarda é aquela que caminha em paz com as questões que permeiam a contemporaneidade. Refutar tais considerações é negligenciar, mais uma vez, a importância da educação e das escolas no país, independentemente, a qual rede pertença, pois a complexidade do conhecimento e a incompletude do saber único revelam-nos a possibilidade e a responsabilidade de dialogar com as mais diversas áreas para uma nova produção científica, mais eficiente e mais eficaz. No entanto, percebe-se que a engenharia utilizada para a construção de *sites*, teoricamente, encontra-se entrelaçada e postulada por uma série de critérios de cunho técnico, o qual deverão se adequar todas as instituições que queiram projetar seu *site* no ciberespaço.

Mas, as escolas possuem uma missão diferenciada: são empresas dinâmicas e têm como ponto chave de sua existência o processo cognitivo e a formação do ser humano. E, as escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, bem como todas as instituições de ensino, merecem, portanto, um olhar especial, pois precedem os interesses da sociedade presente, alicerçando-se numa visão de futuro, cujos principais clientes e consumidores de seus serviços podem ser considerados a perpetuação da evolução da sociedade.

Trabalhar com a informática sem antes pensar no agente com suas relações de afetividade, suas percepções, sua expressão, seus sentidos, sua crítica, sua criatividade é ignorar o sujeito dessa história. “Os produtos da técnica moderna, longe de adequarem-se apenas a um uso instrumental e calculável, são importantes fontes de imaginário, entidades que participam plenamente da instituição de mundos percebidos.” (NEITZEL<sup>5</sup>, 1999)

Para se criar um *site* que garanta o poder da identidade de uma instituição de ensino, é necessário, principalmente, elaborar um *check list* que confira todo o seu potencial.

Contudo, ele deve ser produzido a partir de uma pesquisa específica junto à comunidade educacional, com a finalidade de se levantarem as reais demandas da clientela existente, por conseguinte, da clientela em potencial.

Faz-se necessário ressaltar que todas as sugestões dadas pelos pais pelos funcionários e pela direção da escola devem ser consideradas como material essencial para a elaboração de um *check list* que servirá de roteiro para as reformas no *site*. Entretanto, alguns pontos devem ser levados em conta, tomando-se por referência a segurança dos alunos. Há quem considera importante a divulgação de mais fotos dos alunos no *site* e outros que consideram importante preservarem sua imagem com *login* e senha.

Afinal, por meio deste artigo permitiu-se verificar e confirmar que não existe um *check list* padrão. E, garantir um diferencial de valor agregado perpassa pelas peculiaridades ímpares existentes em cada realidade institucional e, respeitá-las, por sua vez, permite que a mesma se torne mais competitiva no mercado educacional.

Percebe-se, porém, que a maioria dos profissionais que lidam com as tecnologias digitais busca o desenvolvimento de *softwares* educacionais e/ou busca alavancar estratégias para uma melhor apropriação do ensino à distância, o que se pode considerar como competências para atuar no mercado dos negócios. Mas, é importante dizer que, ao se efetuarem projetos que envolvam a apreensão dos conhecimentos tecnológicos para a área da educação, uma nova preocupação deverá nutrir os anseios desses profissionais, criar possibilidades para que as pessoas estejam realmente preparadas para a usabilidade de tais ferramentas.

Assim, em face dessas considerações e por meio dessas reflexões em conjunto com a corroboração do pedagogo, permitir-se-á não somente trabalhar questões voltadas para a inclusão tecnológica, mas também questões pertinentes ao analfabetismo digital que, na realidade, se insere e envolve a maioria da denominada “geração atuante e produtiva” de nosso país, ou seja, as pessoas que, atualmente, encontram-se no “comando” de nossa sociedade. Haja vista, a confirmação da falta do domínio explicitada pelas escolas já pesquisadas na concepção e administração de suas próprias empresas virtuais.

Ao investir um novo olhar para a construção de *sites* de instituições educacionais, oportunizar-se-á uma infinidade de trocas de saberes a fim de se produzir um trabalho colaborativo, de qualidade, criativo, consciente e que se faça fadado ao sucesso. Afinal, o compromisso de apresentar-se por meio da criação de um *site* não é tão simples quanto se dá o seu acesso, ou seja, não se realiza em apenas um *click*.

## REFERÊNCIAS

- CALDAS, M. P.; WOOD JR., T. Identidade organizacional. **Revista de Administração de Empresas**, v. 37, n. 1, p. 6-17, jan./mar. 1997.
- CASTELLS, Manuel. *A Galáxia das Reflexões sobre os Negócios e a Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2003.
- DEMO, Pedro. *Avaliação Qualitativa. Polêmicas do Nosso Tempo*. Campinas: Autores Associados, 1995.
- DOTTA, Sílvia. *Construção de Sites*. São Paulo: Global Editora, 2000.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Cadernos: C3 - "Roteiro ajuda pais a escolherem melhor escola para os filhos" e C4 - "Teste prático ajuda a avaliar os colégios", 16 de setembro de 2007.
- GANDELMAN, Henrique. *De Gutenberg à: direitos autorais na era digital*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- GRECO, Myrian Glória. **Pedagogia Empresarial: o pedagogo empresarial**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/pemp02.htm> Acesso em: 01 mai. 2009.
- GUARNIERI, Cláudio. **Seu site Funciona?** Teste Rápido de Usabilidade e Comunicação Web. Disponível em: < <http://www.institutomvc.com.br/insight74.htm#enquete>>. Acesso em: 01 nov. 2008.
- MORIN, E. Cultura - Conhecimento. In: **O Método IV as Idéias: a sua natureza, vida, habitat e organização**. Portugal: Publicações Europa-América, 1991, p. 37.
- MOTTA, Fernando C. Prestes & CALDAS, Miguel P (Org.) *Cultura Organizacional e Cultura Brasileira*. São Paulo: Atlas, 1997, p. 8.
- NEITZEL, Luiz Carlos. "A rede digital na rede educacional: um reencantamento". Publicado em: 23/07/1999. Disponível em: <<http://www.geocities.com/Athens/Sparta/1350/reencan.html>>. Acesso em: 01 mai. 2009.
- NUNES, Paulo. **Identidade Corporativa**. Artigo de 21/04/08. Disponível em: <<http://www.knoow.net/ciencconempr/gestao/identidadecorporativa.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2009.
- O TEMPO, jornal de BH. Coluna Interessa: "**Número de Brasileiros não passa de 62 milhões, diz IBOPE**". Sempre Editora Ltda, 2009, p. 21.
- PAMPULHA, O Tempo, jornal de BH. "**Qual é melhor escola?**" Sempre Editora Ltda, 2007, p. 2, caderno especial.
- SEBRAE, **Referenciais Educacionais do SEBRAE** – Série Documentos 2006, Maria Lúcia Scarpini Wickert - Brasília: SEBRAE, 2006, p.61.
- TORRES, Gabriel & COZER, Alberto. **Alavancando Negócios na**. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil Editora, 2000, p.330 e 331.

## NOTAS

- <sup>a</sup> caara@uol.com.br - Centro Universitário Newton Paiva.
- <sup>b</sup> fafamenezes@hotmail.com - Centro Universitário Newton Paiva.
- <sup>c</sup> judice.prof@newtonpaiva.br - Centro Universitário Newton Paiva.
- 1 <http://www.knoow.net/ciencconempr/gestao/identidadecorporativa.htm>
- 2 Informação recebida via email em 18/03/2009 pela secretaria das Câmaras Setoriais do SINEP/MG.
- 3 <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/pemp02.htm>
- 4 "**Check list (autoridade – precisão – objetividade – atualidade – cobertura) – Critérios para Análise de Sites**" (LIRA, 2005) fez parte do conteúdo da disciplina de Tecnologias Digitais do 5º período do curso de Pedagogia (1º semestre do ano de 2008), no Centro Universitário Newton Paiva.
- 5 <http://www.geocities.com/Athens/Sparta/1350/reencan.html>.

# A COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO COLETIVO NO FÓRUM METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE

Bruno Menezes do Carmo<sup>1</sup>  
Lídia Carolina Silva Salazar<sup>1</sup>  
Daisy Batista Silva<sup>2</sup>  
Fernanda Helena Ribeiro<sup>2</sup>  
Fernanda Bartolomeu Silva<sup>3</sup>  
Cláudia Chaves Fonseca<sup>4</sup>  
Juniele Rabelo de Almeida<sup>4</sup>  
Marialice Nogueira Emboava<sup>4</sup>  
Jaqueline Morelo<sup>5</sup>

**Resumo:** O estudo objetiva compreender como se configura a construção do sujeito coletivo entre os participantes do Fórum Metropolitano de Belo Horizonte. Apresenta as condições institucionais e políticas que levaram à constituição do Fórum, descreve sua organização e analisa a interação entre os atores participantes, a fim de entender a comunicação no Fórum. Utilizou como método de pesquisa a história oral. Na coleta dados, foram empregadas a entrevista, a observação e a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa constatou que a constituição de uma rede entre os participantes, necessária à formação do sujeito coletivo, não se efetivou.

**Palavras-Chave:** Comunicação pública. Redes sociais. Sujeito coletivo.

**Abstract:** The study aims to understand how the construction of the collective subject among the participants of the Forum Metropolitano de Belo Horizonte is configured. It also presents the institutional and political conditions that led to the establishment of the Forum, describes its organization and analyzes the interaction between the subjects involved in order to understand communication in the Forum. Oral history research was the method used. Interviews, observations, and bibliographical and documentary researches were employed to collect the data. The survey revealed that the formation of a network among participants, necessary for the formation of the collective subject, failed to materialize.

**Key-words:** Public communication. Social networks. Collective subject.

## INTRODUÇÃO

O Fórum Metropolitano de Belo Horizonte - FMBH, instituído pela Câmara Municipal em agosto de 2007, apresenta-se como espaço de discussão em atuação complementar aos espaços institucionais já existentes. De acordo com a Carta do Fórum<sup>6</sup>, a proposta tem por objetivos contribuir para a identificação dos interesses e problemas comuns da região metropolitana, a busca de soluções compartilhadas e a reversão da segregação socioespacial existente. O Fórum é aberto à participação de municípios que compõem a Região Metropolitana (prefeitos, presidentes e vereadores das câmaras municipais de 34 municípios), órgãos estaduais envolvidos com a questão metropolitana, órgãos técnicos e de pesquisa, organizações não governamentais, entidades de classe e sociedade civil.

Partindo do pressuposto de que estudar a interação social compreende estudar a comunicação entre os atores (RECUERO, 2009), a pesquisa teve como objetivo compreender como ocorre a comunicação entre os diversos atores participantes do Fórum, muitos deles com interesses conflitantes e, também, de que forma a comunicação ao mesmo tempo constitui e é constituída pelo sujeito coletivo capaz de “elaborar sistemáticas de gestão adequadas à diversidade de seus agentes”, conforme estabelecido na Carta do Fórum.

Quanto à metodologia do estudo, utilizou-se a história oral<sup>7</sup>, a qual destaca as visões dos atores sociais, permitindo desenvolver e fundamentar análises históricas a partir da constituição de fontes e arquivos orais que desempenham papel fundamental na relação entre memória e história<sup>8</sup>.

Além disso, empregaram-se a documentação indireta, com a consulta aos documentos produzidos nos eventos institucionais, publicações parlamentares e administrativas referentes à RMBH, e a observação direta do evento institucional realizado no ano de 2011.

Na seleção dos entrevistados, procuramos observar a composição do Fórum Metropolitano: vereadores e representantes da sociedade civil organizada, bem como funcionários da Câmara que pudessem relatar todo o processo de concepção e organização do Fórum. Assim, através de lista fornecida pela Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Belo Horizonte, escolhemos os oito entrevistados (amostra por acessibilidade). Os mesmos nos concederam a entrevista após lerem e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. As entrevistas foram transcritas e analisadas a partir dos princípios metodológicos da história oral.

A pesquisa de campo (com integrantes do Fórum) revelou diferentes memórias: os embates foram explicitados em uma possível “batalha de memórias”, indicando o conflito entre o desejo de construção do “sujeito coletivo” e as

experiências “personalistas”. A história oral busca, assim, registrar a memória viva, construindo uma imagem do vivido a partir de um processo de pesquisa qualitativa.

A pesquisa percorreu operações práticas de história oral: (1) agendamento, elaboração e realização das entrevistas a partir da rede estabelecida; (2) transcrição e textualização (produção dos textos documentais); (3) autorização dos narradores (assinatura da Carta de Cessão); (4) análise das narrativas.

Na Câmara dos Vereadores, entrevistamos o servidor Maurício Leite, um dos idealizadores do Fórum e atual diretor de Processo Legislativo; o coordenador de projetos do Legislativo, Alexis Lopes Filgueiras, e o coordenador da TV Câmara, Guilherme Minassa.

Entrevistamos também três vereadores participantes do Fórum: Bruno Miranda, vereador de Belo Horizonte pelo PDT, Lilian Paraguai, vereadora de Brumadinho pelo PT e Antônio Evangelista Totó Teixeira, do PSB, presidente da Câmara de Belo Horizonte quando da criação do Fórum. Bruno Miranda e Lilian Paraguai estão no seu primeiro mandato em Belo Horizonte e Brumadinho respectivamente.

Como representantes da sociedade civil, entrevistamos o *designer* gráfico e artista plástico José de Castro Procópio, representante do Projeto Manuelzão (UFMG), no Fórum e o assessor da presidência do CREA-MG, José Abílio Belo Pereira, que acompanhou a implantação do Fórum Metropolitano e foi membro do Conselho Deliberativo do Fórum.

As narrativas que compõem o eixo desta pesquisa emergiram de entrevistas realizadas entre os dias 22/09/2011 e 15/03/2012. Foram registrados relatos (em *história oral*) de políticos e servidores públicos que integraram o Fórum Metropolitano de Belo Horizonte. Elas foram catalogadas e estão disponíveis no Grupo de Estudos em Comunicação Pública do Centro Universitário Newton Paiva.

## CRIAÇÃO DO FÓRUM: EM BUSCA DE UMA CIDADANIA METROPOLITANA

A Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH - é uma das oito regiões metropolitanas brasileiras institucionalizadas pelo governo federal em 1973 e 1974, através das Leis Complementares Federais nº14/73 e nº 20/74.

Nos últimos 38 anos, houve um grande crescimento da RMBH: em 1974, a Região Metropolitana era constituída por 14 municípios; atualmente, são 34. Ao mesmo tempo, constata-se o agravamento de problemas que já existiam, como ocupação desordenada do território, favelização das cidades, sistema de transporte insuficiente e não integra-

do, extremo desequilíbrio entre os municípios.

Para discutir possíveis soluções para esses problemas e promover a consciência de uma cidadania metropolitana, alguns vereadores da Câmara Municipal de Belo Horizonte – capitaneados pelo então presidente vereador Totó Teixeira –, como também funcionários da Escola do Legislativo Municipal e jornalistas da instituição, idealizaram o Fórum como uma ação institucional capaz de envolver todos os municípios da RMBH e do colar metropolitano.

Maurício Leite, servidor da Câmara, lembra que “[...] houve uma alteração significativa na legislação estadual feita na Assembleia Legislativa sobre a organização institucional metropolitana; foi feita uma redistribuição de peso nos municípios”. (LEITE, 2011)

O então presidente da CMBH, Totó Teixeira, explica o que foi discutido até a criação do Fórum Metropolitano de Belo Horizonte: “[...] na câmara, nós achamos importante fazer uma discussão dos problemas que a gente tinha no entorno de Belo Horizonte. Esse problema que a gente pensa que é do município vizinho, mas acaba tendo redundância aqui dentro, como nossos problemas também têm lá”. (TEIXEIRA, 2011)

A partir dessa visão, criou-se o Fórum Metropolitano de Belo Horizonte com o objetivo de promover o debate entre os municípios de RMBH e do colar metropolitano, na busca de soluções compartilhadas para os problemas comuns.

Além de funcionar como um espaço de discussão em atuação complementar aos espaços institucionais, o Fórum viu também promover uma rede de comunicação intermunicipal, fomentar a aproximação, o diálogo e o contato entre os municípios, discutir as funções públicas de interesse comum e os projetos de impacto e sua interferência dos diversos municípios e compatibilizar os planos diretores municipais.

No entanto, Totó Teixeira avalia que a implantação da proposta não foi fácil:

Tudo o que você vai fazer diferente, você encontra resistência. Porque, por exemplo, nós pensamos o seguinte: esses municípios vão ficar tudo doidos, vão querer que a gente faça logo, cada um vai querer fazer na frente do outro, mas não foi assim. Então, houve a dificuldade de resolver onde fazer, como fazer, e qual apoio nós teríamos dos municípios. (TEIXEIRA, 2011).

Por isso mesmo, segundo o ex-vereador, o primeiro encontro foi realizado no município de Itaguara. “O prefeito local colocou-se à nossa disposição para a realização do evento desde a primeira hora”, explicou Totó Teixeira, embora “o sonho era começar por Betim ou Contagem, pela expressividade econômico-política”.

O coordenador da TV Câmara BH, jornalista Guilherme Minassa, também participou da idealização do Fórum. Em

uma conversa com Totó Teixeira, discutiu-se como persuadir as demais câmaras legislativas da região a participar, a fim de implementar a proposta. Ele revela que o atual diretor de processo legislativo da CMBH, Maurício Leite, viabilizou a organização do Fórum a partir de questões temáticas. E juntos fizeram uma divulgação ampla com o *slogan* “Problemas comuns, soluções compartilhadas”:

Em parceria com o Maurício, a gente fez primeiro um Seminário de abertura, aqui na Câmara de Belo Horizonte, que foi o lançamento. Não se discutiu nada específico, mas surgiu a ideia do Legislativo de fazer outras (reuniões) sem ter mesmo uma sede, ser uma coisa itinerante. (MINASSA, 2011)

No seminário de abertura, que contou com a presença de 90 pessoas, foi redigida a Carta do Fórum e formada a FREVEM – Frente de Vereadores Municipais. A mesa diretora da CMBH, na época, buscou apoio técnico da Câmara para estruturar a participação dos municípios. A ideia do Fórum, segundo Maurício Leite, era de ser um palco para a discussão metropolitana, abordando o papel do poder do legislativo, chamando e recomendando ações ou até mesmo cobrando ações dos poderes responsáveis.

Os princípios do Fórum valorizam o legislativo e as reuniões itinerantes. Porém, historicamente, havia uma grande dificuldade de mobilizar a mesa diretora da CMBH para a questão da comunicação e sensibilização dos municípios da região metropolitana. Também foi custoso o processo de sensibilizar os municípios, talvez pela diversidade sócio-política deles e dos próprios vereadores que compõem as câmaras.

Maurício Leite relata como foi esse processo:

A gente teve um trabalho muito intenso de visita de município por município, para explicar a ideia do Fórum, para entender a proposta e abrir um canal que a pessoa recebesse o comunicado da realização de algum evento. A gente teve um trabalho de catalogar mesmo junto com o cerimonial da casa, estruturar a Escola do Legislativo também, que é uma ação importante de interação com a sociedade. (LEITE, 2011).

Na avaliação de Maurício Leite, a implantação do Fórum, através do movimento de articulação dos municípios focados no legislativo, provocou um rearranjo de ações e nos órgãos de planejamento. A legislação atual prevê planos diretores metropolitanos e a criação de fundos para desenvolvimento. Assim, a CMB, representando o legislativo do município central, tomou a frente e sugeriu à presidência da casa, em função desse novo contexto, uma ação institucional que agradou a mesa diretora na época e o coordenador Eduardo Teixeira, para que fizesse o movimento de articulação nos municípios.

## DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DO FÓRUM

De 2007 a 2010, foram realizados seis encontros em diferentes municípios. Cada encontro discutiu uma temática específica: a) 2008: sistema de transporte coletivo na RMBH (Itaguara/MG); b) 2008: propostas e desafios: saneamento ambiental na RMBH: diagnósticos e perspectivas (Santa Luzia/MG); c) 2008: sistema de saúde na RMBH: saúde da família (Ribeirão das Neves/MG); d) 2009: destinação final de resíduos sólidos na Região Metropolitana (Betim/MG); e) 2009: planejamento integrado do vetor norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Lagoa Santa/MG) ; f) 2010: políticas de compensação entre os municípios da RMBH: em busca de um equilíbrio metropolitano (Esmeraldas/MG).

Como foi mencionado, anteriormente aos seis encontros, foi realizado, de 31 de agosto a 01 de setembro de 2007, o seminário de abertura.

A dinâmica de funcionamento do Fórum pode nos dar pistas para a possível efetivação (ou não) de um *sujeito coletivo*. Após a proposição da ideia, a formatação institucional ficou a cargo da Escola do Legislativo Municipal. Tal formatação envolveu tanto a organização do evento, quanto sua articulação política e sua divulgação para os públicos potenciais – vereadores, imprensa, sociedade civil.

Em relação à formatação institucional, cada encontro foi precedido por um documento, no qual se apresentava um resumo do tema e algumas proposições a serem discutidas e votadas. Muitas dessas proposições partiram de sugestões espontâneas de vereadores, setores da sociedade civil organizada – como associações de moradores, de bairros, sindicatos etc. – quanto dos próprios técnicos legislativos.

Foi solidificado um sistema de parceria institucional com universidades (PUC/MG), o Conselho Regional de Engenharia (CREA/MG), a Assembleia Legislativa, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a Confederação das Indústrias do Estado de MG (Fiemg), e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), entre outros órgãos e instituições públicas e privadas. Estes parceiros já apoiaram ou prestavam assessoria técnica à CMBH em outras iniciativas.

Em cada um dos encontros, o documento foi lido, debatido e as proposições votadas. Após o término das sessões, uma súmula era redigida, contendo os principais pontos e também o tema a ser debatido no encontro seguinte, além do local de sua realização. Cada sessão foi fotografada e filmada, com acompanhamento pelo *site* da CMBH. Da mesma forma, os documentos resultantes dos encontros foram disponibilizados no *site*.

No que diz respeito à articulação política, além do traba-

lho político de convencimento propriamente dito, como bem cita o ex-vereador Totó Teixeira na entrevista, foi realizado um exaustivo trabalho de elaboração de dados. O assessor Alexis Filgueiras ficou responsável por organizar um banco de dados contendo os dados atualizados de todos os vereadores e câmaras. Além disso, chegou a visitar pessoalmente 33 municípios. Nas visitas, explicava a motivação do fórum, discutia problemas metropolitanos e argumentava com os vereadores no sentido de persuadi-los a participar.

Segundo Maurício Leite, a dinâmica de funcionamento do fórum visava à compatibilização dos planos diretores e cada encontro servia como instrumento para debate de temas, identificação de conflitos e busca de soluções. O objetivo final, subjetivo e a longo prazo, seria promover a consciência de uma cidadania metropolitana.

Quanto a divulgação do fórum, a Câmara utilizou-se de sua Assessoria de Comunicação Interna, das Assessorias de Comunicação das entidades parceiras. Foram elaborados produtos de comunicação tais como: releases e comunicados à imprensa, convites impressos, por *e-mail* e por telefone, cartazes, boletim interno etc. É interessante registrar que em nenhuma das entrevistas realizadas foi mencionada a existência de um plano de comunicação integrada. Ao que parece, a divulgação aconteceu às vésperas de cada evento.

É interessante observar, também, que entre as ações programadas estavam a realização do fórum virtual e das rotas metropolitanas e de visitas programadas. As três ações, a nosso ver, são ações de cunho comunicativo ou com fortes laços com a comunicação. De acordo com os entrevistados, elas não foram realizadas, o que reforça nossa observação da inexistência de um plano de comunicação integrada que contemplasse e justificasse cada ação proposta.

## A COMUNICAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DE REDES NO FÓRUM

Para Brandão (2009), ainda que o conceito de comunicação pública esteja em processo de construção e que o termo seja usado com sentidos diversos, há um ponto comum de entendimento quando se refere ao Brasil: a aceção de que a “Comunicação Pública é um processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade com o objetivo de informar para a construção da cidadania”. (BRANDÃO, 2009, p. 9) Percebe-se, assim, que os termos ‘comunicação pública’ e ‘democracia’ estão intimamente ligados.

Assim como outros autores, [Novelli] concebe a comunicação um instrumento poderoso, com capacida-

de para a manutenção do Estado Democrático [...]. A prática da comunicação pública, quando conduzida de forma ética e responsável, tem a possibilidade de promover e consolidar o engajamento ativo dos cidadãos nas definições e implantações de políticas públicas” (NOVELLI, *apud* BRANDÃO, 2009 p.18).

Ainda segundo a autora, somente a partir do governo Lula o conceito comunicação pública, com o sentido de informação para a cidadania, começou a ser citado com frequência. Independente da distância entre a prática política e as intenções, a autora afirma que “pela primeira vez depois da era militar, tratou-se da comunicação governamental com uma preocupação que pretendia ir além da propaganda e do marketing político e resgatou-se a noção do civismo, desgastada no período da ditadura militar”. (BRANDÃO, 2009, p. 12)

O Fórum Metropolitano surgiu devido à necessidade de discussão de assuntos relevantes para a RMBH, conforme evidenciado nas entrevistas realizadas com atores participantes. De acordo com Maurício Leite de Moura e Silva (2011), a ideia do Fórum nasceu como um grande palco para a discussão da região metropolitana, pois “[...] a cidade de Belo Horizonte, não tem mais como ser pensada e planejada só olhando para o âmbito de seu município. Hoje, há uma comunicação urbana e um processo de expansão da malha urbana [...]”.

Todos os entrevistados ressaltaram a importância de um espaço que possibilitasse a integração entre os municípios do colar metropolitano. Os depoimentos dos vereadores Totó Teixeira e Lilian Paraguai são ilustrativos:

[...] hoje, tem que se pensar mesmo de uma maneira global; não adianta você ficar isolado [...], esse problema que a gente pensa que é do município vizinho, mas ele acaba tendo redundância aqui dentro, né, como nossos problemas também têm lá. Então, hoje, não tem jeito de se pensar a cidade muito isolada da região metropolitana. (TEIXEIRA, 2011)

A vereadora Lilian Paraguai afirma que os problemas têm que ser resolvidos de forma conjunta.

Porque são problemas comuns de municípios que já estão conturbados, né. Os municípios já estão ligados. E os problemas também, assim, basicamente, são os mesmos. Então, não tem como um município resolver o problema sozinho, ele tem que discutir de forma conjunta. (PARAGUAI, 2011).

É possível identificar a dinâmica de funcionamento do Fórum como uma experiência de comunicação pública. Tendo como referência a concepção de Zémor (*apud* Barros e Bernades, 2009), uma das missões da comunicação pública é promover a aproximação das instituições públicas com a sociedade, alicerçada na transparência e na par-

ticipação democrática na gestão pública.

Ouvir as demandas, as expectativas e as interrogações do público deve ter função primordial da comunicação pública, além de estimular e fortalecer o debate público. [...] Contribuir para assegurar e fortalecer as relações sociais (sentimento de pertencer ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto ator social e político). (BARROS; BERNARDO, 2009, p.5).

Tal função pode ser percebida no Fórum Metropolitano, quando este estabelece como objetivo fazer com que a população participe dos encontros e debates.

Aqui, em Belo Horizonte, tem uma participação interessante até porque esse trabalho é divulgado nas universidades, que trazem também os alunos para participarem, e eu achei interessante. No interior, a gente percebe, o interior que eu falo é a região metropolitana, a gente percebe algumas pessoas que se interessam, mas é uma participação tímida, né? (MIRANDA, 2012)

Pereira (2007), citando Habermas, afirma que a vertente deliberativa da democracia vem enfatizando a importância dos fóruns públicos na construção de decisões legítimas, ou seja, as decisões políticas só serão legítimas se tomadas com base em debates públicos que ocorrem via interação de pelo menos dois participantes.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da participação da população no FMBH, pois expõe as reais necessidades dos diferentes municípios. A vereadora Lilian Paraguai explica que nos debates realizados no Fórum Metropolitano, dependendo da pauta da reunião, a participação é efetiva e as pessoas levam os problemas para serem debatidos.

Teve uma situação, por exemplo, que eu acho que surtiu muito efeito, que foi com o Secretário Estadual de Transporte. E uma das principais reclamações nesse dia, por exemplo, nessa reunião específica do Fórum, foi com relação aos problemas enfrentados pelos usuários do transporte coletivo, os ônibus, as empresas de ônibus. (PARAGUAI, 2011)

A vereadora ressalta que, nessa reunião, a participação foi bem expressiva, o Secretário ouviu todas as reclamações e se prontificou a pensar e resolver. Logo em seguida, houve uma reunião em Brumadinho e foi convocada uma audiência pública com a principal empresa que prestava serviço no município e a Secretaria do Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP). Na avaliação de Lilian Paraguai, a junção de esforços surtiu efeito - a empresa fez uma lista de melhorias que seriam implantadas. Os resultados da reunião foram positivos.

Outro aspecto importante a ser considerado, quando se pensa nos resultados, é a continuidade da articulação dos participantes. De acordo com a proposta inicial de constituição do Fórum, este apresentaria espaço e condições ne-

cessárias à formação de redes e de sujeito coletivo entre os diferentes atores envolvidos. Para o vereador Totó Teixeira, um dos idealizadores do projeto, a articulação dos vereadores com a sociedade civil possibilitaria a discussão dos problemas comuns aos moradores da região metropolitana e, conseqüentemente, a busca compartilhada de soluções.

No entanto, a partir da análise das entrevistas, percebe-se que a proposta de articulação de uma rede, um dos objetivos do Fórum, não se efetiva, uma vez que não houve essa formação. Além disso, nos encontros realizados, a participação da sociedade civil foi considerada pequena, seja por falta de resultados práticos, conforme afirma o vereador Bruno Miranda, seja por indisponibilidade de segmentos sociais nas datas dos encontros - motivo apontado por Lílian Paraguai. Outra possível explicação relaciona-se à origem da proposta. Como a concepção do Fórum é de uma instância governamental (Câmara Municipal de BH) e não da sociedade, não houve identificação com a causa, nem foi atribuída importância ao espaço de discussão aberto. Os discursos evidenciam que a ideia do Fórum como um espaço de interlocução com a sociedade é importante, mas que, na prática, há pouca articulação com a sociedade.

As pessoas são chamadas a participar, é feita a divulgação, a imprensa sempre cobriu as reuniões dos Fóruns, e a gente percebe que há pouca participação popular. Há participação do poder público, de parlamentares, do poder Executivo, dos prefeitos, mas aquela participação das pessoas levando sugestões é uma participação tímida. (MIRANDA, 2011)

Além das reuniões temáticas itinerantes, a proposta do Fórum também prevê a organização da FREVEM - Frente dos Vereadores Metropolitanos -, um espaço de discussão que não envolve a sociedade civil e dá destaque aos vereadores e seus posicionamentos. De acordo com Maurício Leite de Moura e Silva (2011), é uma estrutura focada basicamente nos vereadores; um evento político em que o público alvo são os vereadores da RMBH, que se reúnem para articular ações políticas.

Na atual Legislatura, percebe-se que a Frente ganhou importância, indicando que tem sido atribuída maior importância a este espaço que ao espaço de discussão que as reuniões itinerantes do Fórum podem proporcionar. Para Guilherme Minassa (2011), o Fórum de 2011 "... deu uma ênfase maior pra FREVEM".

A despeito desse esforço, na perspectiva de alguns entrevistados, os representantes de vários municípios não pensam globalmente, restringindo suas ações aos problemas locais.

Em algumas cidades sequer nós temos representantes da FREVEM, sequer os prefeitos participam, porque muitas vezes se atende mais na política local,

do quebra-mola, do meio fio, do buraco da rua, mas esquecem que estão inseridos em um contexto mais geral, mais amplo, que é preciso também mostrar. Infelizmente, algumas Câmaras, algumas Prefeituras, não têm essa visão. (MIRANDA, 2011)

Portanto, a partir da análise das entrevistas, pode-se afirmar que o espaço para constituição da rede e a formação do sujeito coletivo foi aberto, mas que eles não se configuraram.

Na realidade, essa articulação política real não aconteceu. O diálogo não está sendo realmente integrador, está segmentado e quando chega a plenário, onde são discutidos os momentos finais, cada cidade já fez seu voto, em função dos seus interesses. (PROCÓPIO, 2011)

Na percepção de alguns dos entrevistados, uma explicação possível para esse comportamento encontra-se na cultura política brasileira. Aqui, ainda há traços de uma concepção de sociedade e de relações sociais que remonta às origens de nossa história, ao período colonial, mas que perdura ao longo do tempo, com novas roupagens e, na política, podem ser percebidos através de relações personalistas e clientelistas. José de Castro Procópio afirma: "[...] o que está hoje na política brasileira é o chamado personalismo [...]; a composição do Fórum Metropolitano visa dar o poder ao Estado e pouca participação para a sociedade."

## A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO COLETIVO NO FÓRUM

O advento de sujeitos coletivos revela identidades constituídas socialmente a partir do processo de reconhecimento e diferenciação. O espaço político do sujeito coletivo é configurado como um "espaço de emergência de antagonismos" (PRADO, 2000, p. 154). Alain Touraine (1996) afirma que o sujeito coletivo define-se na ação e não na reflexão do indivíduo sobre si mesmo.

O sujeito coletivo aponta para um espaço antagonístico constituído a partir do questionamento do sujeito racional e unificado. Ganha força a ideia do sujeito construído a partir das relações sociais, crenças e valores. As ações coletivas são explicadas a partir de questões estruturais e sociais e o sujeito coletivo como produto de fatores internos e externos aos grupos. Dessa forma, o sujeito coletivo não se mantém pela unidade, mas sim pela fragmentação. Destacam-se assim, a relação entre identidades coletivas e antagonismos contemporâneos. Um conjunto mutável de debates, tensões e divergências internas entre a expressão da base e os projetos políticos dos dirigentes revela o sujeito coletivo. (TOURAINÉ, 1996)

A partir do desenvolvimento do capitalismo, percebe-se o advento de sujeitos coletivos que reconhecem o caráter

histórico das desigualdades, baseados em identidades coletivas construídas socialmente. As desigualdades sociais aparecem, nesse contexto, como agentes antagônicos e a construção das identidades coletivas passa pelo processo de reconhecimento e diferenciação. O espaço político configura-se como um espaço de emergência de antagonismos, “os quais conferem ao campo do político o “lugar” de articulação destas identidades e ações coletivas”. (MOUFFE, 1988, *apud* PRADO, 2000, p. 154)

Dentre os estudos empreendidos para o entendimento do campo, estão aqueles da Psicologia Política, ao focar o estudo das condições necessárias para a constituição de uma identidade coletiva baseada na diferenciação de um elemento exterior. Prado (2000) organiza as teorias sobre o sujeito coletivo em subgrupos, apresentados a partir de dois vértices principais: a) como definem os sujeitos coletivos, ou seja, como explicam a constituição de um NÓS; b) como definem o espaço político, isto é, o cenário das ações coletivas, o campo da ação política.

Dentre estes subgrupos é relevante para a nossa pesquisa considerar duas vertentes: na primeira, referente aos processos articulatórios do campo político, o sujeito coletivo é visto como um processo, baseado em racionalidade, e o Político é o campo institucional marcado por disputas, negociações. Ou seja, o sujeito coletivo seria produto de fatores internos e externos aos grupos sociais, e a identidade seria organizada por estratégia de organização da consciência política. Tal perspectiva é representada pelos teóricos Ganson, Klandermans e Sandoval, dentre outros que enfatizam as noções de processo político, agência e consciência social.

Na segunda vertente, o sujeito coletivo é constituído a partir do esgotamento do sujeito racional e unificado, o sujeito iluminista. Já o Político é um espaço não institucional e antagônico, por isso, não passível de sínteses permanentes. Essa perspectiva busca inserir a identidade coletiva em papel de destaque no campo teórico, conforme defendem os autores Touraine, Melucci, Laclau e Mouffe. Em outras palavras, sujeito coletivo que não se mantém pela unidade, mas sim pela fragmentação. Tal perspectiva destaca a relação entre identidades coletivas e antagonismos contemporâneos.

A obra de Touraine<sup>9</sup> nos possibilita entender questões importantes quando analisamos o Fórum Metropolitano, como os fatores que estimulam ou dificultam a participação dos sujeitos enquanto atores sociais. De acordo com Touraine (1997, *apud* GOHN, 2008, p.114), a partir da década de 1990, com a globalização, a comunicação de massa, a modernização e a modificação das relações de trabalho, observa-se a ascensão do “sujeito pessoal” que almeja se constituir como ator social para afirmar sua liberdade individual contra as ordens sociais, lutando com base em

seu trabalho pessoal e cultura, resistindo às ideologias que querem adequá-lo ao mundo.

Mesmo com as alterações de valores e ações percebidas na atualidade, Touraine (1997, *apud* GOHN, 2008, p. 123) reafirma que o “sujeito” não é uma reflexão do indivíduo sobre si mesmo. Ele é ação e trabalho, ainda que seus objetivos sejam voltados unicamente para benefício de seu segmento.

A partir da visão desses autores, nossa análise pressupõe a constituição do real construído por conflitos, com possibilidade de criação de hegemonias e contra-hegemonias. Nessa perspectiva, a proposta do Fórum Metropolitano pode ser tomada como um espaço de conflito, uma vez que este é constituído de indivíduos, vereadores e representantes da sociedade civil, oriundos de partidos políticos diferentes e classes sociais distintas, em interação para buscar melhorar as condições das parcelas da sociedade as quais representam. Ocorre nesse espaço político, portanto, disputas por formas de significação entre os diferentes sujeitos.

Portanto, a partir das duas perspectivas teóricas discutidas por Prado (2000), podemos afirmar, de acordo com a primeira, que o Fórum foi criado a partir da consciência política dos vereadores; sua constituição foi marcada por negociações e houve fatores internos dos grupos sociais, problemas específicos das cidades da região metropolitana e fatores externos, organização da Câmara, que possibilitariam a configuração do sujeito coletivo baseado em racionalidade.

A segunda perspectiva é influenciada pelas relações de poder, onde há tanto uma busca por equivalência de direitos sociais, finalidade teórica do Fórum Metropolitano, como uma busca pela diferenciação. Tomando como objeto de estudo o Fórum Metropolitano, pode-se identificar que sua identidade foi organizada por estratégia da consciência política e pela fragmentação e conflito de ideias.

A partir dessa análise, constata-se que o Fórum apresenta todos os aspectos que permitiriam que se configurasse como sujeito coletivo, mas conforme evidenciado nas entrevistas, esta constituição não se efetivou.

## CONCLUSÃO

Neste estudo, procuramos compreender a comunicação entre os diversos atores participantes do Fórum Metropolitano Permanente da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Constatamos que as reuniões, realizadas em diversas cidades da região metropolitana de Belo Horizonte, possibilitaram que vereadores, representantes de órgãos públicos e da sociedade civil, discutissem as temáticas propostas, na tentativa de buscar soluções para os graves problemas enfrentados por toda a população. No entanto, não ocorreu a formação de uma rede que possibilitaria aos

atores uma articulação fora desse espaço já instituído e que consideramos necessária à formação de um sujeito coletivo. Reflexões sobre os processos e estratégias de comunicação pública permitiram a problematização dos encontros, atividades e atores sociais envolvidos no Fórum, embora nos seja ainda temerário afirmar qual peso teria a existência de um Plano de Comunicação Integrada para que o público se tornasse um coletivo.

Não obstante, afirmamos a importância da iniciativa de comunicação pública do Fórum Metropolitano, uma vez que esta contribuiu para a construção da cidadania, para a legitimidade das decisões políticas e o aperfeiçoamento democrático. Na atual legislatura municipal, o Fórum, por diversas razões que não nos cabe julgar aqui, não aconteceu, sendo, em alguns momentos, substituído pela FREVEM (Frente de Vereadores Metropolitanos). Espera-se que o encontro, tal como foi originalmente proposto, encontre novamente acolhida entre os atores metropolitanos.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, Antonio Teixeira; BERNADES, Cristiane Brum. **Contribuições francesas ao debate brasileiro sobre comunicação pública**. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, set. 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2890-1.pdf> Acesso em: 16/06/2011.
- BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 1-33.
- BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Usos e significados do conceito Comunicação Pública. In **Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa Relações Públicas e Comunicação Organizacional do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom**, Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1037-1.pdf>. Acesso em: 02/07/2011.
- FERREIRA, Marieta Moraes, AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FILGUEIRAS, Alexis Lopes. Entrevista realizada por Jaqueline Morelo em 30/09/2011 na sede da Câmara Municipal de Belo Horizonte – Avenida dos Andradas, 3100 – Bairro Santa Efigênia – Belo Horizonte – Minas Gerais.
- GOHN, Maria da Glória. **A contribuição de Alain Touraine para a produção do conhecimento na sociologia urbana: sujeitos coletivos e multiculturalidade**. São Paulo: Loyola, 2008.
- HALBAWCS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1992.
- MATOS, Heloiza. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 47- 58.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.
- MINASSA, Guilherme. Entrevista realizada por Jaqueline Morelo em 30/09/2011 na sede da Câmara Municipal de Belo Horizonte – Avenida dos Andradas, 3100 – Bairro Santa Efigênia – Belo Horizonte – Minas Gerais.
- MIRANDA, Bruno. Entrevista realizada por Daisy Batista Silva em 15/03/2012 na sede da Câmara Municipal de Belo Horizonte – Avenida dos Andradas, 3100 – Bairro Santa Efigênia – Belo Horizonte – Minas Gerais.
- NEVES, Lucília de Almeida. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.
- PARAGUAI, Lillian. Entrevista realizada por Fernanda Helena Ribeiro.
- PEREIRA, José Abílio Belo. Entrevista realizada por Bruno Menezes do Carmo em 19/10/2011 na sede do CREA-MG – Avenida Álvares Cabral, 1600 – Bairro Santo Agostinho – Belo Horizonte – Minas Gerais.
- POLLACK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PRADO, Marco Aurélio M. **Psicologia política e ação coletiva: Notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do ‘nós’**. São Paulo: Revista de Psicologia Política, 2000. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/pdfv1r1/Marco.pdf>. Acesso em: 14/05/2011.
- PROCÓPIO, José de Castro. Entrevista realizada por Lídia Carolina Silva Salazar em 02/12/2011, na sede do Projeto Manuelzão – Faculdade de Medicina da UFMG – Avenida Alfredo Balena, 190 – Bairro Santa Efigênia – Belo Horizonte – Minas Gerais.
- RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Meridional, 2009.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes Sociais na Sociedade da Informação**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- SILVA, Maurício Leite de Moura e. Entrevista realizada por Fernanda Bartolomeu e Jaqueline Morelo em 22/09/2011 na sede da Câmara Municipal de Belo Horizonte – Avenida dos Andradas, 3100 – Bairro Santa Efigênia – Belo Horizonte – Minas Gerais.
- TEIXEIRA, Antônio Evangelista Totó. Entrevista realizada por Cláudia Chaves Fonseca em 19/10/2011, na sede da BREPEN – Rua Paracatu, 214 – Bairro Barro Preto – Belo Horizonte – Minas Gerais.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TOURAINÉ, Alain. **O que é a democracia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

## NOTAS

- 1 Discentes do curso de Jornalismo, alunos bolsistas do XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.
- 2 Discentes do curso de Jornalismo, alunos voluntários do XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.
- 3 Discente do curso de Publicidade e Propaganda, aluna voluntária do XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.
- 4 Professores colaboradores da pesquisa, docentes do Centro Universitário Newton Paiva.
- 5 Coordenadora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.
- 6 Carta do Fórum. Disponível em: [http://www.cmbh.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=20375&Itemid=410](http://www.cmbh.mg.gov.br/index.php?option=com_content&id=20375&Itemid=410). Acesso em 03 fev 2011.
- 7 Ver textos gerais, trabalhos pioneiros e trabalhos temáticos, leituras recomendadas e revistas especiais sobre história oral em: Thompson (1992); Meihy (1996); Ferreira & Amado (1996); Neves (2006).
- 8 Sobre memória, ver: Halbwachs (1992), Le Goff (2003) e Pollack (1989).
- 9 Destacam-se: “O que é a democracia” (1996); “Crítica da modernidade” (1997); “Igualdade e Diversidade” (1998).

# ANÁLISE DA DEMANDA TURÍSTICA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER VINCULADOS À FUNDAÇÃO ZOO-BOTÂNICA DE BELO HORIZONTE<sup>1</sup>

Alessandra Bomtempo Bresolin<sup>2</sup>  
Jaqueline Maria Pio do Carmo<sup>2</sup>  
Camila Perazoli Rocha<sup>3</sup>  
Cláudia Fideles Resende<sup>3</sup>  
Samantha Damasceno Lopes<sup>3</sup>  
Kelly Moreira Grillo Ribeiro Branco<sup>4</sup>  
Marcella C. A. Scotti<sup>5</sup>

**Resumo:** A atividade turística no Brasil está vivendo um momento favorável, impulsionado em função dos megaeventos esportivos que o país irá receber – Copa do Mundo da FIFA de Futebol de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016. Nesse sentido, o presente artigo buscou analisar a demanda turística dos espaços públicos de lazer de Belo Horizonte com a finalidade de obter informações que contribuíssem para a tomada de decisão para promover melhorias na infraestrutura dos espaços bem como dos serviços oferecidos aos visitantes e comunidade local. Para efeito do estudo de caso, foi escolhida a Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte, que compreende o Jardim Zoológico e Botânico, o Parque Ecológico Promotor Francisco Lins do Rêgo (Pampulha) e o Aquário da Prefeitura – Bacia do Rio São Francisco, como espaço público de lazer a ser pesquisado. Foi realizada Pesquisa de Demanda Turística para conhecer o perfil do público, bem como suas motivações e opiniões a respeito do espaço de lazer, além da realização de entrevistas com diretores da Fundação a fim de complementar as informações. Conclui-se que os espaços apresentam grande importância na oferta de lazer em Belo Horizonte, tanto para a comunidade como para os visitantes, mas diante de algumas deficiências verificadas durante o período de pesquisa, observou-se que faltam ajustes para que esses espaços de lazer sejam inseridos definitivamente em roteiros turísticos, como um produto turístico a ser vendido em Belo Horizonte.

**Palavras-chave:** Turismo. Demanda turística. Espaços públicos. Meio ambiente.

**Abstract:** Tourism activity in Brazil is experiencing a favorable time, in part, because of the mega sporting events that the country will host - FIFA World Cup 2014 and 2016 Olympic games. Accordingly, this article sought to analyze tourism demand of public spaces for entertainment in Belo Horizonte city in order to obtain information that would contribute to the decision making to promote infrastructure improvements as well as improvement in services offered to visitors and the local community. For this study it was chosen the Zoo-Botanic Foundation of Belo Horizonte city, which includes the Zoo and Botanical Garden, the Aquarium of the City – San Francisco River and Ecological Park Promoter Francisco Lins do Rego (Pampulha). We performed a search of Tourist demand to know the profile of the public, as well as its motivations and opinions about such spaces. Interviews with directors of the Foundation were also made in order to complement informations. The results showed that the studied spaces are very important between entertainment spaces offered in Belo Horizonte city, for both the community and to visitors, but some deficiencies were noted during the survey period. It was concluded that adjustments need to be made to these spaces in order to make them good product to be sold in Belo Horizonte as tourism itinerary.

**Key-words:** Tourism. Tourist Demand. Public areas. Environment.

## INTRODUÇÃO

Na visão de Boullón (2002), a importância e a utilidade de se conhecer e delimitar o espaço turístico urbano reside no fato de que assim, o poder público tem condições de elaborar, de forma mais precisa, as políticas públicas para a atividade turística, bem como ajustar os planos de desenvolvimento, tornando-o mais realista e melhorando sua eficiência nas cidades.

Como parte integrante do produto turístico de uma cidade, os espaços públicos de lazer têm a função de oferecer diversão e conhecimento para a comunidade e os visitantes. Para que tais espaços cumpram efetivamente esse papel na sociedade, torna-se de grande importância a realização de pesquisas com o público frequentador desses espaços, pois é a partir das informações geradas por meio das pesquisas que melhorias ou novas atividades podem ser implantadas.

Sendo a Fundação Zoo-Botânica – FZB de Belo Horizonte um espaço de lazer reconhecido internacionalmente e de grande importância para o turismo da cidade, tornou-se necessária a realização de Pesquisa de Demanda Turística para conhecer o perfil do público, bem como suas motivações em visitar o local e opiniões a respeito dos espaços de lazer oferecidos.

O objetivo geral do artigo é analisar a demanda turística dos espaços públicos de lazer de Belo Horizonte vinculados à Fundação Zoo-Botânica com a finalidade de obter informações que contribuíssem para a tomada de decisão para promover melhorias na infraestrutura dos espaços bem como dos serviços oferecidos aos visitantes e comunidade local. Entre os objetivos específicos destacam-se: caracterizar o perfil sócio-econômico dos visitantes da FZB; levantar opiniões a respeito da infraestrutura e serviços oferecidos pela FZB; e subsidiar melhorias nos aspectos que se façam necessários para a recepção e prática do lazer dos visitantes. Para efeito do estudo de caso, foi escolhida a Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte, que compreende o Jardim Zoológico, Jardim Botânico, o Parque Ecológico Promotor Francisco Lins do Rêgo (Pampulha) e o Aquário da Prefeitura – Bacia do Rio São Francisco, como espaço público de lazer a ser pesquisado.

Em contato com a Fundação Zoo-Botânica, diretores e funcionários manifestaram o desejo e a necessidade de se realizar uma pesquisa de demanda turística no Zoológico, Aquário e Parque Ecológico. Foi manifestado o interesse de conhecer a origem do público que frequenta esses espaços, bem como o perfil sócio-econômico e as motivações e opiniões a respeito da infraestrutura dos mesmos. Além disso, essa pesquisa pode ser um ponto de partida para outras ações, como o estudo da capacidade de carga

do Zoológico que vem se mostrando como o maior problema enfrentado pelo local.

Outro aspecto que reforça a importância dessa pesquisa é a proximidade da realização de grandes eventos esportivos em Belo Horizonte. Embora existam setores que acreditam que a demanda turística a ser gerada em função da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014 será pontual, ou seja, percebida apenas durante o mês do evento, acredita-se que independente disso, Belo Horizonte está se desenvolvendo, atraindo novos investimentos e, conseqüentemente, a atividade turística tende a crescer. Para tanto, os espaços de lazer precisam se adequar para receber os visitantes que virão a Belo Horizonte em função dos eventos, mas também para atender a demanda já existente de visitantes e os próprios belorizontinos. Sendo assim, o artigo pretende verificar se o fator “megaevento esportivo” está servindo como instrumento para realizar melhorias na infraestrutura e serviços oferecidos pelos espaços de lazer da FZB.

No sentido de encaminhar um processo de investigação científica e considerando os espaços de lazer e suas funções de entretenimento e conhecimento para os visitantes como objeto da investigação, foram elaboradas algumas questões norteadoras a fim de conduzir a pesquisa: estes espaços atendem às funções para as quais foram criados? A estrutura financeira e administrativa existente impõe limites para investimentos nos espaços? Quais são os casos de sucesso de espaços similares nacionais e internacionais? Quais as potencialidades turísticas ainda não exploradas nos três espaços estudados? A Copa do Mundo de 2014 está servindo como instrumento para acelerar a captação de recursos / realização de investimentos?

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do artigo baseou-se na teoria de autores estudiosos acerca do tema, complementada pela análise de informações obtidas em trabalho de campo. A primeira etapa consistiu de um levantamento das teorias de vários estudiosos referentes à atividade turística, com o objetivo de fundamentar teoricamente as etapas do trabalho. As teorias de turismo serão fundamentadas a partir de autores como Boullón (2002) e Beni (2002), entre outros. E para definir a metodologia das pesquisas de opinião, a autora Dencker (1998) foi referência. Em um segundo momento, foi utilizada a pesquisa documental para complementar as informações sobre o objeto de estudo.

A segunda etapa referiu-se à aplicação da Pesquisa de Demanda Turística com o público frequentador da FZB (acima de 18 anos). No sentido de estabelecer o número de questionários aplicados, foi utilizado cálculo amostral. Para a realização desta pesquisa, decidiu-se adotar a metodologia de pesquisa quantitativa tipo *survey*. Adotou-se

um erro relativo máximo de 5%, para um nível de confiança de 95%. O tipo de pesquisa definido foi a descritiva por amostragem aleatória simples. A coleta de dados deu-se por meio de entrevista pessoal, tendo como instrumento um questionário estruturado com questões abertas e fechadas, que foi aplicado a uma amostra constituída por 384 visitantes do Jardim Zoológico e Botânico, 100 do Parque e 100 do Aquário, durante o segundo semestre de 2011. As pesquisas no Jardim Zoológico e Botânico foram realizadas em dois períodos: um deles foi durante uma semana de setembro, de terça a domingo; o segundo período compreendeu uma quarta-feira no início de outubro, um final de semana e o dia das crianças, feriado em que foi verificada grande demanda. Por fim, a pesquisa no Aquário foi realizada em um final de semana de setembro e o Parque Ecológico em um final de semana de outubro.

As variáveis pesquisadas foram: sexo, residência, motivação da visita ao local, com quem veio acompanhado ao local, meio de transporte utilizado, meio de hospedagem em Belo Horizonte (pergunta somente para turistas), frequência de visita ao local, outras áreas da Zoo-Botânica visitadas no mesmo dia, outras atrações turísticas visitadas no mesmo dia na região da Pampulha, através de quais meios teve informações para ir ao local, faixa etária, renda mensal (individual), escolaridade, pretensão de gastos no local (incluindo alimentação, compras, diversão e outros), avaliação sobre alimentação, atividades realizadas durante a visita, acesso a informações/preferência, tempo despendido com a visita, sinalização (turística externa e informativa/indicativa), segurança e conforto do local, pretensão de retorno, o que mais agradou ao entrevistado, o que mais o desagradou e o que poderia melhorar nos espaços. O questionário utilizado na pesquisa do Jardim Zoológico e Botânico está anexo como modelo, uma vez que o questionário utilizado na pesquisa no Aquário e no Parque Ecológico é semelhante.

Além da Pesquisa da Demanda Turística, dois diretores também foram entrevistados para conhecer a realidade e os problemas da FZB. As entrevistas foram realizadas por meio de formulário com roteiro de entrevista.

Por fim, para avaliar alguns casos de sucesso de espaços similares nacionais e internacionais, a equipe (professora coordenadora da pesquisa e duas alunas bolsistas) visitou o Zoológico da cidade de São Paulo para observação e somente a professora coordenadora visitou os zoológicos de Toronto no Canadá em julho de 2011 e o de Buenos Aires, na Argentina, em janeiro de 2012 com a mesma finalidade de observação.

Na terceira etapa, depois de obtidos os dados, foram tabulados e interpretados. Foi, então, elaborado um diagnóstico, possibilitando a verificação dos aspectos inerentes

ao tema da pesquisa. A partir desse diagnóstico, surgiram informações importantes que podem vir a contribuir para a melhoria dos serviços oferecidos e das estruturas existentes, além de contribuir para a criação de políticas públicas voltadas para esses espaços de lazer pesquisados. Essas melhorias contribuirão para que projetos sociais e educativos sejam desenvolvidos nesses espaços, beneficiando toda a comunidade e visitantes, bem como para o desenvolvimento de projetos de conscientização e preservação ambiental relacionando os atributos do espaço com os frequentadores.

## REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A Organização Mundial do Turismo - OMT define o turismo como um fenômeno que acontece quando uma ou mais pessoas se deslocam a um ou mais destinos diferentes de sua residência por um período de tempo maior que 24 horas e menor que um ano, sem que participe dos mercados de trabalho dos locais visitados (OLIVEIRA, 2002).

Avaliando as conceituações de turismo por alguns autores, percebe-se a importância que um espaço de lazer bem estruturado tem para a sociedade, comunidade local e para o turismo. O conceito de turismo é definido, em detalhes por Beni (2002), como um processo complexo de tomada de decisão acerca do que será visitado, em que lugar, de que forma e a que custo. Vários fatores influenciam nesse processo, tais como os aspectos motivacionais (social, cultural, entre outros) que acabam por determinar o destino escolhido, o tempo de permanência, os meios de transporte e hospedagem, além do objetivo da viagem em si. Pode-se dizer que esse consumo se dá através de roteiros que englobam a compra de bens e serviços da oferta turística, ou seja, atrativos turísticos, equipamentos e serviços turísticos e infraestrutura de apoio ao turismo.

Percebe-se, então, o quanto um espaço de lazer bem estruturado é importante para toda a cadeia produtiva do turismo e, principalmente, para a comunidade local. Segundo Goldanich e Moletta (2000), o turismo é um fenômeno social responsável por trazer o desenvolvimento econômico e bem estar para a comunidade local. Uma vez que a atividade é planejada, possibilita melhor distribuição de renda, melhorias na infraestrutura, incentiva a proteção do patrimônio local e promove a interação entre turistas e a população. Em função da complexidade e diversidade do fenômeno turístico, surge a ideia de segmentação do mercado para organizar essa atividade, definindo tipos de turismo mais adequados a cada destino turístico.

Pode-se dizer que a partir do momento em que um espaço de lazer é oferecido a população, esse, por sua vez, deve ter o mínimo de manutenção possível para suportar

os impactos da demanda real e adequação para atender uma demanda potencial que é imprevisível. No caso, a oferta turística deve atender a demanda turística oferecendo equipamentos e serviços turísticos de qualidade. Pode-se conceituar oferta turística da seguinte maneira:

Conjunto dos recursos naturais e culturais que, em sua essência, constituem a matéria prima da atividade turística porque, na realidade, são esses recursos que provocam a afluência de turistas. A esse conjunto agregam-se os serviços produzidos para dar consistência ao seu consumo, os quais compõem os elementos que integram a oferta no seu sentido amplo, numa estrutura de mercado. (BENI, 2001, p. 159)

O equilíbrio entre oferta e demanda tem papel importante no desenvolvimento econômico de um destino e na sustentabilidade do mesmo. O autor (Cooper et al. 2001, p.42) define demanda turística: “o turismo surge de um movimento de pessoas para lugares e destinações diversas, bem como de sua estada neles”. A demanda turística é um conjunto de pessoas que consomem um produto ou serviço turístico e que usam os espaços públicos de lazer: “[...] tem-se que a demanda em turismo é uma composição de bens e serviços, e não demanda de simples elementos ou de serviços específicos isoladamente considerados; em suma, são demandados bens e serviços que se complementam entre si” (BENI, 2001, p. 211). Para tanto, é preciso lançar mão do planejamento turístico com vistas a atender bem os turistas com qualidade nos serviços prestados, além de beneficiar a comunidade local.

Sabe-se que a atividade turística atua no espaço, e que sua organização é imprescindível para o desenvolvimento sustentável da mesma. O planejamento territorial é uma técnica utilizada para ordenar as ações do homem sobre o território e, se usada corretamente, torna-se uma ferramenta auxiliadora do desenvolvimento sustentável da atividade turística.

O planejamento turístico de uma cidade deve adotar medidas apropriadas a cada caso. No turismo, o plano de desenvolvimento turístico tem que priorizar a sustentabilidade de seus ambientes para a evolução equilibrada da atividade turística no local. Nesse sentido, o conceito de planejamento é definido por Petrocchi (2002, p.19) como “a definição de um futuro desejado e de todas as providências necessárias à sua materialização”.

De acordo com Ruschmann (1997) *apud* Maciel *et al* (2008), os impactos do turismo referem-se a alterações provocadas pelo processo de desenvolvimento do turismo nos destinos. Os impactos se dão em vários âmbitos, seja nos aspectos sociais, culturais, ambientais, o que reforça a importância do planejamento turístico. Nesse sentido, é necessário que ele seja intersetorial e tenha por base a de-

terminação da capacidade de carga dos recursos naturais, que significa “a quantidade máxima de visitantes que uma área pode acomodar mantendo poucos impactos negativos sobre os recursos e, ao mesmo tempo, altos níveis de satisfação para os visitantes”. (BOO, 1990, *apud* MACIEL *et al.* 2008, p. 47)

As metodologias que, atualmente, são usadas para determinar a capacidade de carga turística, em áreas naturais, utilizam quatro dimensões de componentes: os componentes biofísicos, que se relacionam aos recursos naturais; os componentes sócio-culturais, que consideram os impactos do turismo sobre a comunidade; os componentes psicológicos dos visitantes, que se referem ao número máximo de visitantes que determinada área comporta, oferecendo uma experiência que satisfaça o turista por um determinado período de tempo; e, por fim, os componentes de manejo e gestão, que dizem respeito à infraestrutura e pessoas para a gestão da área. (MACIEL *et al.* 2008)

Entretanto, é possível distinguir dois tipos de metodologia que fazem uso de abordagens diferentes. Uma delas é o método de capacidade de carga e padrão numérico, que busca definir, de forma quantitativa, os padrões de densidade / ocupação dos espaços turísticos; inclui-se, nessa categoria, o Método Cifuentes. Outro método é o modelo de gestão do uso público em áreas naturais protegidas, que engloba metodologias que visam superar os limites dos métodos tradicionais, procurando determinar, ao contrário do número de visitantes/período, níveis de impactos que seriam desejáveis e alguns critérios de manejo para condições de visitação variáveis e flexíveis. (MACIEL *et al.* 2008)

## A FUNDAÇÃO ZOO-BOTÂNICA E SEUS ESPAÇOS DE LAZER

De acordo com um relatório produzido pelas Faculdades Integradas Newton Paiva em 1996 o grande processo de urbanização que se deu em Minas Gerais nos primeiros anos do século XVIII, produziu algumas das mais conhecidas cidades brasileiras como Ouro Preto. Porém, outros núcleos urbanos menores também foram formados como o arraial Curral Del Rei. Esse pequeno lugarejo ganhou importância a partir do momento em que foi escolhido para abrigar a nova capital de Minas. A comissão responsável pelo planejamento da capital teve a intenção de dotá-la com o que existia de mais novo nas cidades mais importantes de outros países. Sendo assim, não poderia desconsiderar projetos ligados a zoologia e a botânica, áreas que estavam despertando grande interesse no século XIX. Dessa forma, já na planta geral da nova capital, o Jardim Zoológico estava delineado no local onde

atualmente está situado o Minas Tênis Clube, porém, tal proposta não foi concretizada.

Na década de 50, Belo Horizonte ainda era reconhecida como a Cidade Jardim e a Pampulha ocupava boa parte da atenção dos governantes da época. Então, essa foi a região escolhida para sediar o Jardim Zoológico da capital, sendo a sua inauguração no dia 25 de janeiro de 1959. Vários relatórios publicados na década de 1950 informavam sobre as obras realizadas, como a construção dos lagos, recintos, bebedouros, praças, avenidas e áreas de lazer, bem como informavam sobre a transferência de alguns animais do Parque Municipal para o Zoológico. Em 1955 já havia sido criada uma linha de ônibus até o local, pois acreditava-se que mesmo com as obras não concluídas, o zoológico já era atrativo aos visitantes, isto é, já se verificava uma grande afluência de visitantes que esperava-se que melhorasse com a conclusão das obras da Barragem da Pampulha.

Atualmente, o Jardim Zoológico e Jardim Botânico são administrados pela Fundação Zoo-Botânica que conta com o Serviço de Educação Ambiental (SEA), que visa despertar os visitantes para uma convivência harmônica com o meio ambiente através de projetos e atividades educativas. Nesses espaços, são realizadas visitas ao Jardim Japonês, visitas às Estufas Temáticas do Jardim Botânico, Trilha do Lobo, Oficina de Plantar, programações educativas especiais em datas específicas, Visita Orientada para Educadores, visitas ao Borboletário e acesso à Zooboteca. Já o Parque Ecológico, inaugurado em maio de 2004, possui aproximadamente 300 mil metros quadrados de área preservada, direcionada ao lazer, pesquisa, educação ambiental e atividades culturais, de acordo com informações coletadas no material informativo da FZB.

De acordo com a Diretora do Departamento de Educação Ambiental e Gestão do Parque Ecológico da Pampulha, o Parque oferece atividades de educação ambiental para escolas e grupos específicos agendados de terça à quinta com roteiros de água, bioma, Mix, Memorial Minas - Japão, Roteiro Kids e lazer. Além disso, possui o programa «Bicicleta para todos» que envolve o empréstimo (para uso gratuito) de bicicletas para maiores de 18 anos visando conscientizar o visitante sobre a importância da educação patrimonial e para o trânsito. O espaço oferece também oficinas, teatros em datas comemorativas tais como férias, semana da criança, Dia mundial do meio ambiente, entre outros. A Prefeitura de Belo Horizonte é parceira do Parque, além da Associação Nipo-Brasileira de Cultura Japonesa, SUDECAP e COPASA. Em 2009, foi inaugurado o Memorial da Imigração Japonesa, que visa divulgar a imigração japonesa no Brasil e os laços entre as culturas Japonesa e Brasileira. Também foi inaugurado um espaço que é a inclusão digital onde são disponibilizados três com-

putadores para acesso gratuito à internet pelo visitante.

Segundo um Diretor de Departamento da FZB, o Jardim Botânico conta com parcerias com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que estipulam medidas compensatórias que ajudam na manutenção do espaço; empresas de mineração ajudam na realização de projetos de pesquisa; e como órgão captador de recursos, a FZB conta com a SA-FZB- Sociedade de Amigos da Fundação Zoo-Botânica. Nos últimos dez anos, houve a inauguração da área de visitação do Jardim Botânico, ambientação da estufa da caatinga, estufa de campos rupestres e estufa evolutiva, com implantação de sinalização educativa.

E, por fim, o terceiro e mais recente espaço de lazer da FZB é o Aquário da Prefeitura – Bacia do Rio São Francisco, inaugurado em 2010, dentro do Jardim Zoológico, sendo o maior aquário de água doce do Brasil, segundo o portal *on line* da FZB. O espaço oferece estudos sobre a biologia, manutenção e criação de peixes em cativeiro. A criação do Aquário foi considerada relevante para o turismo e lazer em Belo Horizonte, além de divulgar as espécies do Rio São Francisco.

Após a tabulação e interpretação das respostas obtidas na Pesquisa da Demanda Turística, observou-se que 62% dos entrevistados do Jardim Zoológico e Botânico eram do sexo feminino - no Aquário, 52% eram mulheres; e no Parque, 59%.

Quanto ao local de residência dos visitantes entrevistados no Zoológico, 63% reside em Belo Horizonte e Região Metropolitana. Outros 32% não residem na Capital, mas moram em cidades dentro do Estado de Minas Gerais. Visitantes do Rio de Janeiro e São Paulo somam 2% dos entrevistados, seguido de moradores de outros Estados que são apenas 3% e de residentes em outros países 1%. No Aquário, 81% era de Belo Horizonte; e no Parque, 74%.

No que diz respeito à motivação da visita ao local, 84% dos entrevistados responderam que foram ao Jardim Zoológico para visitar e conhecer o ambiente. Somente 4% foi para visitar o Aquário e 1% para visitar o Jardim Japonês. Das 384 pessoas entrevistadas, a opção “outros” soma 11%. Esses outros motivos são: para descansar, respirar ar puro, ler, trazer parentes, acompanhar amigos, mostrar os animais para as crianças, entre outros. No Aquário, 58% foi com a intenção de conhecer o local; e no Parque, 54% dos entrevistados realizaram a visita com a motivação de lazer e descanso.

Visitas realizadas por famílias e filhos obtiveram maior destaque - 57% no Zoológico. O item em grupo/com amigos aparece em segundo lugar com 25%, seguido pelo item “em casal” totalizando 11%. Alunos em visita escolar somam 3% dos entrevistados, igualmente a visita de pessoas que vieram ao local sozinhas, que também ficou em 3%. No Aquário, 44%

foi ao local com a família/filhos; e no Parque 66%.

Entre os meios de transportes mais utilizados para chegar ao zoológico, 39% foi de carro; 28% de ônibus de excursão. Pessoas que utilizaram ônibus de linha corresponderam a 21%. Em seguida, aparecem os meios de transporte menos utilizados como as vans que totalizam 5%, seguido de moto e a pé representando, respectivamente, 4%. No Aquário, o carro foi utilizado por 53% e no Parque por 64%.

Os meios de hospedagens mais utilizados pelos turistas entrevistados no Zoológico foi casa de amigos/parentes que representou 36% das respostas. O item "não está hospedado" somou 46% dos entrevistados, seguido pelo item hotéis/pousadas que atingiu 18%. No Aquário, 47% também não estava hospedado.

Ao analisar a frequência de visita ao local, observa-se que 46% dos entrevistados visitam entre uma e duas vezes por ano o Zoológico. Entre os entrevistados, 26% visitou há mais de 8 anos. O item 1ª visita foi citado por 20% dos entrevistados. Em seguida, vieram os itens 1-2 vezes por ano com 4%, "quase todo o final de semana" que aparece com 3% das citações e "não sei ou não respondeu" foi apontado por 2% dos visitantes. No Aquário, 40% citou que visita o local de uma a duas vezes por ano e no Parque, 37% citou que era a primeira visita.

Em relação as outras áreas da Zoo-Botânica visitadas, somam 33% os entrevistados no Zoológico que não visitaram o Aquário, o Jardim Japonês e o Borboletário. Os visitantes que disseram visitar o Aquário somaram 22%, seguido pelas áreas visitadas, Borboletário e Jardim Japonês que, respectivamente, foram citadas por 21% dos entrevistados. O item "outro" aparece citado apenas por 2% dos visitantes entrevistados. Entre os entrevistados no Aquário, 51% mencionou ter visitado o Zoológico e no Parque 39% citou que não visitou nenhuma outra área da Zoo-Botânica.

Os entrevistados, em sua maioria, não visitaram outras atrações na Pampulha, 66% foi exclusivamente para visitar o Zoológico. No total de entrevistados, 16% disse que visitou a Lagoa da Pampulha. A Igreja São Francisco de Assis aparece citada por 8% dos entrevistados, seguida pelos Parques Guanabara e Parque Ecológico que, relativamente, foram citados por 5% dos entrevistados. No Aquário, 53% disse ter visitado outras atrações na Pampulha, enquanto no Parque 70% respondeu que não visitou outra atração turística.

O meio de informação para ir ao Zoológico que atingiu um número expressivo de entrevistados foi a informação de amigos ou parentes alcançando 29%. Logo em seguida, aparece o item "televisão" com 28% das citações dos entrevistados. A internet também foi citada por 6% dos entre-

vistados. Com pouca relevância aparecem rádio e folhetos/publicações com 1%. O item "outros" foi citado por 33% das pessoas entrevistadas. No Aquário, 41% citou ter informação a partir de amigos ou parentes e no Parque 54%.

Observa-se em relação a idade a predominância de visitantes entre 31 e 40 anos, representando 36% dos entrevistados no Zoológico. A idade entre 21 e 30 anos totaliza 30% dos entrevistados. Dos entrevistados, 18% tem entre 42 e 50 anos de idade. A pesquisa aponta que visitantes entre 51 e 60 somam 10% dos entrevistados. Representam 4% dos entrevistados "pessoas com idade acima de 60 anos", seguido de 3% com idade entre 18 a 20 anos. No Aquário, 30% possuía de 21 a 30 anos, e no Parque 41% possuía de 31 a 40 anos.

Na análise do perfil econômico, constatou-se que os entrevistados no Zoológico, com renda mensal entre 1 e 5 salários mínimos, são maioria, sendo representados por 70% dos entrevistados. Outro público representativo foi o de pessoas que têm como renda mensal apenas 1 salário mínimo. Em terceiro lugar aparecem as pessoas que têm renda mensal entre 5 e 9 salários mínimos e pessoas que não trabalham 5%. Em número menos expressivo aparecem as pessoas que têm renda mensal entre 9 e 13 salários mínimos e as que não souberam ou não quiseram responder, respectivamente, com 1% dos entrevistados. No Aquário, 54% disse ter renda entre 1 e 5 salários e no Parque 57%.

Nota-se um expressivo resultado em relação à escolaridade dos entrevistados no Zoológico, representando 48% com o ensino médio completo. O próximo índice aponta que 18% dos entrevistados têm o ensino fundamental incompleto. As pessoas que têm ensino fundamental completo e ensino médio incompleto somam respectivamente 10% dos entrevistados. Apenas 7% dos entrevistados possuem curso superior completo e surge em número menor as pessoas com ensino superior incompleto com 5%, pessoas pós-graduadas com 2% e sem estudo apenas 1%. No Aquário, 49% possuía o ensino médio completo e no Parque 52%.

O item mais citado pelos entrevistados no Zoológico quanto a pretensão de gastos foi "de R\$1,00 a R\$100,00", alcançando 71%. A opção "nada" aparece em segundo lugar, com 15% de citação. Apenas 3% dos entrevistados responderam entre "R\$101,00 e R\$200,00" e 11% das pessoas entrevistadas não souberam qual a pretensão de gastos. No Aquário, 88% tinha a intenção de gastar de R\$1,00 a R\$100,00 e no Parque 58%.

Na questão valor do ingresso do Zoológico, o conceito mais citado foi "razoável", alcançando 52% da opinião dos entrevistados. Os conceitos "caro e barato", relativamente, aparecem com 20% das respostas. Pessoas que não souberam responder somaram 8% dos resultados. Ao analisar o valor do ingresso para veículos, nota-se que 47% dos en-

entrevistados avaliaram como “razoável” e 20% como “caro”. O conceito “barato” foi citado por 16% dos entrevistados, seguido por “não sei” por 17% das pessoas entrevistadas. No Aquário, 55% dos entrevistados (pedestres) acharam o valor do ingresso razoável e para quem utilizou o veículo também considerou razoável (40%).

Na conceituação para o item “alimentação” foi grande o número de entrevistados no Zoológico que expressou o desejo de “utilizar lanchonete/restaurante local”, representando 43% da totalidade, acompanhada de 31% de pessoas que responderam “fazer piquinque”. Somente 16% dos entrevistados citaram “adquirir lanche em barracas autorizadas” e 9% não soube responder ou não usou nenhum item. No Aquário, 49% tinha a intenção de utilizar a lanchonete e restaurante e no Parque 49% optou por “fazer piquenique”.

Sobre as variáveis souvenirs / lembranças, 66% dos entrevistados no Zoológico citaram “nenhum interesse em adquirir produtos”. A questão “pouco interesse em adquirir produtos” foi citada apenas por 13% dos entrevistados, em seguida, aparece o item “muito interesse em adquirir produtos” com 13% das respostas. As opções “não sabe” e “não utilizou” somam 7% dos entrevistados. No Aquário, 52% respondeu que não tinha nenhum interesse.

Em relação ao acesso a informação / preferência, com maior frequência, aparece a opção “sinalização por meios de placas” com 57% de escolha no Zoológico. A seguir, aparece como preferência de 19% dos entrevistados os “mapas e guias específicos”. “Informações fornecidas por funcionários” foram citadas por 11% dos entrevistados. Pessoas que optaram pelos itens “não sabe” e “não utilizou” somam 7% dos entrevistados e, em seguida, surge a opção “leitura de folhetos/outros informativos” citada por 5% dos entrevistados. No Aquário, 38% respondeu que prefere ter acesso por mapas e guias e no Parque 57% mencionou a sinalização por meio de placas.

Quanto ao tempo despendido com a visita, observou-se que a maioria dos entrevistados opta por permanecer no zoológico entre 2 e 4 horas, compreendendo 48% dos entrevistados. Em seguida, aparece uma quantidade significativa de pessoas que apontaram a opção “de 4 a 6 horas”, sendo 32% dos entrevistados. O tempo de visita entre “1 e 2 horas” foi citado por 13% das pessoas. A citação que aparece em quarto lugar com 7% foi a opção entre “6 e 8” horas. Entrevistados que não souberam responder somam 1%. No Aquário, 55% gastou de 2 a 4 horas no espaço e no Parque 53%.

A sinalização turística existente de Belo Horizonte até o Zoológico foi outra questão abordada, tendo 54% de satisfação por parte dos entrevistados que acharam “suficiente”. O conceito “insuficiente” aparece em segundo com

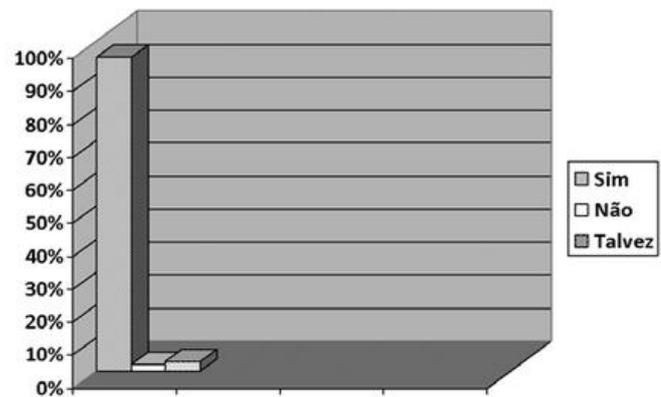
42%, demonstrando a insatisfação dos visitantes quanto à sinalização. Apenas 4% dos entrevistados não responderam ou não souberam responder. Em relação ao Aquário, 66% considerou suficiente e no Parque 63%.

Quanto à sinalização informativa e indicativa do Zoológico, 45% dos entrevistados apontou como “boa”, em seguida aparece a opção “regular” citada por 25% dos entrevistados. O item “ruim” foi citado apenas por 7% das opiniões e a opção péssima representou 5% dos entrevistados. No Aquário, 40% avaliou como “boa” e no Parque 42%.

A maioria dos entrevistados classificou o Zoológico como um lugar seguro e confortável, representando um total de 73% das opiniões. Dos entrevistados, 11% disse sentir-se “com relativa segurança e pouco conforto”. Aparece, em seguida, o item “com relativa segurança e confortável” com citação de 9% dos entrevistados. Pessoas que não souberam responder correspondem a apenas 2%. No Aquário, 74% considerou o espaço seguro e confortável e no Parque 80%.

Quando perguntados sobre pretensão de retorno (gráfico 01), os entrevistados disseram que sim com altos percentuais (95% no Zoológico e 97% no Parque) apenas uma pequena parcela disse talvez voltar no Aquário, que mesmo assim teve um alto retorno com 82%.

Gráfico 01 – Pretensão de retorno ao Zoológico



No que diz respeito ao Jardim Zoológico e Botânico, o ambiente familiar, a natureza e os animais em geral, foram os itens que mais agradaram os entrevistados (47%). Alguns animais, o Jardim Japonês e Jardim Botânico estavam entre os itens que agradaram os entrevistados (14%). Em números menores foram citados também alguns animais, recepção local, organização, limpeza, juntamente com os itens “nada” e não respondeu / não sabe. Surpreendentemente, foi citada pelos entrevistados a questão “pesquisa/abordagem das pesquisadoras”. Nessa última citação, os entrevistados deixaram transparecer a satisfação em saber que os administradores do Jardim Zoológico estavam preocupados em melhorar o ambiente para melhor atendê-

-los e elogiaram a educação e o zelo com que as entrevistadoras faziam suas atividades.

A maioria dos entrevistados (31%), ao serem abordados sobre o que os desagradou, citou o item "nada", devendo-se considerar que no número de entrevistados que citou esse tipo de resposta estão incluídas algumas pessoas que tinham acabado de chegar à Fundação Zoo-Botânica.

A falta de limpeza foi o segundo item mais citado pelos entrevistados (18%), seguido da falta do número suficiente de banheiros (12%). Ainda foram citados como motivo de insatisfação o número de vagas para estacionamento, o excesso de filas, atendimento de funcionários, recintos vazios e mal conservados, preços e qualidade da informação em geral.

Neste sentido, na questão o que poderia melhorar na Zoo-Botânica, a limpeza de um modo geral foi um item apontado como algo que poderia melhorar, seguido de outras citações como maior quantidade de agentes de segurança e aumento do número de efetivos da Guarda Municipal. Houve também algumas pessoas que expressaram o desejo de que fossem feitas palestras sócio-educativas para os frequentadores e colocar mais banheiros e bebedouros. Além disso, foi sugerido controle no número de visitantes, maior número de restaurantes / lanchonetes, mais placas informativas, mais cestos de lixo, melhorar acessibilidade e manutenção e capacitação de pessoal.

Com relação ao Aquário, o que mais agradou (34% dos entrevistados) foi o espaço em si, as atrações, inovações, variedades de peixes e alguns animais foram os itens que mais agradaram os entrevistados. A metade dos entrevistados, ao serem abordados sobre o que o desagradou, citou o item "nada". O lixo, a falta de informação / segurança / sinalização / desconforto foram itens ressaltados pelos visitantes, além da iluminação do espaço. Na questão o que poderia melhorar no Aquário, 70% dos entrevistados citaram "nada". Porém, é importante verificar algumas sugestões do que poderia ser melhorado no local, como aproveitar o piso superior. Houve sugestão para que existisse um posto médico no Zoológico.

Já em relação ao Parque Ecológico, a maioria dos entrevistados (44%) citou a "natureza" como a variável que mais o agradou em sua visita ao Parque, seguida da tranquilidade (27%) e do espaço em si (15%).

Ao serem abordados sobre o que o desagradou em sua visita ao Parque, 32% dos entrevistados citaram o item "nada". Porém, o mau cheiro do Parque e da Lagoa da Pampulha foi citado por 19% dos visitantes abordados e 15% citou a presença de fezes de capivara, bem como a presença de carrapatos. Foi citada também a falta de bebedouros, não permitir a entrada de bicicletas, falta de limpeza dos banheiros e distância da lanchonete e banheiros. Na questão o que poderia melhorar no Parque, 22% dos

entrevistados citaram "nada". Porém, é importante verificar algumas sugestões do que poderia ser melhorado no local, como a colocação de mais bebedouros e a permissão da entrada de bicicletas para crianças, aumento do número de quiosques para venda de alimentos, mais atrações, mais banheiros, melhorar a sinalização e a segurança.

Após ouvir os visitantes dos espaços de lazer, foram ouvidos dois diretores da FZB. Na visão de uma diretora entrevistada, a FZB tem uma forte contribuição para o turismo e lazer em Belo Horizonte, pois os espaços de lazer são ricas fontes de conhecimento e divulgação da fauna e flora, além de propiciar ao visitante a participação em atividades de educação ambiental. Existem projetos de melhoria como o projeto da melhoria da sinalização do Parque Ecológico e da sinalização referente ao Jardim Botânico e Jardim Zoológico, o projeto de sinalização das espécies arbóreas do Parque Ecológico e a revitalização das estruturas de madeira do Parque Ecológico (em andamento como medida compensatória da SMMA). Além disso, há um projeto do sistema de monitoramento eletrônico do Parque Ecológico. Na visão da entrevistada, na sede da Fundação e no Parque Ecológico, é preciso melhorar e capacitar os servidores que atuam no atendimento referente à educação ambiental. De acordo com a entrevistada, o fato de Belo Horizonte receber a Copa de 2014 ainda não provocou mudanças no sentido de acelerar a captação de recursos para investimentos nos espaços da FZB, porém, acredita que essa situação mudará em breve em função da importância já dita desses espaços para o lazer e turismo na cidade e por estar inserido no circuito da Pampulha.

Na opinião de outro diretor entrevistado, o mesmo também considera a FZB um grande espaço para lazer e turismo em Belo Horizonte, pois como geralmente as pessoas têm interesse em conhecer o Jardim Zoológico e Botânico de uma cidade a ser visitada, no caso de Belo Horizonte, isso pode ser feito em um só espaço. O fato da FZB estar em uma região como a Pampulha, que possui muitos atributos turísticos, facilita para que o visitante conheça vários pontos turísticos relativamente próximos. Na opinião do entrevistado, a FZB proporciona um turismo de qualidade relativamente barato, se comparado com equipamentos semelhantes de outras capitais brasileiras, além do fato de que a entrada é gratuita em determinados dias possibilitando o acesso da população mais carente.

O entrevistado citou que existem projetos para o Jardim Botânico como a ambientação da estufa da mata atlântica, reformulação da sinalização e implantação do Jardim Homeopático. Como desafios, cita a questão de dar manutenção a todos os espaços utilizados pelos visitantes, implantar e manter uma sinalização interpretativa e garantir pessoal para atendimento constante aos visitantes. O dire-

tor considera que pelo fato da FZB estar em área turística, isso tende a ser um facilitador na captação de recursos, mas o fator “Copa” ainda não se mostrou viável, ou seja, ainda está cedo para se afirmar que ele será um fator decisivo na captação de recursos.

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De uma maneira geral, os espaços de lazer vinculados à Fundação Zoo-Botânica atendem às funções para as quais foram criados. Porém, devido à proporção entre o espaço criado e a demanda turística, surgem os problemas diagnosticados.

Após a aplicação dos questionários e análise de resultados, foi possível perceber algumas necessidades de intervenção em situações nas quais são prioridades para a melhoria do atendimento nos espaços públicos de lazer da FZB de Belo Horizonte. As evidências estão por toda parte nesses espaços, confirmando, assim, as respostas dadas pelos entrevistados que, em sua maioria, os problemas eram os mesmos. No caso específico do Jardim Zoológico, os problemas relatados foram em escala maior. Tais necessidades de intervenção são percebidas pela FZB que busca, através de parcerias, promover melhorias, uma vez que a atual estrutura financeira e administrativa impõe limites para investimentos nos espaços de lazer.

Verificou-se uma grande quantidade de excursões escolares infantis, tanto de redes particulares quanto de redes públicas de ensino, nas terças, quartas, quintas e sábados; falta de agentes para dar informações sobre cada área, bem como a falta de postos de informações em lugar de fácil localização e acesso; número insuficiente de banheiros

e bebedouros; não existe fraldário (espaço para se cuidar de bebês com o mínimo de conforto); não há acessibilidade facilitando a aproximação do visitante com mobilidade reduzida aos recintos dos animais; e o estacionamento gera insegurança para o pedestre, uma vez que ele é feito dentro do Jardim Zoológico, entre outros aspectos. Percebeu-se também a falta de lugar adequado para receber as excursões vindas de outras cidades; falta de cestos de lixo com indicação para produtos reciclados e em quantidade insuficiente para atender a demanda; falta de ambientes onde seja possível lavar as mãos ou objetos (torneiras).

Em relação ao Parque Ecológico, foram destacadas sugestões ligadas à limpeza, quantidade de banheiros, bebedouros, opções de alimentação e a oferta de mais atrações no espaço. Já no Aquário, foram citados aspectos como a limpeza, maior informação, além de um maior aproveitamento do espaço. É importante ressaltar que todos os espaços obtiveram uma avaliação positiva e, no caso do Parque e do Aquário, observa-se uma vantagem na qualificação dos locais provavelmente por se tratarem de espaços com inauguração relativamente recente.

Porém, além das questões de infraestrutura e serviços, observou-se um excesso de visitantes aos domingos, dificultando a plena experiência de turismo e lazer para visitantes e comunidade nas dependências do Jardim Zoológico (figura 01). São inúmeras as filas que se formam em todos os pontos de apoio ao visitante (banheiros, bebedouros, restaurantes e lanchonetes); há dificuldade dos serviços de alimentação em comportar a demanda nesses dias. Tal situação foi verificada por meio da observação dos pesquisadores, mas foi apontada também por visitantes que percebem as dificuldades geradas pelo excesso de visitantes.



Figura 01 – Visitantes no Jardim Zoológico / BH  
Fonte: Bresolin (2011)

Sendo assim, para obter uma base de comparação com outros zoológicos cujas parcerias têm colaborado muito para o pleno funcionamento das estruturas de apoio ao visitante, foi realizada uma visita no Jardim Zoológico de São Paulo localizado à avenida Miguel Estéfano, 4241, Água Funda – SP.

De acordo com o portal *on line* da Fundação Parque Zoológico de São Paulo, desde 1958, o espaço oferece entretenimento, desenvolvimento de pesquisas, conservação de espécies e procura despertar a consciência ambiental através de três áreas – Zoológico, Zoo Safári e a Divisão de Produção Rural. Para quem visita o Zoológico, espaço bem estruturado que conta com estacionamento próprio em área separada, lanchonetes, loja de lembranças, fraldário, área para lanches e banheiros acessíveis, é possível fazer o Zoo Safári que conta com mais de 300 animais em 4 km de percurso, onde o visitante tem a experiência de ver mais de perto os animais. Na terceira área – a Divisão de Produção Rural, são produzidos os alimentos com qualidade biológica e alto valor nutritivo para o tratamento dos animais.

Um aspecto importante verificado na Fundação de São Paulo que o diferencia da FZB é que aquela conta com uma equipe de captação de recursos, situação que reflete na qualidade da estrutura e serviços oferecidos, principalmente, no cuidado com os recintos dos animais, como pôde ser observado em visita ao local. Ainda de acordo com o portal *on line* da Fundação, em 2001, foi criado um programa de parcerias para firmar relações com a iniciativa privada, instituições de pesquisa, agências de comunicação e emissoras de TV. Tal programa busca desenvolver e executar projetos ambientais ou culturais, sendo que as parcerias podem ser concretizadas por meio da adoção de espaços ou recintos de animais, onde a marca da empresa é inserida, além da construção de espaços culturais ou desenvolvimento de programas de educação ambiental.

Durante o processo de pesquisa, também foram visitados os zoológicos de Toronto (Canadá) e Buenos Aires (Argentina). No caso do primeiro, são oferecidas atividades como passeio em Camelo e um tipo de *playground* aquático para as crianças. Por sua vez, o Zoológico de Buenos Aires faz parte do roteiro do ônibus turístico da cidade, em que os passageiros podem comprar o bilhete para o passeio e descer em vários pontos turísticos. Essa estratégia faz com que o Zoológico integre-se aos outros atrativos locais, o que não acontece em Belo Horizonte, desfavorecendo, inclusive, a relação entre os próprios espaços de lazer da FZB. Esses são exemplos de algumas potencialidades turísticas que poderiam ser exploradas nos espaços.

Ainda na avaliação sobre a captação de recursos, verificou-se por meio das entrevistas com os diretores da FZB que o fator “Copa do Mundo de 2014” ainda não está servindo como instrumento para acelerar a captação de recursos para a realização de investimento. Porém, acredita-se que isso pode vir a acontecer com a proximidade do megaevento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo por base todas as informações obtidas, considera-se que os espaços públicos de lazer da região da Pampulha deverão se adequar à demanda de visitantes atual, bem como a esperada para os eventos esportivos que serão realizados na região nos próximos anos. Melhorar a estrutura ofertada será fundamental para a imagem de Belo Horizonte e seus gestores. Com a proximidade da realização da Copa das Confederações em 2013 e da Copa do Mundo em 2014 em Belo Horizonte, o momento é propício para tentar buscar desenvolver projetos de modernização das estruturas dos espaços pesquisados, visando acelerar a captação de recursos, parcerias e investimentos. A região da Pampulha é estratégica para o turismo de Belo Horizonte e precisa da atenção da sociedade, empresas e governantes para que ela realmente cumpra seu papel de cartão postal da cidade e espaço de lazer e turismo.

Neste sentido, a pesquisa contribuiu para apontar prioridades nos investimentos em melhorias na estrutura e serviços oferecidos pelos espaços da FZB e para a elaboração de políticas públicas de forma a integrar esses espaços com outros atrativos da região da Pampulha e da cidade como um todo. Os aspectos qualitativos da pesquisa podem contribuir também significativamente na área da educação escolar. Porém, um dos pontos que merece maior atenção é a realização de um estudo de capacidade de carga, visando, principalmente, a visitação aos domingos e feriados, para que os espaços de lazer da FZB cumpram seu papel de oferecer uma experiência turística e de lazer aos seus visitantes com conforto e segurança. Esses seriam aspectos importantes para que esses espaços de lazer sejam inseridos definitivamente em roteiros turísticos, como um produto turístico a ser vendido em Belo Horizonte.

## REFERÊNCIAS

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 7. ed. São Paulo: SENAC, 2002.

BOULLON, R. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: Edusc, 2002.

COOPER, C; FLETCHER, J; WANHILL, S; GILBERT, D; SHEPHERD, R. **Turismo: princípios e prática**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. 5. ed. São Paulo: Futura, 1998. 286p.

FACULDADES INTEGRADAS NEWTON PAIVA. **Cidades e Jardins: Belo Horizonte, 100 anos e o meio ambiente**. Junho / 1996. Relatório de pesquisa para a Fundação Zoo-Botânica. 40p.

FZB. **Belo Horizonte ganha o maior aquário de água doce do Brasil**. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=36045&pldPlc=&app=salanoticias>> Acesso em: 25 mai. 2012.

GOLDANICH, Karin Leyser, MOLETTA Vania Florentino. **Turismo de Eventos**. Porto Alegre: SEBRAE,RS, 2000.

MACIEL, N. A. L.; PAOLUCCI, L.; RUSCHMANN, D. V. M. Capacidade de carga no planejamento turístico: estudo de caso da Praia Brava – Itajai frente à implantação do Complexo Turístico Habitacional Canto da Brava. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 2, n. 2, p. 41-63, jul. 2008.

MONTE-MÓR, R. L. (2006). **As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil**. In C. C. Diniz & M. A. Crocco (Eds.). *Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes* Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 61-85.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: Planejamento e organização**. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

PETROCCHI, Mario. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 2002. Disponível em: <<http://www.zoologico.com.br/pagina.php?p=zoo>> Acesso em: 11 nov. 2011.

ZOOLÓGICO DE SÃO PAULO. **História da Fundação Parque Zoológico de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.zoologico.com.br/pagina.php?p=zoo>> Acesso em: 11 nov. 2011.

Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/negocios/mercadoturistico.htm>> Acesso em: 12 fev. 2012.

SODRÉ, Ulisses Nunes. **O mercado turístico**. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/negocios/mercadoturistico.htm>> Acesso em: 12 fev. 2012.

## NOTAS

1 Parte integrante do Projeto de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva intitulado: "Os espaços públicos de lazer de Belo Horizonte e as perspectivas de crescimento da atividade turística".

2 Discentes do curso de Tecnólogo Gestão de Turismo, alunas bolsistas do XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Discentes do curso de Ciências Biológicas, alunas voluntárias do XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

4 Professora colaboradora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

5 Coordenadora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

## PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA – ZOOLOGICO E JARDIM BOTÂNICO

Entrevistador: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_ Dia da semana: \_\_\_\_\_ Hora: \_\_\_\_\_

## 1. PERFIL

|   |   |
|---|---|
| <b>1.1 Sexo</b><br><input type="checkbox"/> Masculino<br><input type="checkbox"/> Feminino  | <b>1.7 Com qual frequência você visita o local?</b><br><input type="checkbox"/> 1ª visita<br><input type="checkbox"/> Quase todo final de semana<br><input type="checkbox"/> 1-2 vezes por mês<br><input type="checkbox"/> 1-2 vezes por ano<br><input type="checkbox"/> Outra: _____<br><input type="checkbox"/> NS / NR   |
| <b>1.2 Residência</b><br><input type="checkbox"/> Belo Horizonte. Bairro _____<br><input type="checkbox"/> Minas Gerais. Cidade _____<br><input type="checkbox"/> Rio de Janeiro. Cidade _____<br><input type="checkbox"/> São Paulo. Cidade _____<br><input type="checkbox"/> Outros estados. Estado/ Cidade _____<br><input type="checkbox"/> Outros Países.  | <b>1.8 Quais outras áreas da Zoo-Botânica você visitou hoje? (pode escolher mais de uma opção)</b><br><input type="checkbox"/> Borboletário<br><input type="checkbox"/> Jardim Japonês<br><input type="checkbox"/> Aquário<br><input type="checkbox"/> Nenhuma<br><input type="checkbox"/> Outra: _____   |
| <b>1.3 Motivação da visita ao local</b><br><input type="checkbox"/> Visitar/conhecer os animais<br><input type="checkbox"/> Conhecer Jardim Botânico<br><input type="checkbox"/> Conhecer Aquário<br><input type="checkbox"/> Conhecer o Borboletário<br><input type="checkbox"/> Conhecer o Jardim Japonês<br><input type="checkbox"/> Outros: _____   | <b>1.9 Quais outras atrações turísticas você visitou hoje na região da Pampulha? (pode escolher mais de uma opção)</b><br><input type="checkbox"/> Parque Ecológico<br><input type="checkbox"/> Parque Guanabara<br><input type="checkbox"/> Lagoa da Pampulha<br><input type="checkbox"/> Igreja São Francisco de Assis (Igrejinha da Pampulha)<br><input type="checkbox"/> Outras(s): _____ |
| <b>1.4 Veio ao local</b><br><input type="checkbox"/> Sozinho<br><input type="checkbox"/> Em casal<br><input type="checkbox"/> Com a família / filhos<br><input type="checkbox"/> Em grupo/ com amigos<br><input type="checkbox"/> Com a escola<br><input type="checkbox"/> Outros: _____  | <b>1.10 Através de qual(is) meio(s) você teve informações para vir ao local?</b><br><input type="checkbox"/> Televisão<br><input type="checkbox"/> Folhetos / Publicações<br><input type="checkbox"/> Amigos ou parentes<br><input type="checkbox"/> Outros: _____<br><input type="checkbox"/> Rádio<br><input type="checkbox"/> Revistas<br><input type="checkbox"/> Internet                |
| <b>1.5 Meio de transporte utilizado</b><br><input type="checkbox"/> Carro particular<br><input type="checkbox"/> Ônibus de linha<br><input type="checkbox"/> Ônibus de excursão<br><input type="checkbox"/> Moto<br><input type="checkbox"/> Van<br><input type="checkbox"/> Outros. Qual? _____  | <b>1.11 Faixa etária (anos)</b><br><input type="checkbox"/> De 18 a 20<br><input type="checkbox"/> De 21 a 30<br><input type="checkbox"/> De 31 a 40<br><input type="checkbox"/> De 41 a 50<br><input type="checkbox"/> De 51 a 60<br><input type="checkbox"/> Mais de 60   |
| <b>1.6 Meio de hospedagem em BH (se for turista)</b><br><input type="checkbox"/> Hotel/ Pousada<br><input type="checkbox"/> Casa alugada<br><input type="checkbox"/> Casa de amigos ou de parentes<br><input type="checkbox"/> Não está hospedado<br><input type="checkbox"/> Outros: _____   | <b>1.12 Renda Mensal (individual) (Ref. SM: R\$545,00)</b><br><input type="checkbox"/> Não trabalha<br><input type="checkbox"/> <1 s.m<br><input type="checkbox"/> ≥ 1 s.m < 5 s.m<br><input type="checkbox"/> ≥ 5 s.m < 9 s.m<br><input type="checkbox"/> ≥ 9 s.m < 13 s.m<br><input type="checkbox"/> ≥ 13<br><input type="checkbox"/> NS / NR  |
| <b>1.13 Escolaridade</b><br><input type="checkbox"/> Sem estudo<br><input type="checkbox"/> Fundamental completo<br><input type="checkbox"/> Fundamental incompleto<br><input type="checkbox"/> Ensino médio completo<br><input type="checkbox"/> Ensino médio incompleto<br><input type="checkbox"/> Ensino superior completo<br><input type="checkbox"/> Ensino superior incompleto<br><input type="checkbox"/> Pós-graduação completa<br><input type="checkbox"/> Pós-graduação incompleta | <b>1.14 Pretensão de gastos no local (incluindo alimentação, compras, diversão e outros).</b><br><input type="checkbox"/> Nada<br><input type="checkbox"/> De R\$ 1,00 a R\$ 100,00<br><input type="checkbox"/> De R\$ 101,00 a R\$ 200,00<br><input type="checkbox"/> De R\$ 201,00 a R\$ 300,00<br><input type="checkbox"/> Mais de R\$ 300,00<br><input type="checkbox"/> Não sabe         |

| <b>2. AVALIAÇÃO</b>   |  |
|---|--|
| <p><b>2.1 Valor do ingresso</b></p> <p>a) Pedestre<br/> <input type="checkbox"/> caro<br/> <input type="checkbox"/> razoável<br/> <input type="checkbox"/> barato<br/> <input type="checkbox"/> NS</p> <p>b) Veículo utilizado para entrar na Zoo-Botânica<br/> <input type="checkbox"/> caro<br/> <input type="checkbox"/> razoável<br/> <input type="checkbox"/> barato<br/> <input type="checkbox"/> NS</p>  | <p><b>2.4 Tempo despendido com a visita</b></p> <p><input type="checkbox"/> 1 a 2 horas<br/> <input type="checkbox"/> 2 a 4 horas<br/> <input type="checkbox"/> 4 a 6 horas<br/> <input type="checkbox"/> 6 a 8 horas<br/> <input type="checkbox"/> NS</p>   |
| <p><b>2.2 Comércio geral / intenção</b></p> <p>a) Alimentação<br/> <input type="checkbox"/> fazer piquenique<br/> <input type="checkbox"/> utilizar lanchonete/restaurante local<br/> <input type="checkbox"/> adquirir lanche nas barracas autorizadas<br/> <input type="checkbox"/> NS/NU</p> <p>b) Souvenirs/lembranças<br/> <input type="checkbox"/> muito interesse em adquirir produtos<br/> <input type="checkbox"/> pouco interesse em adquirir produtos<br/> <input type="checkbox"/> nenhum interesse<br/> <input type="checkbox"/> NS/NU</p> | <p><b>2.5 Sinalização</b></p> <p>a) Turística (BH – ZOO)<br/> <input type="checkbox"/> Suficiente<br/> <input type="checkbox"/> Insuficiente</p> <p>b) Informativa/indicativa (serviços, animais e plantas)<br/> <input type="checkbox"/> ótima<br/> <input type="checkbox"/> boa<br/> <input type="checkbox"/> regular<br/> <input type="checkbox"/> ruim<br/> <input type="checkbox"/> péssima</p> |
| <p><b>2.3 Acesso a informações / preferência</b></p> <p><input type="checkbox"/> sinalização por meio de placas<br/> <input type="checkbox"/> leitura de folhetos e outros informativos<br/> <input type="checkbox"/> mapas e guias específicos<br/> <input type="checkbox"/> informações fornecidas por funcionários (vigias, monitores, porteiros, etc.)<br/> <input type="checkbox"/> NS/NU</p>  | <p><b>2.6 Segurança e conforto do local</b></p> <p><input type="checkbox"/> seguro e confortável<br/> <input type="checkbox"/> seguro e com pouco conforto<br/> <input type="checkbox"/> com relativa segurança e confortável<br/> <input type="checkbox"/> com relativa segurança e com pouco conforto<br/> <input type="checkbox"/> NS</p>   |

2.2 Você tem pretensão de retorno?  Sim

Não  Talvez

2.3 O que mais o/a agradou?

2.4 O que o/a desagradou?

2.5 O que você acha que poderia melhorar na Zoo-Botânica?



# OS NOVOS IDOSOS: PERFIS DE COMPORTAMENTO DE CONSUMIDORES DE AGÊNCIAS DE VIAGENS DE BELO HORIZONTE QUE ENTRARÃO NA 3ª IDADE A PARTIR DE 2020

Jane Noronha Carvalhais<sup>1</sup>  
Eduardo Pimentel<sup>2</sup>  
Eduardo B. Machado<sup>3</sup>

**Resumo:** Com a verificação que, futuramente, o Brasil passará rapidamente a ter um contingente populacional idoso comparável a países desenvolvidos, o setor de turismo poderá, desde já, conceber novos produtos e serviços com esse fim, uma vez que percebe-se um novo perfil de idoso, a partir do levantamento feito do comportamento de adultos que, em breve, entrarão na 3ª idade. Esta pesquisa levantou o perfil de consumo dos clientes de agências de viagens que entrarão na 3ª idade a partir de 2020, por intermédio de um mapeamento baseado no modelo VALs. Os resultados apontam para 4 grandes grupos de clientes com grupos específicos de interesses e necessidades.

**Palavras-chave:** Comportamento do Consumidor. Segmentação. VALs. Terceira idade.

**Abstract:** Due the fact that Brazilian population is quickly going to aging and matches other countries considered riches, the tourism industry, up to now, could develop new services and products towards this population. Since particular characteristics of future old people can be found through observations of the present adult behavior which soon can be assumed as an old age people, this research sought to obtain information from a group of mature subjects, costumers of travel agencies, that will enter in the third age in 2020, using a behavior map close to VALs. The results showed 4 big groups of costumers with particular needs that can be explored soon as an old mature niche.

**Key-words:** Costumer behavior. Segmentation. VALs. Third Age.

## INTRODUÇÃO

A evolução da pirâmide etária do Brasil aponta um envelhecimento da população acelerado, que aproxima a realidade nacional da expectativa de vida dos habitantes bem próximas àquelas registradas em países considerados desenvolvidos. Com isso, tem-se um enorme contingente populacional que, na próxima década, se incorporará ao segmento da 3ª idade com características próprias e distintas daquele que, no passado, se considerava como sendo uma pessoa idosa. (CARVALHO; GARCIA, 2003); (VERAS, 2003)

A presente pesquisa construiu um perfil comportamental de pessoas entre 40 e 50 anos, atuais clientes de agências do setor de turismo em Belo Horizonte. Através de uma abordagem de valores e estilo de vida (VALs), foi organizada pesquisa demográfica e enquete de consumidores dessa faixa etária, que podem ser alvos, futuramente, de ações de mercado voltadas para o público da terceira idade; de novas perspectivas e base de dados mais consistentes, uma vez que as mesmas se afastam dos atuais arquétipos comportamentais para esse segmento.

Para fins de coleta de dados, foi organizada, em meio eletrônico, em ferramenta da pesquisa disponibilizada pelo Google.docs®, pesquisa *survey*, que agilizou a coleta de dados em uma base territorial relativamente extensa (Belo Horizonte). Os resultados aqui apresentados foram tratados com estatística descritiva e técnicas multivariadas.

## OBJETIVO GERAL

Pesquisar o perfil dos clientes de agências de turismo de Belo Horizonte com idade entre 45 e 50 para construção de um mapa comportamental adaptado do sistema VALS.

## METODOLOGIA

Sendo uma pesquisa descritiva, de natureza quantitativa, foi construído um questionário (enquete) a partir de variáveis levantadas por intermédio de um grupo focal que foi montado com profissionais convidados do setor de turismo, bem como professores do curso de turismo do Centro Universitário Newton Paiva, que definiram as variáveis pertinentes a essa pesquisa.

A amostragem, proposta inicialmente, partiu de agências selecionadas que forneceram cadastros de clientes. Foram sorteadas 20 agências de um total de 150, que aproximadamente atuam nessa região, perfazendo assim uma base para fornecimento. Com isso, garante-se em parte uma tentativa de distribuição geográfica e fonte numérica consistente para se obter em torno de 600 registros. (VERGARA, 2004); (MALHOTRA, 2004)

Dessa população finita, foram selecionados, de forma aleatória, grupos de 20 a 40 registros em cada agência, para participar da pesquisa via questionário criado, o que resgata o sentido de aleatoriedade, muito útil para se ter uma amostra probabilística. Sendo assim, caracteriza-se essa amostragem como sendo uma amostra aleatória estratificada (AAE).

Sobre o questionário citado, o mesmo teve o modelo VALS® como orientação, mas foi adaptado para a realidade nacional. Foram construídas escalas do tipo Likert para coleta da opinião dos respondentes sobre as variáveis comportamentais levantadas. Ainda sim, foram criadas escalas de variáveis demográficas, tais como escolaridade, renda e estado civil para melhor caracterização do respondente, sem, contudo, evidenciar sua individualidade.

Os dados obtidos foram tabulados em *software* estatístico (Minitab 15), com estatística descritiva e uma análise de *clusters*, como o próprio modelo VALS sugere. O resultado dessa análise estatística indicou 4 grandes grupos de consumidores de produtos turísticos dentro da faixa etária estipulada.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Além da visão econômica acerca do comportamento do consumidor, bem como a incorporação dos conceitos de psicologia para a área do consumo humano, delineados na ciência do Marketing, diversos estudos e pesquisas são desenvolvidos no intuito de mapear grupos humanos que reagem de forma peculiar aos estímulos de mercado. (KOTLER; ARMSTRONG, 2007)

Nesse sentido, juntamente com economistas, autores de marketing, tais como Churchill e Peter (2000), Etzel, Walker e Stanton (2001), Kotler e Keller (2006) entre outros, concentram esforços no aprimoramento do entendimento de conceitos acerca do comportamento de consumidores, sobretudo, aqueles melhor organizados por Engel, Blackwell e Miniard (2000).

Um dos principais conceitos apresentados acerca do comportamento dos consumidores refere-se à segmentação de mercado, que auxilia empresas e demais entidades numa definição de perfis de consumidores mais homogêneos entre si que reagiriam de forma mais similar aos mesmos estímulos de marketing, tais como preços, promoções e demais atributos de produtos. (KOTLER; KELLER, 2006); (HOOLEY; SAUNDERS; PIERCY, 2001)

Esse tipo de definição de segmentos pode ser organizada de três formas básicas: a) demográfica, que está condicionada a variáveis descritivas do estado geral de um consumidor ou indivíduo; b) geográfica, que direciona classificação por procedência ou residência de consumidores; ou ainda, c) psicográficas, que são variáveis pertinentes à

personalidade e opiniões pessoais dos mesmos. (ENGEL; BLACKWELL; MINIARD, 2000)

Ainda em complemento a esses conceitos, tem-se a curva de adoção de produtos que procura agrupar consumidores de acordo com seu comportamento de compra, de acordo com seu perfil psicográfico e demográfico em função do tipo de oferta, sendo que, nessa curva, existe referência a consumidores mais velhos, que reagiriam de forma diferente dos grupos etários mais jovens. (ETZEL; WALKER; STANTON, 2001)

São descritos como "retardatários" por Kolter e Armstrong (2007), os consumidores que possuem comportamento de compra contrário a novidades, inovações ou modismos, com indicação da discriminante de idade avançada como principal variável descritiva desse grupo. Com aproximadamente 16% de participação de mercado, são dados defasados e importados em obras traduzidas, não se percebe com isso, uma relação consistente com a problematização indicada para essa pesquisa, uma vez que partem de outra base geográfica e realizada há mais de 20 anos, no caso os Estados Unidos na década de 1980. O que se pode argumentar nesse sentido, refere-se em constatar uma natureza contrária ao termo de qualificação de "retardatário", sendo relacionado com a discriminante idade apenas, cabendo assim, melhores fontes de informação e dados sobre essa real natureza de comportamento aqui no Brasil, mais especificamente na região pesquisada.

Para mapeamento desses tipos de perfis, existe na literatura de marketing a referência ao modelo de questionário VALS, (*Values and Life Style*), que é traduzido como valores e estilo de vida. Esse questionário é composto por quatro questões demográficas e outras trinta e cinco de cunho psicográfico, o que favorece a tabulação por análise de conglomerados sobre a existência de 8 grupos divididos em duas categorias de clientes distintas e discriminadas em renda inicialmente. (KOTLER; KELLER, 2006)

Sobre os dados primários da situação demográfica do Brasil, tem-se uma verificação muito rápida de baixa nas taxas de natalidade e concomitante aumento da expectativa de vida, justificadas pela urbanização e estilos de vida com mais acesso a tecnologia, saúde, atividades de lazer e acesso a alimentos. Projeções da pirâmide etária do Brasil, que é um gráfico de representação da distribuição da variável idade por grupos em escalas com intervalos distintos, e discriminante de sexo, indicam uma redução acentuada no número de crianças e jovens e uma concentração em adultos e idosos até 2050. (MOREIRA; MORVAN de MELLO *apud em* [www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br))

Outro fenômeno observado, que favorece esse ganho de qualidade de vida da população do Brasil, refere-se às questões econômicas relativas às medidas econômicas

adotadas a partir de 1994, com o Plano Real, e ao expressivo crescimento econômico mundial observado até 2008, que ajudaram a sustentar o crescimento do PIB brasileiro (Produto Interno Bruto).

Assim, para o sítio [www.deidade.com.br](http://www.deidade.com.br), o Brasil será o 7º país em número de idosos no mundo em 2025. (PINDYCK; RUBINFELD, 2002); (COBRA, 2009) Agregando-se as demais informações de comportamento, criam-se condições que favorecem a necessidade de entendimento de uma realidade populacional até então desconhecida, sobretudo, dentro da região de foco da pesquisa. Nesse ambiente, pode-se inferir sobre o mercado de turismo que envolve operadoras, agências, hotéis, restaurantes e demais agentes que perfazem o mesmo que apresenta indicadores de crescimento e de profissionalização constantes. (DIAS; CASSAR, 2005)

Outro ponto a ser considerado em função da necessidade do mercado turístico conhecer a fundo seus públicos alvos, é indicado pela necessidade de adaptação e a chamada customização de ofertas, sobretudo, de serviços que ganham competitividade, na medida em que são direcionados para cada perfil de consumidores. (LOVELOCK; WRIGHT, 2006)

## RESULTADOS

Os resultados apresentados foram inicialmente tabulados por cada questão e utilizou-se Frequência apenas, uma vez que se tratavam de escalas nominais de respostas, que expressavam as opiniões ou detalhavam o perfil dos respondentes. As escalas intervalares de respostas, tais como Renda, foram assumidas como nominais para acompanhar o padrão de tabulação via Frequência de respostas, já que também descreviam um perfil de respondentes.

Outras formas de tabulação de estatística descritiva, tais como Desvio Padrão ou Moda, foram abandonadas em função das análises multivariadas de correlação e conglomerados. Sendo esse último método o ponto chave de identificação de perfis de consumidores dentro dos objetivos dessa pesquisa.

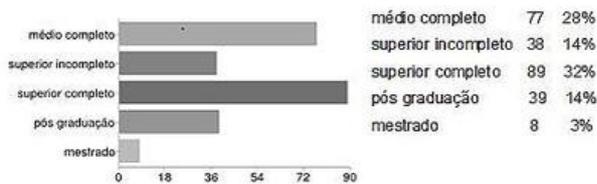
Nos gráficos abaixo, pode-se perceber, em quase todos os casos, o não fechamento do percentual total em 100%, quando se observa os dados das legendas dos gráficos. Isso se dá pelo número de respostas em branco dos formulários de pesquisa que podem ser interpretados como omissão, desinteresse de marcar a opinião ou ainda não compreensão da pergunta formulada.

A amostra pesquisada teve sua faixa de renda a partir dos R\$2.500,00 mensais sugerida pelo grupo focal que deu origem ao questionário, procurando mapear intervalos cada vez maiores de renda a partir desse valor. Porém, tal

dinâmica não resultou no grande discriminante da abordagem VALs® que é a renda. Tal discriminante foi observado em função da escolaridade dos respondentes, que realmente pode identificar grupos distintos de respondentes com suas demandas e comportamentos turísticos.

## CONSUMIDOR DE TURISMO: MUITA ESCOLARIDADE E CULTURA

GRÁFICO 01 - Escolaridade do Chefe da Família



Fonte: elaborado pelos próprios autores a partir dos resultados da pesquisa (2012)

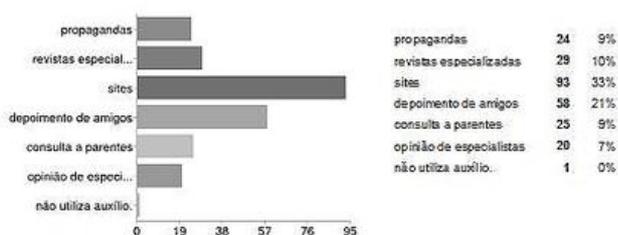
A partir desse Gráfico 01 pode-se perceber e analisar melhor as questões que envolveram: domínio de idiomas, hábito de leitura, assinatura de jornais e revistas, preferência por alta gastronomia, frequência em cinemas, museus e espetáculos, que foram as demais questões utilizadas para mapear o grupo de respondentes em relação ao seu perfil cultural. O padrão de respostas dessas demais variáveis acompanhou a escolaridade como discriminante e não a renda.

## PERFIL DE CONSUMIDOR E DE VIAJANTE

Nesse grupo de informação, são relacionadas variáveis de comportamento de consumo, tais como fontes de influência, processo decisório, categoria de adotantes e demais informações sobre as ofertas consideradas que possam segmentar os respondentes.

### a) Processo de compra

GRÁFICO 02 - Fontes de Informação para compras



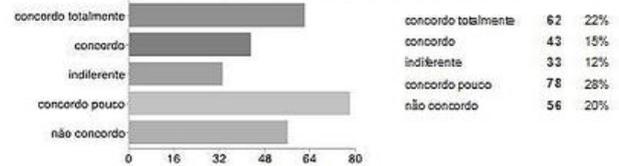
Fonte: elaborado pelos próprios autores a partir dos resultados da pesquisa (2012)

Observa-se que os respondentes se dividem em três grupos básicos, os que se relacionam socialmente para obtenção de informações (fontes informais primárias) em 30% dos casos. Os que buscam, sozinhos, informações em

sites e revistas (fontes formais secundárias) em 43% dos casos e outro grupo que sugere passividade de informação, recebendo-a de propagandas abertas e de especialistas em 16% dos casos.

### b) Comportamento para produtos desconhecidos

GRÁFICO 03 - Planejamento de Produtos Desconhecidos

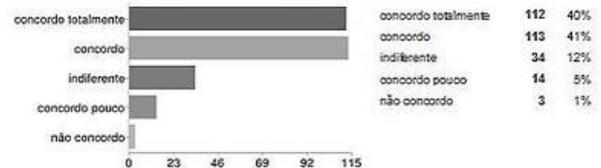


Fonte: elaborado pelos próprios autores a partir dos resultados da pesquisa (2012)

O ato ou hábito de planejamento de compras para produtos desconhecidos possui dois grupos de respondentes distintos, com mais frequência àqueles compradores que não preferem um planejamento antes da compra de algo desconhecido.

### c) Comportamento frente a produtos mais caros

GRÁFICO 04 - Planejamento para Produtos Mais Caros

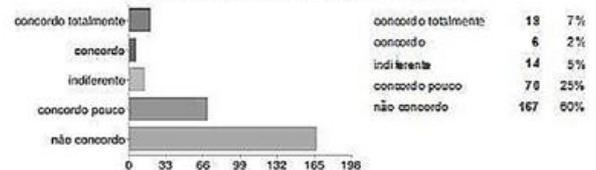


Fonte: elaborado pelos próprios autores a partir dos resultados da pesquisa (2012)

Já para produtos mais caros, conhecidos ou não, os respondentes preferem planejar suas compras em 81% das respostas.

### d) Comportamento em compras não planejadas

GRÁFICO 05 - Compras Não Planejadas

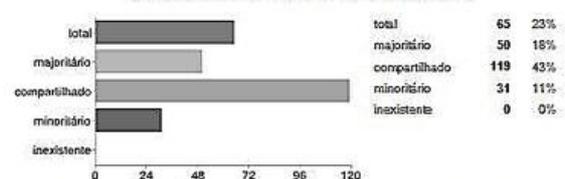


Fonte: elaborado pelos próprios autores a partir dos resultados da pesquisa (2012)

Esse item mede a intenção de compra por impulso em que grande parte dos clientes, ao contrário do que poderia se esperar, não preferem essa modalidade de compra.

### e) Poder no processo decisório

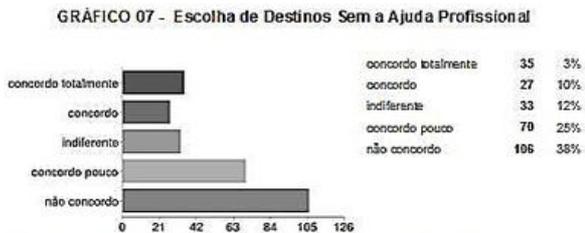
GRÁFICO 06 - Poder de Decisão de Compra



Fonte: elaborado pelos próprios autores a partir dos resultados da pesquisa (2012)

Solteiros (14%), viúvos (1%), divorciados (5%) predominam nas respostas de Total Poder de Compra, mas se observa o compartilhamento como lônica nas decisões de compra para os demais estados civis de união casados (71%) e união estável (3%). Esses percentuais relacionados pertencem à tabulação de Estado Civil que foi associada com o Gráfico 06.

f) Autonomia da escolha de produtos turísticos



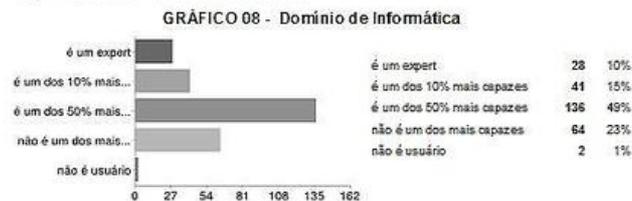
Fonte: elaborado pelos próprios autores a partir dos resultados da pesquisa (2012)

No momento da negociação e compra de pacotes, os respondentes preferem apoio de um profissional (63%).

## TEMAS AFLUENTES PARA OS ADULTOS RESPONDENTES

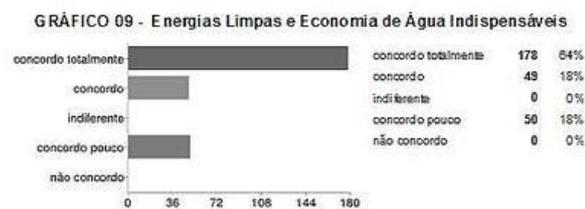
Os temas aqui apresentados são parte de dois grupos de questões que tiveram o intuito de mapear a realidade de uso e consumo, e de mentalidade de consumo, já que expressa a opinião dos respondentes com temas relacionados com: tecnologia, preferência por tecnologia, reciclagem, energia, água e meio ambiente.

a) Domínio de informática



Fonte: elaborado pelos próprios autores a partir dos resultados da pesquisa (2012)

Embora a soma percentual supere os cortes propostos, os adultos participantes com excelente e bom domínio de informática ocupam 74% do total da amostra.



Fonte: elaborado pelos próprios autores a partir dos resultados da pesquisa (2012)

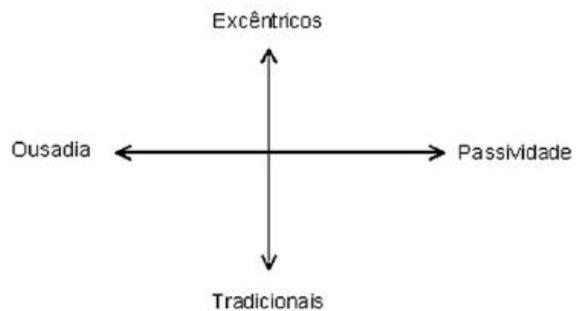
O discurso e mentalidade acerca do uso de energia limpa, e uso de água parece ter chegado totalmente ao adulto respondente.

## AGRUPAMENTO CONCEITUAL DAS VARIÁVEIS DE COMPORTAMENTO DE COMPRA

Para percepção da qualidade das respostas dos participantes e entendimento das análises de conglomerados, foram especificados 4 (quatro) quadrantes de posicionamento de respostas de acordo com a adequação temática da variável.

Assim, uma aproximação de respostas pode identificar propensão de comportamento de compra, ora de Excentricidade, ou, em outro extremo, Tradição. Bem como um comportamento de compra ora Ousado, ora Passivo conforme demonstrado na figura 01.

**FIGURA 01: Representação dos agrupamentos conceituais de variáveis**



Fonte: elaborado pelos próprios autores a partir dos resultados da pesquisa (2012)

**A) Questões de Excentricidade:** Renda; Escolaridade; TV; Aprendizagem de Idiomas; Livros/Ano; DVD/BR; Cinema; Concertos; Shows; Entretenimento; Exóticos e Abertura a Experiências.

**A1) Questões de Passividade:** Renda; Escolaridade; Aprendizado Idioma; Livros/Ano; Cinema; Concertos; TV; DVD e BR.

**A2) Questões de Ousadia:** Shows; Entretenimento; Exóticos e Abertura a Experiências.

**B) Questões de Tradição:** Estado civil; Revistas e Jornais; Pacotes; Curta Duração; Poder de Decisão; Sem Profissional; Destinos Conhecidos; Destinos Religiosos; Produtos Conhecidos; Produtos Mais Caros; Idioma; Gastronomia; Ecologia; Museus; Escolha de Produtos; Planejamento de Compra; Domínio de TI; Uso de Celular; Uso de Internet; Meios de Hospedagem e Oferta de Atrativos.

**B1)** Questões de Passividade: Estado civil; Revistas e Jornais; Pacotes; Curta Duração; Poder de Decisão; Sem Profissional; Destinos Conhecidos; Atrativos Religiosos; Produtos Conhecidos; Produtos Mais Caros.

**B2)** Questões de Ousadia: Idioma; Gastronomia; Ecologia; Museus; Escolha de Produtos; Planejamento de Compra; Domínio de TI; Uso de Celular; Uso de Internet; Meios de Hospedagem e Oferta de Atrativos.

TABELA 01: Nível de Similaridade entre os Clusters Encontrados

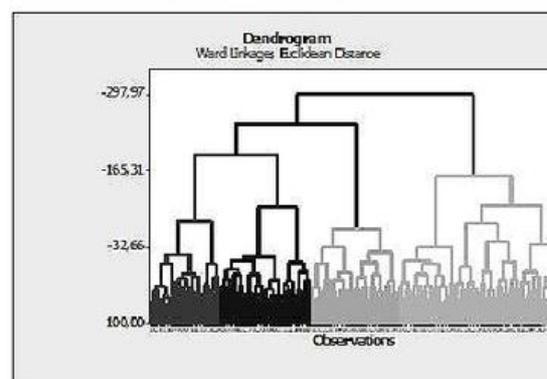
| Step | Clusters aglutinados | Nível de Similaridade | Nível de Distância |
|------|----------------------|-----------------------|--------------------|
| 1    | 32                   | 76,8455               | 0,46309            |
| 2    | 31                   | 73,2542               | 0,53492            |
| 3    | 30                   | 70,3005               | 0,59399            |
| 4    | 29                   | 69,9838               | 0,60032            |

Fonte: elaborado pelos próprios autores a partir dos resultados da pesquisa (2012)

## AGRUPAMENTO PERCENTUAL DOS RESPONDENTES

Percentualmente os grupos estão distribuídos dentro dos quatro *steps* necessários para análise do padrão de respostas. Em uma análise de cluster dos respondentes em relação à sua correlação de distribuição e distância euclidiana percebe-se um grupo mais coeso com 48 de respondentes. Acompanhado do grupo majoritário com 111 respondentes. E outros dois clusters com 62 e 58 respondentes. Isso corresponde basicamente a uma distribuição normal de população com dois extremos e um maior contingente ao centro da distribuição.

FIGURA 02 - Dendrograma de Clusters por Correlação de Distância



Fonte: elaborado pelos próprios autores a partir dos resultados da pesquisa (2012)

TABELA 02: Distribuição de respondentes por Cluster

| Cluster | Observações | Percentual | Nível de Distância |
|---------|-------------|------------|--------------------|
| 1       | 48          | 17%        | 0,46309            |
| 2       | 111         | 40%        | 0,53492            |
| 3       | 62          | 22%        | 0,59399            |
| 4       | 58          | 21%        | 0,60032            |

Fonte: Elaborado pelos próprios autores a partir dos resultados da pesquisa (2012)

Infelizmente a qualidade gráfica possível para a representação do dendrograma não foi compatível com a necessidade dessa informação. Contudo os seus dados gerais foram transformados no quadro 01 que segue.

A distribuição de respondentes dentro dos clusters encontrados, corresponde a modelos de comportamento de adoção de inovações apresentados em Kotler e Armstrong (2007). Percebe-se os Excêntricos Ativos (A1) como o me-

TABELA 03: Nível de Similaridade entre os Clusters Encontrados

| Step | No. De Clusters | Nível de Similaridade | Nível de Distância |
|------|-----------------|-----------------------|--------------------|
| 1    | 32              | 76,8455               | 0,46309            |
| 2    | 31              | 73,2542               | 0,53492            |
| 3    | 30              | 70,3005               | 0,59399            |
| 4    | 29              | 69,9838               | 0,60032            |

Fonte: Elaborado pelos próprios autores a partir dos resultados da pesquisa (2012)

TABELA 04: Principais Correlações Encontradas com as Variáveis de Comportamento de Compra de Produtos Turísticos

| Correlação  | Grau  |
|---|-------|
| Produtos Mais Caros x Escolha de Produtos               | 0,739 |
| Sem Ajuda Profissional x Renda                          | 0,740 |
| Sem Ajuda Profissional x Produtos Mais Caros            | 0,781 |
| Destinos Exóticos x Mais Caros                          | 0,817 |
| Destinos Exóticos x Conhecimento de Produtos            | 0,960 |
| Atrativos x Escolha de Produtos                         | 0,942 |
| Escolha de Destinos x Escolha de produtos Desconhecidos | 0,892 |
| Curta Duração x Produtos Mais Caros                     | 0,947 |
| Curta Duração x Planejamento                            | 0,839 |
| Experiências x Renda                                    | 0,926 |
| Experiência x Produtos Mais Caros                       | 0,938 |
| Experiência x Sem Ajuda Profissional                    | 0,902 |
| Religiosos x Produtos Mais Caros                        | 0,961 |
| Religiosos x Produtos Conhecidos                        | 0,740 |
| Religiosos x Planejamento                               | 0,762 |
| Religiosos x Exóticos                                   | 0,923 |

Fonte: Elaborado pelos próprios autores a partir dos resultados da pesquisa (2012)

nor estrato da amostra. Os Excêntricos Passivos (A2) como o maior estrato da amostra. Seguidos dos Tradicionais em dois grupos proporcionais, sendo os Tradicionais Ativos (B1) pouco maior do que os Tradicionais Passivos (B2).

Em se observando os dois blocos de tabulação que geraram os *clusters* para essa pesquisa tem-se que

## CONCLUSÕES

Dentro da área de marketing, percebe-se que um conhe-

cimento sobre o comportamento de determinado grupo de consumidores, ou segmento de mercado, favorece a adequação das ofertas das empresas e consequente aumento da satisfação dos mesmos, gerando melhores resultados para as empresas.

A partir desse mapeamento, poderá se chegar a uma conscientização de melhor adequação de produtos turísticos voltados para o mercado da futura terceira idade, bem como formar uma base de compreensão do comportamento desse segmento para outros tipos de mercados de interes-

se comum desse perfil de público, ou mesmo formando uma metodologia que possa ser aplicada em outras regiões. Sobretudo, em se considerando a importância desse setor e as perspectivas de crescimento em função de futuros eventos internacionais aqui no Brasil.

Mesmo que o número total de respondentes válidos tenha alcançado 279 questionários, ficando abaixo do limite de 450 questionários esperados de resposta, pode-se inferir que haja um mesmo padrão de respostas dentro da região pesquisada, dado ao processo de seleção de estratos e da aleatoriedade utilizada, tanto na seleção de agências, quanto na seleção de respondentes. Indica-se que o sistema de envio de questionários por *email* ainda é pouco comum e não muito considerado pelos participantes, devendo ser acompanhado de procedimentos de maior contato.

Com as expectativas de aumento da longevidade da população brasileira e aumento considerável de número de idosos em aproximadamente 20 anos. Indica-se a preparação das instituições e organizações em função desse contingente.

Obter serviços mais adequados, satisfação e respeito nas relações comerciais são hoje em dia considerados fundamentais, contudo, observa-se ainda o tratamento e atendimento de pessoas idosas como sendo uma exceção e prioridade. Ao que se percebe, em um breve período de tempo, isso deverá se transformar em uma constância dentro das áreas de serviços e varejo.

Assim, a população que atingir essa condição em um breve período de tempo, poderá se beneficiar com um preparo organizacional mais adequado aos seus anseios e características, mapeados e analisados com essa presente pesquisa.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO J.A.M., GARCIA R. A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. **Caderno de Saúde Pública**, v.19, p.725-33, 2003.

CHURCHILL, Gilbert Jr. **Marketing, criando valor para o cliente**. São

Paulo. Saraiva, 2000. 626 p.

COBRA, Marcos. **Administração de Marketing no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009. 428 p.

DE IDADE: **o portal da 3ª Idade**. Disponível em: <www.deidade.com.br>. Acesso realizado em 15/02/2010.

DIAS, Cassar. **Fundamentos do marketing turístico**. São Paulo: Prentice Hall, 2005. 290 p.

ENGEL, BLACKWELL e MINIARD. **Comportamento do consumidor**. Rio de Janeiro: LTD. 2000. 641 p.

ETZEL, Michael J., WALKER, Bruce J., STANTON, William J. **Marketing**. São Paulo: Makron, 2001. 743 p.

HOOLEY, SAUNDERS e PIERCY. **Posicionamento competitivo e marketing estratégico**. 2. ed. São Paulo: Makron, 2001. 423 p.

KOTLER, Philip, ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**. 12. ed. Rio de Janeiro: PHB - P. Hall do Brasil, 2007. 600 p.

KOTLER, Phillip, KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. 12. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006. 750 p.

LOVELOCK, Christopher, WIRTZ, Jochen. **Marketing de serviços: pessoas, tecnologia e resultados**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing**. Uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Makron Books, 2004. 719 p.

MOREIRA, Morvan de Mello. **FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO: Mudanças estruturais na distribuição etária brasileira: 1950-2050**. Disponível em: <www.fundaj.gov.br>. Acesso realizado em 14/12/2010 às 09:03.

PINDYCK, S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 455 p.

RIES, Al; TROUT, Jack. **Posicionamento: a batalha pela sua mente**. São Paulo: Makron Books, 2002. 223 p.

VERAS, Renato: Envelhecimento populacional e as informações de saúde do Pnad: demandas e desafios contemporâneos. **Caderno de Saúde Pública**. v. 23, n. 2, p. 2463-2466, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2004. 96 p.

## NOTAS

1 Professora colaboradora da pesquisa, docente do centro Universitário Newton Paiva.

2 Colaborador da pesquisa, profissional da área de turismo e agências.

3 Coordenador da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

# POLÍTICAS PÚBLICAS: A BUSCA DA EFETIVAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA E DOS DIREITOS HUMANOS-FUNDAMENTAIS<sup>a</sup>

Regiane Monteiro Barbosa de Souza<sup>b</sup>  
Roberta Isabel Oliveira Abreu<sup>b</sup>  
Victor Vinícius Figueiredo Corrêa<sup>b</sup>  
Rosane Monteiro Barbosa de Souza<sup>c</sup>  
Camila Mazzinghy da Cunha<sup>c</sup>  
Vanessa Meireles Araújo<sup>c</sup>  
Júlio César Faria Zini<sup>d</sup>

**Resumo:** O presente trabalho consiste no exame acerca da eficácia e aplicabilidade dos direitos fundamentais sociais no ordenamento jurídico brasileiro e a atividade judiciária na aplicação destes. Analisa a legitimidade do Poder Judiciário na realização dos direitos fundamentais sociais frente a uma suposta invasão de competência dos demais Poderes, o chamado ativismo judicial, já que implica políticas públicas. O princípio fundamental da dignidade da pessoa humana compõe o estudo, bem como o Estado democrático de Direito e a desconcentração do Poder em três órgãos, Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, frente ao princípio da separação dos Poderes. Outros institutos são analisados no trabalho como o mínimo existencial, a reserva do possível e o princípio da razoabilidade-proporcionalidade.

**Palavras-chave:** Dignidade humana. Direitos fundamentais sociais. Direitos humano-fundamentais. Mínimo existencial. Poder Executivo. Poder Judiciário. Poder Legislativo. Políticas públicas. Princípio da razoabilidade-proporcionalidade. Princípio da separação dos Poderes. Reserva do possível.

**Abstract:** This paper is a review of the effectiveness and applicability of fundamental social rights in the Brazilian legal and judicial activity in the application of those. It analyzes the legitimacy of the judiciary in achieving the fundamental social rights against an alleged invasion of competence of other Powers, the so-called judicial activism, since it involves public policy. The fundamental principle of human dignity comprises the study and the democratic state of law and decentralization of power into three branches, Legislative, Executive and Judiciary, against the principle of separation of powers. Other institutes are analyzed in the work as the existential minimum, the reserve for the principle of reasonableness, proportionality.

**Key-words:** Booking possible. Existential minimum. Fundamental social rights. Fundamental. Human dignity. Human rights. Proportionality. Public policy. The Executive Branch. Judiciary. Legislature. The principle of reasonableness. The principle of separation of powers.

## INTRODUÇÃO

Os três Poderes do Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário), em atuação harmônica entre si<sup>1</sup>, estão incumbidos de zelar pela efetivação dos direitos humano-fundamentais e pelo cumprimento dos fundamentos e objetivos da República Federativa do Brasil. Para tal desiderato, o Estado deverá exercer ações positivas nos mais diversos setores. É exatamente aqui que gira a discussão em torno das Políticas Públicas.

O principal escopo do presente texto foi determinar a relação entre as Políticas Públicas e a busca da efetivação da dignidade humana e dos direitos humano-fundamentais, tendo como marco teórico todo o arcabouço dogmático desenvolvido por Ingo Wolfgang Sarlet, nas obras "Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988" e "A Eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional".

Um mergulho verticalizado no raciocínio dialético edificado nas Políticas Públicas, na dignidade humana e nos direitos humano-fundamentais, é o que se almeja com as digressões que se seguem.

## 2 DELIMITAÇÃO DO CONCEITO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

### 2.1 Aspectos históricos

Na antiguidade, não há que se falar em direitos do homem<sup>2</sup>, quanto menos na ideia de reconhecimento de dignidade. Platão, filósofo (427 – 347 a.C.)<sup>3</sup>, tratava com naturalidade a existência de um estatuto da escravidão. A cidade, para Platão, é composta por três grandes classes sociais, onde apenas uma pequena parcela da sociedade seria capaz de dirigir o Estado, na posição de comando, enquanto que os demais estariam na posição de submissão com funções diferentes a serem desempenhadas por cada raça na cidade<sup>4</sup>.

Na antiguidade clássica, o indivíduo tem sua dignidade mensurada em razão da sua posição social e do seu reconhecimento pelos demais indivíduos, admitindo-se, nesta lógica, pessoas "mais dignas ou menos dignas"<sup>5</sup>.

O pensamento Estóico<sup>6</sup> defende a existência de uma lei natural universalmente válida em que o homem participa por sua própria natureza<sup>7</sup>. Assim, o princípio da igualdade ganha força, já que todos cidadãos constituem um "*nomos*

unitário que os converte em cidadãos do grande Estado universal"<sup>8</sup>, ou seja, a existência de um direito de todos.

O pensamento racionalista, séc. XVII e XVIII, traz o homem, por sua natureza racional, como novo fundamento do poder político e do direito positivo em contraponto ao pensamento divino, base de sustentação do Absolutismo.<sup>9</sup>

O pensamento iluminista traz as ideias de liberdade e valores individuais que, mais tarde, levaram ao surgimento das primeiras declarações dos direitos do homem.<sup>10</sup> O iluminismo, séc. XVIII, também chamado de Época das Luzes, representa o movimento intelectual de reação de parte da intelectualidade da Europa contra o Absolutismo Monárquico.<sup>11</sup>

Em meados do séc. XVIII, a França passava por severa escassez de recursos públicos, os gastos com o sustento do clero e da nobreza e a dívida externa eram altíssimos. Inconformada com o sistema francês, a burguesia com o auxílio do povo autoproclamou-se "Assembleia Nacional", com o objetivo de "dar à França uma Constituição."<sup>12</sup> A Declaração foi uma forma de proclamar a liberdade, a igualdade e a soberania popular.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão "(...)" representou um daqueles momentos decisivos, pelo menos simbolicamente, que assinalam o fim de uma época e o início de outra e, portanto, indica uma virada na história do gênero humano,<sup>13</sup> constituindo marco para o reconhecimento da dignidade da pessoa humana, com a consagração dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade: "Art. 1º Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum."<sup>14</sup>

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, 1945, momento em que a Humanidade foi gravemente violentada e a dignidade da pessoa humana ignorada, representantes de diversos Estados se reuniram na Conferência das Nações Unidas sobre a Organização Internacional e elaboraram a Carta das Nações Unidas que deu origem a ONU - Organização das Nações Unidas.<sup>15</sup> A Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 1948, aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

### 2.2 A Dignidade da Pessoa Humana na Doutrina de Immanuel Kant

Para se conceber um conceito de dignidade da pessoa humana, é primordial visitar o pensamento Kantiano que estabelece as balizas de sua construção<sup>16</sup>, ao propor a não instrumentalização do ser humano, no segundo imperativo categórico.

Os imperativos são formas de demonstrar a relação entre as leis da razão, do "querer em geral"<sup>17</sup>, e a vontade individual de cada ser racional. Esses imperativos, normalmente, são demonstrados "pelo verbo dever (*sollen*)."<sup>18</sup>

São a expressão máxima da vontade comum, explicitada de forma racional em contraposição aos sentimentos individuais, ou seja, devem ser respeitados, não por uma deliberação pessoal, mas sim por uma razão que se encontra acima de todos e a qual todos devem obedecer.

Os imperativos se distinguem em hipotéticos e categóricos: os primeiros são aqueles representados por "uma ação ser apenas boa como meio para qualquer outra coisa" e os últimos representados pela "ação como objetivamente necessária por si mesma, sem relação com qualquer outra finalidade," ou seja, a ação é considerada boa e necessária por si só<sup>19</sup>.

O homem não pode ser tratado como coisa, não pode ser utilizado como um objeto meio para se alcançar um fim. Deve, pelo contrário, ser considerado em todas as ações como um fim em si mesmo.<sup>20</sup> Nesse sentido, o segundo imperativo categórico diz que "age de tal maneira que possas usar a humanidade, tanto em tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca como meio"<sup>21</sup>. Nos dizeres de Immanuel Kant:

Age segundo uma máxima que contenha simultaneamente em si a sua própria validade universal para todo o ser racional. Pois o facto de eu, no uso dos meios para qualquer fim, deve restringir a minha máxima à condição da sua validade universal como lei para todo o sujeito, equivale exactamente a dizer: o sujeito dos fins, isto é o ser racional mesmo, não deve nunca ser posto por fundamento de todas as máximas das ações como simples meio, mas como condição suprema restritiva no uso dos meios, isto é sempre simultaneamente como fim.<sup>22</sup>

Esse conceito delimita o que vem a ser dignidade humana, sendo, na sua maneira mais pura, a não possibilidade de instrumentalização do ser humano. Ele deve ser sempre o fim em si mesmo, não podendo jamais ser colocado como o meio através do qual alcançar-se-á outras finalidades diversas.

Para Immanuel Kant, o que tem relação com as vontades e as necessidades do homem tem um preço, ou seja, as coisas que ensejam um certo gosto "tem um *preço de afeição ou de sentimento (affektionspreis)*"; já aquilo que não tem um valor relativo, ou seja, um preço, mas que possui um valor íntimo em si mesmo tem dignidade<sup>23</sup>.

No reino dos fins tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra como *equivalente*; mas quando uma coisa está acima de todo o preço e, portanto, não permite equivalente, então, ela tem uma dignidade<sup>24</sup>.

A dignidade da pessoa humana é um valor imensurável e infinitamente superior a todo preço; jamais poderá ser comparada a algo que tenha preço, sem "ferir sua santidade"<sup>25</sup>.

## 2.3 A Dignidade da Pessoa Humana na CR/88

O constituinte brasileiro conferiu à dignidade da pessoa humana lugar de destaque no texto constitucional, como um dos princípios fundamentais - entre o preâmbulo e os direitos fundamentais -, constituindo-a como fundamento do Estado brasileiro e, com isso, demonstra a sua intenção de qualificá-la como uma das "normas embasadoras e informativas de toda a ordem constitucional (...)"<sup>26</sup>.

Além da previsão da dignidade da pessoa humana como princípio fundamental do Estado brasileiro no art. 1º, inciso III, ela aparece também em outros trechos do texto da CR/88: art. 170, caput; art. 226, § 6º; art. 227, caput; art. 230<sup>27</sup>.

## 2.4 A Delimitação do Conceito da Dignidade Humana

A noção de dignidade da pessoa humana deve ser abrangente o suficiente para acompanhar as novas situações em que o ser humano se envolve no decorrer do tempo. Não se pode conceituar a dignidade da pessoa humana como um instituto estático, o que limitaria seu âmbito de atuação aos casos já comumente reconhecidos de forma a inviabilizar sua aplicação a situações novas<sup>28</sup>.

A CR/88 prevê o princípio da dignidade da pessoa humana, sem, no entanto, conceituá-la. É da maior relevância que se delimite um conceito da dignidade da pessoa humana, para que o Estado aplique e fomente, no desempenho das suas atividades, a dignidade da pessoa humana. Os três poderes, executivo, legislativo e judiciário, devem pautar suas ações no princípio da dignidade da pessoa humana, daí a importância de conceituá-lo.

Ingo Wolfgang Sarlet entende a dignidade como "atributo intrínseco da pessoa humana (mas não propriamente inerente à sua natureza, como se fosse um atributo físico!)"<sup>29</sup> e propõe o seguinte conceito:

Assim sendo, temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venha a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos, mediante o devido respeito aos demais seres que integram a rede da vida<sup>30</sup>.

Percebe-se claramente que o entendimento de Ingo Wolfgang Sarlet está assentado na concepção kantiana de dignidade da pessoa humana.

## 2.5 A Normatividade da Dignidade Humana

### 2.5.1 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO VALOR, REGRA E PRINCÍPIO

Para a compreensão do conceito de norma, faz-se necessário o estudo sobre a Teoria Tridimensional do Direito de Miguel Reale, segundo a qual o Direito é constituído por três partes: fato (“realização ordenada do bem comum”), valor (“concretização da ideia de justiça”) e norma (“ordenação bilateral-atributiva de fato segundo valores”).<sup>31</sup>

Assim, o direito é “a realização ordenada e garantida do bem comum em uma estrutura tridimensional bilateral atributiva”<sup>32</sup>, sendo a integração normativa que relaciona fatos e valores. O direito tem a finalidade de efetivar o conceito de justiça na diversidade de “seu dever ser histórico”, sendo a pessoa a maior fonte de todos os valores, já que é ela (pessoa) o ser que tem responsabilidade na criação dos valores<sup>33</sup>.

#### 2.5.1.1 A DIGNIDADE HUMANA COMO VALOR

Os valores são “o elemento moral do direito”<sup>34</sup>, considerados experiências adquiridas ao longo da vida do homem e que se modificam com o passar do tempo<sup>35</sup>.

As principais características dos valores são: bipolaridade (já que dentro de cada valor existe um desvalor), implicação recíproca (a realização de um determinado valor influencia, direta ou indiretamente, outros valores), referibilidade (considerada também como necessidade de sentido), preferibilidade (explica o porquê, a escolha de determinado valor em detrimento de outro), incomensurabilidade, graduação hierárquica, objetividade, historicidade e inexauribilidade<sup>36</sup>.

Na concepção de Miguel Reale, é o homem o criador de todos os valores, pois é ele quem define quais valores a sociedade mantém, sendo os valores, portanto, variáveis ao longo da história, assim como a evolução humana<sup>37</sup>. É exatamente o valor dignidade humana que deve nortear essa evolução.

#### 2.5.1.2 A DIGNIDADE HUMANA COMO REGRA

Para José Joaquim Gomes Canotilho, as regras são normas que definem o Direito, de forma que elas permitem, proíbem ou exigem algo, sem abrir exceções. Assim, elas têm caráter normativo, pois positivadas devem ser obedecidas,

não admitindo flexibilização<sup>38</sup>.

As regras jurídicas são imposições feitas pelo Estado para regulamentar a convivência em sociedade; define os padrões de comportamento através de fórmulas de agir<sup>39</sup>; “têm sempre um significado, um sentido, um valor a realizar”<sup>40</sup>.

A dignidade humana como regra exige que o ser humano em nenhuma hipótese seja encarado como coisa, como instrumento, como objeto.

#### 2.5.1.3 A DIGNIDADE HUMANA COMO PRINCÍPIO

Celso Antônio Bandeira de Mello apresenta uma definição esclarecedora de princípio jurídico:

Princípio - já averbamos alhures - é por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico<sup>41</sup>.

Os princípios por si só não proíbem, permitem ou exigem alguma coisa, eles condicionam a execução das normas da melhor maneira possível, seja no âmbito fático ou jurídico, estabelecendo o aproveitamento máximo de um direito ou de um bem juridicamente tutelado<sup>42</sup>.

Pode-se dizer que o princípio é, com efeito, a base e o alicerce da construção de um ordenamento jurídico, tendo como característica a generalidade, uma vez que auxilia na criação, formulação e interpretação das normas.

José Joaquim Gomes Canotilho propõe critérios para diferenciar regras de princípios. Os critérios são: a) grau de abstração: princípios possuem maior grau de abstração enquanto que regras possuem abstração reduzida; b) grau de determinabilidade na aplicação do caso concreto: os princípios necessitam da mediação do legislador ou do juiz para sua concretização, por não possuir traços bem definidos, ao contrário das regras que possuem aplicação imediata; c) caráter de fundamentalidade no sistema das fontes de direito: princípios possuem natureza estruturante e exercem papel fundamental, portanto, de relevante posição na hierarquia no sistema das fontes; d) “<Proximidade> da ideia de direito: os princípios estão mais próximos da ideia de direito por estabelecer padrões “juridicamente vinculantes radicados nas exigências de <justiça> (Dworkin) ou na <ideia de direito> (Larenz)” e as regras podem ser normas vinculativas com conteúdo meramente funcional; f) natureza normogenética: os princípios possuem esta função, pois são normas base ou meio das regras jurídicas<sup>43</sup>.

A dignidade da pessoa humana, como fundamento do Estado Democrático de Direito brasileiro, é o alicerce de todo o ordenamento jurídico pátrio, é a norma-base de todas as regras jurídicas, é o condutor de toda hermenêutica do Direito, vedando, peremptoriamente, que o ser humano seja tratado, concebido, vislumbrado como instrumento, meio, coisa, objeto para atingir qualquer fim, já que o fim é sempre ele mesmo.

## 3 DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS

### 3.1 Direitos Humanos, Direitos Fundamentais ou Direitos Humano-fundamentais?

As expressões direitos humanos e direitos fundamentais são utilizadas, muitas vezes, como sinônimas. É importante destacar que as duas expressões se destinam a garantir a efetivação da dignidade humana, porém, mantêm entre si diferenças, principalmente, quanto ao modo de proteção ou grau de efetividade.

Os direitos humanos são aqueles direitos que o homem possui em virtude da sua natureza, que lhes garante uma existência digna. Estes direitos estão dispostos nas Declarações humanitárias, âmbito supra estatal ou internacional.

Os direitos fundamentais são todos aqueles que, devido a sua importância, são destacados pela Constituição, portanto, carecedores da pré-existência de uma Constituição que os classifique como tais, conferindo-lhes o *status* fundamental.

Os direitos fundamentais têm finalidade idêntica aos direitos humanos, qual seja, proteger a dignidade humana. Porém, a grande diferença entre eles está na positivação. Os direitos fundamentais têm o resguardo constitucional, dessa forma, "são direitos que nascem e se fundamentam, portanto, no princípio da soberania popular."<sup>44</sup>

Os direitos humanos, no entanto, indo além da sua concepção naturalista, são direitos que devem ser assegurados com o maior respaldo possível já que "são direitos fundamentais pela própria razão de que existem antes do Estado"<sup>45</sup>.

Segundo Alexandre de Moraes, direitos humanos fundamentais é:

O conjunto institucionalizado de direitos e garantias do ser humano que tem por finalidade básica o respeito a sua dignidade, por meio de sua proteção contra o arbítrio do poder estatal, e o estabelecimento de condições mínimas de vida e o desenvolvimento da personalidade humana pode ser definido como *direitos humanos fundamentais*<sup>46</sup>.

A expressão Direitos Humano-fundamentais exprime em si não só um conteúdo de proteção constitucional aos direitos essenciais do ser humano, como uma proteção internacional dos mesmos, garantindo uma tutela mais abrangente à proteção da dignidade humana.

### 3.2 Características dos Direitos Humano-Fundamentais

Em uma visão jusnaturalista, os direitos humanos fundamentais têm como características o fato de serem direitos "inatos, absolutos, invioláveis (intransferíveis) e imprescritíveis"<sup>47</sup>.

O caráter universal concebe os direitos humano-fundamentais como direitos mais elementares pertencentes a todos os seres humanos, indistintamente.

Quanto à condição de direito absoluto, não significa que não possam sofrer restrições, a própria CR/88, no inciso XLVII, alínea "a", do art. 5º, prevê a possibilidade de limitação do direito fundamental à vida, ao prever a aplicação da pena de morte no caso de guerra declarada.

A característica da inalienabilidade concebe os direitos fundamentais como "intransferíveis, inegociáveis, porque não são de conteúdo econômico-patrimonial"<sup>48</sup>.

Já a característica da indisponibilidade/irrenunciabilidade, com fundamento na dignidade humana, impede que o ser humano, titular dos direitos fundamentais, renunci-os, apesar de poder deixar de exercê-los<sup>49</sup>.

### 3.3 Da Eficácia dos Direitos Fundamentais

As normas que tratam de direitos e garantias fundamentais definidas assim pela Constituição têm aplicação imediata, mas são de eficácia contida via de regra, porém, algumas têm eficácia limitada, ou seja, são normas que se baseiam nos princípios programáticos e têm aplicabilidade indireta. Contudo, independente da eficácia que tem a norma, elas não perdem a sua relevância e o seu caráter normativo, já que à medida que se "aperfeiçoam e adquirem eficácia mais ampla, mais se tornam garantias da democracia e do efetivo exercício dos demais direitos fundamentais."<sup>50</sup>

Com a concepção de fundamentalidades (formal e substancial), constata-se que o Estado como um todo deve se pautar em todas as suas ações nos direitos humanos fundamentais; esses direitos "desempenham um papel central no sistema jurídico"<sup>51</sup>.

Essas normas agem diretamente na relação existente entre o Estado e os cidadãos, são direitos subjetivos que vinculam os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Porém, a influência que as normas de direitos humanos

fundamentais exercem no ordenamento jurídico vão muito além da relação Estado e cidadão<sup>52</sup>.

As normas de direitos fundamentais têm, sem dúvida, influência na relação cidadão/cidadão, que se demonstra claramente em relação ao direito Civil. Esse efeito que extrapola a relação entre o Estado e o cidadão, que atinge as relações entre particulares, é denominado de efeito perante terceiro ou efeito horizontal.<sup>53</sup>

Os direitos humanos fundamentais vinculam todos os ramos dos direitos e sua proteção vai além dos direitos subjetivos que serão utilizados frente ao Estado, agem como uma base valorativa que influencia todas as relações da sociedade<sup>54</sup>.

## 4. MÍNIMO EXISTENCIAL *VERSUS* RESERVA DO POSSÍVEL

### 4.1 Mínimo Existencial: direito ou princípio?

Pode-se afirmar que existe um direito ao mínimo existencial, apesar de não haver uma previsão constitucional em cláusula genérica e aberta. O mínimo existencial está relacionado e encontra seu fundamento na ideia de liberdade e igualdade, os princípios da dignidade da pessoa humana, do devido processo legal, da livre iniciativa e com as imunidades e privilégios do cidadão<sup>55</sup>.

A teoria do direito ao mínimo existencial tem a pretensão de oferecer a *rationale* [razão fundamental] que conduz à distribuição igual dos bens sociais, mediante a adoção de políticas públicas focalizadas e de escolhas orçamentárias racionais em um ambiente de escassez de recursos financeiros<sup>56</sup>.

O direito ao mínimo existencial pode ser identificado na leitura do art. 3º, inciso III, da CR/88, que define como objetivos do Estado brasileiro a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais.

A CR/88 reconhece a existência do direito ao mínimo existencial e garante a esses, em alguns casos, a não incidência de tributos, concedendo imunidade tributária. Como exemplo: art. 5º, incisos XXXIV (direito a obtenção de certidões e o direito de petição aos Poderes Públicos), LXXIII (ação popular), LXXVII (gratuidade das ações de "habeas-corpus" e "habeas-data"), LXXIV (assistência judiciária gratuita), dentre outros.

A vinculação das receitas públicas às despesas com educação, saúde, pobreza e outros, implementada por emendas constitucionais, também indicam um direito ao mínimo existencial.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), arts. XXV e XXVI, apresenta o mínimo existencial de maneira muito próxima dos direitos fundamentais sociais elencados pelo art. 6º da CR/88:

Toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para assegurar a sua saúde, o seu bem-estar e o de sua família, especialmente para a alimentação, o vestuário, a moradia, a assistência médica e para os serviços sociais necessários, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle<sup>57</sup>.

Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelos menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnica profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito<sup>58</sup>.

Essa proximidade se dá em função do mínimo existencial constituir a "expressão essencial, mínima e irreduzível" dos direitos fundamentais originários e sociais necessários a uma existência digna do ser humano.

O direito ao mínimo existencial é o direito às "condições mínimas de existência humana digna, que não pode ser objeto de intervenção do Estado na via dos tributos (=imunidade) e que ainda exige prestações estatais positivas"<sup>59</sup>.

Nesse sentido, tem-se que o mínimo existencial é formado pelas condições materiais básicas para a existência, corresponde a uma fração nuclear da dignidade da pessoa humana à qual se deve reconhecer a eficácia jurídica positiva ou simétrica<sup>60</sup>.

Esse direito é mínimo tanto no sentido objetivo (universal) onde deve ser garantido a todos os seres humanos indistintamente, quanto subjetivo (parcial) em que atingirá aqueles que estão abaixo da linha de pobreza<sup>61</sup>.

O direito ao mínimo existencial "constitui direito público subjetivo do cidadão" que nasce com cada ser humano, portanto, um direito universal. É um direito negativo protegendo o indivíduo contra investidas do Estado ou de terceiros, e positivo por exigir do Estado prestações positivas "para a garantia da liberdade e das suas condições essenciais"<sup>62</sup>. Subjetivamente, o direito ao mínimo existencial "investe o cidadão na faculdade de acionar as garantias processuais e institucionais na defesa dos seus direitos mínimos"<sup>63</sup>.

Outra característica importante é a justiciabilidade plena e independente de densificação legislativa infraconstitucional, por encontrar na própria Constituição sua legitimidade, o que lhe confere eficácia imediata.

O direito ao mínimo existencial agasalha em seu bojo um conjunto de direitos humano-fundamentais que permitem somente mínima restrições. No entanto, apesar da característica de universalidade apresentada pelo direito

ao mínimo existencial, o Estado não apresenta capacidade financeira ilimitada, sendo que a garantia da universalização deste direito humano-fundamental depende muito mais da criação de um adequado projeto governamental<sup>64</sup> que de mera disponibilidade de recursos.

## 4.2 Reserva do Possível

Os direitos humano-fundamentais sociais possuem uma dimensão positiva, que não afasta uma dimensão negativa, e tem por objeto a conduta positiva do Estado, uma prestação de natureza fática<sup>65</sup>. Tal prestação passa necessariamente pela questão econômica, ou seja, o Estado, para cumprir com o dever de atuar positivamente, necessita de recursos financeiros, o que implica gastos do orçamento público. E a escolha dos meios e dos recursos pelos quais se dará esta prestação estatal, cabe, primeiramente, ao legislador ordinário e ao Poder Executivo, não ao Poder Judiciário. A reserva do possível tem sido argumento frequentemente utilizado por aqueles que defendem a impossibilidade do Poder Judiciário atuar na implementação de direitos humano-fundamentais sociais sem que haja prévia densificação legislativa, por faltarem, exatamente, a definição dos meios e a fonte de custeio das prestações a serem efetivadas.

A reserva do possível é um limite externo que condiciona as prestações sociais, vinculando-as aos recursos financeiros do Estado que, por sua vez, são custeados pela sociedade, por meio dos tributos. Assim, é a própria sociedade que custeará as prestações sociais positivas, devendo ela mesma definir as prioridades financeiras por meio de seus representantes eleitos. Segundo Ricardo Lobo Torres:

A reserva do possível não é um princípio jurídico, nem um limite dos limites, mas um conceito heurístico aplicável aos direitos sociais (...). Equivale a "reserva democrática", no sentido de que as prestações sociais se legitimam pelo princípio democrático da maioria e pela sua concessão discricionária pelo legislador<sup>66</sup>.

Para aqueles que a defendem, a reserva do possível pretende definir que indivíduo ou parcela da sociedade pode exigir prestações sociais sem que as demais prestações estatais sejam prejudicadas por falta de custeio. Busca traçar um limite até o qual o indivíduo pode alcançar em prestações sociais, em razão da existência de recursos financeiros.

O argumento da reserva do possível tem sido utilizado na atualidade para justificar a inércia do judiciário nas ações que tratam de direitos humanos fundamentais. Porém, no momento de se declarar esses direitos, o judiciário não pode alegar a reserva do possível, pois, numa comparação com o ramo privado, seria como se o judiciário usasse a "figura na qual o devedor não seria condenado à reparação

do dano, porque não dispõe de patrimônio suficiente para o adimplemento futuro do título executivo judicial"<sup>67</sup>.

O problema da reserva do possível se encontra, muitas vezes, na inabilidade de administração dos recursos públicos e não na falta de recursos, até porque pode haver abertura de verbas adicionais ou realocação de recursos de outras rubricas, assim cada um dos poderes deve agir buscando a efetivação dos objetivos constitucionais<sup>68</sup>.

A alegação de que o Poder Judiciário está restrito ao argumento econômico da reserva do possível não pode prevalecer. A reserva do possível não possuiu o condão de determinar os graus de eficácia dos direitos humanos fundamentais sociais, como dispostos na Constituição, nem de impedir a efetivação dos fundamentos constitucionais dispostos no Art. 3º.

Luísa Cristina Pinto e Netto chama atenção para o momento de escassez. É justamente neste momento que os mais necessitados dependem da realização dos direitos humano-fundamentais sociais, independentemente de argumentos contrários oriundos de qualquer esfera de Poder<sup>69</sup>.

A reserva do possível não pode ser considerada como um princípio, ou um direito, ela é apenas um argumento utilizado pelo Poder Público para se furtar de atender aos objetivos constitucionais<sup>70</sup>. Esse argumento não pode ser utilizado quando se trata de mínimo existencial, pois o mínimo existencial é a última barreira reducional dos direitos humanos fundamentais, ou seja, esses direitos não podem ser reduzidos além do mínimo existencial, e esse mínimo deve respeitar a dignidade da pessoa humana.

Portanto, ao se deparar com a situação de escassez de recursos financeiros para cumprir com as imposições prestacionais positivas, vislumbra-se duas possíveis soluções: *a)* atuação dinâmica dos Poderes Legislativo e Executivo na alocação de recursos orçamentários, quer em sua origem, quer por meio de remanejamento; *b)* a intervenção do Poder Judiciário de forma a garantir a eficácia da dignidade da pessoa humana e dos direitos humano-fundamentais, com nítida sobreposição destes sobre argumentos orçamentários estatais.

## 4.3 O orçamento público

Para consecução das finalidades atribuídas pela CR/88, o Estado necessita de recursos financeiros.

Sob a égide de um Estado Democrático de Direito, submetida aos ditames legais, a Administração Pública deve empregar recursos financeiros no cumprimento de suas atribuições.

Por consequência, ensina Kiyoshi Harada, "ao direito de autorizar as receitas, seguiu-se o de controlar as despesas, dando origem ao orçamento como processo de fiscalização financeira e cerceamento das tendências abusivas dos go-

vernantes”<sup>71</sup>. Em síntese, o processo de formação da peça orçamentária constitui-se em um processo discursivo entre Poder Executivo e Poder Legislativo que refletirá em um plano de ação governamental.

Na forma do Art. 165 da CR/88, são três as leis orçamentárias obrigatórias: a Lei do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O Estado recolhe recursos em forma de tributos para que o exercício das suas funções sociais possa ser efetivada. A aplicação dos recursos financeiros do Estado só pode ser feita após a aprovação de lei orçamentária que destina rubricas para serem aplicadas em determinadas áreas. Estas rubricas são, sem dúvida, limitações legislativas para o custeio de despesas; porém, são apenas limitações e não impedimentos à efetivação de políticas públicas<sup>72</sup>.

O Poder Público pode remanejar recursos provenientes de outras rubricas, através da “abertura de créditos adicionais e uma eventual anulação de dotações,” por isso o argumento de que faltam recursos para a efetivação dos direitos humano fundamentais não é absoluto, uma vez que esse remanejamento de recursos é uma questão de discricionariedade administrativa<sup>73</sup>.

Quando o Executivo nega a efetivação de um direito fundamental com o argumento da falta de previsão orçamentária, ele acaba por não priorizar os pontos nos quais o Estado deve agir. “É isso se trata de manobra restritiva do espaço de deliberação administrativa do que seja interesse público”<sup>74</sup>.

#### 4.4 Proporcionalidade: princípio constitucional basilar

A proporcionalidade é um princípio que rege o ordenamento jurídico, e tem imperatividade tanto para aqueles que governam quanto para os que são governados. Sua função é a de analisar dentre os vários fins do Estado qual deverá ser atendido, e, com qual medida, dentre as várias existentes, esse fim será melhor alcançado<sup>75</sup>. O princípio da proporcionalidade faz, então, a junção entre o fim e o meio.

Esse princípio está diretamente relacionado aos direitos humanos fundamentais e consequentemente atrelado aos objetivos Constitucionais. O princípio da proporcionalidade não é apenas um elemento de análise que deve ser utilizado, mas sim um princípio basilar da Constituição que deve ter uma aplicabilidade plena para garantir a defesa dos direitos e garantias fundamentais<sup>76</sup>. É um limitador ao legislador, pois o transforma em agente a serviço da Constituição, protegendo os direitos humanos fundamentais de possíveis abusos<sup>77</sup>.

#### 4.4.1 ADEQUAÇÃO, NECESSIDADE E PROPORCIONALIDADE EM SENTIDO ESTRITO

Para se atingir a *máxima da proporcionalidade*<sup>78</sup> é necessária a análise dos seus três desdobramentos: a adequação, a necessidade (mandamento menos gravoso) e a proporcionalidade em sentido estrito (mandamento de sopesamento propriamente dito)<sup>79</sup>.

Os elementos acima devem ser utilizados tanto pelo legislador, tanto pelos membros do Executivo quanto pelo operador do Direito para alcançar os fins constitucionais almejados.

O primeiro elemento constitutivo deste princípio é a adequação ou conformidade, ou seja, o meio utilizado para se alcançar o fim pretendido.

O segundo elemento é a necessidade, em que se deve primar pela utilização do ato menos gravoso<sup>80</sup>.

O terceiro elemento caracteriza-se pela proporcionalidade em sentido estrito, que significa a medida de ponderação. Em suma, é a análise das vantagens e desvantagens que o meio utilizado gerará para os cidadãos<sup>81</sup>.

## 5 POLÍTICAS PÚBLICAS: UM CAMINHO VIÁVEL PARA A EFETIVAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA E DOS DIREITOS HUMANO-FUNDAMENTAIS

### 5.1 Políticas públicas: programas de ações prestacionais do Estado

A Constituição de 1988, em seu artigo 3º, utiliza-se de verbos que definem o intervencionismo estatal voltado para a garantia dos direitos fundamentais sociais por meio de políticas públicas.

Segundo Maria Paula Dallari Bucci, políticas públicas são:

programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Políticas públicas são “metas coletivas conscientes”<sup>82</sup> e, como tais, um problema de direito público, em sentido lato.<sup>83</sup>

Entende-se que as políticas públicas, assim consideradas como programas de ação, deverão atender ao interesse comum da sociedade e serão caracterizadas como públicas se visarem os objetivos estabelecidos pelo Estado brasi-

leiro, quais sejam, construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização; reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e de outras formas de discriminação<sup>84</sup>.

Políticas públicas alguma pode ferir direitos humanos fundamentais, pois se isso ocorresse, essa política feriria também a Constituição nos seus objetivos. O constituinte originário, ao posicionar os direitos humanos fundamentais como cláusulas pétreas, limitou quais os parâmetros de atuação das políticas públicas<sup>85</sup>.

As políticas públicas são formas que o Estado se utiliza para efetivar os direitos humanos fundamentais, "mediante a satisfação espontânea dos bens da vida por ele protegidos"<sup>86</sup>.

O Estado, graças ao pacto social, tem a função de prestar serviços à sociedade, porém, ele tem limitações para fazê-lo, já que tem limitações no seu poder de tributar. O orçamento que o poder público tem disponível para gastar é fruto da arrecadação de tributos, ou seja, a população paga impostos com a finalidade de que o Estado aplique esses recursos em prol da sociedade.

A grande questão que se levanta em relação ao Estado social é o fato de que na medida que esse modelo de estado tem sucesso, maior cobrança por parte da sociedade existirá, pois esse modelo de Estado não consegue suprir todas as necessidades da sociedade com a qualidade adequada e outra questão que se torna relevante é saber até quando o particular está disposto a arcar (recolhendo tributos) para que os objetivos do estado social sejam alcançados.

## 5.2 Formulação das políticas públicas e seus objetivos

A realização de uma política pública inicia-se com uma construção normativa<sup>87</sup>. Os princípios e as normas constitucionais traçam fins a serem buscados, valores, programas de ações e meios utilizáveis para a realização das políticas públicas. Essas normas são conhecidas como normas políticas<sup>88</sup>.

Para a concretização dos direitos fundamentais, a norma política atribuiu aos órgãos governamentais a competência para realizarem determinadas atividades e alcançarem objetivos, sendo que essa atribuição acarreta aos destinatários dos atos previstos na norma o direito subjetivo de reclamarem daqueles autorizados e comprometidos com a sua realização.

Já a formação das políticas públicas propriamente ditas se dá em ciclos ou fase, iniciando na denominada fase da formação. Neste primeiro momento, ocorre o planejamento com a identificação do problema a ser enfrentado através da

observância de uma situação concreta. São realizados estudos multidisciplinares para a proposição de soluções e a definição dos objetivos e modo da execução da ação pública.

Os objetivos traçados devem funcionar como um norte na execução da ação pública e sempre deverão objetivar a "eficácia e a efetividade das ações de promoção e proteção dos direitos humanos, através da estrutura estatal já existente e utilizando-se dos mecanismos democráticos já estabelecidos"<sup>89</sup>.

Após a aprovação, inicia-se a fase de implementação do programa público que deverá observar todas as metas, diretrizes e princípios determinados na fase anterior.

Na fase da avaliação, será verificado se a ação pública atingiu os objetivos traçados, se os meios utilizados foram adequados e, principalmente, irá relegitimar ou deslegitimar a política pública, sendo essa decisão um elemento de controle judicial, social bem como o realizado pelos Tribunais de Contas<sup>90</sup>.

## 5.3 A Função dos Poderes dentro do Estado Democrático de Direito

O Estado em sua composição social revela-se através de seus órgãos que, por sua vez, são considerados supremos, na qual possui o exercício do poder político sendo considerado como o governo, ou dependentes, que formam a Administração Pública, possuindo natureza administrativa. Segundo José Afonso da Silva a forma de manifestação desses órgãos se dá somente pela vontade humana<sup>91</sup>.

A função do Estado Democrático de Direito não se encontra apenas no fato de proteger a vontade da maioria, mas sim de proteger a vontade da maioria somada à proteção dos direitos humanos fundamentais, inclusive, os direitos humanos fundamentais da minoria.

Cenário este que as políticas públicas têm uma maior abrangência, pois elas englobam todas as funções do Estado, ou seja, são analisadas pelo legislativo no momento de criação das leis, pelo executivo na hora de aplicar a lei de orçamentos e também no momento discricionário de definir quais serão os direitos humanos fundamentais protegidos e, por fim, pelo judiciário quando esses direitos garantidos pela Constituição não são respeitados<sup>92</sup>.

Nesse terceiro momento existe uma divergência sobre a imperatividade dessas judicializações, já que elas criam obrigações que devem ser cumpridas pelo poder executivo e ainda por adentrar, de forma avassaladora, nos orçamentos públicos. A pergunta que se faz é se o judiciário ao conceder essas políticas públicas fere a separação dos poderes, por adentrar na esfera da discricionariedade do gestor público e, ainda, obrigar que a administração pública arque com essas despesas que não estavam previstas

em lei orçamentária?<sup>93</sup>

Outra questão que existe no estado brasileiro é a corrupção, essa dentro de um Estado Democrático de Direito gera uma descrença social em relação à ideia central da democracia, enfraquecendo a concepção de que os próprios cidadãos podem controlar o destino do país. Assim, se a corrupção se torna algo comum, em qualquer dos Poderes, pode-se falar em falta de legitimidade do Estado Democrático de Direito<sup>94</sup>.

Há democratas convictos que acreditam ser “mais importante sustentar o direito do povo de se autogovernar, mesmo ao custo da supressão de direitos individuais fundamentais”<sup>95</sup>. Porém, a noção de democracia está devidamente relacionada com os direitos humanos fundamentais, por isso, não se permite que políticos, mesmo aqueles eleitos democraticamente, criem políticas públicas que venham a diminuir a amplitude desses direitos<sup>96</sup>.

Quando a Constituição prevê em seu texto direitos humanos fundamentais, eles estão dispostos não com a mera finalidade de limitar os poderes (executivo, legislativo e judiciário), mas sim com o fim maior de serem a luz a nortear a organização e as ações destes poderes, não podendo ser suprimidos ou alterados no agir do Estado<sup>97</sup>.

## 5.4 Da Separação dos Poderes

O princípio da separação dos poderes idealizado na doutrina por Aristóteles, John Locke e Rosseau<sup>98</sup>, sofreu mudanças desde a sua divulgação por Montesquieu, porém, não deixou de existir e, apenas as responsabilidades políticas de cada poder sofreram algumas alterações.

Inicialmente, deve-se lembrar que, funções do poder e separação de poderes são expressões distintas. Funções do poder segundo José Afonso da Silva significa “a especialização de tarefas governamentais à vista de sua natureza, sem considerar os órgãos que a exercem e a separação de poderes consiste em confiar cada uma das funções governamentais a órgãos diferentes”<sup>99</sup>.

O princípio da separação dos poderes sofreu mudanças desde a sua idealização por Montesquieu, porém, não deixou de existir, apenas as responsabilidades políticas de cada poder sofreram algumas alterações. A separação dos poderes consiste na especialização das três funções do Estado (executiva, legislativa e judiciária), antigamente esse conceito era idealizado como o não exercício de um poder na esfera de especialidade do outro, contudo, visualiza-se hoje a possibilidade de um poder exercer determinada função desde que essa seja compatível com a sua atividade fim. Dessa forma, cada um dos poderes vai exercer, em âmbito de competências menor, todos os poderes<sup>100</sup>.

A separação dos poderes encontra legitimidade em três

ideais: o ideal da democracia, pois ela serve para servir a efetivação do autogoverno; o ideal da competência profissional, cada órgão tem sua função delimitada em atividades complementares, porém, diversas entre si; o último ideal “constitui-se pela proteção e a ampliação dos direitos fundamentais. Sem estes, o regramento democrático e a administração técnica podem facilmente tornar-se instrumentos da tirania”<sup>101</sup>.

A Constituição de 1988<sup>102</sup> preconiza em seu art. 2º, como um dos princípios basilares da República Federativa do Brasil que: *são poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário*.

### 5.4.1 DA ATUAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

No âmbito do legislativo, os direitos fundamentais assumem dois sentidos: eles têm a finalidade de, de forma negativa, guiar a atividade legiferante<sup>103</sup>e, de forma positiva, exigir que se editem leis com a função de regulamentar e de dar eficácia aos direitos humanos fundamentais previstos constitucionalmente e que, ainda, carecem desta normatização.

A vinculação do legislador aos direitos humanos fundamentais trás consigo a chamada proibição de retrocesso, que se caracteriza como uma vedação ao legislativo, impedindo que este edite normas que venham a retroceder em relação aos direitos já alcançados, ou seja, “uma vez obtido certo grau de sua realização, legislação posterior não pode reverter as conquistas obtidas”<sup>104</sup>.

A vinculação ao legislativo se impõe tanto ao poder legislativo comum quanto ao poder de reforma à Constituição, os direitos humanos fundamentais ali positivados não podem ser abolidos ou restringidos, como dispõe o art. 60, § 4º, da Constituição Federal<sup>105</sup>.

Uma relevante questão que se apresenta hoje é o fato de os outros poderes (executivo e judiciário) vêm acoplado em suas funções as atribuições que cabem ao legislativo, sob o argumento de que a efetivação dos direitos humanos fundamentais deve ser precisa; ou, sob os argumentos de que cabe ao judiciário interpretar as normas constitucionais e também “garantir a efetividade da Constituição”<sup>106</sup>.

O princípio da separação dos poderes, juntamente com o conceito de democracia, institui que os poderes devem trabalhar conjuntamente para que os fundamentos e os objetivos constitucionais sejam garantidos, entrando-se nas esferas de competência uns dos outros, mas sem retirar deles a sua função primordial.

Cabe a atividade legislativa fazer todas as análises referentes à melhor forma de efetivação das políticas públicas, é essa

discricionariedade<sup>107</sup> do legislador que, conforme o princípio da legalidade, "cria as normas de conduta dos agentes públicos adequadas à realização dos objetivos do Estado"<sup>108</sup>

O ideal é que o legislativo faça uma barreira impossibilitando que alguns direitos humanos fundamentais venham a regredir em relação ao seu estado *quo* e que eles possam continuar progredindo e não deixar para que os demais poderes tomem as soluções que deveriam ser tomadas pelo legislativo, se utilizando da separação dos poderes como uma fórmula para remediar o seu mau serviço<sup>109</sup>.

#### 5.4.2 DA ATUAÇÃO DO PODER EXECUTIVO

No cenário brasileiro, o poder executivo sofre do problema da *crise da governabilidade*<sup>110</sup>, já que decisões importantes passam a ser tomadas pelo executivo através de decretos que extrapolam a competência de atuação desse poder. O legislativo, que é a representação das ideologias político partidárias no Congresso Nacional, fica sem se desgastar por não ter que tomar as urgentes e difíceis decisões da nação e, ainda, é reduzido "a fórum para postura demagógica"<sup>111</sup>.

A crise da governabilidade se caracteriza pelo agigantamento do poder executivo que além de legislar sobre os assuntos urgentes, sobrecarrega suas funções, dando soluções paliativas para questões que necessitam de implementação de políticas públicas efetivas, o que o impede, ainda, de fazer uma melhor análise da conveniência dos projetos governamentais que devem ser implantados. Assim, frustram-se os objetivos da Constituição e deturpa-se a estrutura implementada pelo princípio da separação dos poderes.

Os políticos, na maioria das vezes, ao invés de organizarem projetos de políticas públicas eficientes que venham a efetivar direitos humanos fundamentais, se concentram em ações que lhes garantam uma maior possibilidade de reeleição, priorizando o interesse de quem venha a patrocinar suas futuras campanhas. Com isso, as classes menos favorecidas e mais desinformadas não têm seus interesses atendidos pelo poder executivo e pelo legislativo que fazem-se de desentendidos frente à imposição constitucional<sup>112</sup>. Assim, a implementação desses direitos humanos fundamentais fica a cargo do poder judiciário, que sem ter a possibilidade de editar leis, nem de remanejar recursos, tem a função de, como guardião da Constituição, proteger que os direitos conquistados ao longo de toda a história sejam efetivados.

#### 5.4.3 DA ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

Ao poder judiciário cabe a função de controlar o exercício das atividades dos Poderes legislativo e executi-

vo, sendo ainda, da sua essência conjugar estas atividades com o que a Constituição preconiza. A Constituição elevou o poder judiciário na ordem constitucional como elemento de equilíbrio entre os Poderes<sup>113</sup>, declarando em seu art. 5º, XXXV, que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito"<sup>114</sup>.

A Constituição além de permitir o controle judicial sobre lesão ou ameaça a direito, permitiu a apreciação do poder judiciário sobre a legalidade, constitucionalidade de leis, ordem pública e atos de qualquer natureza, sejam públicos ou privados<sup>115</sup>.

A Constituição Federal deu ao poder judiciário a responsabilidade de protegê-la e conseqüentemente é ele que tem o dever de fiscalizar a atuação dos demais poderes para ver se ela é compatível com os dizeres constitucionais<sup>116</sup>.

Assim, nas situações em que não existir previsão legal ou mesmo se a Constituição não resguardar a matéria apenas ao administrador, a intervenção do poder judiciário não pode ser entendida como invasão nas atividades legislativa e administrativa<sup>117</sup>.

## 6 O PODER JUDICIÁRIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Muito questionada é a intervenção do Poder Judiciário na execução das Políticas Públicas, uma vez que estaria realizando uma judicialização inadmitida pela Constituição e ferindo a separação de poderes<sup>118</sup>.

Aliás, diante das inúmeras controvérsias que envolvem o tema, o Supremo Tribunal Federal, na medida do possível, vem traçando parâmetros para uma intervenção legítima do Poder Judiciário nas Políticas Públicas. Neste sentido, cumpre destacar a emblemática decisão proferida pelo Ministro Celso de Mello nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 45/2004<sup>119</sup>330, na qual se verifica a seguinte conclusão:

É certo que não se inclui, ordinariamente, no âmbito das funções institucionais do Poder Judiciário - e nas desta Suprema Corte, em especial - a atribuição de formular e de implementar políticas públicas (JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE, "Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976", p. 207, item n. 05, 1987, Almedina, Coimbra), pois, nesse domínio, o encargo reside, primariamente, nos Poderes Legislativo e Executivo. Tal incumbência, no entanto, embora em bases excepcionais, poderá atribuir-se ao Poder Judiciário, se e quando os órgãos estatais competentes, por descumprirem os encargos político-jurídicos que sobre eles incidem, vierem a comprometer, com tal comportamento, a eficácia e a integri-

dade de direitos individuais e/ou coletivos impregnados de estatutura constitucional, ainda que derivados de cláusulas revestidas de conteúdo programático. (Grifo nosso)

Logo, o Poder Judiciário poderá intervir nas Políticas Públicas realizadas ou não realizadas pelos Poderes Legislativo e Executivo quando se verificar omissão ou quando houver contrariedade às normas constitucionais, principalmente, no eventual comprometimento de direitos humano-fundamentais, na realização dos programas de ações estatais.

Estas ações estão voltadas para a satisfação dos direitos humanos fundamentais, não podendo ter a sua finalidade desvirtuada, sob pena de sua anulação e até mesmo responsabilização dos agentes responsáveis pela sua realização ou não realização.

Ao prever na Constituição um direito, surge para o Estado um vínculo obrigacional entre ele e o titular deste direito, obrigando-o a garantir e proporcionar o direito humano-fundamental formalmente tutelado. Por exemplo, não havendo satisfação espontânea do direito à vida constitucionalmente assegurado mediante a realização de Políticas Públicas, possui o titular o direito de pleitear a sua efetivação através da atuação do Poder Judiciário.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ato de elaboração e implementação (Poder Legislativo e Executivo), bem como de análise e atribuição de eficácia às Políticas Públicas (Poder Judiciário), os três Poderes do Estado devem se pautar sempre no princípio constitucional da proporcionalidade, que deverá ter como vetores a dignidade humana, os direitos humano-fundamentais e maior eficácia destes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKERMAN, Bruce. **A Nova Separação dos Poderes**. Tradução Isabelle Maria Campos Vasconcelos; Eliana Valadares Santo. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009.

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradução Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Editora Malheiros, 2008.

APPIO, Eduardo. **Controle judicial das políticas públicas no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2009.

BARCELLOS, Ana Paula de. **A Eficácia Jurídica dos Princípios Constitucionais**. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BARROSO, Luis Roberto. **Interpretação e Aplicação da Constituição**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca, ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de Filosofia do Direito**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**; tradução de Carlos Nelson

Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 25. ed., atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Arguição de Descumprimento Fundamental nº 45/DF. Ministro Relator Celso de Mello. DJ 29/04/2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: **Senado Federal**, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 12 set. 1990.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito Administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BUECHELE, Paulo Arminio Tavares. **O princípio da proporcionalidade e a interpretação da Constituição**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

CANELA JUNIOR, Osvaldo. **Controle judicial de políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

COMPARATO, Fábio Konder. Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade das políticas públicas. **Revista de Informação legislativa**. Brasília, ano 35, n. 138, p. 39-48, abr./jun. 1998.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 5 ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

**Carta das Nações Unidas** (1945). Supervisão editorial Jair Lot Vieira. Bauru: Edipro, 1993.

CASTRO, Flávia Lages de. **História do Direito Geral e Brasil**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.

FARIA, Luiz Alberto Gurgel de. **Controle da constitucionalidade na omissão legislativa**: instrumentos de proteção judicial e seus efeitos. Curitiba: Juruá, 2002.

FERRAZ, Leonardo de Araújo. **Da teoria à crítica**: princípio da proporcionalidade. Uma visão com base nas doutrinas de Robert Alexy e Jürgen Habermas. Belo Horizonte: Dictum, 2009.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. **Das necessidades humanas aos direitos**: ensaio de sociologia e filosofia do direito. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

HOUASSI, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário da língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Hugo Assman, Carta a Santo Agostinho, **O Estado de S. Paulo**, caderno Cultural, 28-10-1995, p. D.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70.

\_\_\_\_\_. Fundamentação da metafísica dos costumes. In: KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

LEAL, Rogério Gesta. **Direitos humanos no Brasil**: desafios à democracia. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros. **Direitos Humanos**: sua história, sua garantia e a questão da indivisibilidade. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2000.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 16 ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 5 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência** ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

NETO, Luíza Cristina Pinto e. **O Princípio de Proibição de Retrocesso Social**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

NUNES, Luiz Antônio Rizzato. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: doutrina e jurisprudência**. São Paulo: Saraiva, 2002.

OLIVEIRA, Márcio Luís (coord). **O Sistema Interamericano de proteção dos direitos humanos: interface com o direito constitucional contemporâneo**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)**. Supervisão editorial Jair Lot Vieira. Bauru: Edipro, 1993.

PINTO, Élide Graziane. **Financiamento de direitos fundamentais: políticas públicas vinculadas, estabilização monetária e conflito distributivo no orçamento da União do pós-Plano Real**. Belo Horizonte: Editora o Lutador, 2010.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 10 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

REALE, Miguel. **Lições de Preliminares de Direito**. 27 ed. ajustada ao novo código civil. São Paulo: Saraiva, 2002.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 10 ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 8 ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dimensões da Dignidade: ensaios de filosofia do direito e direito constitucional**. 2 ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti (org.). **Direitos fundamentais: orçamento e "reserva do possível"**. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

SHEDD, Russell P. **Bíblia Shedd**. Traduzida por João Ferreira de Almeida. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Vida Nova; Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1997.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 24 ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

\_\_\_\_\_. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 32 ed. rev. E atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

TORRES, Ricardo Lobo. **O Direito ao Mínimo Existencial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

## NOTAS

\* Parte integrante do Projeto de Iniciação Científica do centro universitário Newton Paiva intitulado "Juiz Administrador: a busca da efetivação dos direitos fundamentais através da judicialização de políticas públicas. Estudos sobre interferência do Poder Judiciário no Executivo como forma de Garantia dos direitos sociais".

† Discentes do curso de Direito, alunos bolsistas do XI Programa de Iniciação

Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

‡ Discentes do curso de Direito, alunas voluntárias do XI Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

§ Coordenador da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

1 O próprio Art. 2º da Constituição de 1988 já determina esta atuação harmônica dos três Poderes do Estado: "São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

2 Cf. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 5ª ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2002, p. 379.

3 BITTAR, Eduardo Carlos Bianca, ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de Filosofia do Direito**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 111.

4 Cf. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 5ª ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2002, p. 379.

5 SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 8 ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 32.

6 "Estoicismo: 1 Doutrina fundada por Zenão de Cício (335 a 264 a. C.), e desenvolvida por várias gerações de filósofos, que se caracteriza por uma ética em que a imperturbabilidade, a extirpação das paixões e a aceitação resignada do destino, são as marcas fundamentais do homem sábio, o único apto a experimentar a verdadeira felicidade [o estoicismo exerceu profunda influência na ética cristã.] 2 Rigidez de princípios morais (...)" HOUASSI, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Estoicismo**. Dicionário da língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 1257.

7 Cf. Del Vecchio. **Lições de Filosofia do Direito**, 5ª ed., 1979, p. 51 *apud* BITTAR, Eduardo Carlos Bianca, ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de Filosofia do Direito**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 172.

8 Cf. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 5ª ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2002, p. 379.

9 SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 24ª ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2005, p. 174.

10 SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 24ª ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2005, p. 174.

11 Cf. CASTRO, Flávia Lages de. **História do Direito Geral e Brasil**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008, p. 205 a 210.

12 CASTRO, Flávia Lages de. **História do Direito Geral e Brasil**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008, p. 247.

13 BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**; tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 85.

14 CASTRO, Flávia Lages de. **História do Direito Geral e Brasil**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008, p. 249.

15 Para compreensão dos propósitos e princípios, composição, órgãos, funções e atribuições da ONU, cf. Carta das Nações Unidas (1945).

16 SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 8 ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 39.

17 KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, p. 49.

18 KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, p. 48.

19 KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, p. 50.

20 KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, p. 70.

21 KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, p. 59.

22 KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, p. 81/82.

23 KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, p. 77.

24 KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, p. 77.

25 KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, p. 78.

26 SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 8 ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 71.

27 SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 8 ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 72.

28 "(...) reduzir a fórmula abstrata e genérica tudo aquilo que constitui o conteúdo da dignidade da pessoa humana, em outras palavras, a definição do seu âmbito de proteção ou de incidência (em se considerando a sua condição de que não se possa ou deva buscar uma definição, que, todavia, acabará alcançando

- pleno sentido e operacionalidade em face do caso concreto. Com efeito, para além dos aspectos ventilados, a busca de uma definição necessariamente aberta mas minimamente objetiva impõe-se justamente em face da exigência de um certo grau de segurança e estabilidade jurídica, bem como para evitar que a dignidade continue a justificar o seu contrário." SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 8 ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 55.
- 29 SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 8 ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 52.
- 30 SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 8 ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 70: o autor aponta como critério aferidor de em vida saudável os parâmetros estabelecidos pela OMS.
- 31 REALE, Miguel. **Lições de Preliminares de Direito**. 27ª Ed. Ajustada ao novo código civil. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 67.
- 32 REALE, Miguel. **Lições de Preliminares de Direito**. 27ª Ed. Ajustada ao novo código civil. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 67.
- 33 REALE, Miguel. **Lições de Preliminares de Direito**. 27ª Ed. Ajustada ao novo código civil. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 67.
- 34 NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 384 *apud* REALE, Miguel. **Lições de Preliminares de Direito**. 27ª ed. Ajustada ao novo código civil. São Paulo: Saraiva, 2002.
- 35 REALE, Miguel *apud* GARCIA, **A teoria dos valores de Miguel Reale**, 1999, p. 47.
- 36 REALE, *apud* GARCIA, **A teoria dos valores de Miguel Reale**, 1999, p. 48.
- 37 REALE, *apud* GARCIA, **Experiência e Cultura**, p. 196.
- 38 CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 5ª ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2002, p. 1239.
- 39 NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 81.
- 40 NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 78.
- 41 MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 16ª ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2003, p. 817 e 818.
- 42 CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 5ª ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2002, p. 1239.
- 43 CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 5ª ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2002, p. 1144-1145.
- 44 SILVA, JOSE AFONSO DA. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 31ª ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Malheiros, 2008, p. 180.
- 45 LEAL, Rogério Gesta. **Direitos humanos no Brasil: desafios à democracia**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997, p.58.
- 46 Livro do Alexandre de Moraes, p.20.
- 47 SILVA, JOSE AFONSO DA. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 31ª ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Malheiros, 2008, p. 181.
- 48 SILVA, JOSE AFONSO DA. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 31ª ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Malheiros, 2008, p. 181.
- 49 SILVA, JOSE AFONSO DA. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 31 ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Malheiros, 2008, p. 181.
- 50 SILVA, JOSE AFONSO DA. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 31 ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Malheiros, 2008, p. 180
- 51 Eficácia dos direitos fundamentais – ALEX Y, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**, tradução Virgílio Afonso da Silva, São Paulo: Editora Malheiros, 2008, p. 523.
- 52 Eficácia dos direitos fundamentais – ALEX Y, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**, tradução Virgílio Afonso da Silva, São Paulo: Editora Malheiros, 2008, p. 523/524.
- 53 Eficácia dos direitos fundamentais – ALEX Y, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**, tradução Virgílio Afonso da Silva, São Paulo: Editora Malheiros, 2008, p. 524.
- 54 Eficácia dos direitos fundamentais – ALEX Y, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**, tradução Virgílio Afonso da Silva, São Paulo: Editora Malheiros, 2008, p. 524/525.
- 55 TORRES, Ricardo Lobo. **O Direito ao Mínimo Existencial. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p. 36.**
- 56 TORRES, Ricardo Lobo. **O Direito ao Mínimo Existencial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, notas prévias.
- 57 TORRES, Ricardo Lobo. **O Direito ao Mínimo Existencial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p. 10.
- 58 TORRES, Ricardo Lobo. **O Direito ao Mínimo Existencial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p. 10.
- 59 TORRES, Ricardo Lobo. **O Direito ao Mínimo Existencial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p. 35 e 36.
- 60 BARCELLOS, Ana Paula de. A Eficácia Jurídica dos Princípios Constitucionais. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Rio de Janeiro: Renovar, 2008 *apud* TORRES, Ricardo Lobo. **O Direito ao Mínimo Existencial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p. 76.
- 61 Cf. TORRES, Ricardo Lobo. **O Direito ao Mínimo Existencial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p.35-36.
- 62 Cf. TORRES, Ricardo Lobo. **O Direito ao Mínimo Existencial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p. 40.
- 63 TORRES, Ricardo Lobo. **O Direito ao Mínimo Existencial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p. 38.
- 64 APPIO, Eduardo. **Controle judicial das políticas públicas no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 189.
- 65 SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 10 ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p. 282.
- 66 TORRES, Ricardo Lobo. **O Direito ao Mínimo Existencial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p. 105.
- 67 CANELA JUNIOR, Osvaldo. **Controle judicial de políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 102-103.
- 68 CANELA JUNIOR, Osvaldo. **Controle judicial de políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 103.
- 69 NETTO, Luísa Cristina Pinto e. **O Princípio de Proibição de Retrocesso Social**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 163-164.
- 70 TORRES, Ricardo Lobo. **O Direito ao Mínimo Existencial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p. 105-106.
- 71 HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2005, p.89.
- 72 PINTO, Elida Graziane. **Financiamento de Direitos Fundamentais: políticas públicas vinculadas, estabilização monetária e conflito distributivo no orçamento da União do pós-Plano Real**. Belo Horizonte: Lutador, 2010, p. 141.
- 73 PINTO, Elida Graziane. **Financiamento de Direitos Fundamentais: políticas públicas vinculadas, estabilização monetária e conflito distributivo no orçamento da União do pós-Plano Real**. Belo Horizonte: Lutador, 2010, p. 141.
- 74 PINTO, Elida Graziane. **Financiamento de Direitos Fundamentais: políticas públicas vinculadas, estabilização monetária e conflito distributivo no orçamento da União do pós-Plano Real**. Belo Horizonte: Lutador, 2010, p. 141.
- 75 BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 25 ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 393.
- 76 BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 25 ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 395.
- 77 BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 25 ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 424-425.
- 78 Conceito dado por Alexy no livro: Eficácia dos direitos fundamentais – ALEX Y, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**, tradução Virgílio Afonso da Silva, São Paulo: Editora Malheiros, 2008, p. 116-117.
- 79 Eficácia dos direitos fundamentais – ALEX Y, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**, tradução Virgílio Afonso da Silva, São Paulo: Editora Malheiros, 2008, p. 116-117.
- 80 "O publicista francês Xavier Philippe, por sua vez, assevera que o princípio pode ser ilustrado pela seguinte máxima: 'de dois males, faz-se mister escolher o menor'. E acrescenta que pela necessidade não se questiona a escolha operada 'mas o meio empregado' e que este deve ser dosado para chegar ao fim pretendido". (PHILIPPE, Xavier. **Le Contrôle de Proportionnalité dans les Jurisprudences Constitutionnelle et Administrative Françaises**, Aix-Marseille, 199, p. 44 *apud* BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 397).
- 81 Cf. BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2010.
- 82 ASSMAN, Hugo, Carta a Santo Agostinho, **O Estado de S. Paulo**, caderno Cultural, 28-10,1995, p. D-8 *apud* BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito Administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 241.
- 83 BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito Administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 241.

- 84 Cf. Constituição da República Federativa do Brasil, artigo 3º.
- 85 CANELA JÚNIOR, Osvaldo. **Controle judicial de políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2001, p.58.
- 86 CANELA JÚNIOR, Osvaldo. **Controle judicial de políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 59.
- 87 Cf. DERANI, Cristiane. Política pública e a norma política. In BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006, p.135.
- 88 Cf. DERANI, Cristiane. Política pública e a norma política. In BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 136.
- 89 ALTH, Fernando. Políticas públicas de Estado e de governo: instrumentos de consolidação do Estado democrático de Direito e de promoção e proteção dos direitos humanos. In. BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 236.
- 90 Cf. MASSA-ARZABE, Patricia Helena. Dimensão Jurídica das Políticas públicas. In BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006, p.70.
- 91 SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 32ª ed. rev. E atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2009, p. 107.
- 92 José Afonso da Silva compartilha as funções de cada poder e sua esfera de atuação da seguinte maneira: "A função legislativa consiste na edição de regras gerais, abstratas, impessoais e inovadoras da ordem jurídica, denominadas leis. A função executiva resolve os problemas concretos e individualizados, de acordo com as leis; não se limita à simples execução das leis, com às vezes se diz; comporta prerrogativas, e nela entram todos os atos e fatos jurídicos que não tenham caráter geral e impessoal; por isso, é cabível dizer que a função executiva se distingue da função e governo, com atribuições políticas, co-legislativas e de decisão, e função administrativa, com suas três missões básicas: intervenção, fomento e serviço público. A função jurisdicional tem por objeto aplicar o direito aos casos concretos a fim de dirimir conflitos de interesse. p. 108 APUD Cf. Maurice Duverger, *Droit constitutionnel et institutions politiques*, v. I/150 e ss.; German José Bidart Campos, *ob. cit.*, p. 333 e ss.; Jorge Xifras Heras, **Curso de derecho constitucional**, t. II/126 e ss.
- 93 PINTO, Élide Graziane. **Financiamento de direitos fundamentais: políticas públicas vinculadas, estabilização monetária e conflito distributivo no orçamento da União do pós- Plano Real**. Belo Horizonte: Editora o Lutador, 2010, p. 139.
- 94 ACKERMAN, Bruce. **A Nova Separação dos Poderes**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009, p. 72.
- 95 ACKERMAN, Bruce. **A Nova Separação dos Poderes**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009, p. 106.
- 96 ACKERMAN, Bruce. **A Nova Separação dos Poderes**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009, p. 99-106.
- 97 MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 5ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 279.
- 98 SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 32ª ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2009, p. 109.
- 99 SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 32ª ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2009, p. 108.
- 100 APPIO, Eduardo. **Controle judicial das políticas públicas no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 148-149.
- 101 ACKERMAN, Bruce. **A Nova Separação dos Poderes**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009, p. 7.
- 102 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- 103 MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 5ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 279.
- 104 MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 5ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010, p.280.
- 105 MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 5ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 280.
- 106 ACKERMAN, Bruce. **A Nova Separação dos Poderes**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009, p. xii.
- 107 APPIO, Eduardo. **Controle judicial das políticas públicas no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 148.
- 108 CANELA JÚNIOR, Osvaldo. **Controle judicial de políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 56-57.
- 109 APUD UNGER, Roberto Mangabeira. *Politics: the Central Texts*, p. 312-14 (1997).
- 110 ACKERMAN, Bruce. **A Nova Separação dos Poderes**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009, p. 106.
- 111 ACKERMAN, Bruce. **A Nova Separação dos Poderes**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009, p. 106.
- 112 ACKERMAN, Bruce. **A Nova Separação dos Poderes**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009, p. 109.
- 113 Pinto, Élide Graziane. **Financiamento de direitos fundamentais: políticas públicas vinculadas estabilização monetária e conflito distributivo no orçamento da União do pós Plano Real**. Belo Horizonte: Editora o Lutador, 2010, p. 139.
- 114 Cf. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.
- 115 Pinto, Élide Graziane. **Financiamento de direitos fundamentais: políticas públicas vinculadas estabilização monetária e conflito distributivo no orçamento da União do pós Plano Real**. Belo Horizonte. Editora o Lutador, 2010, p. 139
- 116 APPIO, Eduardo. **Controle judicial das políticas públicas no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 149.
- 117 APPIO, Eduardo. **Controle judicial das políticas públicas no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 150.
- 118 PINTO, Élide Graziane. **Financiamento de direitos fundamentais: políticas públicas vinculadas estabilização monetária e conflito distributivo no orçamento da União do pós Plano Real**. Belo Horizonte: Editora o Lutador, 2010, p. 139.
- 119 Para maiores informações, cf. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento Fundamental nº 45/DF. Ministro Relator Celso de Mello. DJ 29/04/2004.



# AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E O JULGAMENTO DAS CONTAS DO PREFEITO PELO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL<sup>1</sup>

Bianca Alves Ribeiro Bianchi Scaldaferrri<sup>2</sup>  
Renata Souza do Espirito Santo<sup>3</sup>  
Frederico Barbosa Gomes<sup>4</sup>

**Resumo:** A fiscalização das contas municipais é manifestação concreta do princípio republicano e elemento indispensável ao Estado de Direito. Por isso, há uma grande preocupação em seu redor. Mas, por mais relevante que seja tal controle, seu exercício não pode desconsiderar direitos e garantias constitucionais dos gestores municipais, em especial, dos Prefeitos, que, não raras vezes, não têm respeitados o direito ao contraditório e a ampla defesa no julgamento de suas contas. A presente pesquisa estudou os equívocos existentes no julgamento das contas municipais, propondo mecanismos viabilizadores de um controle efetivo destas, sem que os Prefeitos sejam penalizados por ofensa aos seus direitos e garantias fundamentais constitucionalmente assegurados.

**Palavras-chave:** Controle da Administração Pública. Gestão municipal de recursos. Federalismo. Direitos e garantias fundamentais. Moralidade administrativa.

**Abstract:** The audit of municipal accounts is a concrete manifestation of the principle and essential element in the Republican rule of law. Therefore, there is great concern around them. But however important that such control is, its exercise cannot ignore constitutional rights and guarantees of municipal managers, in particular, Mayors, which, not infrequently, have respected the right to contest and ample defense in the trial of their accounts. This research studied the existing mistakes in judgment of municipal accounts, proposing mechanisms enablers of effective control of these without the Mayors are penalized for violation of their rights and guarantees constitutionally guaranteed.

**Key-words:** Control of Public Administration. Management of municipality resources. Federalism. Fundamental right and guarantee. Administrative morality.

## INTRODUÇÃO

Atualmente, uma das grandes preocupações que giram em torno da gestão da coisa pública é garantir uma Administração Pública - seja ela federal, estadual ou municipal - que seja eficiente, econômica, comprometida com o interesse público e, sobretudo, proba. Contudo, essa preocupação não pode ser considerada um fim em si mesmo, sob pena de se cometer inúmeras arbitrariedades e ofensa aos direitos dos gestores públicos. Por isso, é preciso pensar mecanismos que garantam, a um só tempo, a moralidade administrativa, ao mesmo tempo em que as garantias constitucionais sejam respeitadas, para que o Estado Democrático de Direito não se torne apenas uma quimera.

Diante disso, esta pesquisa elegeu como problema central a verificação de possível inconstitucionalidade no procedimento de julgamento das contas municipais pelo Poder Legislativo Municipal, em razão do desrespeito às garantias constitucionais dos Prefeitos, notadamente o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. E, diante disso, pretendeu verificar quais mecanismos poderiam ser utilizados para potencializar o respeito a tais garantias, sem se descurar da moralidade administrativa.

Elegeu-se como hipótese o comprometimento destas garantias constitucionais dos Prefeitos diante da ausência de normas claras e precisas quanto ao procedimento a ser adotado no referido julgamento, o que, na visão inicial da pesquisa, exigiria a adoção de medidas para a solução desse entrave, tais como a necessidade de edição de lei complementar ou mesmo de emenda constitucional, medidas estas que foram analisadas ao longo dos estudos, cujos resultados foram consignados nas suas considerações finais.

Adotou-se como metodologia para testar a hipótese deste estudo a pesquisa bibliográfica, com o fito de reconstruir o dever da prestação de contas e para desenvolver um estudo sobre direitos e garantias fundamentais. Além disso, a título ilustrativo, entendeu-se oportuno fazer um levantamento dos julgamentos ocorridos nos municípios de Belo Horizonte e de Raposos, municípios de grande e pequeno porte, para se fazer uma análise comparativa e se constatar se, de fato, as fragilidades no julgamento das contas dos Prefeitos ocorriam na prática.

Muito embora se pretendesse fazer uma análise do julgamento das contas dos Prefeitos dos municípios selecionados, referente aos exercícios de 2008, 2009 e 2010, em razão da morosidade do envio das prestações de contas ao Tribunal de Contas do Estado para emissão do respectivo parecer prévio, isso não se tornou possível. Assim, realizou-se a análise dos três últimos julgamentos ocorridos em tais municípios, sendo que em Belo Horizonte tais julgamentos referiam-se aos exercícios de 1992, 2000 e 2001 e,

quanto ao município de Raposos referiam-se aos exercícios de 2005, 2006 e 2009.

Para subsidiar as análises aqui empreendidas, a presente pesquisa adotou como referencial teórico a *teoria da máxima* efetividade dos Direitos Fundamentais, por ser uma teoria que embasa uma análise renovada da força normativa dos direitos fundamentais, realça a sua importância na estrutura jurídica de um Estado que se pretende democrático e que fundamenta a preocupação em se criar mecanismos para evitar arbitrariedades, garantindo, lado outro, uma maneira de participação mais igualitária de todos os cidadãos nos litígios que os envolvam.

Por fim, ressalte-se apenas que, diante de uma ciência pós-moderna, que-questiona a si mesma quanto a sua sustentabilidade, sabe-se que os resultados obtidos não são definitivos, mas se mostram como importantes elementos de debates que servirão para contribuir nessa discussão ainda pouco explorada pela doutrina especializada. E foi com esse escopo que o trabalho foi conduzido, esperando, pois, ter alcançado os fins que dele se esperava quando de sua estruturação.

## CONSIDERAÇÕES INICIAS

### Obrigações de prestar contas

O Município se submete a dois tipos de controle, o interno e o externo, o que se justifica quando do exercício da função pública, seja administrativa ou legislativa, já que traduzem a manifestação do interesse público. Para Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2010, p. 730) “É interno o controle que cada um dos Poderes exerce sobre seus próprios atos e agentes. É externo o controle exercido por um dos Poderes sobre o outro [...]”.

Diante do cerne da pesquisa realizada, torna-se foco de atenção o controle externo exercido na esfera municipal do Poder Legislativo sobre o Poder Executivo, motivo pelo qual não serão abordadas outras formas de controle externo, tampouco na forma interna de controle, reservada à própria Administração Municipal, não menos importantes, todavia, dissonantes à discussão aventada.

A obrigação de prestar contas é imposta pela Constituição no parágrafo único do art. 70<sup>5</sup>, o qual se aplica aos Municípios por força dos arts. 75<sup>6</sup> e 29, *caput*<sup>7</sup> da Magna Carta. Além disso, o art. 31 da Constituição da República<sup>8</sup> prevê expressamente que a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios será feita pela Câmara Municipal por meio de um controle externo, visando tal controle verificar a probidade da administração, a guarda legal do dinheiro público e o cumprimento da lei orçamentária (art. 81, Lei 4.320/64). No mesmo sentido, o art. 93<sup>9</sup> do Decreto

Lei 200/67 estabelece essa mesma obrigação.

Outrossim, conforme assevera José Nilo de Castro (2003, p. 13), "O dever de prestar contas é inerente a quem exerce poder. Quem exerce poder não o faz em nome próprio, mas de outrem. Tratando-se de autoridade administrativa, esta exercita poderes em nome da coletividade, que efetivamente os detém como seus".

Sendo assim, a obrigação do Chefe do Executivo municipal de prestar contas ao final de cada exercício durante a vigência do seu mandato, mais do que possuir previsão expressa na Constituição, constitui manifestação concreta do princípio republicano e é elemento indispensável ao Estado Democrático de Direito, sendo fundamental para a construção de uma Administração Pública proba, eficiente e democrática.

## A Competência do Poder Legislativo Municipal

A competência da Câmara Legislativa municipal de exercer a fiscalização sobre as contas do Poder Executivo municipal por meio do controle externo advém da Teoria da Separação dos Poderes.

Os Poderes constituídos exercem funções típicas, aquelas que são peculiares a cada um dos órgãos estatais, e atípicas, aquelas desempenhadas em caráter secundário. Aplicando tal questão na realidade constitucional nacional, tem-se a seguinte estrutura: a) funções típicas: a.1) Poder Legislativo: legislar e fiscalizar auxiliado pelo Tribunal de Contas; a.2) Poder Executivo: administrar, gerir a sociedade; a.3) Poder Judiciário: julgar ou solucionar os conflitos que lhe forem apresentados pela sociedade; b) funções atípicas: a autoadministração de órgão/Poder, além de outras previstas ao longo do texto constitucional<sup>10</sup>.

Diante do exposto, verifica-se que a atribuição disposta no art. 31 da Constituição Federal, qual seja, o julgamento das contas do Chefe do Executivo Municipal com auxílio do Tribunal de Contas do respectivo Estado, ou órgão similar, consiste em exercício de função típica do Poder Legislativo, isto é, a função fiscalizadora.

A previsão legal que atribui ao Poder Legislativo o controle externo encontra-se, além do supramencionado art. 31, *caput*, no art. 71, *caput*, da Constituição da República de 1988 e no art. 81 da Lei 4.320/64, prevendo esta última que o Poder Legislativo exercerá o controle externo da execução orçamentária, tendo por objetivo verificar a probidade da Administração, a guarda e correto emprego dos recursos públicos e observância da Lei orçamentária.

Portanto, o julgamento das contas dos Prefeitos pelas Câmaras Municipais é um dever constitucional; a questão, contudo, é saber como ele deve ser feito.

## Natureza Jurídica

Elóia Rosa da Silva (2007), afirma que o procedimento das contas municipais pelo Poder Legislativo municipal trata-se apenas de julgamento político. Isso porque, segundo afirma, a Casa de Leis julga a prestação de contas de governo, enquanto o Tribunal de Contas julga a prestação de contas dos administradores de recursos públicos. Assim, o art. 49, IX da Constituição da República atribui ao Congresso Nacional a competência para julgar as contas anuais prestadas pelo Chefe do Executivo na esfera da União, devendo o Tribunal de Contas da União (TCU), conforme o art. 71, I, da Constituição da República, auxiliar neste julgamento por meio da elaboração de parecer prévio.

Dentre as atribuições exclusivas do TCU, prevista nos incisos II a XI do art. 71 da Magna Carta, está a de julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluída as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário (art. 71, II, CR/88), "podendo resultar desse julgamento a imputação de débito ao responsável por danos causados ao erário e a aplicação de sanções por ilegalidade de despesas, irregularidade de contas, e multa proporcional ao dano ao erário". (SILVA, 2007, p. 101)

Desta forma, aplicando tais artigos à esfera municipal, por força do art. 75 da Constituição da República e do princípio da simetria, conclui-se que são realizados dois julgamentos: um, pela Câmara Municipal, nos termos do art. 31 da Constituição da República, e outro, realizado pelo Tribunal de Contas dos Estados, em simetria ao art. 71, II, da Lei Suprema. O primeiro consiste no julgamento da prestação de contas de governo e o segundo no julgamento da prestação de contas dos administradores de recursos públicos.

Os objetivos visados por um e por outro julgamento são diversos entre si. O realizado pela Edilidade visa "informar a sociedade sobre o comportamento do administrador na condução da coisa pública" (SILVA, 2007, p. 104), e tem por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos recursos públicos e o cumprimento da Lei orçamentária (art. 81, Lei 4.320/64). Por sua vez, o realizado pelo Tribunal de Contas visa analisar as contas dos ordenadores de despesas, fazendo um juízo de legalidade das contas, sendo possível a aplicação de sanções e imputação de débito àqueles.

Na prestação de contas de governo, há uma análise global das contas, analisando-se os balanços anuais do Poder Executivo e do Poder Legislativo, seus órgãos e

entidades que compõem a Administração direta e indireta, sem, contudo, adentrar aos atos específicos de ordenação de despesa e captação de receita, sendo assim, o “julgamento recairá sobre resultados e não sobre a regularidade dos atos decorrentes da função administrativa que levaram aos resultados”. (SILVA, 2007, p. 106)<sup>11</sup> Assim, a prestação de contas de governo:

[...] tem como finalidade informar ao povo se o Prefeito Municipal executou o orçamento do Município nos termos em que fora aprovado, bem como se a sua execução foi feita em consonância com o PPA [Plano Plurianual de Investimentos], LOA [Lei Orçamentária Anual] e LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias], devendo esclarecer, ainda, se os programas e projetos de interesse da coletividade foram executados na forma estabelecida nos instrumentos de planejamento, cumprindo-se, assim, o controle parlamentar que visa, primordialmente, preservar os interesses maiores do Estado enquanto sociedade politicamente organizada. (SILVA, 2007, p. 119)

Sobre o tema, tem-se como exemplo de precedente no Superior Tribunal de Justiça o RMS 11060 GO 1999/0069194-6, no qual a Corte Superior reconhece o caráter meramente político do julgamento feito pelo *Parlamento* auxiliado pelo parecer prévio do Tribunal de Contas, já que centralizado nos atos de governo, ou seja, voltado para a análise do cumprimento do orçamento pelo governante, de maneira que neste ponto verifica-se em que condições o mesmo exerceu sua função política. Noutro giro, o julgamento das contas realizado isoladamente pelo Tribunal de Contas (Art. 70, parágrafo único, CR/88), é entendido pela Corte Superior como julgamento técnico, já que visa apurar a prestação de contas *de todos aqueles que lidam com recursos públicos, captam receitas, ordenam despesas*, logo, não se restringe a função política do governante, mas sim a função administrativa, tendo por objeto a análise do *encargo de captar receitas e ordenar despesas*<sup>12</sup>.

Pelas razões expostas, Elóia Rosa da Silva (2007) considera o julgamento das contas dos Prefeitos um julgamento político.

Contudo, para Rodrigo Valgas dos Santos (2006), além da natureza política do julgamento da prestação de contas do Prefeito, este possui também a natureza administrativa, uma vez que o que está em julgamento não são apenas as contas prestadas, mas também a pessoa do Prefeito, pois em caso de rejeição daquelas, este está sujeito a penalidade (inelegibilidade). No mesmo sentido é a visão de José Nilo de Castro (2010), referência em termos de Direito Municipal, para quem o referido julgamento das contas guarda natureza jurídica político-administrativa.

Adotou-se, na presente pesquisa, a natureza jurídica de julgamento *político-administrativo* - o desempenhado pelo Poder Legislativo Municipal com auxílio do Tribunal de Contas, uma vez que revela como se deu o desempenho da função política do governante, neste caso, do Prefeito, mas que terá como resultado sanção administrativa (inelegibilidade) se o desfecho do julgamento resultar em rejeição das contas pelo Parlamento.

## PROCEDIMENTO

A Câmara Municipal, com auxílio do Tribunal de Contas do respectivo Estado (TCE) ou do Município ou do Conselho ou Tribunal de Contas do Município, onde houver, tem por condão verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos recursos públicos e fiscalizar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101/2000<sup>13-14</sup>.

O Tribunal de Contas do respectivo Estado ou do Município ou os Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver, deverão auxiliar no controle externo elaborando parecer técnico a respeito das contas prestadas.

Neste ponto, cumpre ressaltar que o §4º do artigo 31 da Constituição da República<sup>15</sup> vedou a criação, pelos Municípios, de Tribunais de Contas, só permanecendo aqueles que existiam antes de 1988. Contudo, os Estados-membros podem criar um órgão estadual denominado Conselho ou Tribunal de Contas dos Municípios, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal consubstanciado na ADI 687/PA, na qual a Corte Suprema reconhece a permissão constitucional da criação dos referidos órgãos pelos Estados. E, em que pese tais órgãos desempenhem a função de auxiliar o Poder Legislativo municipal, mantêm a natureza estadual<sup>16</sup>.

Frise-se que o auxílio prestado pelo Tribunal de Contas do Estado ou do Município é obrigatório, a teor do §1º do artigo 31 da Constituição da República<sup>17</sup>. Assim, para que a Câmara Municipal realize o julgamento das contas do Prefeito, com auxílio do TCE, ao final de cada ano, o Prefeito em exercício deve enviar, no prazo previsto nas Leis Orgânicas dos Municípios (art. 82, *caput*, da Lei 4.320/64)<sup>18</sup>, a prestação de contas do último exercício para a Câmara Municipal e para o TCE, ou órgão equivalente<sup>19</sup>.

Juntamente com a prestação de contas, deve-se encaminhar à Câmara Municipal o *relatório da administração*, para esclarecimento do que foi realizado no exercício passado e do que será feito no futuro, não fazendo tal relatório parte do julgamento, sendo distinto da prestação de contas, “mas deve acompanhá-la como elemento informativo e esclarecedor da legitimidade da arrecadação e dos gastos do Executivo”. (MEIRELLES, 2008, p. 771)

No que tange ao TCE, este deve, dentro do prazo assinalado na Constituição do Estado ou no seu Regimento Interno, examinar as contas e emitir o parecer prévio pela aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição. Para José Nilo de Castro esta é a “fase instrutória do processo de prestação de contas” (2010, p. 477).

José Nilo de Castro defende que este parecer do TCE pode ser atacado por ação judicial, em conformidade com o art. 5º, XXXV, da Constituição da República, se o interessado se considerar lesado, uma vez que se trata de decisão (e não julgamento) de natureza administrativa, estando ausente, portanto, “o caráter da definitividade ou imutabilidade dos efeitos inerentes aos atos jurisdicionais”. (CASTRO, 2010, p. 482)

Se as contas não são prestadas no prazo ou forma legais, haverá tomada de contas, que poderá ser feita pela Câmara Municipal ou pelo Tribunal de Contas (CASTRO, 2010). Por outro lado, Hely Lopes Meirelles (2008) entende que se as contas forem apresentadas deficientemente só caberá à Edilidade rejeitá-las, não podendo pedir outra prestação.

Em contrapartida ao dever do Prefeito de prestar as contas no prazo e forma legais, este possui o direito de ter a emissão do parecer prévio do Tribunal de Contas no prazo estabelecido em lei. (CASTRO, 2010)

Ao examinar as contas do Prefeito, o TCE deve analisá-las de forma global, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e de renúncia de receita. (art. 70, *caput* c./c. art. 75 da CR/88)

Antes de analisar o mérito, o TCE deve intimar o Prefeito para prestar esclarecimentos, se o desejar, sendo que somente ao final do prazo para tal é que aquele irá analisar o mérito e proferir o seu parecer prévio (BOTELHO, 2008), devendo concluir pela aprovação das contas quando “ficar demonstrada, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a compatibilidade dos planos e programas de trabalho com os resultados da execução orçamentária, a correta realocação dos créditos orçamentários e o cumprimento das normas constitucionais e legais” (art. 45, I, do Regimento Interno do TCEMG); aprovação com ressalvas “quando ficar caracterizada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário” (art. 45, II, do Regimento Interno do TCEMG); ou rejeição das contas, “quando caracterizados atos de gestão em desconformidade com as normas constitucionais e legais”. (art. 45, III, do Regimento Interno do TCEMG)

Se as contas forem julgadas regulares com ressalvas, “o Tribunal determinará a adoção de medidas necessárias à correção das improbidades ou faltas identificadas, de modo a prevenir a reincidência”. (SANTOS, 2006, p. 148) Já se forem rejeitadas, o Tribunal de Contas irá imputar ao prestador de contas débito “pela realização de despesas ir-

regulares, em desacordo com a lei, e constitutivas de dano ao erário”. (CASTRO, 2010, p. 490) Desta forma, deve o Prefeito recolher a importância atualizada monetariamente e acrescido de juros de mora. Sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em lei (SANTOS, 2006), as quais não serão aplicadas pelo Tribunal de Contas, pois este não tem poderes para tal. Ademais, poderão ser aplicadas sanções civis e penais pelo Poder Judiciário ao gestor, ainda que a Câmara de Vereadores tenha aprovado as contas, pois esta só isenta o prestador de contas da responsabilidade político-administrativa. (CASTRO, 2010)

O TCE deverá encaminhar o parecer prévio à Câmara Municipal, a qual não está vinculada àquele parecer, uma vez que esse faz uma análise técnica das contas prestadas, e o julgamento realizado pela Câmara é político-administrativo<sup>20</sup>. Contudo, o parecer prévio do Tribunal de Contas “é condição *sine qua non* para que a Câmara Municipal exerça, na plenitude, o controle externo” e “remanesce imodificável, no nível de assessoramento independente da Câmara, quer dizer, não há como substituí-lo por outro, como contestá-lo no âmbito do Tribunal de Contas, depois de emitido”. (CASTRO, 2010, p. 477-478)

Conforme Rodrigo Valgas dos Santos (2006), quando o parecer prévio do TCE chega à Câmara Municipal, inicia-se o procedimento administrativo de julgamento das contas prestadas pelo Prefeito, o qual se divide em três fases: a introdutória, a preparatória e a decisória. Referido autor adota esta divisão de fases em consonância com a divisão do procedimento administrativo feita por Odete Medauar em sua obra “A processualidade no direito administrativo” (*apud* SANTOS, 2006, p. 188), a qual fora igualmente adotada nesta pesquisa, a fim de tornar didática a compreensão do procedimento.

## FASE INTRODUTÓRIA OU INICIAL

A fase introdutória inicia-se com a chegada do parecer prévio do Tribunal de Contas, devendo “o Presidente da Câmara transformá-lo em ‘Processo Administrativo de Prestação de Contas’”. (BOTELHO, 2008) Nesse ponto, Rodrigo Valgas dos Santos (2006, p. 189) esclarece que “enquanto inexistente parecer prévio na edilidade, não pode a Câmara deflagrar qualquer ato de julgamento das contas anuais, sob pena de nulidade, eis que restaria frustrado o procedimento composto de apreciação-julgamento previsto na Lei Maior”.

Com a chegada do parecer prévio do Tribunal de Contas, este deve ser lido na sessão plenária, em prazo a ser estabelecido na Lei Orgânica do Município, e, a partir dessa leitura, inicia-se a contagem do prazo para julgamento das

contas do Prefeito. (SANTOS, 2006)

O parecer prévio deve ser encaminhado para a Comissão de Controle e Fiscalização, a qual é denominada por José Nilo (2003) de Comissão de Tomada de Contas, que consiste em uma Comissão permanente, isto é, instituída no próprio regimento interno da Câmara, como órgão interno e especializado “da própria corporação, para examinar e emitir parecer prévio a respeito das proposições que devam ser objeto de discussão e votação do plenário”. (MELRELLES, 2008, p. 477) A função desta Comissão é instruir e elaborar o relatório (parecer) no qual deve propor voto para o Plenário. (SANTOS, 2006) Referida comissão deve ser criada antes de iniciado o procedimento administrativo para se assegurar o princípio do juiz natural, que, para Rodrigo Valgas dos Santos, desdobra-se:

(i) no plano da fonte, na necessidade de lei municipal que fixe as competências da Comissão de Controle e Fiscalização para elaborar a proposta de voto do Plenário da edilidade; (ii) no plano da referência temporal, que a dita Comissão e os edis dela integrantes sejam previamente conhecidos, antes da apreciação das contas anuais; (iii) no plano da imparcialidade, ligado ao requisito subjetivo dos vereadores que compõem a Comissão, que deve agir imparcialmente, inclusive prevenindo o regime de impedimento e suspeições; (iv) no plano da abrangência funcional, compreende todos os servidores da Câmara que participarão do processo de julgamento das contas, especialmente os servidores designados para auxiliar a instrução do procedimento; (v) no plano da ordem taxativa de competência, em lei prevenindo critérios de substituição dos edis que compõem a Comissão de Fiscalização e Controle em caso de impossibilidades, impedimentos ou suspeições. (2006, p. 190-191)

Para preservar a imparcialidade da Comissão de Controle e Fiscalização da Câmara, ela deve ser composta por vereadores de todos os partidos com representatividade na Câmara Municipal, sendo que a “imparcialidade no julgamento das contas anuais é essencial para que as demais garantias sejam efetivamente aplicadas, pois de nada adiantará aplicar o contraditório e a ampla defesa se a Comissão for parcial, pois o resultado de sua atuação sempre será questionável”. (SANTOS, 2006, p. 191) Se a imparcialidade não for respeitada, o prestador de contas poderá questionar judicialmente esta falta.

## FASE PREPARATÓRIA

Consiste, esta fase, na instrução do procedimento. Contudo, há que se ressaltar que, conforme assevera Rodrigo Valgas dos Santos:

Tal fase não está limitada a mera reiteração das razões já trazidas no corpo do parecer prévio exarado pelo Tribunal de Contas. Trata-se de novo momento procedimental, quando há plena liberdade de instrução dos autos do procedimento administrativo e quando podem os responsáveis pelas contas anuais intervir ativamente na coleta de prova. (2006, p. 193)

Sendo assim, o julgamento deve ser das contas prestadas pelo Prefeito e não do parecer prévio do TCE, uma vez que este é opinião técnica e, reitere-se, o julgamento proferido pela Câmara é político-administrativo, devendo analisar as contas de forma global, apenas apoiando-se no parecer do TCE.

Nesta fase deve haver verdadeira instrução “visando obter um parecer final da Comissão de Controle e Fiscalização tecnicamente adequado e que possa orientar o julgamento das contas pelo Plenário da Câmara Municipal” (SANTOS, 2006, p. 194) e, por tal razão, nesta fase deve ser assegurado o contraditório e a ampla defesa ao Prefeito.

Para instruir os autos, a Comissão de Controle e Fiscalização “convocará a assessoria contábil do Legislativo para a auxiliar nos trabalhos, elaborando quesitos ou emitindo seu parecer sobre a matéria, ou poderá contratar peritos-contadores, conforme previsto no §2º do art. 82 da Lei Federal 4.320/64” (BOTELHO, 2008, p. 149). Por tal razão, deve o Prefeito ser notificado pela comissão com cópia do parecer prévio e dos quesitos elaborados pela assessoria contábil da Câmara (BOTELHO, 2008), consistindo tais atos em expressão do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

## APLICABILIDADE DAS GARANTIAS INDIVIDUAIS AO PROCESSO DE JULGAMENTO DAS CONTAS DOS PREFEITOS

José Nilo de Castro (2003, p. 9) assevera que o processo de julgamento das contas dos Prefeitos é “processo administrativo de índole constitucional”, o que significa que as garantias individuais previstas na Constituição da República se aplicam a este processo. Ainda que o Prefeito seja ímprobo, “nenhuma defesa do erário e da *res publica* pode tolher senão inibir exercício de garantia individual do cidadão”, pois “é a sociedade mesma que se defende, por maior que seja a irregularidade praticada, quando se defende o cidadão”. (CASTRO, 2003, p. 9) Em suma, há que se assegurar as garantias do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa ao prestador de contas (Art. 5º, LIV e LV, CR/88):

Está bem assente em nosso ordenamento jurídico: ao argumento de se resguardar o interesse público e a probidade administrativa não se pode nunca lesar garantia constitucional do cidadão. É que uma e outra - probidade e amplitude de defesa - são garantias agasalhadas na Constituição. (CASTRO, 2003, p. 35)

O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº. 261.885-3, manifestou-se no mesmo sentido do exposto acima.

Outrossim, há que se considerar que os direitos fundamentais são universais, ou seja, eles englobam todos os indivíduos, independentemente de suas características pessoais, "todas as pessoas são titulares de direitos fundamentais (...) a qualidade de ser humano constitui condição suficiente para a titularidade de tantos desses direitos". (MENDES; COELHO; BRANCO, 2010, p. 316) Além disso, as garantias do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, como qualquer outro direito fundamental, são irrenunciáveis e inalienáveis.

O devido processo legal possui previsão expressa na Constituição da República, no artigo 5º, LIV, que assevera que ninguém será privado de sua liberdade e propriedade sem o devido processo legal. Sendo assim, tratando o julgamento da prestação de contas do Prefeito de processo político-administrativo e que possui como consequência a restrição de um direito (direito a se candidatar - inelegibilidade), há que se observar o devido processo legal.

Sendo assim, o devido processo legal possui notável relevância por impedir "que as liberdades públicas fiquem ao arbítrio das autoridades executivas, legislativas e judiciais" (BULOS, 2010, p. 661), o que significa que as garantias constitucionais não podem ser deixadas de lado ao alvitre dos poderes públicos, pois estes devem observância aos procedimentos previstos em lei, os quais devem ser respeitados nos processos, sejam judiciais ou administrativos.

Além disso, o devido processo legal possui duas esferas, uma, material, e outra, formal, sendo que a material, segundo Bulos (2010, p. 662), "manifesta-se em todos os ramos do Direito, constituindo farto manancial de inspiração para interpretar as liberdades fundamentais", ou seja, todos os ramos do direito devem observância a este "sobreprincípio", de forma que ele deve orientar a interpretação dos direitos fundamentais.

Desta forma, o processo administrativo, que consiste em uma sucessão de atos administrativos conectados entre si, em busca de um resultado final, que é a produção do ato administrativo, mas, mantendo cada ato sucessivo do processo a sua autonomia, cumprindo a sua função específica (MELLO, 2010), não se desvencilha da observância do devido processo legal, uma vez que para se alcançar o ato administrativo final há um procedimento previamente previsto em lei que deve ser seguido, uma vez que o ato não surge do nada.

Tal como na esfera judicial, para produzir-se o ato próprio de cada função não se requer apenas consonância substancial dele com a norma que lhe serve de calço, mas também com os meios de produzi-la. Com efeito, no Estado de Direito os cidadãos têm a garantia não só de que o Poder Público estará, de antemão, cifrado unicamente à busca dos fins estabelecidos em lei, mas também de que tais fins só poderão ser perseguidos pelos modos adrede estabelecidos para tanto. (MELLO, 2010, p. 490)

Sendo assim, o devido processo administrativo é expressão do devido processo legal, do *due proces of law*.

Como corolário do devido processo legal, há o contraditório e a ampla defesa<sup>21</sup>, sendo, por esta razão, denominado de "sobreprincípio" por Uadi Lammêgo Bulos (2010, p. 660), uma vez que ele é o "fundamento sobre o qual todos os demais direitos fundamentais repousam".

É pacífico na doutrina que o princípio do contraditório é composto por dois elementos: o primeiro consiste na necessidade de informar às partes dos atos processuais e o segundo na possibilidade das partes contradizerem referidos atos, se lhe forem desfavoráveis, de forma a respeitar a igualdade das partes (paridade processual), ou seja, o contraditório desdobra-se em dois momentos, a informação e a possibilidade de reação. (GRINOVER, *apud* CASTRO, 2003) Ada Pellegrini Grinover, explica claramente estes dois momentos do contraditório:

(...) não há como negar que o conhecimento, ínsito no contraditório, é pressuposto para o exercício da defesa. Mas, de outro ponto de vista, é igualmente válido afirmar que a defesa é que garante o contraditório, conquanto nele se manifeste (...) Defesa, pois, que garante o contraditório, e que por ele se manifesta e é garantida: porque a defesa, que o garante, se faz possível graças a um de seus momentos constitutivos - a informação - e vive e se exprime por intermédio de seu segundo momento - a reação. Eis a íntima relação e interação da defesa e do contraditório. (GRINOVER, 1990, *apud* CASTRO, 2003, p. 38-39)

Contudo, a doutrina moderna aponta um terceiro elemento que seria o poder de influência. Daniel Assumpção esclarece que:

Percebeu-se, muito por influência de estudos alemães sobre o tema que o conceito tradicional de contraditório fundando no binômio 'reação + possibilidade de reação' garantia tão somente no aspecto formal a observação desse princípio. Para que seja substancialmente respeitado, não basta informar e permitir a reação, mas exigir que essa reação no caso concreto tenha real poder de influenciar o juiz na formação de seu convencimento. A reação deve ser apta a efetivamente influenciar o juiz

na prolação de sua decisão, porque em caso contrário o contraditório seria mais um princípio para 'inglês ver', sem grande significação prática. O 'poder de influência' passa a ser, portanto, o terceiro elemento do contraditório, tão essencial quanto os elementos da informação e da reação. (NEVES, 2010, p. 62)

Decorrente do contraditório há a ampla defesa, que permite à parte, após o conhecimento do processo ou do ato praticado neste, seja ele judicial ou administrativo, levar ao processo, por meio da reação, "os argumentos necessários para esclarecer a verdade, ou, se for o caso, facultá-lhes calar-se, não produzindo provas contra si mesmos". (BULOS, 2010, p. 671)

Inserido na ampla defesa está o direito a defesa técnica, que consiste na defesa realizada pelo advogado devidamente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), possuindo como objetivo final atingir uma solução justa. (BULOS, 2010)

Esclareça-se que o STF entende que o vocábulo litigante previsto no inciso LV, do artigo 5º da Constituição da República deve ser interpretado em sentido *lato*, de forma a compreender interesses contrapostos, não possuindo o sentido de partes, que pressuporia uma demanda, uma lide, um conflito de interesses constante de processo judicial, pois os princípios do contraditório e da ampla defesa também se aplicam aos processos administrativos<sup>22</sup>.

A doutrina administrativista também defende que devem ser asseguradas as garantias fundamentais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa nos procedimentos administrativos.

Desta forma, Celso Antônio Bandeira de Mello (2010) aponta seis princípios como decorrentes das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, esculpidas no artigo 5º, LV, da Constituição de 1988, quando os procedimentos forem restritivos de direitos. São eles: princípio da audiência do interessado, princípio da acessibilidade aos elementos do expediente, princípio da ampla instrução probatória, princípio da motivação, princípio da revisibilidade e princípio do direito a ser representado e assistido.

O primeiro, princípio da audiência do interessado, implica contraditório, ou seja, garante ao administrado o direito de se manifestar no desenrolar do processo. O princípio da acessibilidade aos elementos do expediente "significa que à parte deve ser facultado o exame de toda a documentação constante dos autos". Já o princípio da ampla instrução significa o direito de oferecer, produzir e fiscalizar a produção das provas. Por sua vez, o princípio da motivação expressa a "obrigatoriedade de que sejam explicitados tanto o fundamento normativo quanto o fundamento fático da decisão, enunciando-se, sempre que necessário, as razões técnicas, lógicas e jurídicas que servem de calço ao ato

conclusivo". Como decorrência do princípio anterior, há o princípio da revisibilidade, segundo o qual o administrador pode recorrer da decisão que lhe foi desfavorável, atacando os motivos da decisão. Por fim, o princípio do direito a ser representado e assistido consiste em "se a decisão administrativa depender de apurações técnicas, o administrado terá o direito de que perito de sua confiança assista à análise, ao exame, à averiguação técnica, efetuados pela Administração". (MELLO, 2010, p. 502-506)

Já Hely Lopes Meirelles (2009, p. 696) sintetiza todos estes princípios no termo "garantia de defesa" que, segundo referido doutrinador, deve ser entendido como "a observância do rito adequado (...) a cientificação do processo ao interessado, a oportunidade para contestar a acusação, produzir prova de seu direito, acompanhar os atos da instrução e utilizar-se dos recursos cabíveis". (MEIRELLES, 2009, p. 696) Assevera, ainda, Hely (2009), que se tais garantias não forem observadas o processo administrativo será nulo.

Para José dos Santos Carvalho Filho (2009), os princípios da ampla defesa e do contraditório só recaem sobre os processos administrativos litigiosos, isto é, naqueles processos em "que haja litúgio, ou seja, interesses conflituosos suscetíveis de apreciação e decisão". (CARVALHO FILHO, 2009, p. 931) Afirma que é uma faculdade outorgada ao acusado a representação, exigindo-se apenas a presença do defensor dativo no caso em que o acusado esteja em lugar incerto e não sabido, ou quando há revelia. (CARVALHO FILHO, 2009)

Após toda esta explanação sobre o dever de se observar o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, estas garantias de fato restarão garantidas com "a informação prévia e geral dos atos sujeitos a julgamento, a ouvida do prestador (...) e a motivação, e, de outro lado, e em consequência, a oportunidade de reagir àquelas informações, com direito de presença em audiência". (CASTRO, 2003, p. 37. Além disso, deve ser assegurado ao Prefeito o direito de ampla produção de provas, que não consistirá na mera entrega dos documentos da prestação para análise do Tribunal de Contas.

O segundo argumento consiste no fato de que as consequências advindas do julgamento pela rejeição das contas do Prefeito são de extrema gravidade, pois lhe restringe um direito, por isso se trata de um julgamento em si, devendo, por essa razão, ser lhe garantido um processo em que possa se manifestar para se defender. Como há risco de o prestador ter um direito seu limitado, há que se garantir o *due process of law*.

Sendo assim, deve ser o Prefeito notificado pela Comissão de Controle e Fiscalização com cópia do processo ou lhe ser assegurada vista deste para apresentar sua defesa, que poderá ser elaborada por defensor habilitado, em observância ao direito à defesa técnica (BOTELHO, 2008), o

qual se encontra inserido no direito à ampla defesa.

José Nilo de Castro, igualmente, assevera que o prestador tem direito a uma defesa técnica:

Na verdade, o contraditório e a ampla defesa constituem vigas-mestras de todos os processos judiciais, administrativos e políticos-administrativos. É que a Constituição não se preocupou com o direito formal à defesa, mas com um real e efetivo direito a ela. Daí o alcance e a indisponibilidade da defesa técnica, entregue a advogado, de que cogita até expressamente o art. 7º, XI, XII, XIII e XV, da Lei 8.906, de 04.07.1994 (Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil). (CASTRO, 2003, p. 41)

Para integralizar a garantia da ampla defesa, ao se notificar o Prefeito ou seu procurador, deve-se informar a estes a data da audiência para oferecimento de depoimento pessoal e oitiva das testemunhas arroladas pelo Prefeito em sua defesa, além de lhe ser assegurado apresentar todos os meios de provas admitidas em direito. (BOTELHO, 2008)

Hely Lopes Meirelles sustenta que nesta fase não seria possível haver qualquer diligência externa, uma vez que já haveria ocorrido a instrução do processo, estando esta encerrada, uma vez que se realizou no Tribunal de Contas. (MEIRELLES, 2008) Ressalte-se, todavia, que além do contraditório e da ampla defesa serem assegurados no Tribunal de Contas quando este realiza a instrução para elaboração do seu parecer, as referidas garantias fundamentais devem igualmente ser observadas na Câmara Municipal, pois esta pode derrubar o parecer emitido pelo TCE. (SANTOS, 2006)

Após a audiência, deve-se ainda abrir prazo para que o prestador de contas apresente as suas alegações finais, só então a Comissão de Controle e Fiscalização poderá elaborar seu relatório que concluirá pela aprovação ou rejeição das contas, mas esta “não pode impor suas conclusões sem levar em conta a defesa dos responsáveis” (SANTOS, 2006, p. 199) em consonância com o terceiro aspecto do contraditório mencionado.

Outrossim, o julgamento deve ser motivado, “não só por simetria (e aplicação analógica) ao que se dispõe para o ato judicial (CF, art. 93, IX), mas sobretudo e diretamente em razão da garantia da ampla defesa (...), somente realizável, na sua inteireza, se declarada e conhecida a motivação do agir administrativo”. (CASTRO, 2003, p. 33-34) Desta forma, a Câmara de Vereadores deve pronunciar julgamento fundamentado, esclarecendo os motivos que levaram a rejeição ou não das contas, não sendo suficiente para se satisfazer esse requisito a mera indicação de dispositivos legais. Referida motivação poderá propiciar, inclusive, a possibilidade de o Prefeito postular a nulidade do julgamento em conformidade com os arts. 5º, XXXV, LV,

da CR/88, e 1º, I, g, da Lei Complementar 64/90.

Ressalte-se, por fim, que:

[...] seja em leis orgânicas municipais, regimentos internos das câmaras ou leis especiais municipais, é fundamental que seja densificado e regulado todo o procedimento para julgamento das contas na edilidade, visando ao atendimento do *due process of law*. Tal garantia se impõe, seja (i) na ausência de normas reguladoras; (ii) em caso de regulação parcial; ou ainda (iii) na regulação insuficiente [...]. (SANTOS, 2006, p. 194)

Contudo, como o próprio autor acima citado assevera, tais normas não se preocupam em estabelecer com minúcias como se dará a defesa do prestador de contas diante do Legislativo municipal, e preleciona que:

Além de malferir, num nível mais imediato, os direitos das partes envolvidas no procedimento de julgamento das contas anuais, tal fato prejudica ainda o bom exercício da função fiscalizadora da Câmara Municipal, pois o fato de poderem o prefeito ou o presidente da Câmara anular no Poder Judiciário o julgamento das contas, por irregularidades ocorridas no interior do parlamento, acaba frustrando os objetivos do Legislativo em impor a rejeição quando esta se faz necessária. Noutras palavras, a precipitação dos edis em levar o julgamento das contas anuais sem a observância das garantias constitucionais acaba invalidando todo o esforço para julgá-las. (SANTOS, 2006, p. 186-187)

Por tal razão é que se faz imperiosa uma Emenda Constitucional que estabeleça o dever de os Municípios legislarem sobre o procedimento a ser seguido pelo Poder Legislativo municipal, no qual deve haver expressamente a observância do contraditório e da ampla defesa, apesar de tais garantias constarem expressamente da Constituição da República em seu art. 5º, LIV e LV, são desconsideradas pelo Legislativo, prejudicando os seus exercícios e, por consequência, a consolidação do Estado Democrático de Direito que tem como fundamento a dignidade da pessoa humana.

## FASE DECISÓRIA

A última fase do procedimento de julgamento das contas do Prefeito pela Câmara Municipal consiste no efetivo julgamento das contas pelo plenário, o qual deverá votar optando pela aprovação ou rejeição, tendo como base o relatório final da Comissão de Controle e Fiscalização, que será lido pela Relatoria desta. (SANTOS, 2006)

Rodrigo Valgas dos Santos (2006, p. 203) assevera que “devem os responsáveis ser notificados com certa antecedência da data do julgamento, pois poderão se fazer presentes tanto pessoalmente como através de seus advo-

gados”, tal se dá porque ao prestador de contas deve ser assegurado o direito de se defender em sustentação oral sobre as restrições que lhe são impostas e sobre cada irregularidade apontada no parecer.

O prazo para julgamento deve estar estabelecido na Lei Orgânica do Município, sendo que para José Nilo de Castro é inconstitucional disposição de Lei Orgânica cujo conteúdo verse que se as contas não forem julgadas no prazo estabelecido, estas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, consoante o parecer prévio, sendo inadmissível aprovação ou rejeição das contas ficta (tácita). (CASTRO, 2010)<sup>23</sup>

O parecer prévio do TCE poderá ser modificado se mais de dois terços dos vereadores votarem contra este, conforme o art. 31, §2º da Lei Suprema, pois “o Parlamento pode acolher ou desprezar a opinião do Tribunal de Contas, porque fala em nome dos contribuintes e do povo, que são os donos do negócio” (CASTRO, 2010, p. 478), sendo que a deliberação da Câmara Municipal deve ser materializada em decreto legislativo.

## CONSEQUÊNCIAS

### DO JULGAMENTO

#### DAS CONTAS DO PREFEITO

Se o julgamento for pela aprovação das contas, “o Prefeito está liberado da responsabilidade administrativa ou político-administrativa referentemente às mesmas contas, ficando, porém, responsável pelos ilícitos penais ou civis praticados naquele exercício financeiro”. (CASTRO, 2010, p. 478)

Entretanto, sendo as contas rejeitadas, a Câmara poderá promover a responsabilização do Prefeito, o qual poderá ter o seu mandato cassado, nos termos do art. 4º do Decreto-lei nº. 201/1967<sup>24</sup>, pelas infrações político-administrativas, sendo que em caso de ilícito penal e civil sua responsabilização se dará mediante provocação do Ministério Público Estadual pelo TCE ou órgão equivalente. (CASTRO, 2010 e MEIRELLES, 2008)

Referida rejeição poderá acarretar, ainda, a inelegibilidade do Prefeito, a qual está prevista no art. 1º, I, g, da Lei Complementar 64/90<sup>25</sup>, e perdurará pelos oito anos seguintes, contados da data da decisão.

A inelegibilidade poderá ser suspensa, caso haja proposição de ação desconstitutiva do julgamento das contas, conforme Súmula 1 do TSE<sup>26</sup>, desde que haja provimento liminar, que a ação tenha sido proposta antes de qualquer impugnação do registro da candidatura do prestador de contas que as teve rejeitadas “e que ataque todos os fundamentos, de conteúdo e conformação formal e/ou material, que embasaram a rejeição”. (CASTRO, 2003, p. 43)

## ANÁLISE DO JULGAMENTO DAS CONTAS DE DOIS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS

### Da Constituição de Minas Gerais

A Constituição Estadual de Minas Gerais inicia suas disposições acerca da fiscalização do Poder Executivo pelo Poder Legislativo destacando: “A sociedade tem direito a governo honesto, obediente à lei e eficaz” (art. 73), evidenciando o que já se demonstrara ao longo do presente texto, ou seja, a importância de se fiscalizar a gestão pública, tendo em vista que se trata de concretização do interesse público, princípio este que rege a Administração Pública.

Por conseguinte, e neste ponto já adentrando na fiscalização do Município, por meio do controle externo, o referido texto constitucional, em observância às disposições da Constituição Federal, estabelece linhas gerais a serem adotadas pela Câmara Municipal quando do julgamento das contas apresentadas pelo Prefeito. Veja:

Art. 180 – A Câmara Municipal julgará as contas do Prefeito, mediante parecer prévio do Tribunal de Contas, que terá trezentos e sessenta dias de prazo, contados de seu recebimento, para emití-lo, na forma da lei. § 1º – Como procedimento fiscalizador e orientador, o Tribunal de Contas realizará habitualmente inspeções locais nas Prefeituras, Câmaras Municipais e demais órgãos e entidades da administração direta e da indireta dos Municípios.

Diferentemente da Constituição Federal, a Estadual traz em seu bojo apenas o prazo para apreciação das contas municipais por parte do Tribunal de Contas, qual seja, 360 (trezentos e sessenta) dias, deixando a cargo das leis orgânicas dos Municípios e aos regimentos internos das Câmaras Municipais a previsão de demais prazos e especificidades do procedimento, motivo pelo qual se passa a examiná-las.

## LEI ORGÂNICA E REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte (LOMBH)

Ao longo do texto da LOMBH, há escassos dispositivos destinados a regulamentar o julgamento das contas muni-

cipais, trazendo apenas os artigos analisados adiante.

Ao tratar do controle externo, a LOMBH traz em seu art. 95, *caput* e § 1º a previsão da competência da Câmara Municipal para o controle “contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município”, destacando, ainda, a função auxiliar do Tribunal de Contas do Estado (TCE) na referida fiscalização.

Neste ponto, fica a cargo do art. 97 a previsão de julgamento pela Câmara após recebimento do parecer prévio advindo do TCE, que “somente deixará de prevalecer mediante decisão de dois terços dos membros da Câmara”, reproduzindo dispositivo constitucional já analisado anteriormente<sup>27</sup>.

## Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte

As especificidades e prazos atinentes à apreciação das contas municipais pela Câmara encontram previsão consistente no Regimento Interno da referida Casa.

Na Subseção VI, destinada à prestação de contas, tem-se o seguinte rito: a) recebida a prestação de contas municipal, bem como os documentos que a instruírem, após ser colocada a disposição dos Vereadores para ciência, estes, terão a faculdade de requerer esclarecimentos do Prefeito pelo prazo de dez dias; b) o processo ficará suspenso até que a Câmara receba o parecer prévio advindo do TCE, ainda que o item anterior não tenha ocorrido; c) recebido o parecer prévio, este será distribuído aos Vereadores, seguindo junto com o processo à Comissão de Finanças Públicas; d) caberá à Comissão de Finanças Públicas a emissão de parecer e posterior edição de projeto de resolução, obedecido o prazo de vinte dias úteis; e) caso a Câmara não se manifeste acerca do parecer prévio pelo prazo de sessenta dias do seu recebimento, ocorrerá a inclusão do processo na pauta da Casa e conseqüente sobrestamento das demais proposições, salvo as de urgência/veto/atinentes a orçamentos vencidos; f) por fim, em caso de rejeição parcial ou total do parecer prévio, o processo será encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça que emitirá parecer apontando medidas legais e demais providências cabíveis, observado o prazo de vinte dias úteis do recebimento do processo<sup>28</sup>.

Dispondo sobre as Comissões, o Regimento Interno dispõe que:

Art. 46 - As comissões da Câmara são: I - permanentes, as que subsistem nas legislaturas; [...] § 3º - **Na composição das comissões deverá ser assegurada, tanto quanto possível, participação proporcional das bancadas.** § 4º - **Caberá ao presidente** a escolha dos membros das comissões, no prazo de cinco dias, a contar do fato que ensejar sua constituição, salvo as

hipóteses dos §§ 5º e 6º. [...] § 10 - **A composição de comissão permanente subsistirá pelo prazo de dois anos.** [...] Art. 49 - As comissões funcionam com a presença, no mínimo, da maioria de seus membros, e as deliberações são tomadas pela maioria dos votos dos presentes. [...] Art. 52 - A competência de cada comissão permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo especificamente à: [...] III - Comissão de Orçamento e Finanças Públicas: [...] h) tomada de contas do prefeito [...].

Vê-se, portanto, que a referida Comissão de Orçamento e Finanças Públicas possui caráter permanente, além de estar vinculada a dois quoruns distintos para funcionamento e deliberação, quais sejam, respectivamente, a maioria de seus membros e a maioria do voto dos presentes.

No que tange às votações, extrai-se da legislação regimental:

Art. 144 - Salvo disposição em contrário da Lei Orgânica, as deliberações do Plenário são tomadas por maioria de votos, presente a maioria dos membros da Câmara. [...] Art. 146 - São três os processos de votação: I - simbólico; II - nominal; III - por escrutínio secreto. Parágrafo único - Nos processos de votação nominal ou por escrutínio secreto, poderá ser adotado processo eletrônico para a coleta e apuração de votos. [...] Art. 148 - Adotar-se-á a votação nominal: I - nas votações públicas em que se exige quórum de dois terços, de três quintos ou de maioria dos membros; [...] § 1º - No processo de votação nominal pelo sistema eletrônico, o Presidente, ao colocar a proposição em votação, solicitará aos vereadores que registrem o seu voto. § 2º - Encerrado o processo de registro de votos, o Presidente declara encerrada a votação e proclama o resultado. § 3º - Na votação nominal que não se der pelo sistema eletrônico, o Secretário-Geral fará, pelo microfone, a chamada dos vereadores, que responderão “sim”, “não” ou “abstenção”, cabendo-lhe anotar o voto, após anunciá-lo pelo microfone. § 4º - Encerrada a votação, o Presidente proclama o resultado.

Com efeito, após análise minuciosa das citadas legislações, o que se nota é a ausência, nos seus respectivos textos, de previsão acerca da observância do direito ao contraditório e à ampla defesa do Prefeito quando do julgamento das contas por ele prestadas. Isto porque não há qualquer disposição acerca da obrigatoriedade de citação do Prefeito, havendo apenas a faculdade de os Vereadores requererem informações àquele, para aclarar determinadas questões, tomarem ciência dos assuntos municipais e tratar de questões de interesse público<sup>29</sup>.

Em verdade, verifica-se apenas a previsão genérica da

observância das garantias constitucionais no texto da Lei Orgânica em seu “Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Art. 4º, § 3º: Nos processos administrativos, qualquer que seja o objeto e o procedimento, observar-se-ão, entre outros requisitos de validade, a publicidade, o contraditório, a defesa ampla e o despacho ou a decisão motivados” (destaque acrescido). Tal disposição remonta previsão do art. 4º, § 4º da Constituição do Estado de Minas Gerais, cujo texto também se limita a previsão genérica de observância das garantias constitucional em questão, sem detalhar como isso se daria.

A fim de consolidar a presente análise, passa-se ao exame dos três últimos julgamentos de contas municipais realizadas pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, transcrevendo-se os principais trechos, inclusive, aqueles extraídos dos Pareceres emitidos pela Comissão de Finanças Públicas.

Tendo em vista o cerne desta pesquisa, ater-se-á à análise de quatro pontos, quais sejam: a aprovação ou rejeição da prestação de contas; a manutenção ou não do parecer prévio do TCE e a concessão ou não ao prefeito do direito ao exercício do contraditório e da ampla defesa.

## PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1992 - JULGAMENTO EM 2007

Análise do Parecer da Comissão de Finanças Públicas:

A prestação de contas do exercício sob análise fora aprovada pela Comissão, bem como restou mantido o parecer prévio do TCE, que entendeu por advertir administrativamente o Prefeito em alguns pontos, contudo, decidiu pela aprovação da respectiva prestação de contas. No que se refere à demora no julgamento das referidas contas, eis a justificativa da Comissão:

Por primeiro cabe assinalar que o exercício da competência de julgar as contas do Município fica sensivelmente prejudicado com o decorrer de tanto tempo entre a prestação de contas e o seu efetivo julgamento. No caso em exame, a execução orçamentária deu-se em 1992, a prestação de contas foi realizada em março de 1993 e somente em 2007, após 15 anos, estamos obrigados a avaliar as opções políticas então adotadas. Esse descompasso de tempo é, realmente, fator de comprometimento do exercício dessa fundamental atribuição posta sob responsabilidade do Poder Legislativo. O Poder Legislativo tem sua atuação atrelada à manifestação do TCEMG. Somente APÓS a emissão do parecer prévio pelo TCEM é que pode o Poder Legislativo deliberar e,

mais, deliberar tomando como referência a própria conclusão do parecer prévio emitido. **É o que se extrai dos comandos constitucionais do Estado de Minas Gerais pertinentes ao tema:** [...] O art. 97, também da LOMBH, dispõe que “as contas do Prefeito, referentes à gestão financeira do ano anterior, **serão julgadas pela Câmara mediante parecer prévio do Tribunal de Contas**, nos termos da Constituição do Estado, **o qual somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara**”. Vigia, à época, a Lei nº. 5511, de 2/9/1970, revogada pela LC nº. 33/94. Estabelecia tal Lei que “a fiscalização financeira e orçamentária dos municípios será exercida mediante controle externo da Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas” e que “o Tribunal, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, dará seu parecer prévio sobre as contas anuais do Prefeito e baixará instruções destinadas ao desempenho do controle externo” (art. 73, § 2º). Os §§ 4º e 5º do mesmo art. 73, previam que “a Câmara Municipal apreciará as contas do Prefeito **após o recebimento do parecer prévio** do Tribunal, no prazo fixado em lei” e que “somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer prévio emitido pelo Tribunal sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente”. Assim, fica claro que a Câmara somente tem iniciativa para o julgamento das contas **APÓS** a emissão de Parecer Prévio emitido pelo TCEMG. Emitido o Parecer Prévio sobre as contas de 1992 em sessão do Pleno do TCEMG em 20 de abril de 2006, recebido o Parecer Prévio pela Câmara em 08 de agosto de 2007, passo ao parecer de mérito, grifo nosso.

Da análise da conclusão da Comissão competente verifica-se que houve a devida manifestação do Prefeito, já que há referência à defesa por este apresentada. Veja:

Pelo aqui demonstrado e com fundamento no Parecer Prévio do Tribunal de Contas, não há reparos às contas do Município de Belo Horizonte – exercício de 1992 – devendo essas ser aprovadas sem qualquer tipo de ressalvas seja pelo decurso de tempo entre a sua apresentação e o julgamento, seja porque não cabe ao ordenador da despesa cuidar de aspectos técnicos de sua apresentação, como bem anotou a defesa apresentada.

Destaca-se, ainda, que a questão do extenso lapso temporal entre a prestação de contas e seu respectivo julgamento é novamente frisado pelo relator, atribuindo parte da aprovação das contas a tal fato, o que é absurdo e compromete não apenas o interesse público, mas o próprio gestor, pois fica difícil realizar sua defesa com um julgamento ocorrendo com um lapso temporal tão grande como o deste caso.

## **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2000 - JULGAMENTO EM 2008**

### **Análise do Parecer da Comissão de Finanças Públicas**

A prestação de contas do exercício sob análise fora aprovada pela Comissão, bem como restou mantido o parecer prévio do TCE, que entendeu por advertir administrativamente o Prefeito em alguns pontos, contudo, decidiu pela aprovação da respectiva prestação de contas.

Conforme se extrairá dos trechos compilados a seguir, o Prefeito (assistido inclusive por defesa técnica) teve acesso ao seu pleno exercício de contraditório e ampla defesa em sede da análise da Comissão, já que teve sua defesa apresentada a esta, bem como determinada a intimação de sua Procuradora para comparecimento quando da deliberação do parecer da Comissão:

Designei-me relator da matéria e apresentei Proposta de Diligência para que fosse notificado o responsável pelas contas que ora se julga para que apresentasse a defesa ou considerações que entendesse convenientes. Através de sua advogada, Dra. Virgínia Kirchmeyer Vieira, regularmente constituída, foi apresentada defesa, abordando todos os aspectos referidos no Parecer Prévio. [...] Registro, finalmente, que deve ser a procuradora do responsável por essa prestação de contas intimada para a reunião da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas quando da deliberação deste parecer para que, querendo, possa a ela comparecer.

No que se refere à data do julgamento das referidas contas, eis as considerações da Comissão:

Em abril de 2001, o então Prefeito Doutor Célio de Castro, enviou à Câmara a prestação de contas do exercício de 2000, do Município de Belo Horizonte que, recebida pelo então Presidente da Câmara, Vereador Sérgio Ferrara, foi distribuída em avulso e permaneceu aguardando o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado. A Lei Complementar 101/2000 estabelece em seu art. 57 que "Os tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de sessenta dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais". Entre nós, a Lei Complementar nº. 33, que à época dispunha sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais estabeleceu, em seu art. 13, II, que "Compete

ao Tribunal de Contas apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos e sobre elas emitir parecer prévio em 360 (Trezentos e sessenta) dias cotados do seu recebimento". O Parecer Prévio sobre as contas em exame foi emitido pela Colenda Primeira Câmara do TCEMG em sessão do dia 14 de dezembro de 2006, recebido na Câmara Municipal em 21 de dezembro de 2007. O Poder Legislativo exerce sua competência julgadora das contas atrelada à manifestação do TCE. Somente APÓS a emissão do parecer prévio pelo TCE é que pode o Poder Legislativo deliberar e, mais, deliberar tomando como referência a própria conclusão do parecer prévio emitido.

Ainda acerca do lapso temporal entre a prestação de contas e o julgamento desta, destaca o Relator da Comissão:

Como observei no início deste parecer, o juízo que faz o Poder Legislativo sobre as contas revela o caráter político desse controle. Seria muito útil, dado o lapso temporal decorrido entre a execução orçamentária e seu julgamento, que as prestações de contas se fizessem acompanhar de relatórios mais descritivos que evidenciassem a oportunidade, as condições de momento, as diversas possibilidades e considerações sobre as medidas efetivamente adotadas. Com esse relatório descritivo, seria mais aprofundada a avaliação sobre as políticas adotadas e seus resultados.

Como visto, o Relator sugere o envio de relatórios que permitiam a análise do contexto no qual estavam inseridas as despesas e receitas municipais no curso do respectivo exercício financeiro, bem como à época da prestação de contas, a fim de permitir melhores condições de julgamento.

## **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2001**

### **- JULGAMENTO EM 2009**

#### **Análise do Parecer da Comissão de Finanças Públicas**

A prestação de contas do exercício sob análise fora aprovada pela Comissão, bem como restou mantido o parecer prévio do TCE, que entendeu por advertir administrativamente o Prefeito em alguns pontos, contudo, decidiu pela aprovação da respectiva prestação de contas.

Conforme se extrairá dos trechos compilados a seguir, o Prefeito (assistido, inclusive, por defesa técnica) teve acesso ao seu pleno exercício do contraditório e da ampla defesa em sede da análise da Comissão, já que teve sua defesa àquela apresentada, bem como determinada a inti-

mação de sua Procuradora para comparecimento quando da deliberação do parecer da Comissão:

Designei-me relator da matéria e apresentei Proposta de diligência para que fosse notificado o responsável pelas contas que ora se julga para que apresentasse a defesa ou considerações que atendessem convenientes, especialmente fulcrado na Constituição da República e na sólida jurisprudência que assegura o amplo direito de defesa a qualquer indivíduo que esteja submetido a julgamento, seja de que natureza for, já que não há disposição nesse sentido na legislação municipal. Através de sua advogada, Dra. Heloísa Carvalho, regularmente constituída, foi apresentada defesa, abordando todos os aspectos referidos no Parecer Prévio do Tribunal de Contas, em especial as ressalvas. [...] Registro, finalmente, que deve ser a procuradora do responsável por essa prestação de contas intimada para a reunião da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas a ser convocada para a deliberação deste parecer para que, querendo, possa a ela comparecer e, se desejar, produzir sustentação oral.

Destaca-se neste ponto a manifestação do Relator acerca da obrigatoriedade de concessão do direito ao exercício do contraditório e da ampla defesa ao Prefeito, o que o fez com fulcro na Constituição e na jurisprudência, momento em que o Relator explicita a ausência de norma municipal neste sentido, o que reflete claramente uma das questões que impulsionaram o presente estudo.

Restam evidenciados, igualmente, os prejuízos ao exercício da competência de julgamento das contas dos prefeitos advindos da falta de uma norma que disponha em minúcias, e não de forma geral como está nas normas anteriormente analisadas, sobre o procedimento a ser seguido:

Não há, também, um regramento adequado para todo o processo de prestação de contas, tão essencial no cumprimento de misteres constitucionais colocados sob responsabilidade do Poder Legislativo. Devo registrar que essa Comissão iniciou na legislatura 2005-2008 discussão sobre esse relevante tema apresentado, inclusive, um anteprojeto de Proposta de emenda à Lei Orgânica, alterando a redação dos artigos 95, 97 e 131 da LOMBH.

A ausência de regramento acerca do procedimento a ser adotado quando do julgamento da prestação de contas ensejou, inclusive, a edição de Anteprojeto a fim de trazer efetiva regulamentação e conceder aos legitimados condições de exercer a função fiscalizadora que lhes fora atribuída pelo texto constitucional.

Além disso, ao tratar da data do julgamento da prestação de contas, explana a Comissão:

O art. 125 do regimento Interno estabelece que recebida a Mensagem do Prefeito que deve acompanhar os relatórios relativos às contas, o Presidente da Câmara a distribuirá em avulso e, nos dez dias seguintes, os Vereadores poderão apresentar pedidos de informações ao Executivo, suspendendo-se a tramitação até que seja recebido o parecer prévio. [...] A Lei Complementar 101/2000, estabelece em seu art. 57 que "Os tribunais de contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de sessenta dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais". Entre nós, a Lei Complementar nº. 33, que à época dispunha sobre a Lei Orgânica do Tribunal e Contas do Estado de Minas Gerais (hoje, Lei Complementar 102, de 17.01.2008) estabeleceu, em seu art. 13, II, que "Compete ao Tribunal de Contas apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos e sobre elas emitir parecer prévio em 360 (Trezentos e sessenta) dias contados do seu recebimento". O Parecer Prévio sobre as contas em exame foi emitido pela Colenda Primeira Câmara do TCEMG em sessão do dia 16 de novembro de 2006, recebido na Câmara Municipal em 02 de dezembro de 2007, distribuído em 31 de dezembro de 2008. [...] O Poder Legislativo exerce sua competência julgadora das contas atrelada à manifestação do TCE. Somente APÓS a emissão do parecer prévio pelo TCE é que pode o Poder Legislativo deliberar e, mais, deliberar tomando como referência a própria conclusão do parecer prévio emitido.

Novamente, fica evidenciado que o julgamento da prestação de contas se deu após extenso lapso temporal considerado o envio destas pelo Prefeito a Câmara Municipal e o recebimento do parecer prévio pela referida Casa, o que compromete não apenas o interesse público, mas a própria defesa do Prefeito.

## LEI ORGÂNICA E REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE RAPOSOS

### Lei Orgânica do Município de Raposos

A legislação orgânica do Município de Raposos trata o julgamento da prestação de contas do Prefeito apenas em linhas gerais, ficando a cargo do Regimento Interno da respectiva Câmara tecer maiores especificidades, permanecendo, no entanto, a ausência de regulamentação acerca do exercício do contraditório e da

ampla defesa do Prefeito em face de eventual rejeição das contas municipais.

Na Seção II intitulada “Da Fiscalização e Controle”, encontram-se os poucos artigos destinados ao tema, os quais estabelecem, na esteira das Constituições Federal e Estadual, que caberá à Câmara Municipal a fiscalização externa do Poder Executivo Municipal, auxiliada pelo Tribunal de Contas Estadual ou órgão equivalente. (Art. 98, *caput* e § 1º, da Lei Orgânica de Raposos)

Neste ponto, traz o artigo 100 em seu *caput* e parágrafos a previsão do prazo de sessenta dias, contados do recebimento do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas, para que a referida Casa realize o julgamento da prestação de contas, sob pena de consideradas julgadas nos termos do parecer<sup>30</sup>.

Além disso, prevê o quórum de dois terços dos membros da Casa para derrubada do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

## REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE RAPOSOS

Na Subseção II, denominada “Da prestação e Tomadas de Contas”, encontra-se regulamentada a maior parte da matéria em questão, aclarando a sequência de atos a serem praticados quando do julgamento da prestação de contas, sobretudo, no que se refere a prazos, comissão competente e ao respectivo parecer que precederá o julgamento pelo plenário da Casa.

O procedimento inicia-se com o recebimento do processo de prestação de contas pela mesa da Câmara, o qual ficará à disposição pelo prazo de dez dias para eventuais requerimentos de informações ao Executivo Municipal, sendo, ainda, distribuído em avulsos. (Art. 228, *caput*, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Raposos)

Por conseguinte, conforme artigo 229 do texto regimental aguardar-se-á o envio do parecer prévio pelo TCE ou órgão equivalente, sendo que, ao ser recebido, será distribuído em avulsos e, em seguida, enviado o respectivo processo à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, que proferirá parecer por meio de projeto de resolução no prazo de vinte dias úteis.

De natureza permanente (art. 93, II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Raposos), a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas tem suas atribuições definidas pelo artigo 98, inciso II, alínea “g” c/c

artigo 89 incisos II e XIII, senão veja:

Art. 98 - A competência de cada comissão permanentemente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente: [...] II - Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas: [...] g) - a matéria de que tratam os incisos XII e XIII do art. 89. Art. 89 - Às comissões, em razão da matéria de sua competência ou da finalidade de sua constituição, cabe: [...] II - apreciar os assuntos, as proposições submetidos ao seu exame o sobre eles emitir parecer; [...] XIII - exercer a fiscalização e o controle dos atos da administração pública.

Assim, no que se refere à atividade da referida comissão, tem-se:

Art. 229, §1º- Se a conclusão for pela rejeição parcial do parecer do Tribunal de Contas, a comissão elaborará dois projetos de resolução, de que constem expressamente as partes aprovadas e rejeitadas. §2º- Na hipótese do parágrafo anterior, os projetos serão apensados para fim de tramitação. Art. 230 - Publicado o projeto, abrir-se-á na comissão, o prazo de dez dias para apresentação de emenda. §1º- Emitido o parecer sobre as emendas, se houver, o projeto será enviado à Mesa e incluído na Ordem do Dia para discussão e votação em turno único.

No que diz respeito aos quóruns de aprovação e rejeição do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas Estadual ou órgão equivalente, tem-se, respectivamente, a determinação regimental de maioria dos membros da Casa Legislativa para a aprovação e dois terços dos membros da Casa para rejeição, conforme disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 230.

Acerca da não aprovação das contas, o Regimento determina a remessa do processo à Comissão de Legislação e Justiça para providências cabíveis:

Art. 231 - Se as contas não forem, no todo ou em parte, aprovadas pelo Plenário, será o processo encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para que, no prazo de dez dias, indique as providências a serem adotadas pela Câmara.

Por fim, o texto regimental prevê a aprovação ficta<sup>31</sup> da prestação de contas pela Câmara Municipal se, no prazo de sessenta dias úteis contados do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, a Casa não realizar o julgamento, o que se depreende da redação do artigo 232, o que é inadmissível em um Estado que se pretende Democrático.

# **PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2005, 2006 E 2009 – JULGAMENTOS EM 2011**

## **Análise do Parecer da Comissão de Finanças Públicas e Decretos Legislativos**

As prestações de contas dos exercícios de 2005, 2006 e 2009, todas julgadas no ano de 2011, foram aprovadas pela Comissão, bem como mantido o teor do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais.

No que se refere à participação do Prefeito, os documentos em análise foram omissos, restringindo-se apenas a dizer o fundamento constitucional e regimental acerca da competência da Câmara Municipal, informando, tão somente, em linhas gerais, a ratificação do parecer prévio.

Além disso, em relação ao lapso temporal entre o exercício referente às contas prestadas e o efetivo julgamento destas, também é silente o parecer da Comissão.

A fim de complementar a referida análise, recorreu-se ao teor dos Decretos Legislativos resultantes da deliberação do plenário da Câmara, quais sejam nº. 107/2011 (exercício 2005), nº. 105/2011 (exercício 2006) e nº. 104/2011 (exercício 2009), contudo, não há igualmente qualquer referência à citação do Prefeito prestador das contas para exercício do contraditório e da ampla defesa, adstrito o texto apenas a manutenção do parecer prévio, assim como a observância do quórum deliberativo do plenário, qual seja, dois terços dos membros.

## **ANÁLISE CRÍTICA DOS PROBLEMAS IDENTIFICADOS NOS JULGAMENTOS SELECIONADOS**

Inicialmente, cumpre esclarecer que, após a análise dos julgamentos supramencionados, pertinente confrontá-los ao procedimento ideal já delineado no neste texto, a partir da contribuição dos autores nele citados, para os quais o julgamento das contas municipais deveria observar os seguintes ditames: a) concessão de informação prévia e geral dos atos sujeitos a julgamento; b) motivação das decisões das Comissões de Finanças; c) direito de presença

do Prefeito em audiência; d) notificação do Prefeito pela Comissão de controle de contas para respectiva defesa técnica; e) ampla produção de provas (oitiva de eventuais testemunhas etc.); f) concessão de prazo de alegações finais para o Prefeito; g) elaboração de relatório pela Comissão competente acerca da aprovação ou rejeição das contas.

No que se refere ao Município de Belo Horizonte, reputa-se como ponto importante a questão da influência do lapso temporal entre a apresentação das contas referentes ao exercício de 1992 e o julgamento das mesmas pela Câmara Legislativa na decisão de aprová-las.

Igualmente relevante a constatação de prejuízo advindo da ausência de regulamentação do procedimento pelo relator da Comissão julgadora das contas referentes ao exercício de 2000, momento em que se revela, inclusive, a tentativa de alteração dos artigos 95, 97 e 131 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.

Quanto à observância dos ditames supramencionados, na análise dos julgamentos realizados pelo Poder Legislativo municipal de Raposos em relação a todos os exercícios selecionados, quais sejam 2005, 2006 e 2009, foi que a violação se demonstrou latente, sobretudo, quanto à motivação, direito de presença em audiência e notificação do Prefeito para apresentação de defesa técnica, já que conforme mencionado no tópico acima, os documentos analisados se mostraram totalmente omissos quanto a tais pontos.

Dessa forma, verifica-se que, de fato, é fundamental que o procedimento de julgamento das contas do Prefeito Municipal seja detalhado e bem definido, para que haja segurança para os envolvidos, considerando a gravidade dos fatos apurados. Ao se agir assim, não se ficará na expectativa de que a observância de garantias fundamentais dependam da boa vontade de apenas alguns para ser efetivada, mas deverá ser vista como obrigação que todos devem observar; e mais: já estará previsto de que forma esse respeito deverá ocorrer. Por isso, torna-se tão importante em se pensar em mecanismos para a solução de tais questões, mecanismos estes que serão estudados a seguir.

## **DA PROPOSTA ALTERNATIVA AOS PROBLEMAS IDENTIFICADOS**

Diante dos elementos identificados até agora, observa-se que, de fato, existe uma lacuna quanto às regras que devem reger o processo de julgamento dos Prefeitos Municipais, o que, em muitos casos, como visto, tem sido causa

de flagrante ofensa aos direitos e garantias fundamentais de tais agentes públicos, notadamente ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório, tornando-se necessário, por esse motivo, que sejam pensadas alternativas para a solução desse problema.

Partindo-se dessas considerações, a primeira possibilidade aventada foi a desnecessidade de serem editados quaisquer atos normativos destinados a estabelecer um procedimento para regulamentar o processo de julgamento das contas pelo Prefeito por parte da Câmara Municipal. A justificativa para tal pensamento repousa no fato de que, sendo os direitos e garantias fundamentais auto-aplicáveis e sendo de observância obrigatória, não haveria razões para criar outro ato que impusesse o seu respeito.

Em que pese tal raciocínio esteja, em sua essência, correto, do ponto de vista prático tem gerado problemas e ofensas aos direitos e garantias dos Prefeitos, na medida em que a falta de uma determinação de regras procedimentais para o referido julgamento tem causado posturas díspares, desde iniciativas que aplicam tais garantias, até aquelas, em sua maioria, que as desconsideram por falta de uma definição precisa de como isso deveria ocorrer. Assim, apesar de os direitos fundamentais terem aplicabilidade imediata<sup>32</sup> e a vinculação que exercem sobre os poderes públicos<sup>33</sup>, restou comprovado nos itens destinados à análise do julgamento das contas dos Municípios de Belo Horizonte e Raposos, que tais garantias não estão sendo observadas em sua plenitude.

Por esse motivo, entendeu-se pela necessidade de se criar uma regulamentação específica a respeito do tema, impondo o dever de observância dessas garantias fundamentais no processo de julgamento das contas do Prefeito. Assim, isso não seria mera liberalidade da Câmara, nem mesmo se permitiria a utilização do julgamento com fins de perseguição, mas se garantiria ao agente político a possibilidade de se defender e de apresentar a sua versão dos fatos, cuja análise repercutirá diretamente na sua esfera jurídica e patrimonial.

Assim, na visão da presente pesquisa, torna-se fundamental a regulamentação da matéria. A questão é como fazê-la. Para tanto, pensou-se, inicialmente, na possibilidade de a União legislar sobre o procedimento de julgamento da prestação de contas do Prefeito, elaborando uma lei de caráter nacional e não federal, de forma que, posteriormente, o Município poderia complementar a legislação nacional no que coubesse, de acordo com as suas peculiaridades (interesse local) em conformidade com a competência que lhe é atribuída pelo artigo 30, II, da Constituição da República<sup>34</sup>.

Contudo, tal proposta foi descartada, pois referida lei nacional poderia representar ofensa ao Federalismo, uma

vez que com a Constituição de 1988, salvo opiniões diversas<sup>35</sup>, o Município é ente federado, sendo, portanto, autônomo<sup>36</sup>, de forma que a imposição feita pelo Legislativo Federal ao Legislativo Municipal do dever de legislar sobre a matéria em questão poderia constituir-se em uma ofensa à autonomia dos municípios, a qual compreende o poder de autolegislação.

Diante disso, considerou-se como uma proposta capaz de solucionar os problemas identificados, a edição de uma Emenda à Constituição da República, alterando tanto o artigo 71 desta, para determinar a obrigação de serem observadas as garantias constitucionais quando do julgamento das contas do Chefe do Poder Executivo pelo Poder Legislativo, bem como para alterar o artigo 29, impondo aos Municípios a obrigação de observar essa determinação.

Isto porque, em que pese o resultado de todos os julgamentos analisados ter consistido na aprovação das contas apresentadas e, conseqüentemente, não ter gerado a sanção de inelegibilidade dos respectivos Prefeitos, restou comprovada a existência de prejuízo diante da ausência de regulamentação do procedimento a ser adotado no julgamento, o que foi reconhecido pelo próprio relator de uma das Comissões, bem como a existência da inconstitucionalidade inicialmente levantada, já que no Município de Raposos as decisões são absolutamente omissas quanto aos meios de garantia do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

Ademais, para se garantir efetividade da solução proposta, o texto da Emenda Constitucional deverá prever que caberá aos Municípios regulamentar o procedimento de julgamento das contas dos Prefeitos, o qual deve observar os princípios constitucionais e as diretrizes fixadas constitucionalmente, em suas Leis Orgânicas, em prazo estipulado, observando-se, para tanto, a razoabilidade para efetiva adequação dos Municípios.

Sendo que, se após o decurso do prazo de adequação persistir a ausência legislativa, caberá ao Prefeito manejar as vias próprias para esse fim, inclusive, mediante mandado de injunção, de forma a garantir o respeito à ordem constitucional, patrimônio maior em um Estado Democrático de Direito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, após o estudo realizado, restou clara a real ausência de regulamentação satisfatória do procedimento a ser adotado quando do julgamento das Contas Municipais, o que fora verificado e criticado, inclusive, pelo próprio Legislativo Municipal de Belo Horizonte, no momento em que o relator da Comissão de Finanças Públicas enfrenta a

questão a proferir seu parecer, trecho que já fora transcrito nos itens destinados a análise dos julgamentos realizados no referido Município.

Além disso, verificou-se que a natureza jurídica deste julgamento é a de um julgamento político-administrativo, já que, em que pese a análise dos resultados alcançados pelo gestor público, o Legislativo Municipal, em caso de eventual rejeição das contas prestadas, poderá responsabilizar o Prefeito, por meio da aplicação da sanção de inelegibilidade.

Assim, o julgamento também recai sobre a pessoa do Prefeito, de maneira que não há como se conceber um procedimento avesso a observância das garantias constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

É neste ponto que se justifica o estudo realizado, já que em que pese ter sido verificada a concessão das referidas garantias no Município de Belo Horizonte, no qual fora realizada a citação do Prefeito, bem como concedida ampla defesa, inclusive técnica, não se pode olvidar que, no Município de Raposos, se verificou o total silêncio do Legislativo Municipal acerca das garantias constitucionais ora discutidas quando dos julgamentos realizados, motivo pelo qual se confirmou a inconstitucionalidade aventada na hipótese adotada inicialmente, diante da comprovada violação das garantias constitucionais estudadas.

Cumprida, ainda, destacar que o desenvolvimento deste trabalho restou prejudicado pela dificuldade de acesso aos documentos necessários para a avaliação do desenrolar do julgamento nos Municípios inicialmente elencados, quais sejam Confins e Itabirito, o que demonstra, no mínimo, certa obscuridade no procedimento adotado por aqueles Municípios.

Conclui-se, assim, que resta constatada a hipótese que impulsionou este trabalho, ou seja, que o procedimento a ser adotado quando do julgamento das contas municipais encontra irregularidades e obscuridades, carecendo de regulamentação, a fim de se garantir a solidez do Estado Democrático de Direito, no qual é inadmissível procedimento que não observe os ditames constitucionais, devendo, portanto, ser adotado o modelo constitucional apresentado no item anterior, determinando-se a regulamentação pelos Municípios em decorrência da máxima efetividade dos direitos fundamentais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Getúlio Sérgio do. **Direito à defesa do Prefeito no julgamento das Contas Municipais: Aplicabilidade do devido processo legal e da Ampla Defesa aos Julgamentos das contas do administrador municipal pela Câmara Municipal.** Belo Horizonte: Editora Inédita, 2000.

BELO HORIZONTE, Lei Orgânica (1990). **Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, 1990.** Belo Horizonte: Câmara Municipal, 1990. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/lei-organica>>. Acesso em: 05 mai 2012.

BELO HORIZONTE, Câmara Municipal. **Resolução nº. 1.480 de 1990.** Contém o Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/regimento-interno>>. Acesso em: 05 mai 2012.

BOTELHO, Milton Mendes. **Gestão Administrativa, Contábil e Financeira do Legislativo Municipal.** Curitiba: Juruá Editora, 2008.

BRASIL. **Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4320compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320compilado.htm)>. Acesso em: 05 maio, 2012.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 05 maio, 2012.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 64 de 18 de maio de 1990.** Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp64.htm)>. Acesso em 05 maio, 2012.

BRASÍLIA, Presidência da República. **Decreto Lei nº. 200 de 25 de Fevereiro de 1967.** Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm)>. Acesso em 05 maio, 2012.

BULOS, Uadi Lamêgo. **Curso de direito constitucional.** 5 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

CASTRO, José Nilo de. **Direito Municipal Positivo.** 7. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

CASTRO, José Nilo de. **Julgamento das contas municipais.** 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional.** 15. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.** 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquemático,** 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MINAS GERAIS, Constituição (1989). **Constituição do Estado de Minas Gerais, 1989.** Minas Gerais: Assembleia Legislativa, 1989. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/corte-superior-adi-incidentes/CONSTITUICAO%20ESTADUAL%20-%20Revisado%20em%2021.09.2011.pdf>>. Acesso em: 05 maio, 2012.

MINAS GERAIS, Tribunal de Contas Estadual. **Resolução nº. 12 de 2008.** Institui o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais: Minas Gerais: 2008. Disponível em: <<http://www.tce.mg.gov.br/IMG/Legislacao/legiscont/Regimentointerno/Reg-Int-12-08%20Atualizado.pdf>>. Acesso em 05 maio, 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal brasileiro.** 16. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2008.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo.** 27 ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2010.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 2. ed. São Paulo: Método, 2010.

RAPOSOS, Lei Orgânica (1990). **Lei Orgânica do Município de Raposos, 1990**. Raposos: Câmara Municipal, 1990. Disponível em: <http://www.raposos.mg.gov.br/upload/legislacao/%7BBCE4C4CA-BAEB-6A25-AA54-2ADEDCE41EDD%7D.pdf>. Acesso em 05 maio, 2012.

RAPOSOS, Câmara Municipal. **Projeto de Resolução, 1991**. Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Raposos. Raposos: Câmara Municipal, 1991. Disponível em <http://c.mraposos.com.br/index.php/legislacao/54-legislacao-municipal/69-regimento-interno>. Acesso em 05 maio, 2012.

SANTOS, Rodrigo Valgas. **Processo Administrativo nos Tribunais de Contas e Câmaras Municipais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SILVA, Elóia Rosa da. O papel do Tribunal de Contas e da Câmara no julgamento de contas municipais. *In: Revista do TCE de Santa Catarina*, Florianópolis, a. 4, n. 5, 2007, p. 99-120.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo, 31. ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2008.

## NOTAS

1 Parte integrante do projeto de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva intitulado: "O julgamento das contas do prefeito pelo Poder Legislativo Municipal".

2 Discente do curso de Direito, aluna voluntária do XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Discente do curso de Direito, aluna voluntária do XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

4 Coordenador da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

5 Art. 70. Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumida obrigações de natureza pecuniária. (Constituição da República de 1988).

6 Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios. (Constituição da República de 1988).

7 Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição (...). (Constituição da República de 1988).

8 Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. [...] (Constituição da República de 1988).

9 Art. 93. Quem quer que utilize dinheiros públicos terá de justificar seu bom e regular emprego na conformidade das leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes. (Dec. Lei 200/67).

10 A título de exemplo, com auxílio das considerações de Pedro Lenza (2010, p.399), temos os seguintes artigos ao longo do texto constitucional: Art. 52, inciso I; Art. 62; Art. 96, inciso I, alíneas "a" e "f".

11 Para José Nilo de Castro a Câmara Municipal não julga apenas o balanço geral, mas todos os atos de gestão da despesa pública (CASTRO, 2010).

12 **CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ATOS**

**PRATICADOS POR PREFEITO, NO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ADMINISTRATIVA E GESTORA DE RECURSOS PÚBLICOS. JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DE CONTAS. NÃO SUJEIÇÃO AO DECISUM DA CÂMARA MUNICIPAL. COMPETÊNCIAS DIVERSAS. EXEGESE DOS ARTS. 31 E 71 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.** Os arts. 70 a 75 da *Lex Legum* deixam ver que o controle externo - contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial - da administração pública é tarefa atribuída ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas. O primeiro, quando atua nesta seara, o faz com o auxílio do segundo que, por sua vez, detém competências que lhe são próprias e exclusivas e que para serem exercitadas independem da intervenção do Legislativo. O conteúdo das contas globais prestadas pelo Chefe do Executivo é diverso do conteúdo das contas dos administradores e gestores de recurso público. As primeiras demonstram o retrato da situação das finanças da unidade federativa (União, Estados, DF e Municípios). Revelam o cumprimento do orçamento, dos planos de governo, dos programas governamentais, demonstram os níveis de endividamento, o atender aos limites de gasto mínimo e máximo previstos no ordenamento para saúde, educação, gastos com pessoal. Consubstanciam-se, enfim, nos Balanços Gerais prescritos pela Lei 4.320/64. Por isso, é que se submetem ao parecer prévio do Tribunal de Contas e ao julgamento pelo Parlamento (art. 71, I c./c. 49, IX da CF/88). As segundas - contas de administradores e gestores públicos, dizem respeito ao dever de prestar (contas) de todos aqueles que lidam com recursos públicos, captam receitas, ordenam despesas (art. 70, parágrafo único da CF/88). Submetem-se a julgamento direto pelos Tribunais de Contas, podendo gerar imputação de débito e multa (art. 71, II e § 3º da CF/88). Destarte, se o Prefeito Municipal assume a dupla função, política e administrativa, respectivamente, a tarefa de executar orçamento e o encargo de captar receitas e ordenar despesas, submete-se a duplo julgamento. Um político perante o Parlamento precedido de parecer prévio; o outro técnico a cargo da Corte de Contas. Inexistente, in casu, prova de que o Prefeito não era o responsável direto pelos atos de administração e gestão de recursos públicos inquinados, deve prevalecer, por força ao art. 19, inc. II, da Constituição, a presunção de veracidade e legitimidade do ato administrativo da Corte de Contas dos Municípios de Goiás. Recurso ordinário desprovido. (STJ - RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA: RMS 11060 GO 1999/0069194-6).

13 Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a: I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias; II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar; III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23; IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites; V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar; VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver. (Lei Complementar 101/2000).

14 Lei 4.320/62 - Art. 81. O controle da execução orçamentária, pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento.

15 Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. [...]§ 4º - É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais (Constituição da República de 1988).

16 A Constituição da República impede que os Municípios criem os seus próprios Tribunais, Conselhos ou órgãos de contas municipais (CF, art. 31, §4º), mas permite que os Estados-membros, mediante autônoma deliberação, institua órgão estadual denominado Conselho ou Tribunal de Contas dos

*Municípios (RTJ 135.457, Rel. Min. Octavio Gallotti, ADI 445/DF, Rel. Min. Néri da Silveira), incumbido de auxiliar as Câmaras Municipais no exercício de seu poder de controle externo (CF, art. 31, §1º). Esses Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios – embora qualificados como órgãos estaduais (CF, art. 31, §1º) – atuam, onde tenham sido instituídos, como órgãos auxiliares e de cooperação técnica das Câmaras de Vereadores. A prestação de contas desses Tribunais de Contas dos Municípios, que são órgãos estaduais, (CF, art. 31, §1º), há de se fazer, por isso mesmo, perante o Tribunal de Contas do próprio Estado, e não perante a Assembléia Legislativa do Estado-membro. Prevalência, na espécie, da competência genérica do Tribunal de Contas do Estado (CF, art. 71, II, c/c o art. 75). (STF, ADIn 687/PA, Rel. Min. Celso de Mello, Clipping do DJ de 10-02-2006).*

17 Art. 31, § 1º - O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver. (grifo nosso) (Constituição da República de 1988).

18 Art. 82. O Poder Executivo, anualmente, prestará contas ao Poder Legislativo, no prazo estabelecido nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios. (Lei 4.320/64).

19 Conforme assevera José Nilo de Castro a prestação de contas pode ser: "a) anuais, as que se realizem por ocasião do encerramento do exercício financeiro; b) no fim de gestão, na transmissão de cargos do Prefeito; c) em outras épocas, desde que se julgue necessário, ocorrendo a tomada de contas, independentemente da prestação de contas, isto é, sem prejuízo dessas" (2010, p. 479).

20 Referida vinculação diz respeito que a Câmara Municipal não possui a obrigação de acolher o parecer do TCE, contudo tal parecer será vinculativo da Edilidade no sentido de que este só deixará de prevalecer se dois terços dos vereadores que compõe a Câmara votarem contra o parecer prévio do TCE (Art. 31, § 2º - O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal - Constituição da República de 1988).

21 Art. 5º, LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes; (Constituição da República de 1988).

22 STF, RE 199.733, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ, 30.4.1999.

23 A possibilidade de aprovação ou rejeição ficta é objeto do RE 597362/BA, Relator Ministro Eros Grau, vide informativo do STF nº. 651.

24 Art. 4º São infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato (...) (Decreto-lei 2011/1967).

25 Art. 1º São inelegíveis: I - para qualquer cargo: g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição.

26 TSE Súmula nº 1 - DJ 23, 24 e 25/09/02 - Contas Rejeitadas por Irregularidade Insanável - Suspensão da Inelegibilidade - Proposta a ação para desconstituir a decisão que rejeitou as contas, anteriormente à impugnação, fica suspensa a inelegibilidade (Lei Complementar nº 64-90, Art. 1º, I, g).

27 Vide tópico 3.1.5.4.

28 Art. 125 - As contas do prefeito serão apreciadas de acordo com o seguinte: I - recebida a mensagem do prefeito, o presidente a distribuirá em avulsos e determinará que esta e os documentos que a instruírem sejam colocados sobre a mesa para conhecimento dos vereadores;

II - nos dez dias seguintes à distribuição dos avulsos, os vereadores poderão apresentar pedidos de informações ao Executivo, os quais serão encaminhados pelo presidente da Câmara; III - o processo ficará suspenso até o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, independentemente do atendimento às solicitações referidas no inciso anterior; IV - recebido o parecer prévio, o presidente determinará a sua distribuição em avulsos, encaminhando o processo à Comissão de Finanças Públicas para, em vinte dias úteis, emitir parecer, concluindo com a apresentação de projeto de resolução; V - o projeto será distribuído em avulsos, abrindo-se prazo de dez dias para apresentação de emendas perante a Comissão de Finanças Públicas; VI - emitido o parecer sobre as emendas, se houver, o projeto será enviado à Mesa e incluído em pauta para discussão e votação em turno único, sujeitando-se ao quorum previsto no art. 97 da Lei Orgânica; VII - decorridos sessenta dias úteis do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas sem que a Câmara tenha decidido sobre as contas respectivas, será o processo incluído em pauta, sobrestadas as demais proposições, exceto projeto com solicitação de urgência, veto e projetos de natureza orçamentária com prazos vencidos; VIII - em caso de rejeição total ou parcial das contas ou de rejeição do projeto de resolução, o processo será encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça, que emitirá parecer dentro dos vinte dias úteis seguintes, indicando as medidas legais e as outras providências cabíveis. (Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte).

29 Art. 125 - As contas do prefeito serão apreciadas de acordo com o seguinte: [...] II - nos dez dias seguintes à distribuição dos avulsos, os vereadores poderão apresentar pedidos de informações ao Executivo, os quais serão encaminhados pelo presidente da Câmara; [...] Art. 164 - O presidente da Câmara convocará reunião especial para ouvir o prefeito: I - dentro de sessenta dias do início da sessão legislativa ordinária, a fim de ser informado, por meio de relatório, o estado em que se encontram os assuntos municipais; II - sempre que este manifestar propósito de expor assunto de interesse público. Parágrafo único - O comparecimento a que se refere o inciso II dependerá de prévio entendimento com a Mesa da Câmara. (Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte).

30 Acerca disso, José Nilo de Castro (2003, p. 47) posiciona-se contrário ao que denomina aprovação ficta da prestação de contas, valendo-se da atribuição constitucional imputada a Casa, devendo, portanto, ocorrer o julgamento material das referidas contas.

31 Denominação adotada pelo doutrinador José Nilo de Castro (2003, p. 47).

32 Tal característica diz respeito à aplicação dos direitos fundamentais e encontra-se positivada no artigo 5º, §1º, da Constituição da República, conferindo aos direitos fundamentais a particularidade de não dependerem da atuação do poder legislativo para ter eficácia. A justificativa, igualmente, se dá porque o poder constituinte é superior aos poderes constituídos, o que se torna claro nos dizeres "(...) os direitos fundamentais se fundam na Constituição, e não na lei – como o que se deixa claro que é a lei que deve mover-se no âmbito dos direitos fundamentais, não o contrário. Os direitos fundamentais não são meramente normas matrizes de outras normas, mas são também, e sobretudo, normas diretamente reguladoras de relações jurídicas (MENDES; COELHO; BRANCO, 2010, p. 328)".

33 Com efeito, em razão desta característica que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário encontram limitação nos direitos fundamentais, uma vez que o poder constituinte é superior a estes poderes, o que significa que ao desempenharem as suas funções os poderes devem observar os direitos fundamentais constantes da Magna Carta, sob pena de invalidade (MENDES; COELHO; BRANCO, 2010).

34 Art. 30. Compete aos Municípios: [...] II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber, [...] (Constituição da República de 1988).

35 Atualmente, tem-se José Nilo de Castro e José Afonso da Silva como os principais nomes da doutrina pátria que se posicionam no sentido de não entender o Município como ente federado.

36 Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição (Constituição da República de 1988).

# NORMAS DE PUBLICAÇÃO

1. A Revista Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva recebe os artigos resultantes das pesquisas do seu Programa de Iniciação Científica.
2. Os textos devem ser enviados para: [inc@newtonpaiva.br](mailto:inc@newtonpaiva.br).
3. A publicação reserva-se o direito de devolver aos autores os textos fora dos padrões descritos.
4. A publicação reserva-se o direito de executar revisão ortográfica e gramatical nos textos publicados.
5. Os autores são responsáveis pela veracidade dos dados apresentados nos artigos.
6. A simples remessa de textos implica autorização para publicação e cessão gratuita de direitos autorais.
7. Gráficos, imagens e fotos devem ser enviadas separadamente em arquivos com extensão .tif ou .jpg (qualidade máxima) com resolução de 300 dpi, no tamanho real que será aplicado. Quando da elaboração desses itens no artigo, levar em conta que a impressão será em preto e branco e tons de cinza.
  - Imagens ou fotos contendo pessoas devem ter a devida autorização daqueles que compõem a imagem ou a foto.
  - Todas as imagens que não sejam de domínio público devem ter o crédito do fotógrafo com a autorização deste.
  - É proibida a reprodução de imagens retiradas da Internet sem a devida autorização do respectivo site ou proprietário da imagem.

8. Todos os artigos apresentados dentro das normas serão analisados pela comissão editorial.

9. O processo de avaliação segue as normas internacionais de peer review. Os textos recebidos são encaminhados a dois pareceristas integrantes do conselho editorial, consultivo ou a convidados ad hoc. Em casos especiais, pode-se consultar um terceiro revisor. É mantido o anonimato do autor e dos consultores.

10. Estrutura do artigo científico:

- Os artigos devem ser apresentados em papel branco, formato A4 (21 cm x 29,7 cm), digitado no anverso das folhas com espaçamento 1,5 entrelinhas, utilizando fonte Arial tamanho 11 para todo o texto, excetuando-se as citações de mais de três linhas, notas de fim, paginação e legendas das ilustrações e das tabelas que devem ser digitadas em tamanho 10.

- O trabalho deve ser configurado com margem esquerda e superior de 3 cm e margem direita e inferior de 2 cm.

- Os títulos das seções devem começar na parte superior da folha, sendo separados por dois espaços de 1,5 entrelinhas. Também os títulos das subseções devem ser separados por dois espaços dos textos que os precede e os sucede.

- Recuo de 2 cm no início de cada parágrafo (não dar espaço duplo entre parágrafos);

- Destaque de palavras e expressões, no corpo do texto, em itálico;

- Citações de até três linhas inseridas no corpo do texto, entre aspas;

- Seguidas do sobrenome do autor, em caixa baixa, se estiver compon-

do a sintaxe da frase em que aparece.

- Em caixa alta, entre parênteses, seguido do ano da publicação e da página em que se encontra o trecho citado no final da citação.

- As citações com mais de três linhas deverão ser digitadas a 4 cm da margem, em tamanho 10 e espaço simples entre linha, em itálico, sem aspas, seguidas do sobrenome do autor, data da publicação e indicação das páginas entre parênteses, após o que será colocado no ponto final.

- Os destaques nas citações deverão vir em negrito e, caso não sejam atribuídos ao autor da citação, após a indicação da página, deverá constar a expressão “grifo nosso”, antecedida de vírgula.

- As notas, reduzidas ao estritamente necessário, deverão vir ao final do texto, contendo apenas as observações que o autor julga necessárias à compreensão do assunto.

- As referências bibliográficas deverão se resumir às obras citadas no texto e apresentadas por ordem alfabética do sobrenome dos autores, de acordo com as instruções contidas no Manual de Normalizações Técnicas do Centro Universitário Newton Paiva disponível em:

[http://www.newtonpaiva.br/NP\\_conteudo/file/Manual\\_aluno/Manual\\_Normalizacao\\_Newton\\_2011.pdf](http://www.newtonpaiva.br/NP_conteudo/file/Manual_aluno/Manual_Normalizacao_Newton_2011.pdf)

11. Os artigos completos devem ter, no máximo, 25 páginas, excluindo-se as figuras, fotos, gráficos e referências bibliográficas.



QUEM  
SE PREPARA,  
NÃO PARA.





QUEM  
SE PREPARA,  
NÃO PARA.

